



DENISE PEREIRA
MARISTELA CARNEIRO
(ORGANIZADORAS)

FENOMENOLOGIA E CULTURA: IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021



DENISE PEREIRA
MARISTELA CARNEIRO
(ORGANIZADORAS)

FENOMENOLOGIA E CULTURA: IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS 3

Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa

Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

- Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliã Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Fenomenologia e cultura: identidades e representações sociais 3

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Maristela Carneiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F339 Fenomenologia e cultura: identidades e representações sociais 3 / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-965-3

DOI 10.22533/at.ed.653211504

1. Fenomenologia. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Carneiro, Maristela (Organizadora). III. Título.

CDD 142.7

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Não conhecemos a realidade senão através de uma vasta cadeia de filtros, aos quais atribuímos diferentes nomenclaturas – imaginário, mundo das ideias, percepções, identidades, representações. De certa forma, essa afirmação é um tipo de clichê recorrente nos estudos da grande área das Humanidades, o que, todavia, não a torna vazia de sentido. As palavras encapsulam compreensões complexas, assim como diversos recursos comunicacionais e formas de arte, que são tentativas humanas de interpretar o que está ao seu redor e responder de uma forma que seja interpretável, o que produz uma imensa coleção de linguagens e arquétipos, todos estes meios, à sua própria forma, representações.

Representações de ideias, de objetos, pessoas, grupos, povos, países, equipes esportivas, cidades, ícones religiosos... É certo que o mundo, os acontecimentos que nele se desenrolam e as pessoas ao nosso redor são entidades só suas, inatingíveis para nós em sua forma mais essencial, e só podemos nos apropriar delas quando criamos palavras (e, portanto, conceitos) que as descrevem ou quando elaboramos enunciados explicativos, sejam eles saudações, discursos políticos, poemas ou selfies. Todos são descrições de algo, imagens de algo, apresentações de algo por alguém, re-apresentações – destarte, representações.

Parece pessimista pensar de tal forma. Que toda tentativa de comunicação é uma “mensagem numa garrafa” enfrentando a violência e a inconstância do mar, sem que aquele que a enviou jamais possa ter certeza de que sua missiva chegará ao destinatário previsto, no momento certo e em perfeitas condições. Palavras, imagens, sons, gestos: todos estes esforços comunicativos são, afinal de contas, tentativas. Há ruídos de interlocução que impedem uma suposta troca perfeita de representações: há mentiras, há ironias, há variações linguísticas.

Todavia, essa margem ampla de significação que é inerente à toda forma de representação guarda sempre uma generosa oportunidade: a de debater e problematizar os conceitos guardados naquilo que é representado. É através dessa dinâmica de desconstrução do que é tido como convencional e estabelecido de maneira pétrea que línguas ou narrativas históricas, por exemplo, podem ser revistas e reelaboradas.

Este e-book reúne uma variedade de textos que tratam de representações, de formas de se ver e se entender a realidade. Algumas dessas representações são arbitrárias e ancoradas apenas em percepções preconceituosas e ignorantes, outras são frutos de longas trajetórias de trocas simbólicas – o que não as torna menos problemáticas ou dignas de questionamentos. Arquitetura, literatura, paisagismo, gestão urbana, percepções de gênero, todos estes campos são capazes de estabelecer discursos, ocasionalmente por gerações, e cabe a pesquisadores de fôlego como os aqui apresentados, seguir interpretando esses fenômenos.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A CULTURA ORDINÁRIA DA CIDADE DE CLEVELÂNDIA COMO EXPRESSÃO DA TRAJETÓRIA DE VIDA DE UMA BENZEDEIRA

Maralice Maschio

DOI 10.22533/at.ed.6532115041

CAPÍTULO 2..... 11

A IMAGEM DO ENSINO: COMO É VISTA UMA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL PELOS GESTORES LOCAIS

Valéria dos Santos Nascimento

Vanessa Brasil Campos Rodríguez

DOI 10.22533/at.ed.6532115042

CAPÍTULO 3..... 21

BIODIVERSIDADE E IDENTIDADE LOCAL: O POTENCIAL DAS PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS PARA A VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA URBANA DE CURITIBA

André de Souza Lucca

Layssa Kmiecik

DOI 10.22533/at.ed.6532115043

CAPÍTULO 4..... 34

CONTEXTUALIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS MINISTRADAS EM INGLÊS DA PUCRS

Kelvin Milost Arend

DOI 10.22533/at.ed.6532115044

CAPÍTULO 5..... 48

DIÁLOGOS TEÓRICOS COM CHARLES TAYLOR, AXEL HONNET E NANCY FRASER SOBRE RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO DAS MULHERES

Salete da Silva Hoch

Rosângela Angelin

DOI 10.22533/at.ed.6532115045

CAPÍTULO 6..... 60

ESTIGMA E DISCRIMINAÇÃO DE MULHERES QUE VIVEM COM VIH NA CIDADE DE MAPUTO, MOÇAMBIQUE

Oswaldo Matavel

Marta Maia

Mohsin Sidat

Maria Martins

Sónia Dias

DOI 10.22533/at.ed.6532115046

CAPÍTULO 7	75
FERNANDO CHACEL E A PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM CONSTRUÍDA: A PRAÇA DA VILA OPERADORA DE FURNAS PLANURA/MG	
Maria Eliza Alves Guerra	
Guilherme Silva Graciano	
DOI 10.22533/at.ed.6532115047	
CAPÍTULO 8	93
GESTÃO DE CIDADES COM BASE NAS REFERÊNCIAS CULTURAIS	
Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa	
Adriana Silva	
Helena de Oliveira Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.6532115048	
CAPÍTULO 9	105
NA BORDA DO QUADRADO AZUL: A DIFUSÃO DA ARQUITETURA BRASILEIRA NO PERIÓDICO <i>LE CARRÉ BLEU</i>	
Marianna Gomes Pimentel Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.6532115049	
CAPÍTULO 10	118
O HOMEM E OS LIVROS: OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA LITERATURA DE HOWARD FAST	
Rafael Belló Klein	
DOI 10.22533/at.ed.65321150410	
CAPÍTULO 11	131
OS DESAFIOS DA REPATRIAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS: UMA DISPUTA NO CAMPO DA POLÍTICA INTERNACIONAL	
André Portela do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.65321150411	
CAPÍTULO 12	143
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS CONSTRUÍDAS POR RAPAZES GAYS SOBRE “MODOS DE VESTIR GAY”	
Adair Marques Filho	
Ana Lúcia Galinkin	
DOI 10.22533/at.ed.65321150412	
CAPÍTULO 13	161
SARAUS E SERESTAS EM GOIÁS: PROCESSOS IDENTITÁRIOS E INTERAÇÕES COM A MODINHA	
Ludmylla Cristina Guilardi	
Magda de Miranda Clímaco	
DOI 10.22533/at.ed.65321150413	

CAPÍTULO 14.....	174
A VERDADE E A PÓS-VERDADE SOB A PERSPECTIVA DO PENSAMENTO DE WITTGENSTEIN	
Alexandre Ribeiro Martins	
Geraldo Magela Pieroni	
DOI 10.22533/at.ed.65321150414	
SOBRE AS ORGANIZADORAS.....	188
ÍNDICE REMISSIVO.....	189

CAPÍTULO 1

A CULTURA ORDINÁRIA DA CIDADE DE CLEVELÂNDIA COMO EXPRESSÃO DA TRAJETÓRIA DE VIDA DE UMA BENZEDEIRA

Data de aceite: 01/04/2021

Maralice Maschio

Faculdade Municipal de Educação e Meio
Ambiente/FAMA
Clevelândia/PR
Laboratório de Pesquisa em Memória, Cultura
e Natureza/UEPG
Ponta Grossa/PR
Universidade Estadual de Ponta Grossa/UEPG
Ponta Grossa/PR
<http://lattes.cnpq.br/6501338935906040>

RESUMO: O presente texto faz parte do projeto de pesquisa de pós doutorado “Entre religiosidade e meio ambiente: práticas socioculturais de benzimento em Clevelândia/PR”, desenvolvido no Laboratório de pesquisa Memória, Cultura e Natureza da Universidade Estadual de Ponta Grossa. De um conjunto de 14 entrevistas com benzedeadas, sendo 11 católicas, selecionamos uma entrevistada para o diálogo expressando o que teoricamente, alicerçando-nos em Raymond Williams conceituamos “cultura ordinária” na cidade, o catolicismo, que envolve o terreno das benzedeadas. Nessa direção, por intermédio da História Oral, o presente texto parte do lugar de fala de uma benzedeadas clevelandense, tendo por objetivo entender um pouco do universo de valores estabelecidos nas complexas relações cidadãs. As narrativas se tornam ricas na medida em que revelam diferentes experiências marcadas por memórias que, ao serem reveladas, podem contribuir para o enriquecimento da história

local e regional. Trata-se de ideias e costumes que não são apenas obras das gerações passadas e, também, mantidas no passado; Elas representam práticas socioculturais, construídas no tecido sociocultural, contribuindo para a abertura, através do diálogo com a fonte oral, de conceitos como gênero, meio ambiente, cultura, catolicismo, entre outros.

PALAVRAS - CHAVE: Gênero. Meio Ambiente. Cultura. Catolicismo. Benzedeadas.

ABSTRACT: This text is part of the postdoctoral research Project “Between religiosity and the environment: sócio-cultural practices of benzimento in Clevelândia/PR”, developed at the Research Laboratory Memory, Culture and Nature of the State University of Ponta Grossa. From a set of 14 interviews with healers, 11 of whom were Catholic, we selected and interviewee for the dialogue expressing what theoretically, based on Raymond Williams, we conceptualize “ordinary culture” into the city, Catholicism, which involves the land of the healers. In this direction, through Oral History, this text starts from the place of speech of a clevelandense healer, aiming to understand a little of the universe of values established in the complex city relations. The narratives become rich in that they reveal different experiences marked by memories that, when revealed, can contribute to the enrichment of local and regional history. These are ideas and customs that are not only Works of past generations, but also maintained in the past; They represent sócio-cultural practices, built on the sócio-cultural fabric, contributing to the opening through dialogue with the oral source, of concepts such

as gender, environment, culture, Catholicism, among others.

KEYWORDS: Gender. Environment. Culture. Catholicism. Blessings.

1 | INTRODUÇÃO

Então a Sabedoria

Popular, se apresentou:

-Eu represento a mim mesma

Desde quando aqui estou

Confesso que vim primeiro

Do que qualquer um doutor!

(VIEIRA, Antônio. **Literatura de Cordel:** A peleja da ciência com a sabedoria popular. Novembro, 2002).

Se considerássemos apenas a dimensão coletiva, o “conjunto” das benzedeadas na cidade, como sugerir o direito de cada uma delas à memória e história local e regional?

Ao lançar a pergunta, para discentes e docentes da Faculdade de Educação e Meio Ambiente, se alguém conhecia benzedeadas/os na cidade, em menos de uma hora surgiram 25 nomes nos grupos de Whatsapp. Nessa direção, parece que a noção de desaparecimento de saberes populares, tais como os praticados por benzedeadas não procede; pelo menos em Clevelândia.

De um conjunto de treze entrevistados até o momento, escolheram-se fragmentos da narrativa de uma delas para revisitar aspectos da cultura popular cidadina. Neste caso, “a problemática epistemológica, associada à forma como o objeto histórico é definido, remete ao próprio fazer da história oral, centrada nos processos de rememoração” (MONTENEGRO, 2013, p. 21). Eis um pouco do ofício de descamar o terreno da religiosidade, da vida, do meio ambiente, da tradição e histórias da cidade, através da produção de entrevistas num experimento de igualdade, como nos desafia pensar Alessandro Portelli (1997).

2 | APRESENTANDO A CIDADE

Cidade é um construto que combina concentração demográfica num território contíguo, divisão social do trabalho no seu interior e diferenciação sociocultural entre seus habitantes (FALCÃO, 2010, p. 12).

Clevelândia, a cidade mais antiga do Sudoeste do Paraná comemorou, no dia 28 de junho de 2019, 127 anos de emancipação política. Segundo IPARDES (2018), a população

estimada era de 16.671 habitantes, incluindo os distritos de Coronel Domingos Soares e São Francisco de Sales. Entre área rural e urbana trabalham em torno de 8801 mulheres e 8439 homens. O maior número de indivíduos, por faixa etária na cidade, concentra-se entre crianças (de 1 a 10 anos) e idosos (acima de 50 anos).

A região é predominantemente agrícola. Clevelândia produz soja, milho, feijão e trigo, juntamente da cultura permanente, que é a erva-mate, seguida da uva e da laranja. O ramo pecuarista caracteriza-se pela criação de aves, bovinos e suínos e a produção de origem animal é concentrada no leite, mel de abelha e de lã. Na cidade há, também, exploração mineral de rocha e pedra-brita.

Num primeiro momento mapeamos trabalhos acadêmicos nas instituições de ensino superior públicos e privados da região. No que diz respeito à religião e religiosidade encontramos um total de 14 produções, especialmente trabalhos de conclusão de curso. A maior expressão está nos cursos de Geografia e de Direito, na Unioeste/Campus de Francisco Beltrão e no Instituto Federal Tecnológico do Paraná/Campus de Pato Branco, com maior incidência temática entre os anos de 2017 e 2018. O que chamou a atenção nesse índice foi a identidade africana, valorizada na região. Afinal, esta é caracterizada por forte tradição cristã católica e, nos últimos anos, com acréscimo da presença dos evangélicos. Por outro lado, existe uma abundância de trabalhos discutindo questões ambientais nas faculdades e universidades da região. Entre 1999 e 2019 contabilizamos 414 produções, sendo 249 apenas da UNICS, instituição anterior ao Instituto Federal do Paraná/Campus Palmas. As temáticas variaram entre: política ambiental, direito ambiental, educação ambiental, planejamento urbano, prevenção e preservação ambiental.

Aproximando-se da proposta do projeto de estágio de pós-doutoramento, que trata de gênero, religiosidade e meio ambiente, com ênfase nas trajetórias de benzedeadas da cidade de Clevelândia e região, chamou-nos atenção, especialmente, as abordagens sobre plantas/ervas medicinais como forma de tratamento, especialmente nos cursos de química e de ciências biológicas, a partir de 2010, ano de fundação do Instituto Federal/Campus Palmas. A valorização de plantas e seu manuseio em pesquisas científicas representam não apenas a diversidade existente na região, mas os diferentes modos como elas têm sido cultivadas e utilizadas. Para fins medicinais, por exemplo, encontrou-se o maior número de produções. O índice talvez expresse uma preocupação com a saúde da população na região, seguido da medicina natural como forma de tratamento, desde doenças físicas até doenças psicológicas como depressão e ansiedade.

Após o levantamento e a observação numérica surgiu a possibilidade de trabalhar com benzedeadas, que preferencialmente fizessem uso de ervas/plantas medicinais em suas práticas de benzimento. Desde minha infância na cidade, por exemplo, visitar benzedeadas e fazer uso dos medicamentos produzidos por elas é uma prática comum.

3 I A CULTURA ORDINÁRIA NA CIDADE

Práticas socioculturais como fazer histórico representam abordagens e desafios teórico-metodológicos do ofício historiográfico. Mas não apenas isso, neste caso expressam como, através de narrativas orais, é possível aproximar tempos e espaços diversos, explicitando pluralidades e evidenciando o rural e o urbano, com suas marcas e sinais. As práticas de benzimento atreladas às trajetórias de vida das benzedadeiras são pensadas a partir de sua constituição e do seu papel constituinte do social e não simplesmente como vinculações exclusivas no nível das linguagens.

A entrevistada Jandira Dal’Olmo, conhecida benzedeira da cidade, assim relata sua confissão e autorização paroquial no que diz respeito à prática de benzimento em sua vida:

Jandira: Eu cheguei lá [Na Igreja] e falei com a secretária: eu quero falar com o padre! [...] Daí eu contei isso pra ele, contei isso que tinha, aquela aparição que veio pra mim [de Nossa Senhora e dos anjos crianças]. Daí ele pegou as minhas mãos e abençoou. Mandou eu abrir as mãos e me abençoou. Daí ele disse pra mim: você vai ajudar muita gente! Você vai curar muita gente! Esse foi um dom que Nossa Senhora pôs na tua vida pra você curar as pessoas, libertar as pessoas e curar e vai ter gente que vai te procurar pra você fazer oração pra essas pessoas. Eu disse capaz padre! Ele disse sim, você recebeu de Nossa Senhora e você vai ajudar as pessoas, você não pode se negar. Daí ele me abençoou e daí eu fui pra casa, comprei a bíblia e fui pra casa. Dito e feito, começaram a me procurar...

Dona Jandira, rezadeira, nos faz pensar a Igreja Católica. O catolicismo que nos apresenta é o catolicismo da vivência, das práticas diárias e do cotidiano, e fazem parte, assim a participação nos sacramentos da Igreja, daquilo que constitui sua religiosidade e sua religião, os usos, sentidos e significados de algumas interfaces de “ser católico” no espaço cotidiano e citadino onde que se inserem. Sua experiência está relacionada à dos leigos e das práticas populares, mas também dos ministérios da Igreja, com certa autonomia.

A primeira Igreja de Clevelândia data de 1903, sendo transferida em homenagem aos padres claretianos, aprovada pela Câmara dos Vereadores de Clevelândia, para o considerado “Cartão Postal” da cidade, localizado na Praça Getúlio Vargas, a sede da Paróquia Nossa Senhora da Luz. Segundo o Portal digital Meiga Terra [em vídeo gravado, reproduzido e armanezado On line], na cidade, o templo católico teve seu projeto doado pelo arquiteto Rubens Meister (que projetou o Teatro Guaíra, de Curitiba/PR), inaugurado em 8 de setembro de 1969, dia da padroeira da cidade, pelo pároco Abramo Franklin. A Igreja é uma das únicas de pedra do mundo, em estilo “Arte Gótica”, fruto da Idade Média.

Segundo populares, suas pedras foram extraídas da margem direita do Rio Banho, onde o curso banha o Paraná. Possui 1.250 metros quadrados e sua torre tem 35 metros. É revestida em suas laterais por vitrais alemães, que são ligados a textos bíblicos (<https://www.facebook.com/PortalMeigaTerra/>

Vários são os aspectos que marcam a trajetória do Cristianismo, mas também do catolicismo e da História, em Clevelândia e região. Dentre eles está a presença do Monge José Maria, a Questão das Missões, do Contestado, práticas populares como a do benzimento, a construção de estradas, o tropeirismo, a presença indígena, a disputa entre europeus e colonizados. Segundo Taíza Gabriela Zanatta Crestani, em sua dissertação de Mestrado sobre o Terreiro Espírita de Umbanda São Jorge, no que se refere ao catolicismo institucionalizado:

Um aspecto que nos chama a atenção é que justamente quando a Igreja Católica firma raízes concretas na localidade e passa a interagir com a população de forma metódica, Nossa Senhora da Luz, que é uma figura de forte representatividade entre os luso-brasileiros (familiarizados com as práticas de devoção popular), é nomeada padroeira da Paróquia. Assim, podemos compreender a figura da santa enquanto elo que interliga a face popular e a face erudita do catolicismo (CRESTANI, 2018, p. 46).

O trecho acima foi selecionado para representar parte do contexto explicitado pelo trecho da fala de dona Jandira, anteriormente citado, de nossa entrevistada. Ao narrar sua conversa com o padre, seu sonho com Nossa Senhora e os anjos em forma de criança, juntamente com a autorização para o benzimento, ela denota parte da problematização conjuntural feita por Crestani, além do indicativo da fixação do catolicismo metódico católico e da familiaridade com práticas de devoção popular. A seguir, quando questionada sobre o início de sua história com o benzimento ela comenta:

Olha, essa história de benzimento... Quando eu era menina, a minha avó me ensinou. A minha avó Tereza, ela benzia. Minha avó Tereza benzia e daí ela me ensinou, tudo o que eu sei até hoje foi ela que me ensinou. Eu tinha uns 13, 14 anos. (...) Com certeza [aprendeu] com os pais dela, os bisos, porque eu não conheci esses. Os pais dela não. Os bisos decerto que ela trouxe de lá, daquelas geração antiga, né? [...] Começou lá quando eu vim morar em Santa Isabel, daí me deu amarelão muito bravo. Só que eu sabia o benzimento, mas não sabia o remédio. Daí eu procurei um senhor bem de idade. Hoje já é morto há muitos anos. Daí quando eu me curei do amarelão, que eu tava boa, daí ele foi e disse assim pra mim: agora eu vou te dar umas dicas pra que você possa ajudar muita gente, porque eu uma hora morro, tô velhinho já, daí você vai ajudar as pessoas. Daí ele me deu as explicações das ervas, como fazia tudo. Só que eu não me dediquei porque eu pensava assim: eu benzer? Mas fiquei. Daí nós morávamos em Santa Isabel D'Oeste e daí tinha falecido dois irmãos do meu ex-marido, de câncer na garganta. Um cada dois anos ia. Daí quando foi lá umas épocas, fazia o quê? uns 6 meses que o outro tinha morrido, atacou a garganta no meu ex-marido. [Grifos nossos]

A fala de dona Jandira não reflete apenas sua especialidade: benzer e fazer o remédio para o amarelão. Indiretamente, é possível inferir a multiplicidade de suas práticas: desde benzer para “bichas” (verminoses, quebrante, olho gordo), machucaduras, doenças

crônicas e/ou incuráveis até aconselhamento dos mais diversos, presencialmente e à distância [por celular]. Nesse sentido, uma vez que recebe público, conduzido, algumas vezes, por funcionários inclusive do Setor de saúde municipal da cidade, do lar dos idosos, entre outros, além de benzer em ambientes como o PA do bairro onde reside, em momentos de consulta (uma vez que é portadora de diabetes), as práticas de benzimento de nossa entrevistada selecionada para o presente texto, permitem o levantamento de alguns questionamentos: a necessidade de benzer demandas grandes e variadas, tem relação com a precariedade do acesso aos serviços de saúde formal? No campo e na cidade é preciso benzer e curar de maneira relacionada à fé como alternativa única na cidade? Da mesma forma, sabendo-se da existência de formas científicas de cura em que medida elas estão ao alcance dos munícipes? Quem acessa os saberes médicos?

Dizemos isso, porque

Destaca-se que até 1890 não se tem notícias da instalação de instituições de saúde (hospitais e enfermarias) no cenário clevelandense. Deste modo, o desenvolvimento de estratégias de intervenção e cuidado à saúde dos moradores locais também ficavam a cargo de leigos, que frequentemente recorriam à religiosidade para conferir significado aos sinais e sintomas de sofrimento (físico e psicológico). Aqueles que se dispunham a compartilhar o conhecimento reunido a partir deste exercício, prestando atendimento à população, eram frequentemente referenciados como “remedieiros/as” e “curandeiros/as”. Estas condições permitiam que as queixas fossem acolhidas em seu contexto de origem (...) de um modo geral os próprios curandeiros estavam à mercê das mesmas circunstâncias que afetavam os enfermos, e tentavam auxiliá-los levando em consideração a própria experiência de vida. Assim, a filiação cultural destas práticas deixava-se transparecer no conteúdo das orações, nas nomenclaturas atribuídas às doenças, nas formas específicas de propor soluções para os obstáculos cotidianos e de teorizar sobre o futuro (CRESTANI, 2018, p. 31).

Embora estejamos falando, historicamente, de mais de um século, a narrativa de dona Jandira também revela práticas de benzimento existentes e que permanecem, na cidade, há mais de um século. Nesse sentido, ficou de herança para atender uma necessidade que permanece ocorrendo em Clevelândia? A política pública tem outros objetivos/caminhos. No entanto, permite tal herança, numa contradição de deslegitimação (para se firmar como conhecimento superior) ao mesmo tempo em que deixa acontecer, pois não alcança todas as demandas?

A questão das doenças, historicamente não resolvidas pela medicina, parece caber aqui. O estigma do câncer, por exemplo. Sendo, dependendo do tipo, uma doença tratável, mas incurável, essa, deixa para fé, para os benzimentos, para aquilo que determinados médicos não convencionam, atrelam ou aceitam como aporte ou alternativa ou, até mesmo, que a medicina possa considerar desimportante. Há uma hierarquia de doenças. Mas, também existe o seguinte fato: se a benzedeira benze das “bichas”, benze de câncer. No entanto, as duas podem levar à morte. Nesse sentido, quem seleciona para qual doença a

cura é mais nobre?

Williams nos serve de teórico diante da pertinente e realista discussão que constrói “sobre campo e cidade”: campo visto como lugar de atraso, cidade como lugar de desenvolvimento. Contudo, “a estrutura de sentimentos” do sujeito do campo não se desfaz pelo fato de sair do campo e morar na cidade, por exemplo, porque suas experiências e suas aprendizagens acontecem por intermédio de todos os sentidos. Para o autor, a vida do campo e a vida da cidade são móveis e presentes: “move-se ao longo do tempo, através da história de uma família, de um povo; move-se em sentimentos e ideias, através de uma rede de relacionamentos e decisões”. (WILLIAMS, 2011, p. 21)

Entretanto, respeitamos, também, a discussão de Ingold (2008), de que aprendizagens se dão a partir dos sentidos, não somente os operacionalizados pela racionalidade. “A percepção não é uma operação dentro-da-cabeça, executada sobre o material bruto das sensações, mas ocorre em circuitos que perpassam as fronteiras entre cérebro, corpo e mundo” (INGOLD, 2008, p. 2). Assim, as percepções do ambiente, inclusive às relacionadas aos sentidos do corpo se constroem de forma diferente para cada cultura, pressupostos sobre a preeminência da visão de que não são aplicáveis interculturalmente (INGOLD, 2008, p. 19).

Desse modo, os conceitos que temos hoje de campo e cidade implicam em complexas teias de relações que, em movimento, expressam construções históricas, por vezes, relacionados ao campo como lugar de tranquilidade e a cidade como lugar de desenvolvimento. Por isso, ao tratar de sentimentos e relações também estamos tratando de atividades humanas, da relação dos sujeitos com o ambiente rural, que também expressa culturas e identidades. Ao tratar de sentimentos e relações de trabalhos inscritos, portanto, faz-se necessário buscar desnaturalizar algumas questões identitárias, o que pode conduzir a uma retomada de práticas em modos de pedidos de dons divinos, por exemplo.

4 | O PEDIDO E A PROMESSA

A cidade, por si só, parece não ter dado respostas às necessidades de saúde dos sujeitos. Com isso, as experiências em obter a saúde no campo permaneceram e aparecem em formato de pedido:

Eu disse: meu Deus! Aquela doença! Eu disse! E dois irmãos já tinha ido, né?! Daí eu pensei assim: meu Deus, o que que eu? Me agarrei com Deus! Daí lá em Santa Isabel tinha um santuário de Nossa Senhora Aparecida. Daí eu fiz uma promessa: se Nossa Senhora defendesse ele daquele mal da garganta que era, tava que não engolia mais nada e inchada a garganta e o médico disse que não era nada, eu fiz uma promessa pra Nossa Senhora Aparecida de eu fazer nove novena no santuário e daí agradecer ela, que aquela doença não viesse nele.

O sentimento de medo, demonstrado no fragmento de narrativa da entrevistada, fica expresso em seu pedido para que Nossa Senhora Aparecida evitasse “o mal do câncer”, na saúde de seu primeiro companheiro. Consequentemente, o pagamento da promessa diante do alcançado. Assim inicia a trajetória de dona Jandira entre saber o que lhe foi passado para a cura do amarelão e a permanência da tradição católica familiar herdada.

A chegada da entrevistada em Clevelândia é apresentada junto ao início do “ofício de benzer”. Logo, a eleição e o juramento são narrados envoltos à autorização e legitimidade católica para benzer. Em suas palavras:

Depois que aquele senhor me deu a explicação pra mim fazer remédio pro amarelão, que eu comecei, não pararam mais de me procurar, nós viemos embora pra cá. Daí eu fui muito pra igreja, né? Participei 14 anos só dos Carismáticos e muitos louvores. Fui 9, quase 10 anos intercessora. Daí no dia de um retiro que nós tivemos aqui na matriz, nós estávamos em 190 pessoas e fomos escolhidos em 9, que tinham o dom da cura e libertação. Daí nós fizemos o juramento pro Santíssimo, de joelhos, com as mãos na cabeça de joelhos e daí o padre Roberto ungiu as mãos, a cabeça e os pés, pra mim curar e libertar as pessoas através do Espírito Santo e dos poderes de Deus. E nós juramos de joelhos pro Santíssimo. Em nove pessoas. De 190, só 9!

Dona Jandira se encaixa nas três categorizações para benzedores, elaborada por Gil e Silva (2019), dialogando com Torralba Roselló (2009), visando elaborar formas de explicar as diferentes expressões encontradas entre as benzedoras/os entrevistados, na região de Pelotas, no Sul do Brasil:

a) benzedores de tradição, ou seja, aqueles que haviam aprendido as rezas e rituais com algum familiar ou alguém próximo a eles, que se viu no dever de fazer seguidores; b) benzedores de dom, os que tinham recebido um aviso, um sinal, em momentos especiais de suas trajetórias, de que deveriam cuidar dos outros, tendo em vista ser esta uma ação edificante, sobretudo na perspectiva interior do termo e, ainda, c) benzedores de religião, especialmente vinculados aos cultos afro-brasileiros, que costumam ter, em seus centros de atendimento, uma pessoa dedicada a fazer rezas e orações com o sentido de amenizar a dor de pessoas que sofrem e que confiam em outras formas de tratamento e cura, além daquelas baseadas na tradição biomédica. (GIL; SILVA, 2019, p. 665)

A diferença está no quesito “benzedores de religião”, porque costumam vincular-se aos cultos afro-brasileiros. No caso de Jandira, é possível explicar a prática pela religião, porém católica; uma benzedora dedicada a fazer orações para amenizar dores, sofrimentos e crença na cura. Não são apenas as ervas para o amarelão, sua especialidade, mas a expressão religiosa predominante no modo de aconselhamento, no espaço da casa, no rosário que não sai das mãos durante o benzimento, na imagem de Nossa Senhora Aparecida na sala, fazendo jus ao pedido, à promessa, à eleição e o juramento, dentro e fora do templo católico e, não menos importante, representando o catolicismo como possível “cultura religiosa cristã”, ordinária na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Robson Laverdi ao discutir sobre Raymond Williams e a história oral: aproximações social-constitutivas, chama nos atenção para que, quando entrevistamos pessoas para um projeto ou atividade de História Oral, tenhamos em mente preocupações e responsabilidade com a sociedade que vivemos. Estas são tomadas a partir de situações e questões específicas, tantas vezes moldadas por seus próprios emblemas construídos. A contribuição de Williams está, nesse sentido, articulada aos modos de auxílio nessa compreensão. Afinal, em toda sua trajetória, o autor destacou necessidades de não buscar a compreensão da sociedade como abstração de sua unicidade e uniformidade. Convidou para que problematizemos questões políticas ao assumirmos horizontes totalizantes, em termos de sociedade.

Sua contribuição da teoria cultural buscou acentuar o valor ativo e específico da cultura como uma prática social cambiante, não de uma sociedade dada e acabada, como muitos já concebiam em seu universo intelectual de pertencimento. Nos termos desse debate, Williams sempre procurou considerar não a totalidade como objeto em si mesmo no âmbito da crítica da cultura, mas sim quanto aos modos específicos e ativos do fazer dos homens no tempo em relação a uma totalidade social. Em termos mais simples, o autor não buscava apreender criticamente a sociedade como um bloco histórico constituído, mas como um complexo de relações sociais específicas, portanto históricas, inter-relacionadas como *estruturas de sentimentos*. Esse aporte teórico (...) abre sensibilidades impressionantes para o praticante de HO (LAVERDI, 2013, p. 49).

Tendo em vista a discussão proposta pelo autor acerca de Williams e a prática teórica metodológica da História Oral concordamos que, falar de cultura ordinária, no caso da cidade de Clevelândia, não permitiria discutir práticas religiosas sem inferir ao campo do Catolicismo. No entanto, também acreditamos ser de suma relevância levar em conta outras dinâmicas pouco exploradas pela historiografia e que são marcantes na História do município e da região. São exemplos a presença indígena, especialmente Kaingang e a violência sofrida por eles, espíritas de modo geral, protestantes, pentecostais e evangélicos como um todo, terreiros e práticas de matrizes afro, além de tantas outras práticas envolvendo crenças e religiosidades tradicionais/populares ou não, além do uso de ervas e plantas medicinais em benzimentos, processos de cura e tratamentos alternativos.

REFERÊNCIAS

CRESTANI, Taíza Gabriela Zanatta. **“Uma grande peneira”: O processo de legitimação da Tenda Espírita de Umbanda São Jorge (Clevelândia/PR)**. Toledo/PR: Unioeste, 2018. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais).

Entrevista Jandira Dal’Olmo. 08 de junho de 2019. [Acervo da pesquisadora]

GIL, Lorena Almeida; SILVA, Eduarda Borges da. "O cuidado com os outros: A benzedura no Sul do Brasil". In.: **Tempos Históricos**. Vol. 23. 1º Semestre de 2019. p. 663-689.

INGOLD, Tim. Pare, Olhe, Escute! Visão, Audição e Movimento Humano. **Ponto Urbe** [Online], v.3, jan. 2008.

IPARDES – Instituto Paranaense de desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico Município de Clevelândia**. Maio de 2019.

LAVERDI, Robson. Raymond Williams e história oral: aproximações social-construtivas. **Desde las profundidades de la historia oral**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2013.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memórias: a cultura popular revisitada**. 6ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 15, 1997.

URL: <https://www.facebook.com/PortalMeigaTerra/videos/481709282646740/>[Acesso em 16 de Outubro de 2019].

URL: https://www.academia.edu/31071391/Profiss%C3%A3o_de_Benzedor?auto=download Acesso em 29 de Novembro de 2019.

VIEIRA, Antônio. **Literatura de Cordel: A peleja da ciência com a sabedoria popular**. Novembro, 2002.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história da literatura**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1988.

A IMAGEM DO ENSINO: COMO É VISTA UMA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL PELOS GESTORES LOCAIS

THE INSTITUTIONAL IMAGE OF TEACHING: HOW AN EDUCATIONAL INSTITUTION IS SEEN BY LOCAL MANAGERS

CAPÍTULO 2

A IMAGEM DO ENSINO: COMO É VISTA UMA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL PELOS GESTORES LOCAIS

Data de aceite: 01/04/2021

Valéria dos Santos Nascimento

Instituto Federal Baiano
Salvador - BA

<http://lattes.cnpq.br/3790698326878525>

Vanessa Brasil Campos Rodríguez

Universidade Salvador
Salvador - BA

<http://lattes.cnpq.br/0576335508401522>

RESUMO: Esta pesquisa surgiu do problema: como os atores locais percebem a imagem do Instituto Federal Baiano no contexto do desenvolvimento de Teixeira de Freitas? Seu objetivo geral é identificar as contribuições da imagem organizacional para a gestão estratégica do IF Baiano dentro do desenvolvimento de Teixeira de Freitas. Para isso, Argenti (2014) aborda imagem organizacional e Massey (2003) enfatiza a gestão dessa para atender a expectativa dos públicos. Já Meyer Jr., Pascucci e Mangonlin (2002) falam sobre uma gestão regional das instituições de ensino superior e Dowbor (2006) sobre a responsabilidade escolar de construir uma geração que busque a melhoria de vida para todos. Como alinhamento, a gestão estratégica serve de norteadora para tornar a estratégia mais eficiente e ligada ao objetivo organizacional (Kaplan & Norton, 2004). Na metodologia, utiliza-se a análise de conteúdo. Como resultados, percebe-se o IF Baiano como uma escola técnica federal de referência com ensino de qualidade

nas áreas de agricultura e pecuária, que possui professores qualificados, forma e capacita jovens para o mercado de trabalho, consegue levar oportunidade, crescimento e desenvolvimento ao município, contudo é pouco divulgada e não alcançou transformação e/ou mudança na cultura local.

PALAVRAS - CHAVE: Imagem organizacional; gestão estratégica; gestão educacional; desenvolvimento local

ABSTRACT: This research arose from the problem: how do local actors see the image of Instituto Federal Baiano in the context of Teixeira de Freitas's development? Its general purpose is to identify the contributions of the organizational image to the strategic management of IFBaiano within the development of Teixeira de Freitas. To do that, Argenti (2014) addresses organizational image and Massey (2003) emphasizes its management to fit the publics' expectations. Meyer Jr., Pascucci and Mangonlin (2002) discuss regional management of higher education institutions and Dowbor (2006) dialogues about the school's responsibility in the formation of a generation that will try to improve life for all. As alignment, strategic management serves as a guide to make the strategy more efficient and linked to organizational objectives (Kaplan & Norton, 2004). In the methodology, it is used content analysis. As results, it was noticed that IF Baiano is seen as a federal technical school of reference with an education of quality in the areas of agriculture and livestock, it has qualified teachers, it educates and it trains young people for the labor market, it succeeds in giving

opportunity, growth and development to the city, however it is little publicized and it has not reached transformation and / or changes in local culture.

KEYWORDS: Organizational image; strategic management; educational management; local development.

1 | INTRODUÇÃO

Nas primeiras décadas do século XXI, algumas corporações inserem a imagem organizacional como um elemento relevante para alcançar resultados tangíveis e intangíveis. Por isso, a percepção positiva por seu entorno desenha-se como um fato importante para mantê-las contextualizadas e com participação ativa nas realidades onde estão inseridas. No caso de Instituições de Ensino Superior (IESs), a aproximação com as comunidades é uma das práxis dos três pilares sustentados por algumas organizações acadêmicas – Ensino, Pesquisa e Extensão –, ou seja, não é apenas transmitir o conhecimento, é construí-lo e ajustá-lo às transformações da realidade.

No Brasil, o governo federal criou, por lei, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Eles são instituições de educação superior, básica e profissional, com estruturas pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas modalidades de ensino à distância e presenciais (ensino médio com técnico, técnico, formação inicial e continuada, bacharelado, licenciatura, graduação, pós-graduação). Os Institutos equiparam-se às Universidades Federais em termos de regulação, avaliação e supervisão de instituições de ensino que ofertam educação superior, além de exercerem o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais.

Eles possuem como finalidades e características: ofertar educação profissional e tecnológica em todos os níveis e as modalidades; promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional; orientar oferta em benefício da consolidação e do fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs); constituir-se em centro de excelência do ensino de ciências (e, em particular, das ciências aplicadas); qualificar-se como centro de referência; desenvolver programas de extensão e divulgação científica e tecnológica; promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais (Lei no 11.892/2008).

No Estado da Bahia existem dois Institutos Federais (Instituto Federal da Bahia – IFBA e Instituto Federal Baiano – IF Baiano). Para esta investigação, o foco é o Instituto Federal Baiano, originado da união das Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) dos municípios de Catu, Senhor do Bonfim, Santa Inês e Guanambi e das antigas Escolas Médias de Agropecuária da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (EMARCs da CEPLAC) de Valença, Teixeira de Freitas, Itapetinga e Uruçuca. O IF Baiano, na nova estrutura, inaugurou três campi em Bom Jesus da Lapa, Governador Mangabeira

e Serrinha e recebeu autorização para funcionamento de mais três campi, em 2016, nas cidades de Alagoinhas, Itaberaba e Xique-Xique.

Neste estudo, consideram-se, como público, atores locais, ou seja, lideranças e/ou representantes de sindicatos, associações, ONGs (Organizações Não Governamentais), órgãos públicos do poder executivo municipal, partidos políticos, conselhos municipais, empresariado, instituições religiosas, entidades sem fins lucrativos e beneficentes. O local de análise foi o município de Teixeira de Freitas em que a instituição atua há mais de 30 anos e é o campus mais distante geograficamente da Reitoria (Salvador, capital do estado da Bahia).

Partiu-se do seguinte objetivo geral: identificar as contribuições da imagem organizacional para a gestão estratégica do IF Baiano dentro do desenvolvimento de Teixeira de Freitas. Ao fim, esperou-se alcançar os seguintes resultados: saber qual a imagem percebida do IF Baiano pelos atores locais, compreender o entendimento dos atores locais sobre o nível de envolvimento do IF Baiano no desenvolvimento local e analisar como essa imagem organizacional contribui para a gestão estratégica do Instituto Federal Baiano.

2 | FUNDAMENTOS TEÓRICOS

O tema imagem organizacional representa um dos principais subsídios utilizados pela gestão para criar, aperfeiçoar ou até mesmo mudar políticas, programas, planos e projetos de comunicação dentro de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Segundo Argenti (2014), a percepção dos públicos pode vir das mensagens corporativas ou de uma interação com a organização (nesse caso, percepções baseadas em leituras prévias, informações de terceiros ou símbolos visuais reconhecíveis). O autor afirma que “a imagem de uma empresa perante determinado público é condicionada não somente por sua identidade corporativa singular, mas também pela imagem do setor ou do grupo ao qual pertence” (Argenti, 2014, p. 106).

Massey (2003) defende a gestão da imagem porque as organizações tentam criar, manter e, em alguns casos, recuperar a legitimidade de sua imagem aos olhos dos seus públicos. Embora cada pessoa tenha sua maneira de enxergar o mundo, a imagem compartilhada coletivamente, se administrada de forma adequada, permite a coordenação de atividades consistentes com a expectativa dos públicos. O processo supracitado funciona em três estágios. No primeiro, a organização é incipiente ou é desconhecida e deve criar uma imagem de si mesma para seus diversos públicos; no segundo, é necessária uma comunicação contínua com públicos, ou seja, buscar *feedback* (dar retorno) e ajustar sua estratégia comunicacional para influenciar percepções deles; na terceira, geralmente em caso de crises, envolve o desenvolvimento de nova identidade e, nos casos extremos, resulta em fusão, mudança de nome ou volta ao estágio um (Massey, 2003).

Na ótica de uma IES da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a imagem de um Instituto Federal apresenta um valor relevante para a gestão estratégica institucional nos Territórios de Identidade. A gestão auxilia nas mudanças dos ambientes interno e externo do universo organizacional escolar (políticas educacionais, demandas do setor produtivo, cobranças da sociedade, expectativas dos estudantes). Dentro dessas instituições, a estratégia passa por três dimensões: 1) Racional (ordenamento de objetivos e ações de forma lógica e linear); 2) Política (requer apoio de grupos e participação); 3) Simbólica (mais representatividade para membros do que contribuição com desempenho organizacional) (Meyer Jr., 2005, citado em Meyer Jr., Pascucci & Mangolin, 2012).

Para obter uma estratégia mais eficiente, os gestores fazem uso de ferramentas para melhor comunicá-la tanto em seus processos como nos sistemas. Uma das formas está nos mapas estratégicos que fornecem uma percepção de como as funções dos empregados estão ligadas aos objetivos gerais da organização. No *Balanced Scorecard*¹, por exemplo, o desempenho organizacional é medido sob quatro perspectivas: a) Financeira (valor maior para acionistas); b) Cliente (fornecimento de valor específico ao mercado); c) Processos internos (inovar e desenvolver capacidades estratégicas adequadas); d) Aprendizado – Crescimento (conhecimentos, habilidades e sistemas que os funcionários irão precisar) (Kaplan & Norton, 2004).

Dentro da Educação Profissional e Tecnológica, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) criaram estruturas administrativas e mudaram seus processos internos estratégicos para alcançar os novos objetivos organizacionais para a educação profissional e tecnológica. Eles trazem uma educação potencializadora, ou seja, o indivíduo gera conhecimento a partir da sua realidade (extração e problematização do conhecido e investigação do desconhecido para compreender e influenciar seus destinos).

Esse raciocínio vincula-se à visão das pessoas enquanto donas da transformação econômica e social e que podem superar a atitude de espectadores críticos de um governo insuficiente ou do pessimismo passivo. Para essa atuação acontecer, é necessária a organização de parcerias com atores sociais, ou seja, escolas (ou sistema educacional local) articuladas com universidades locais/regionais para elaboração de material, ONGs para trabalharem com dados locais e organizações comunitárias, setores de atividades públicas, além de buscarem apoio de outras entidades: “o que visamos é uma escola um pouco menos lecionadora, e um pouco mais articuladora dos diversos espaços do conhecimento que existem em cada localidade, em cada região” (Dowbor, 2006, p. 8).

Neste contexto, nasceu o IF Baiano. A unidade de Teixeira de Freitas está situada no Território de Identidade Extremo Sul e dista 811 km da capital Salvador. Em 2017², o

1 “É um sistema gerencial capaz de motivar melhorias em áreas críticas como produtos, processos, clientes e mercados” (Kaplan & Norton, 2004, p. 4) que visamos é uma escola um pouco menos lecionadora, e um pouco mais articuladora dos diversos espaços do conhecimento que existem em cada localidade, em cada região” (Dowbor, 2006, p. 8).
2 Apesar de existir um documento mais atual (Relatório de Gestão 2018), o mesmo não apresenta a informação do quantitativo de estudantes matriculados com divisão por campus.

Instituto contava com 1.315 estudantes matriculados em EAD, integrados e subsequentes (IF Baiano, 2017).

3 I PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste estudo, a pesquisa é explicativa: identifica os fatores determinantes ou contributivos para a existência do fenômeno (Gil, 2008). Na fase documental, consideram-se dois tipos de documentos: o de primeira mão (sem tratamento analítico), o documento estratégico PDI do Instituto Federal Baiano (períodos 2009 a 2013 e 2015 a 2019); o de segunda mão (passaram por análise), os relatórios de gestão do IF Baiano (anos 2011, 2012 e 2014) apresentados aos órgãos de controle externo (Controladoria Geral da União – CGU e Tribunal de Contas da União – TCU) e interno (auditoria) (Gil, 2008).

O *locus* está em Teixeira de Freitas que foi considerado município a partir de 1985, tem 138.341 habitantes, um território de 1.165,622 km², 0,685 de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDM), 26.705 matrículas nos ensinos fundamental e médio, R\$ 11.555,59 de Produto Interno Bruto (PIB) per capita e rendas médias mensais por domicílio de R\$ 1.039,13 (rural) e R\$ 1.949,87 (urbana) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2016).

Dentro da amostragem não-probabilística e por acessibilidade/conveniência, foram escolhidos os atores locais. Para chegar nesse público, realizou-se uma pesquisa livre no sítio eletrônico de busca Google e na rede social Facebook com palavras-chave referentes à entidade, ao município e ao Estado, por exemplo: “sindicatos”, “Teixeira de Freitas”, “Bahia”.

Durante o período de 9 a 18 de novembro de 2015, realizou-se o contato com fontes potenciais, seja por correio eletrônico, mensagem direta em fanpage institucional (página de fãs da marca) ou página pessoal, sms ou comunicador instantâneo *WhatsApp* e ligações para telefone fixo. Após agendamento, realizou-se a entrevista direta, aberta e semiestruturada de 42 perguntas sobre a imagem do IF Baiano e sua inserção no desenvolvimento local com 19 entrevistados.

Posteriormente, o conteúdo foi transcrito e as informações classificadas segundo a técnica análise de conteúdo. Para chegar a essa classificação, os dados foram mapeados em três etapas: 1) pré-análise (leitura genérica das entrevistas, alinhamento do conteúdo com os objetivos geral e específicos do trabalho científico e pontuação do número de vezes das palavras mais mencionadas pelas fontes); 2) exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (criação das categorias iniciais por tema e finalização das categorias intermediárias com temáticas mais mencionadas pelos entrevistados).

4 I ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

Após a análise de conteúdo, as informações dos entrevistados foram categorizadas e classificadas conforme a frequência de presença e a relação de proximidade com base em critérios semânticos. Dessa etapa, surgiram quinze categorias: 1) escola técnica do governo federal com referência em educação do campo; 2) reconhecida pela qualidade do ensino em agricultura e pecuária; 3) instituição séria, com credibilidade, forte, ética, parceira, acolhedora, participativa e colaborativa; 4) professores qualificados; 5) alternativa de faculdade; 6) oferta cursos de extensão; 7) forma, capacita e qualifica o jovem; 8) amplia possibilidade de inserção no mercado de trabalho; 9) traz oportunidade, desenvolvimento e crescimento à cidade; 10) traz benefício, segurança, alegria, esperança e orgulho; 11) atende vocação regional; 12) antiga EMARC, tímida e pouco divulgada; 13) baixo conhecimento sobre projetos das áreas de Ciência e Tecnologia; 14) não trouxe transformação e/ou mudança na cultura local; 15) expectativa de ampliação de relacionamento com a cidade.

Assim, de acordo com os atores locais de Teixeira de Freitas, o Instituto Federal Baiano é a escola técnica pertencente ao governo federal que oferta cursos de agricultura e agropecuária para a população da zona rural. As afirmações denotam um total desconhecimento desse público formador de opinião e gestor de políticas públicas na localidade sobre as finalidades e os objetivos dos Institutos Federais dentro da proposta de interiorização da educação básica e superior. A palavra “qualidade” é um adjetivo fortemente presente na referência ao Instituto, contudo percebe-se uma exaltação ao pilar Ensino e um esquecimento do pilar Pesquisa, a exemplo da declaração a seguir: “curso técnico de extensão na zona rural, né? A princípio, mas eu acho que eles já ampliaram para mais” (Entrevistado 1, primeiro setor).

Quanto à impressão do que é o IF Baiano, as fontes fizeram referências positivas nas adjetivações: séria, com credibilidade, forte, ética, parceira, acolhedora, participativa e colaborativa de forma genérica e, de maneira específica, quanto à qualificação da equipe docente. Isso demonstra o quanto a instituição conseguiu construir e manter uma imagem positiva no município de Teixeira de Freitas e região, mesmo com a mudança de marca. Observem-se as frases: “por ser uma instituição aqui na nossa cidade que só possui cursos técnicos, no meu ponto de vista, ela é colaborativa e contribui tecnicamente” (Entrevistado 2, segundo setor); “é um instituto que acolhe e forma as pessoas para terem um futuro melhor, para dar segurança familiar” (Entrevistado 6, segundo setor).

Quanto à formação de jovens, a instituição também transmite uma imagem positiva no processo de transformar a realidade da juventude e ampliar a possibilidade de inserção no mercado de trabalho. Na verdade, os atores locais referem que o IF Baiano interfere e traz benefícios de forma individual e coletiva porque ele está vinculado à oportunidade de desenvolvimento e crescimento do município a exemplo das afirmações: “sentimento positivo, né! Sentimento de desenvolvimento, sentimento de coisa boa. Acho que ela é

uma instituição acolhedora, que se conecta com diversos setores e atividades do município” (Entrevistado 12, segundo setor); “para Teixeira de Freitas, o IF Baiano representa uma possibilidade para inserção dos jovens no mercado de trabalho de forma muito melhor do que era feito antes dele” (Entrevistado 14, terceiro setor).

A credibilidade no ensino traz impacto direto na sensação de benefício e segurança dos entrevistados, especialmente por ser uma alternativa de faculdade, e gera sentimentos de orgulho, esperança e alegria pela existência do Instituto como pode ser observado nas declarações: “eu sei que ele colabora muito com o desenvolvimento da cidade, né, então eu acho ele muito importante” (Entrevistado 18, segundo setor); “eu sinto orgulho de ter o IF Baiano na cidade de Teixeira de Freitas porque, como eu disse, é essa a alternativa; eu tenho orgulho de ter o IF Baiano na cidade de Teixeira de Freitas” (Entrevistado 8, terceiro setor).

Em geral, os respondentes tecem características positivas em relação ao Instituto no município de Teixeira de Freitas. Um detalhe foi a referência constante à antiga marca EMARC: “quando você fala IF Baiano e fala antiga EMARC³, o povo lembra mais da antiga EMARC por conta da presença que era, né! Era muito comum ter mais alunos... (...) A distância física traz esse distanciamento da sociedade ao IF Baiano” (Entrevistado 8, terceiro setor). Percebeu-se bastante saudosismo em relação ao trabalho administrativo e pedagógico realizado pela EMARC. Após a transformação da marca, o Instituto Federal Baiano é visto como tímido e pouco divulgado: “precisa melhorar algumas coisas, precisa melhorar a questão de gestão, precisa melhorar a questão administrativa, precisa divulgar mais a sua marca e a sua potencialidade” (Entrevistado 8, terceiro setor); “uma grande obra que precisa ser mais divulgada perante o jovem e as pessoas que estão estudando, né? Potencial tem” (Entrevistado 9, terceiro setor).

A queixa dos participantes quanto à divulgação institucional, inclusive quanto a trabalhos científicos e extensionistas, não significa uma ausência do IF Baiano na área de comunicação. Nos documentos institucionais, há registros quanto às tentativas de diálogo com seus públicos. Em 2009, o IF Baiano implantou uma Coordenação de Comunicação Social na Reitoria (IF Baiano, 2009). Porém, esses esforços ainda se mostram insuficientes porque os produtos e os serviços de comunicação institucionalizados continuam distantes da realidade e não alcançam os públicos regionais, o que é especialmente perceptível quando esse público estratégico (ator local) utiliza a referência à marca EMARC.

Apesar da preocupação institucional de contribuição do IF Baiano com o desenvolvimento local e regional, o fortalecimento do relacionamento com a sociedade, a socialização dos conhecimentos científico, tecnológico e de responsabilidade ambiental para vincular soluções aos problemas reais e a proposta de fazer parcerias para ampliar

³ As Escolas Médias de Agropecuária Regional da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (EMARC da CEPLAC) foram criadas no início do século XX com o objetivo de serem um centro de ensino técnico agropecuário e industrial e de formação profissional com atuação na zona rural, vinculadas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Em 2013, foram incorporadas ao IF Baiano.

intercâmbio educacional e integrar a instituição a empreendimentos (IF Baiano, 2009), percebe-se que a gestão estratégica ainda não alcança a realidade porque, para os atores locais, o Instituto Federal Baiano não trouxe transformação e/ou mudança na cultura local.

Para os participantes, o IF Baiano, enquanto instituição de ensino que atende a vocação regional e vai gerar resultados de médio e longo prazo, precisa ampliar o atual relacionamento com o município de Teixeira de Freitas com a promoção de mais ações voltadas à coletividade como enfatizam os entrevistados: “precisaria promover mais ações, não só centralizadas no IF Baiano, mas descentralizadas” (Entrevistado 4, terceiro setor); “deveria fazer uma campanha de incentivar mais, participar mais dessas comunidades periféricas da nossa cidade. (...) tem poder para isso, tem conhecimento, tem talento, ter credibilidade acima disso tudo para estar ajudando nosso município” (Entrevistado 5, primeiro setor).

Deste trabalho, infere-se que o Instituto Federal Baiano precisa traduzir em seu cotidiano organizacional o significado do projeto Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e socializá-lo dentro de seu Território de Identidade. Ele é uma instituição de ensino de qualidade, mas, para ser uma real referência em seu segmento educacional (visão institucional), precisa ser lembrado em suas finalidades, características e objetivos (Lei no 11.892/2008) pelos seus públicos. Foi perceptível que as iniciativas, as ações e as atividades, ligadas aos pilares Ensino, Pesquisa e Extensão e citadas pela organização em seus Relatórios de Gestão, não chegam ao conhecimento do público. Isso não amplifica a demanda por parte dos moradores em aproveitar de forma efetiva o potencial humano, físico, logístico e financeiro do Instituto para alcançar o cotidiano regional.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as maiores contribuições da imagem para a gestão estratégica do Instituto Federal Baiano (objetivo geral) são: de forma positiva, existir uma sintonia entre a idealização e a percepção do benefício gerado pela escola nos aspectos formação de pessoas e pelos cursos ofertados. Em aspectos a serem melhorados, destaca-se uma maior integração do Instituto com a comunidade local para construir uma identidade sólida de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia na região.

A imagem organizacional do IF Baiano é a de uma escola técnica do governo federal com referência em educação do campo que forma, capacita e qualifica o jovem e amplia a inserção deste no mercado de trabalho, além de trazer oportunidade, desenvolvimento e crescimento para a cidade. Esse entendimento demonstra um desalinhamento entre a imagem percebida pelo público e a imagem pretendida pelo IF Baiano. Assim, exigirá da instituição mais empenho na comunicação institucional e maior envolvimento dos gestores e da comunidade interna com a agenda local.

Quanto à percepção da imagem dos atores locais sobre uma instituição federal pública no contexto do desenvolvimento local, observa-se que os respondentes têm sentimentos de orgulho, alegria e esperança pela cidade ter uma escola de qualidade e referência nas áreas de agricultura e pecuária. Porém, eles almejam uma maior divulgação: é preciso alinhar a gestão estratégica com a imagem e produzir novas mensagens organizacionais mais próximas ao conceito de um Instituto Federal.

Quanto às contribuições da imagem organizacional para a gestão estratégica do IF Baiano, nota-se que os atores locais enxergam a instituição como uma escola de qualidade. Porém, a proximidade entre a imagem pretendida e a imagem percebida exige um esforço maior: executar sua gestão estratégica conforme seu projeto pedagógico; disseminar a identidade Instituto Federal; potencializar os papéis do estudante e do egresso na popularização da marca.

Dentro do achado de pesquisa, estão a imagem positiva do IF Baiano e a expectativa individual e coletiva que o mesmo gera na região. Esse formato de gestão gera outras possibilidades às teorias da imagem porque mostra uma instituição como um lugar que transcende sua forma de dizer quem é. Recomenda-se que o Instituto ramifique sua participação em espaços decisórios coletivos para serem percebidos como atuantes, influenciadores e transformadores da realidade. No aspecto comunicação, é recomendável buscar uma melhoria na imagem da Pesquisa e da Extensão, trabalhando na divulgação desses pilares junto aos públicos.

Para pesquisas futuras, sugere-se segmentar (governo, iniciativa privada ou terceiro setor) para trazer resultados mais específicos; escolher grupos sem vínculo com liderança para comparação do olhar sobre as localidades; ampliar a amostra em termos regionais porque os Institutos Federais trabalham com a concepção de Território de Identidade.

REFERÊNCIAS

Argenti, P. A. **Comunicação Empresarial**: a construção da identidade, imagem e reputação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília.

Dowbor, L. **Educação e Desenvolvimento Local** [Post em blogue], 2006. Disponível em <http://dowbor.org/2006/04/educacao-e-desenvolvimento-local- doc.html/>. Acesso 13 mar 2018.

Gil, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2016). **Teixeira de Freitas**, 2016. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=293135&search=Iinfogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>. Acesso em 15 ago 2016.

Instituto Federal Baiano (2009). **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Disponível em <http://www.ifbaiano.edu.br/unidades/guanambi/files/2012/05/PDI.pdf>. Acesso em 5 mar 2016.

Instituto Federal Baiano (2014b). **Regimento Interno** (Conselho Superior). Disponível em <http://www.ifbaiano.edu.br/reitoria/wp-content/uploads/2010/10/consup-regimento-interno.pdf>. Acesso em 14 ago 2016.

Instituto Federal Baiano (2012). **Relatório de Gestão 2011**. Disponível em <http://pro-reitorias.ifbaiano.edu.br/portal/prodin/files/2011/10/RELATRIODE- GESTOPARATCU.pdf>. Acesso em 5 mar 2016.

Instituto Federal Baiano (2013). **Relatório de Gestão 2012**. Disponível em <http://pro-reitorias.ifbaiano.edu.br/portal/prodin/files/2013/04/RelatoriodeGestao2012IFBaiano.pdf>. Acesso em 5 mar 2016.

Instituto Federal Baiano (2015). **Relatório de Gestão 2014**. Disponível em <http://pro-reitorias.ifbaiano.edu.br/portal/prodin/files/2015/05/RelatoriodeGestao2014IFBAIANO.pdf>. Acesso em 5 mar 2016.

Instituto Federal Baiano (2018). **Relatório de Gestão 2017**. Disponível em <https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2018/08/PUBLICA%C3%87%C3%83O-P%C3%93S-RECOMENDA%C3%87%C3%95ES-DA-CGU.zip>. Acesso em 1 fev 2021.

Kaplan, R. S. & Norton, D. P. **Kaplan e Norton na prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Massey, J. E. (2003). A theory of organizational image management: antecedents, processes & outcomes. **Atas da International Academy of Business Disciplines Annual Conference**. Orlando. Disponível em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.196.2229&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em 3 mar 2016.

Meyer Jr., V., Pascucci, L. & Mangolin, L. (2012). Gestão estratégica: um exame de práticas em universidades privadas. **Revista de Administração Pública**, 46(1), 49-70. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122012000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 19 mar 2016.

CAPÍTULO 3

BIODIVERSIDADE E IDENTIDADE LOCAL: O POTENCIAL DAS PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS PARA A VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA URBANA DE CURITIBA

Data de aceite: 01/04/2021

Data de submissão: 04/01/2021

André de Souza Lucca

Universidade Tecnológica Federal do Paraná,
Departamento Acadêmico de Desenho
Industrial
Curitiba – PR
lattes.cnpq.br/6925788741408133

Layssa Kmiecik

Universidade Tecnológica Federal do Paraná,
Departamento Acadêmico de Desenho
Industrial
Curitiba – PR
lattes.cnpq.br/5484107091388277

RESUMO: Este texto discorre, a partir da perspectiva do Design para Territórios, sobre a reorientação dos modelos de cultivo e consumo de alimentos nas iniciativas de agricultura urbana em Curitiba. Como objetivo, este trabalho propõe um conjunto de recomendações para projetos que visam contribuir para comunicar o potencial das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) nativas da Região Sul do Brasil, incentivar o seu cultivo e consumo, como forma de valorizar a biodiversidade local, promover a autonomia das comunidades participantes dessas iniciativas e fortalecer a identidade curitibana. O estudo foi concentrado na Horta Comunitária do Cajuru. Este recorte foi determinado em razão do importante papel desempenhado por essa iniciativa que busca introduzir o cultivo das PANCs

como estratégia de fortalecimento da segurança alimentar nas comunidades circunstantes. A pesquisa realizada teve um caráter qualitativo e os procedimentos metodológicos adotados para o seu desenvolvimento foram a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a pesquisa de campo e os levantamentos. Como resultado, este trabalho gerou um compilado de recomendações para a elaboração de ações e projetos de comunicação das qualidades das PANCs nativas da Região Sul do Brasil, bem como, orientações para o cultivo sustentável e o consumo responsável das PANCs produzidas em hortas comunitárias urbanas.

PALAVRAS - CHAVE: Design para Territórios; Identidade local; Comunicação; Biodiversidade; Plantas alimentícias não convencionais.

BIODIVERSITY AND LOCAL IDENTITY: THE POTENTIAL OF UNCONVENTIONAL FOOD PLANTS FOR THE VALORIZATION OF CURITIBA'S URBAN AGRICULTURE

ABSTRACT: This paper discusses, from the perspective of Design for Territories, about the reorientation of cultivation and food consumption models in urban garden initiatives in Curitiba. As an objective, this work proposes a set of recommendations for projects that aim to contribute to communicating the potential of the native Unconventional Food Plants (UFPs) of the Southern Region of Brazil, to encourage their cultivation and consumption as a way of enhancing local biodiversity, promoting the autonomy of the communities participating in these initiatives and strengthen the local identity of Curitiba. The study

was concentrated in the Cajuru Community Garden. This cut was determined by the important role played by this initiative that seeks to introduce the cultivation of UFPs as a strategy for strengthening food security in surrounding communities. The research carried out had a qualitative character and the methodological procedures adopted for its development were the bibliographic research, the documentary research, the field research and the surveys. As a result, this work generated a compilation of recommendations for the elaboration of actions and communication initiatives on the qualities of native UFPs in the Southern Brazilian Region, as well as guidelines for the sustainable cultivation and responsible consumption of UFPs produced in urban community gardens.

KEYWORDS: Design for Territories; Local identity; Communication; Biodiversity; Unconventional food plants.

1 | INTRODUÇÃO

Este texto apresenta os resultados obtidos com uma pesquisa orientada para o Design desenvolvida no segundo semestre de 2018, como parte de um Trabalho de Conclusão de Curso em Design Gráfico, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). O objetivo da investigação foi propor recomendações de projeto para valorizar a biodiversidade local e fortalecer a identidade de Curitiba, no Paraná. Para tanto, o recorte da pesquisa foi definido nos aspectos que regem a comunicação do potencial das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) como forma de promover uma agricultura urbana sustentável por meio das iniciativas de hortas comunitárias na capital paranaense (KMIECIK, 2018; KMIECIK; LUCCA, 2020).

Este trabalho se originou com a hipótese de que a inserção das PANCs nativas da Região Sul do Brasil nos hábitos alimentares locais contribuiria para o fortalecimento da autonomia e da segurança alimentar das comunidades carentes presentes na capital, por meio do incentivo ao desenvolvimento de um modo de produção de alimentos colaborativo, pelo estímulo à formação de hortas urbanas comunitárias e pelo fortalecimento da sustentabilidade como elemento distintivo da identidade de Curitiba (RIBAS, 2015).

O propósito destas recomendações é orientar novos projetos de design, auxiliando na identificação das potencialidades para o uso das PANCs nativas, oferecendo alternativas para a comunicação das suas qualidades, incrementando o seu cultivo e promovendo o seu consumo para, assim, facilitar a inserção destas espécies não convencionais nos hábitos alimentares locais.

Em Curitiba, as hortas urbanas fazem parte de um programa de agricultura urbana promovido pela Secretaria Municipal do Abastecimento (SMAB). Estas hortas existem há mais de trinta anos e são exemplos de iniciativas promissoras, que têm por objetivo a utilização e revitalização dos espaços vazios urbanos como áreas de cultivo orgânico de alimentos (SMAB, 2018).

Segundo a SMAB (2018), dentre as hortas comunitárias criadas pelo programa, se

destaca a Horta Comunitária do Cajuru¹, que foi inaugurada em julho de 2017 e, mesmo com pouco tempo de existência, é considerada a iniciativa mais promissora na capital.

Além do cultivo de hortaliças convencionais, a Horta do Cajuru se diferencia das demais pelo cultivo de PANCs, espécies pouco usuais mas que, segundo Kinupp (2014), possuem um grande potencial nutricional. Todavia, por se tratar de espécies pouco conhecidas, acabam desprezadas, desperdiçando assim todo o seu potencial.

Deste modo, o presente trabalho busca promover o cultivo e o consumo das PANCs nativas da Região Sul do Brasil como forma de valorizar a biodiversidade local e fortalecer a identidade curitibana por meio da introdução destas espécies na cultura gastronômica da cidade.

Segundo Krucken (2009), os produtos derivados dos recursos locais são manifestações culturais fortemente relacionadas com o território. Esses produtos são o resultado de uma rede, tecida ao longo do tempo, que envolve também os modos tradicionais de produção, os costumes e os hábitos locais.

Para que os consumidores (muitas vezes situados em localidades distantes do território de origem dos produtos) reconheçam essas qualidades, é necessário comunicá-las com eficiência, por meio de marcas, embalagens e outras interfaces. Essa tarefa de “tradução” ou “mediação” envolve muita sensibilidade e responsabilidade e é extremamente importante, pois consiste no desenvolvimento de uma interface de entendimento comum para produtores e consumidores. (KRUCKEN, 2009, p.17)

Então, projetar para o território significa promover o reconhecimento e a preservação da identidade e da cultura local (Krucken, 2009). Portanto, a identidade local se transforma no ponto de partida para qualquer hipótese de Design para Territórios. Para Parente (2010), esta identidade deve ser reconhecida, renovada ou planejada, para depois ser compartilhada pelos atores locais.

2 | MÉTODOS

A abordagem de pesquisa adotada neste trabalho foi qualitativa, com uma fase de investigação descritiva, onde foi efetuada a revisão da literatura e outra fase exploratória, que compreendeu a realização da pesquisa de campo.

Para a fase descritiva, foi realizada uma pesquisa bibliográfica delimitada nos princípios do Design de Sistemas para a Sustentabilidade (MANZINI, 2008; VEZZOLI, 2010), do Design para Territórios (KRUCKEN, 2009; LUCCA, 2011) e nos conceitos e modelos de cultivo sustentável e consumo responsável (MACHADO; MACHADO, 2002; PROJETO PANCs, 2012). Esta fase foi complementada com a identificação dos preceitos para uma alimentação saudável, por meio do estudo do Movimento Slow Food e da sua

¹ Apresentação da Horta Comunitária do Cajuru no portal da Prefeitura Municipal de Curitiba. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/horta-comunitaria-do-cajuru-beneficia-mais-de-100-pessoas-da-regiao/44144>>. Acesso em: 05 de jan. de 2021.

filosofia (PETRINI, 2009; OLIVEIRA, 2014); e dos fundamentos da Permacultura, um modelo agrícola sistêmico e sustentável (MOLLISON, 1998).

Para a fase de pesquisa exploratória, foram realizadas visitas em campo na Horta Comunitária do Cajuru e na Feira de Orgânicos da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Nesta fase, foram executadas observações participantes e entrevistas livres, seguindo o modelo de *survey* apresentado por Freitas (2000), para entender as dinâmicas presentes naquelas iniciativas e identificar, na forma de um diagnóstico, as demandas e oportunidades relacionadas ao cultivo de PANCs.

Para coletar informações específicas sobre as espécies PANCs nativas do Sul do Brasil foi efetuado um novo levantamento de dados, por meio de uma visita à Feira de Agroecologia da UFPR, de uma entrevista com um especialista no cultivo de PANCs (SILVÉRIO, 2018) e de uma pesquisa bibliográfica baseada no guia de PANCs de Valdely Ferreira Kinupp (2014). Esta fase foi também complementada com uma pesquisa documental junto à SMAB, onde foram identificados e analisados documentos da entidade.

Para a realização das entrevistas livres, foram elaborados roteiros de perguntas para guiar os diálogos (LAKATOS; MARCONI, 2003). Estes roteiros foram definidos tomando por base as diretrizes e recomendações obtidas na fase inicial da revisão da literatura.

Na pesquisa em campo, a observação participante foi definida como técnica de investigação com diálogos não estruturadas desenvolvidos durante as visitas (LAKATOS; MARCONI, 2003).

3 | RESULTADOS

A partir da imersão em campo realizada na Horta Comunitária do Cajuru, das visitas à Feira de Orgânicos da UFPR e à SMAB, foi possível diagnosticar e identificar as demandas e oportunidades latentes para novos projetos de design.

A principal demanda observada se refere à necessidade de criação de uma imagem que identifique a Horta Comunitária do Cajuru como uma iniciativa oficial e permanente, tanto para gerar o reconhecimento e a valorização das atividades ali desenvolvidas, como para facilitar a comercialização dos excedentes de produção por meio da identificação de origem dos alimentos.

Assim, sob a ótica do Design para Territórios, se identificou o cultivo de PANCs como o elemento distintivo daquela iniciativa. Esta característica evidenciou, então, o elemento fundamental a ser trabalhado nas futuras propostas de construção da identidade para a Horta do Cajuru.

As PANCs cultivadas na Horta do Cajuru² também desempenham um importante papel frente a garantia da segurança e a autonomia alimentar local, pois proporcionam o aumento da variedade de alimentos disponíveis, corroborando para a independência da

² Almeirão roxo (*Cichorium intuis*), Radite (*Cichorium intybus*), Peixinho (*Stachys byzantina*) e Capuchinha (*Tropaeolum majus*).

iniciativa enquanto produção de alimentos para subsistência.

Entretanto, se observou que as espécies cultivadas, mesmo estabelecidas, não são nativas da Região Sul do Brasil, com exceção da Ora-pro-nóbis (*Pereskia aculeata*), que é uma espécie presente em todo o território nacional. Dada a importância das espécies nativas para a preservação da biodiversidade local, se percebeu nisso uma oportunidade de otimização do sistema de produção e de consumo dos alimentos da horta.

Além disso, se tornou evidente a dificuldade dos beneficiários da horta em identificar as espécies PANCs e suas aplicações culinárias. Isso impede que as mesmas sejam percebidas como plantas que aumentam a diversidade de alimentos disponíveis, comprometendo ainda mais a autonomia alimentar na comunidade.

A Figura 1 apresenta, resumidamente, o resultado do diagnóstico efetuado durante as visitas na horta, na feira e na SMAB. Os dados foram organizados de forma a evidenciar as potencialidades e as demandas verificadas.

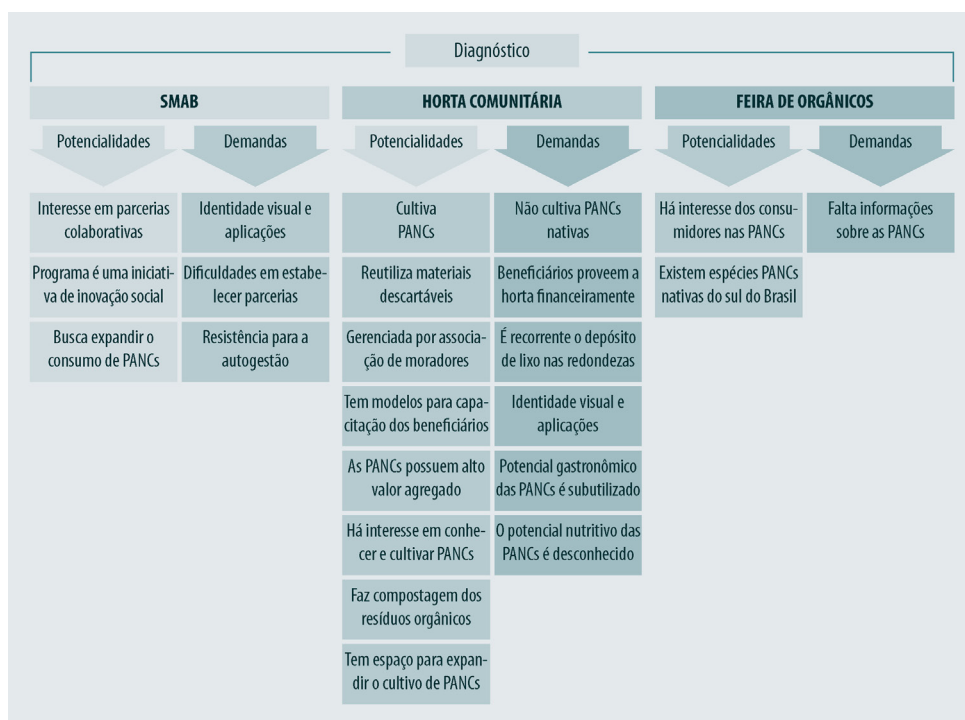


Figura 1 – Resumo do diagnóstico.

Fonte: KMIECIK (2018)

Após o diagnóstico, foram apontados encaminhamentos para as potencialidades identificadas e soluções para as demandas observadas em cada um dos três locais visitados (Quadro 1).

Local	Encaminhamentos para as potencialidades identificadas	Soluções para as demandas observadas
SMAB	<p>I – Desenvolver editais públicos com foco no desenvolvimento de projetos em parceria com entidades públicas e privadas;</p> <p>II – Estimular o consumo e a comercialização das espécies PANCs nativas do Sul do Brasil, tanto no contexto domiciliar, quanto em estabelecimentos comerciais dedicados à alimentação saudável.</p>	<p>I – Desenvolver uma imagem de marca e identidade visual coerentes com o contexto da administração pública, considerando o ambiente de atuação e as perspectivas futuras da entidade;</p> <p>II – Promover projetos de parcerias, colaborações e interações entre os beneficiários das diferentes hortas com as entidades públicas estaduais e federais, bem como, com empresas privadas dedicadas à agricultura sustentável;</p> <p>III – Promover atividades e workshops comunitários para enfatizar a importância da autonomia nas iniciativas como meio de promover o bem comum.</p>
Horta Comunitária do Cajuru	<p>I – Estimular a comercialização das espécies PANCs nativas;</p> <p>II – Reiterar a importância da reutilização dos resíduos descartáveis e da compostagem dos resíduos orgânicos;</p> <p>III – Promover atividades para a integração intracomunitária e entre comunidades;</p> <p>IV – Utilizar os espaços e ambientes comunitários para informar sobre as PANCs nativas;</p> <p>V – Promover a evolução da horta como uma iniciativa comunitária para um empreendimento social difuso que comercialize as PANCs nativas cultivadas;</p> <p>VI – Promover oficinas, workshops, palestras, degustações, bate papos, circulação de materiais de divulgação a respeito das PANCs, em especial das espécies nativas; VII – utilizar os espaços disponíveis na horta para o cultivo de PANCs nativas.</p>	<p>I – Incentivar o consumo de espécies nativas como forma de promover o cultivo;</p> <p>II – Incentivar o desenvolvimento da horta como um empreendimento social difuso;</p> <p>III – Delimitar precisamente o espaço com cercas vivas e instalação de painéis informativos indicando o correto destino para os resíduos;</p> <p>IV – Promover oficinas culinárias, encontros de degustação, mostras gastronômicas e trocas de informações sobre receitas, por meio de material oficial de divulgação (livretos e guias) e também por meios informais como diálogos, palestras, vídeos e bate-papos em redes sociais;</p> <p>V – Promover a troca de informações por meio de cursos, palestras, workshops e publicações em redes sociais;</p> <p>VI – Promover a inserção das PANCs nos hábitos alimentares locais por meio de informações a respeito do potencial nutritivo destas espécies e com a divulgação de receitas culinárias.</p>
Feira de Orgânicos da UFPR	<p>I – Instigar a curiosidade dos consumidores a respeito destas espécies e sua importância para o ambiente, para a autonomia e segurança alimentar, por meio de exposições, feiras culinárias e guias gastronômicos.</p>	<p>I – Promover a inserção das PANCs na merenda escolar, das creches, dos asilos e dos hospitais na região.</p>

Quadro 1 – Potencialidades identificadas e soluções propostas.

Fonte: KMIECIK (2018)

Este diagnóstico fundamentou o desenvolvimento das recomendações de design para comunicar o potencial das PANCs nativas na Horta Comunitária do Cajuru. Essas recomendações, além de auxiliar no planejamento das iniciativas organizadas pela SMAB, visam orientar o desenvolvimento de novos projetos que procurem facilitar e otimizar sistemas ecoeficientes, socialmente coesos e equânimes, capazes de satisfazer demandas provenientes de iniciativas sociais (assim como as hortas urbanas comunitárias), promover a interação entre os atores participantes e valorizar o território.

Por isso, a estrutura do conjunto de recomendações foi dividida em três partes: orientações para o cultivo sustentável de PANCs; orientações para o consumo responsável das PANCs; orientações para comunicar o potencial das PANCs. Tais recomendações foram compiladas em tabelas que relacionam as orientações com a atuação do profissional de Design.

4 | ORIENTAÇÕES PARA O CULTIVO SUSTENTÁVEL DE PANCs

As espécies PANCs nativas da Região Sul do Brasil sugeridas para o cultivo nas hortas comunitárias de Curitiba foram identificadas durante a fase de pesquisa exploratória. A Figura 2 apresenta estas espécies, descreve as suas partes comestíveis e os usos culinários sugeridos.


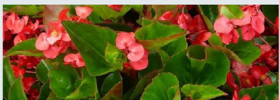



PANCs nativas da Região Sul				
IMAGEM	NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	PARTES COMESTÍVEIS	USOS CULINÁRIOS
	CARQUEJA	<i>Baccharis articulata</i>	Raízes, folhas e ramos	Ideal para a fabricação de bebidas como cerveja, frísante e chá. Pode ser inserida no chimarrão
	BEGÔNIA	<i>Begonia semperflorens</i>	Flores, folhas e tecidos	Geléias, saladas, sorvetes, gelatinas e sucos
	ALHO SILVESTRE	<i>Nothoscordum gracile</i>	Bulbos, folhas e flores	O bulbo pode ser usado como o alho convencional. As folhas e flores como salada
	MELÃO CROÁ	<i>Sicana odorifera</i>	Fruto, sementes, casca e fruto imaturo	Polpa: suco, refogado, sorvete e creme. Semente: <i>in natura</i> ou farinha. Casca: chá. Fruto imaturo: legume
	CREM	<i>Tropaeolum pentaphyllum</i>	Tubérculos, folhas e flores	Tubérculo: cru, cozido ou frito. Folhas e flores: na salada crua

Figura 2. PANCs nativas da Região Sul do Brasil.

Fonte: KMIECIK (2018)

De acordo com as abordagens do Design de Sistemas para a Sustentabilidade, do Design para Territórios e da Permacultura, foram compiladas as recomendações para cultivo sustentável destas espécies PANCs nativas na Horta do Cajuru. Na síntese apresentada na Figura 3, também está pontuado o papel dos designers.

Orientações para o cultivo sustentável de PANCs		
O QUE FAZER	COMO FAZER	PAPEL DO DESIGN
Cultivar espécies nativas	Cultivar as espécies identificadas (Carqueja, Melão Croá, Crem, Begônia e Alho Silvestre)	Desenvolver materiais informativos sobre as formas de cultivo das PANCs
Posicionar cada uma das espécies para que cooperem entre si	Begônia nas bordas do canteiro. Melão Croá e o Crem onde possam crescer. Crem e o Alho Silvestre em sistema de consórcio	Desenvolver materiais informativos sobre a cooperação entre as espécies
Organizar a polivalência dos elementos	Usar trepadeiras como cercas e a Begônia como borda. Localizar a caixa d'água na parte alta do terreno e aproveitar a água da chuva	Desenvolver materiais informativos sobre a polivalência dos elementos num sistema de cultivo sustentável
Planejar a localização dos elementos de acordo com a recorrência de uso	Facilitar o acesso às espécies que podem ser colhidas diariamente (p. ex. folhosas para saladas e os temperos)	Desenvolver calendários e agendas evidenciando as os períodos de maturação e colheita
Reiterar a importância de utilizar recursos biológicos na manutenção da horta	Enfatizar a importância da compostagem e do uso de espécies para o controle de insetos	Desenvolver materiais informativos sobre a utilização de recursos biológicos
Otimizar o consumo e a produção de energia do sistema	Instalar painéis para captação da energia solar passiva e fotovoltaica	Desenvolver materiais informativos sobre as vantagens dos modelos alternativos de captação e produção de energia
Estar atento ao controle das espécies	Realizar podas e manejos adequados e de acordo com as necessidades	Desenvolver materiais informativos sobre manejo e o controle das espécies
Estimular o crescimento natural das espécies	Utilizar adubos orgânicos e cultivar espécies nativas	Desenvolver materiais informativos sobre estímulo e crescimento natural das espécies e a sua importância
Aumentar a diversidade de espécies disponíveis	Cultivar novas espécies PANCs, especialmente as espécies nativas	Desenvolver materiais informativos sobre a importância da diversidade de alimentos para uma autonomia alimentar
Posicionar as espécies levando em consideração as características naturais do ambiente	Considerar a orientação do sol, sentido do vento e área de sombra (o Melão Croá não pode ser cultivado na sombra)	Desenvolver materiais informativos sobre as condições edafoclimáticas da região de Curitiba
Considerar os volumes de produção	Averiguar se o que se produz é consumido	Desenvolver materiais informativos sobre as formas de evitar o desperdício de alimentos
Circular informações sobre modelos de cultivo sustentável	Divulgar informações sobre a Permacultura e demais modelos de cultivo sustentável	Desenvolver materiais informativos sobre os modelos de cultivo sustentável, Permacultura e hortas urbanas

Figura 3. Orientações para o cultivo sustentável de PANCs. KMIECIK (2018)

5 I ORIENTAÇÕES PARA O CONSUMO RESPONSÁVEL DE PANCS NATIVAS

Segundo Petrini (2009), uma alimentação responsável e de qualidade deve seguir três princípios: o bom, o limpo e o justo. Estes princípios englobam o aspecto prático do consumo de alimentos, orientando tanto a ingestão dos alimentos, quanto as relações que se desenvolvem em todo o processo produtivo. Se guiando por estes princípios, foram estruturadas as orientações para o consumo responsável das PANCs (Figura 4).

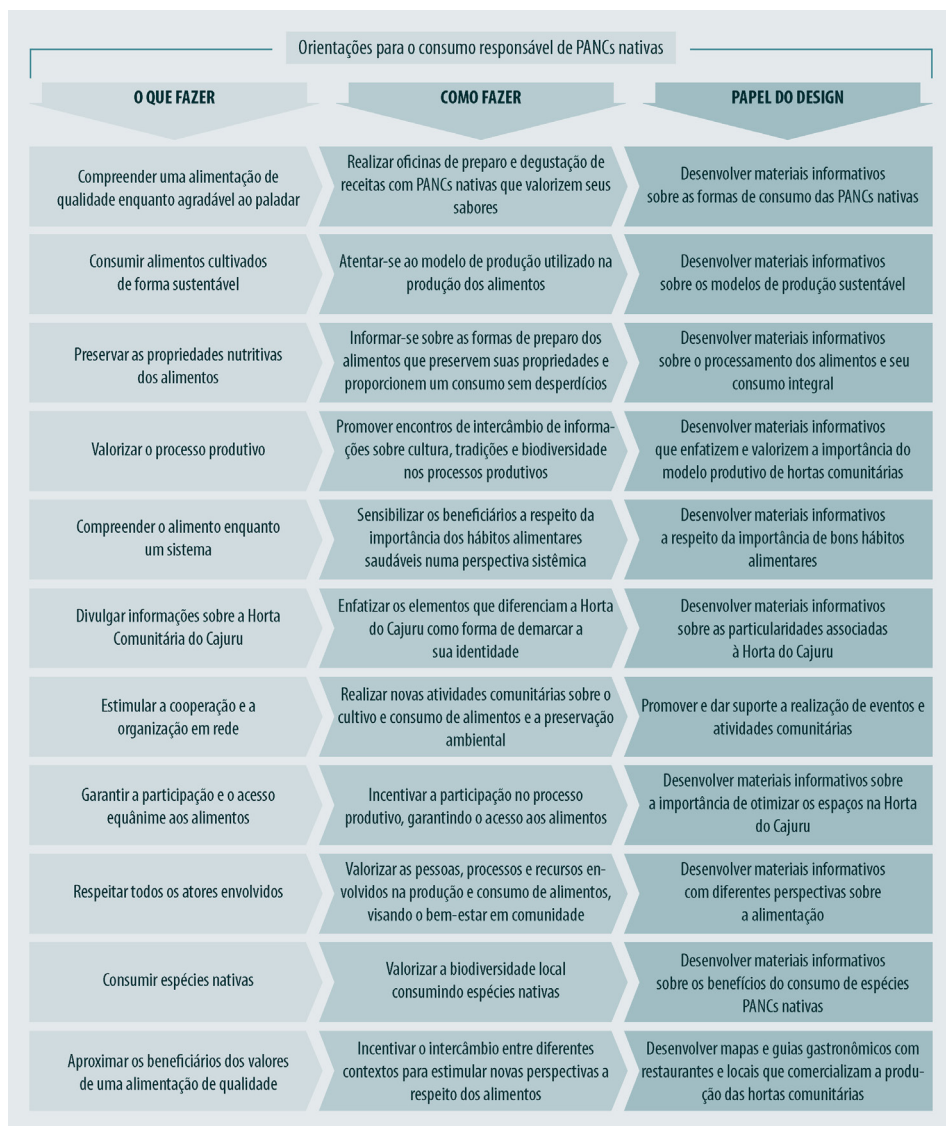


Figura 4. Orientações para o consumo responsável de PANCS.

Fonte: KMIECIK (2018)

6 I ORIENTAÇÕES PARA COMUNICAR O POTENCIAL DAS PANCS NATIVAS

A comunicação das qualidades de um produto, de acordo com Krucken (2009), é uma das estratégias que permitem a valorização do território. Neste sentido, comunicar o potencial das PANCs nativas a partir da sua introdução na Horta do Cajuru, além de reconhecer e preservar a cultura e as tradições locais, por meio do cultivo de espécies nativas do Sul do Brasil, visa também promover o consumo destas espécies, aumentando a diversidade de alimentos disponíveis (Figura 5).

Orientações para comunicar o potencial das PANCs nativas		
O QUE FAZER	COMO FAZER	PAPEL DO DESIGN
Comunicar as qualidades e o conteúdo socioambiental presente nas PANCs nativas	Promover informações sobre as vantagens do cultivo e consumo de PANCs nativas para a saúde e o ambiente	Comunicar as qualidades das PANCs enfatizando os aspectos funcionais, emocionais, ambientais, culturais, econômicos e sociais
Divulgar o conteúdo nutritivo das PANCs nativas	Promover informações sobre o potencial nutritivo das PANCs e a importância do seu consumo para a saúde e o bem-estar	Desenvolver materiais informativos sobre o conteúdo nutricional das PANCs em oposição aos alimentos ultraprocessados
Desenvolver a identidade visual e suas aplicações para a Horta do Cajuru	Utilizar PANCs nativas como elementos distintos do território, reforçando sua diferenciação	Utilizar as PANCs nativas como elementos diferenciadores para identidades visuais, embalagens, selos de qualidade e indicação da origem
Circular informações sobre as espécies e seus usos culinários	Produzir informações gerais sobre as PANCs nativas e seus possíveis usos gastronômicos	Desenvolver materiais informativos gerais sobre as PANCs nativas e seus usos gastronômicos
Incentivar a interação entre os beneficiários e a sociedade civil com um todo	Aproximar a comunidade externa das iniciativas e ações que ocorrem nas hortas comunitárias, gerando visibilidade	Desenvolver materiais informativos destinados aos consumidores e as comunidades vizinhas das hortas comunitárias
Comunicar as potencialidades alimentares das PANCs nativas	Inserir informações sobre as PANCs dentro das hortas, instigando os beneficiários ao seu consumo	Desenvolver embalagens e materiais promocionais que evidenciem a presença de PANCs nativas
Incentivar o desenvolvimento de empreendimentos sociais difusos a partir das hortas comunitárias	Comercializar os excedentes de produção, gerando retorno financeiro para os beneficiários	Desenvolver marcas, selos e etiquetas para identificação da origem dos alimentos que contenham PANCs nativas
Desenvolver produtos locais e suas identidades	Utilizar as PANCs e seu alto valor agregado como produtos locais e promover visitas abertas à comunidade	Desenvolver receitas e novos produtos derivados das PANCs nativas e suas respectivas identidades visuais

Figura 5. Orientações para comunicar o potencial das PANCs nativas.

Fonte: KMIECIK (2018)

7 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciativas como a Horta Comunitária do Cajuru adquirem importância na medida em que ilustram uma forma de trabalho, em ambientes urbanos, que promove o acesso equânime aos recursos naturais pela população e induz a sua preservação.

Se trata de uma iniciativa oriunda do propósito de revitalizar os vazios urbanos e que pode alcançar resultados mais amplos, como a promoção da segurança e da autonomia alimentar nas comunidades envolvidas. Essas iniciativas possuem características para se tornarem casos promissores de inovação social (MANZINI, 2008).

Nesse contexto, o designer atua como projetista e mediador entre os processos de produção e de consumo, visando otimizar um sistema, como no caso das hortas urbanas, que contribui amplamente para o fortalecimento da resiliência de comunidades urbanas carentes.

A partir da união das diretrizes de Design que fundamentam o presente trabalho e do contato proporcionado pela pesquisa em campo com o cotidiano das hortas urbanas, foi possível identificar as demandas e potencialidades daquele sistema de produção de alimentos, desenvolver um diagnóstico das condições locais e propor um conjunto de recomendações com as quais os designers podem agir e contribuir para a sua otimização.

Foi identificado que o cultivo das PANCs é o elemento distintivo no contexto da agricultura urbana em Curitiba. Contudo, dentre as espécies PANCs cultivadas nas hortas, nenhuma era nativa do planalto paranaense e os beneficiários das hortas, pouco sabiam sobre elas e seus usos culinários.

As PANCs são espécies com grande potencial nutricional e desempenham um importante papel no desenvolvimento da autonomia alimentar. O cultivo de PANCs torna acessível uma maior diversidade de alimentos de qualidade. E as PANCs nativas, sendo espécies resistentes e perenes, garantem também uma produção constante durante o ano.

Dada a importância do uso de recursos locais para a sustentabilidade e para a valorização e preservação da biodiversidade, se identificou nisso uma oportunidade de atuação para os designers como forma de articulação da profissão com o desenvolvimento do território. Designers podem projetar cenários para comunicar as potencialidades das PANCs nativas, incentivar o seu cultivo e a sua introdução na cultura gastronômica local, fortalecendo assim, a identidade de Curitiba como uma cidade sustentável.

Os resultados deste trabalho também reforçam a responsabilidade e o papel dos designers frente os desafios da produção e o consumo de alimentos saudáveis.

A pesquisa orientada para o Design, enriquecida com a pesquisa de campo, possibilitou a aproximação e a inserção do pesquisador no contexto do estudo. A riqueza do contato direto com a realidade da horta e com as pessoas fazem aquela iniciativa acontecer cotidianamente, não poderia ser substituído por outro procedimento.

Por fim, é importante ressaltar a necessidade de se desenvolver pesquisas na área da produção alternativa de alimentos, principalmente nos ambientes urbanos. Diante do imperativo das mudanças necessárias para a construção de uma sociedade sustentável, ainda são escassos os conteúdos que auxiliam as pessoas comuns a perceberem a sustentabilidade a partir das suas realidades locais.

REFERÊNCIAS

FREITAS, Henrique. et al. **O método de pesquisa survey**. Revista de Administração, São Paulo, v.35, p.105-112, julho/setembro, 2000.

KINUPP, Valdely Ferreira. **Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) no Brasil: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas**. São Paulo: Editora Plantarum, 2014.

KMIECIK, Layssa. **Contribuições do Design Sustentável para a agricultura urbana em Curitiba: uma proposta a partir do estudo da Horta Comunitária do Cajuru**. 2018. 127 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Design Gráfico) – Departamento Acadêmico de Desenho Industrial, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba.

KMIECIK, Layssa; LUCCA, André de Souza. **Recomendações para a valorização da biodiversidade local a partir das plantas alimentícias não convencionais em hortas comunitárias urbanas**. Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental, v. 9, p. 898-917, 2020.

KRUCKEN, Lia. **Design e Território: valorização de identidades e produtos locais**. São Paulo: Studio Nobel, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUCCA, André de Souza. **Design e rilocalizzazione: strumenti progettuali per l'innovazione sostenibile nei paesi emergenti**. 2011. 201 f. Tese de Doutorado (Scienze del Design) – Scuola di Dottorato, Università luav di Venezia, Veneza, Itália.

MACHADO, Altair Toledo; MACHADO, Cynthia Torres de. **Agricultura urbana**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2002.

MANZINI, Ezio. **Design para Inovação Social e Sustentabilidade: comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais**. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

MOLLISON, Bill. **Introdução à permacultura**. Brasília: MA/SDR/PNFC, 1998.

OLIVEIRA, Daniel Coelho. **Slow Food e uma nova cultura alimentar**. Sociedade e Cultura, Goiânia, v.16, n.1, fevereiro, 2014.

PARENTE, Marina. Il design per la valorizzazione territoriale. Il caso del Rione Sanità a Napoli. **Tafterjournal**, n. 22, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.tafterjournal.it/2010/04/01/il-design-per-la-valorizzazione-territoriale-il-caso-del-rione-sanita-a-napoli/>>. Acesso em: 19 nov. 2020.

PETRINI, Carlo. **Slow Food: princípios da nova gastronomia**. São Paulo: Ed. Senac, 2009.

PROJETO PANCs. **Plantas alimentícias não-convencionais**. Elaboração e coordenação: Irany Arteche. Oficinas: Valdely Kinupp. Reportagens pela Cooperativa Catarse, 2012. 34 min, colorido. Disponível em: <https://youtu.be/ieB_jhhaC0>. Acesso em: 7 set. 2018.

RIBAS, Raphaela. Curitiba é a cidade mais sustentável da América Latina, diz relatório. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 de jan. de 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/imoveis/curitiba-a-cidade-mais-sustentavel-da-america-latina-diz-relatorio-14977530>>. Acesso em: 19 de jun. de 2019.

SILVÉRIO, Marcelo. **Cultivo de PANCs: depoimento**. [16 de outubro, 2018]. Curitiba: Feira de Orgânicos da UFPR. Entrevista concedida a Layssa Kmiecik.

SMAB, Secretaria Municipal do Abastecimento. **Agricultura urbana em Curitiba: depoimento**. [12 de setembro, 2018]. Curitiba: SMAB. Entrevista concedida a Layssa Kmiecik.

VEZZOLI, Carlo. **Design de Sistemas para a Sustentabilidade: teoria, métodos e ferramentas para o design sustentável de sistemas de satisfação**. Salvador: EDUFBA, 2010.

CAPÍTULO 4

CONTEXTUALIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS MINISTRADAS EM INGLÊS DA PUCRS

Data de aceite: 01/04/2021

Data de submissão: 04/02/2021

Kelvin Milost Arend

Pontifícia Universidade Católica (PUC/RS)
Porto Alegre – Rio Grande do Sul
<http://lattes.cnpq.br/0648919629388618>

RESUMO: A Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) é uma das maiores e mais importantes universidades do Brasil quanto à qualidade de seus cursos, pesquisas e investimentos a favor do aprendizado dos estudantes. Com a globalização, até uma Instituição de Ensino Superior precisa se adaptar ao ritmo que a informação e o conhecimento têm. Um ponto importante a se relevar é o *status* do inglês como idioma global, tornando sua fluência e prática um passo positivo em direção a internacionalização. O objetivo desta pesquisa foi explorar e contextualizar o processo de internacionalização da Universidade a partir das disciplinas ministradas em inglês. Entre março e abril de 2017, foram realizadas entrevistas com oito professores dessas disciplinas. Os resultados indicaram que, na percepção dos professores, mesmo essas disciplinas não sendo de total conhecimento dos alunos, a prática do idioma é o que os estudantes buscam e há seu interesse em cursá-las. Visto que essas disciplinas são compreendidas no tema Internacionalização em Casa, sugere-se para estudos posteriores uma maior discussão sobre a internacionalização e

integração das universidades, tanto entre seus diversos departamentos quanto entre seus corpos discentes e docentes.

PALAVRAS - CHAVE: Disciplinas ministradas em inglês; Inglês como idioma global; Internacionalização do ensino superior; Internacionalização em casa.

CONTEXTUALIZATION OF SUBJECTS TAUGHT IN ENGLISH FROM PUCRS

ABSTRACT: The Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul (PUCRS) is one of the largest and most important universities in Brazil as to the quality of its courses, researches and investments in student's learning. With globalization, even a Higher Education Institution needs to adapt to the pace that information and knowledge have. An important point to reveal is the status of English as a global language, making its fluency and practice a positive step towards internationalization. This research aimed to explore and contextualize the University's internationalization process based on the subjects taught in English. Between March and April 2017, interviews were conducted with eight professors from these classes. The results indicated that, in the professors' perception, even though these subjects not being fully acknowledged by the students, the practice of the language is what the students are looking for and there is their interest in studying them. Seeing that these disciplines are included in the topic Internationalization at Home, it is suggested for later studies a greater discussion about the internationalization and integration of the universities, both among its various department

and amidst its student and faculty bodies.

KEYWORDS: Subjects taught in English; English as a global language; Internationalization of Higher Education; Internationalization at Home.

1 | INTRODUÇÃO

A globalização é um processo que está ocorrendo e já causou grandes mudanças nas relações entre os países, empresas e no dia-a-dia das pessoas. A integração entre todas as partes da sociedade está mais destacada e trouxe à tona a importância de se buscar a internacionalização em todas as áreas e departamentos. Levando em consideração a comunicação e a troca de informações globais, nota-se a crescente necessidade e o papel que o domínio da língua inglesa obteve.

No contexto de Instituições de Ensino Superior (IES) não é diferente, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) investe em estratégias para ser conhecida em *rankings* internacionais, nesse sentido a busca pela internacionalização é uma forma de abrir o mundo aos estudantes e ofertar disciplinas ministradas em inglês é um dos meios. Beckenkamp (2016) divulgou no blog da própria universidade o *Times Higher Education* (THE) 2016-2017, de Londres, que listou a PUCRS como “a melhor universidade comunitária do sul do Brasil”. O THE cita dados e indicadores de instituições de todos os continentes avaliando ensino, pesquisas, citações, inovação, visão internacional e interação junto às empresas.

A língua inglesa é atualmente o idioma falado em mais lugares no mundo, e tanto pessoas jurídicas quanto físicas beneficiam-se com o domínio desta língua. A PUCRS possui bom conhecimento do assunto e auxilia seus alunos na preparação para o mercado de trabalho global. A iniciativa de haver disciplinas ministradas em inglês é como fazer um intercâmbio dentro da própria universidade, é uma imersão onde os aprendizados teóricos e práticos andam juntos para o benefício de todos. Essa modalidade de ensino já é utilizada pela universidade, mas percebe-se que ainda é desconhecida e não utilizada plenamente pelos alunos.

Neste contexto, a presente pesquisa teve como objetivo explorar o processo de internacionalização da PUCRS, a partir de conversas com os professores das disciplinas ministradas em inglês da graduação, questionando-os sobre suas percepções quanto: ao processo de internacionalização da Universidade; a motivação dos estudantes para aprender e praticar o inglês; e, ao cenário das disciplinas ministradas em língua inglesa.

2 | REVISÃO DA LITERATURA

Nesta seção é apresentada a fundamentação teórica utilizada no desenvolvimento da pesquisa. A fim de demonstrar a importância do inglês como idioma global (2.1), apresenta-se a internacionalização e a globalização, e como isso afeta o ensino superior, os cidadãos

e a expansão da língua inglesa. Já, para demonstrar o comportamento das pessoas (2.2) são explanados conhecimentos de comportamento do consumidor, percepção, motivação e outros fatores que afetam a tomada de decisão humana.

2.1 Inglês: um idioma global

As universidades estão cada vez mais se tornando linha de produção de competências globais e capital humano qualificado que é altamente demandado mundo afora. Por isso, a internacionalização do ensino superior não deve levar apenas em consideração as mudanças da ordem mundial e seus pretextos econômicos, mas também as razões políticas, culturais e acadêmicas, todas envolvidas no desenvolvimento de cidadãos globais. (CHAO JR, 2014)

Internacional é usado no sentido do relacionamento entre nações, culturas ou países. Enquanto **global**, apesar de ser um termo controverso, é carregado de valor por proporcionar a sensação de um alcance mundial. A relação dinâmica entre internacionalização do ensino e a globalização é uma importante área de estudo. A globalização apresenta novas oportunidades, desafios e riscos, e é apresentado como um processo impactando a internacionalização. (KNIGHT, 2003)

A expansão global do inglês tem afetado todos os domínios da atividade humana, da linguagem na educação até as relações internacionais, e a demanda em instituições educacionais e outros ambientes de aprendizagem amplia junto. Por outro lado, por razões econômicas, educacionais ou políticas, as pessoas – em sua busca por condições melhores de trabalho e ensino – estão se mobilizando mais e já começaram a migrar para diferentes países anglófonos. Desta forma, aprender e ter um conhecimento maior de inglês tem se tornado bastante requisitado. Como resultado, entender o *status* que o inglês possui e qual sua finalidade em diferentes contextos, é fundamental para compreender o papel que o idioma adquiriu. (CHALAK e KASSAIAN, 2010; HINKEL, 2011)

Línguas globais como o francês, o alemão, o japonês e o mandarim, são idiomas populares de se aprender. No entanto, em concordância com Ammon (2006, apud HINKEL, 2011, p.952) o inglês é a língua mais usada para “(...) a publicação, busca de informações (leitura), conferências ou palestras, para a correspondência escrita e comunicação face-a-face”. Complementando com Hinkel:

No início do século XX, o inglês, francês e o alemão eram considerados de igual importância para o campo da comunicação científica. A mudança mais recente, quanto ao uso do inglês em publicação científica, foi largamente influenciada por fatores históricos, socioeconômicos e políticos (2011, p.960).

O termo **internacionalização** não é novo e vem sendo usado por anos nas ciências políticas e em relações governamentais, mas sua popularidade só aumentou no final do século XX. Conforme Chao Jr (2014, p.3) “a internacionalização do ensino superior tornou-se um termo amplo significando várias ideias e atividades (algumas até contraditórias) – em

particular, mobilidade acadêmica e estudantil, colaboração em pesquisas internacionais, educação transnacional e entre fronteiras, na oferta de programas em inglês, e no uso de currículos e livros internacionais”.

Internacionalização não é um objetivo em si, mas é um meio para melhorar a qualidade, a pesquisa e o serviço funcional das instituições e do ensino superior em si. As formas que as instituições se aproximam de uma internacionalização plena e estratégica variam consideravelmente, pois não há um modelo que se ajuste em todos os sistemas, instituições e disciplinas. O contexto influencia o porquê e a forma que o processo ocorre, enquanto o ‘melhor’ modelo para uma instituição é aquele que se encaixa da melhor forma em sua cultural particular, suas capacidades, missões e valores fundamentais. (HUDZIK, 2015; WIT e LEASK, 2015)

Devido à globalização, a importância do inglês não pode ser subestimada, visto que, uma grande quantidade de professores diria que a motivação e oportunidades para o aluno aprender o idioma estaria mais forte. A princípio, o desejo de aprender o idioma é um fator crucial, e de um modo geral, a maior parte dos estudantes acredita que todos precisam aprender o inglês por ser uma língua franca, e que tem grande importância para o mundo. (CHALAK e KASSAIAN, 2010; FENG e FAN, 2012).

2.2 O comportamento das pessoas

Para Solomon, a definição de comportamento do consumidor é:

O estudo dos processos envolvidos quando indivíduos ou grupos selecionam, compram, utilizam ou descartam produtos, serviços, ideias ou experiências para satisfazer necessidades e desejos. Um consumidor pode comprar, usar e descartar um produto, mas diferentes pessoas poderão desempenhar essas atividades (SOLOMON, 2016, p.30).

Complementando com Pinheiro et al (2010, p.14), “o comportamento do consumidor é uma área interdisciplinar, envolvendo conceitos e ferramentas metodológicas de diferentes áreas do conhecimento, como a psicologia, a economia, a sociologia, a antropologia cultural, a semiótica, a demografia e a história”.

Como cada indivíduo percebe o mundo de forma pessoal, é importante demonstrar como funciona esse processo humano. Segundo Solomon (2016, p.174), “sensação se refere à resposta imediata dos receptores sensoriais (olhos, ouvidos, nariz, boca, dedos, pele) a estímulos básicos como luzes, cores, sons, odores e texturas. **Percepção** é o processo pelo qual as pessoas selecionam, organizam e interpretam essas sensações”. Ele apresenta uma visão geral do processo perceptivo e dos estágios da percepção, representada na Figura 1.

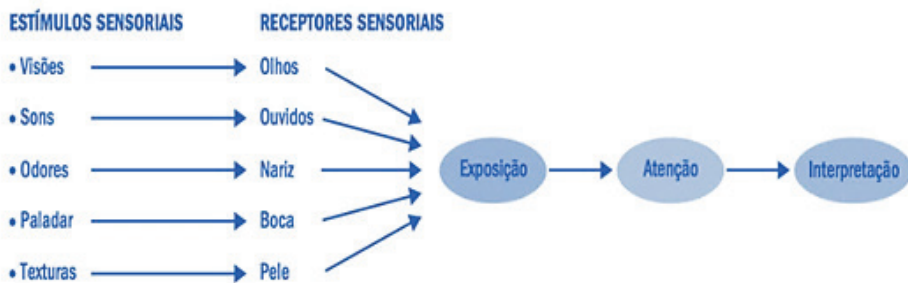


Figura 1 – Os estágios da percepção
 Fonte: Retirado de Solomon (2016, p.184).

Começando pela **exposição** que ocorre quando um estímulo chega aos receptores sensoriais de uma pessoa. A **atenção** é referida ao grau que a atividade de processamento é dirigida a esse estímulo, alguns nem são notados e outros recebem o foco dos consumidores. Por fim, a **interpretação** se refere aos significados atribuídos pelas pessoas aos estímulos sensoriais em geral. Resumindo, duas pessoas podem ver ou ouvir a mesma coisa, mas suas interpretações podem ser diferentes, dependendo do que esperavam que o estímulo fosse. (SOLOMON, 2016, p.184-193)

Uma vez que o termo tem sido utilizado com diferentes sentidos, definir motivação é difícil e complexo. De um modo geral, **motivar** é estimular, inspirar e encorajar um indivíduo de maneira que se sinta apoiado em seus objetivos e interesses. Enquanto, **motivo** é aquilo que impulsiona a pessoa a agir de certa forma, ou que pelo menos, inclina a pessoa a um comportamento específico. Os motivos têm direção e força, e por serem positivos e negativos entram em conflito uns com os outros. O objetivo das empresas e instituições é convencer os consumidores de que a alternativa que elas oferecem é a melhor solução para suas necessidades, por isso, um conhecimento mínimo sobre motivação humana é necessário para compreender o comportamento das pessoas. (CACCIATOLO e MCKENNA, 2012; CHIAVENATO, 2006; SOLOMON, 2016)

De acordo com Chalak e Kassaian (2010, p.37), “(...) motivação é o conceito mais usado para explicar o fracasso dos alunos em seu sucesso no aprendizado”. Dessa forma, para mostrar de onde vem essa motivação, os mesmos autores explicam a diferença entre motivação intrínseca e extrínseca:

Motivação intrínseca/extrínseca refere-se ao fato da motivação vir de uma fonte mais interna ou externa em uma pessoa. **Motivação intrínseca** refere-se à motivação que se origina de dentro da pessoa. Não há recompensa, exceto a atividade em si. (...), enquanto em **motivação extrínseca**, há uma antecipação pela recompensa e a pessoa é motivada por uma fonte externa em vez dela mesma (CHALAK e KASSAIAN, 2010, p.38).

Quanto aos professores, muitos dos fatores diretos de motivação se relacionam com características intrínsecas, como experiências profissionais ou pessoais prévias em um contexto internacional. Eles parecem ser motivados mais por princípios para uma internacionalização focada no “bem maior”, do que por fatores econômicos. (PROCTOR, 2015)

Outros fatores que influenciam o comportamento das pessoas são apresentados no Quadro 1. De acordo com Kotler e Keller (2012), os três tipos de fatores são: **culturais**, **sociais** e **características pessoais**.

FATOR CULTURAL	DESCRIÇÃO
Cultura	“Sob a influência da família e outras importantes instituições, uma criança cresce exposta a valores como realização e sucesso, disposição, eficiência e praticidade, progresso, conforto material, individualismo, liberdade, bem-estar, humanitarismo e juventude”.
Subcultura	“... as nacionalidades, as religiões, os grupos raciais e as regiões geográficas”.
Classes Sociais	“... apresentam preferências nítidas por produtos e marcas em diversas áreas, como vestuário, móveis para o lar, atividades de lazer e automóveis.”
FATOR SOCIAL	DESCRIÇÃO
Grupos de Referência	“Exercem alguma influência direta (face a face) ou indireta sobre as atitudes ou o comportamento de uma pessoa.”
Grupos Primários	“Família, amigos, vizinhos e colegas de trabalho.”
Grupos Secundários	“Grupos religiosos e profissionais ou associações de classe.”
Grupos Aspiracionais	“... são aqueles aos quais se espera pertencer.”
Grupos Dissociativos	“... são aqueles cujos valores ou comportamentos são rejeitados.”
Família de Orientação	“... que consiste em pais e irmãos. Dos pais, uma pessoa adquire determinada orientação em relação a religião, política e economia, além de uma noção de ambição pessoal, autoestima e amor.”
Família de procriação	“O cônjuge e os filhos.”
Papéis e Status	“As pessoas escolhem produtos que comunicam seu papel e seu status, real ou desejado, na sociedade.”
FATOR PESSOAL	DESCRIÇÃO
Idade e Estágio no Ciclo de Vida	“... comida, roupas, móveis e lazer, o gosto está, de modo geral, relacionado com a idade. Os padrões de consumo também são moldados de acordo com o ciclo de vida da família e com o número, a idade e o sexo de seus membros em qualquer ponto no tempo.”
Ocupação	“Os profissionais de marketing tentam identificar os grupos de ocupação que possuem interesses acima da média por seus produtos”.
Circunstâncias Econômicas	“... renda disponível, economias e bens, débitos, capacidade de endividamento e atitude em relação a gastos e poupança”.
Personalidade	“Um conjunto de traços psicológicos distintos, que levam a reações relativamente coerentes e contínuas a um estímulo do ambiente”.
Autoimagem	“É comum o consumidor escolher e usar marcas com personalidades coerentes com a sua autoimagem real (como essa pessoa se vê), embora em alguns casos a personalidade possa corresponder a sua autoimagem ideal (como essa pessoa gostaria de se ver), ou mesmo a sua autoimagem de acordo com os outros (como ela pensa que os outros a veem)”.
Estilo de Vida	“Um estilo de vida é o padrão de vida de uma pessoa expresso por atividades, interesses e opiniões”.
Valores	“Os valores centrais estão em um nível mais profundo do que o comportamento ou a atitude, e determinam, fundamentalmente, as escolhas e os desejos das pessoas a longo prazo”.

Quadro 1 – Fatores influenciadores do comportamento do consumidor

Fonte: adaptado de Kotler e Keller (2012, p.165-172)

3 | MÉTODO

Nesta seção é apresentado com maior detalhe o método utilizado na pesquisa que teve como objetivo principal explorar o contexto da internacionalização na PUCRS. Assim sendo, em sequência, explica-se qual foi a base para a pesquisa, sua população-alvo, amostra, a escolha do instrumento utilizado e como foi o processo de análise de dados.

3.1 Tipo de pesquisa, população alvo e amostra

O estudo exploratório tem como objetivo examinar o problema enfrentado pelo pesquisador para auxiliá-lo a compreender esta situação. Com a investigação de quaisquer estudos existentes e conversas com especialistas no assunto, a pesquisa qualitativa busca propiciar uma melhor visão, compreensão e esclarecimentos do contexto ou a descoberta de ideias que possam se tornar oportunidades de negócio. Por esse motivo, é importante realizar uma pesquisa qualitativa preliminar a quantitativa. (MALHOTRA, 2012; ZIKMUND e BABIN, 2012)

Para demonstrar a escolha do método qualitativo da pesquisa, de acordo com Marschall e Rossman:

Em estudos qualitativos, a proposta de pesquisa deve ser **flexível** para incorporar fatos inesperados e explorar novos caminhos de pesquisa. Por isso, as questões de pesquisa devem ser suficientemente gerais para permitir explorar a realidade e, ao mesmo tempo, focalizadas para delimitar o estudo (1995, apud ROESCH, 2013, p.245).

Complementando com Samara e Barros (2012, p.121): “nas pesquisas qualitativas, utiliza-se um questionário não estruturado, denominado **roteiro**, em que pode haver inserção de perguntas feitas pelo entrevistador conforme o andamento da entrevista ou do interesse no tópico em questão.”

A população objeto da pesquisa foram os professores das disciplinas ministradas em inglês da graduação da PUCRS, do primeiro semestre de 2017, pois, quanto ao levantamento de experiência, segundo Mattar:

(..). Muitas pessoas, em função da posição privilegiada que ocupam cotidianamente, acumulam **experiência** e **conhecimento** sobre um dado tema ou problema em estudo. Em pesquisas de marketing, todas as pessoas envolvidas nos esforços de marketing de um produto são potencialmente detentoras de informações relevantes. (...) São conduzidas entrevistas individuais quando o número de especialistas é pequeno e tem experiências variadas (MATTAR, 2014, p.50).

As disciplinas ofertadas pela Universidade em 2017/1, são apresentadas no Quadro 2.

CURRÍCULO	DISCIPLINA
DIREITO	<i>Corporate Law II: Research and Practice</i>
	<i>Criminology and Social Control</i>
	<i>Philosophy of Law</i>
HUMANIDADES	<i>Introduction to Human Rights</i>
	<i>Introduction to the Brazilian Nation</i>
	<i>Natural Resources and Sustainable Development</i>
	<i>Psychology of Education</i>
LETRAS e COMUNICAÇÃO	<i>Creative Writing</i>
	<i>Creativity in Advertising</i>
	<i>Digital Culture</i>
	<i>Theories in Language Acquisition</i>
NEGÓCIOS	<i>Corporate Strategy</i>
	<i>Management of Information Systems</i>
	<i>Project Management</i>
SAÚDE e BEM-ESTAR	<i>First Aid</i>
TECNOLOGIAS	<i>Fluids and Thermodynamics</i>
	<i>Fundamentals of Digital Entrepreneurship</i>
	<i>Introduction to Sustainability</i>

Quadro 2 – Disciplinas de graduação ofertadas em inglês

Fonte: adaptado de PUCRS CMA (2017)

Visto que os professores são detentores de experiências relevantes ao objetivo geral, a pesquisa buscou compreender a percepção deles em relação às disciplinas da Universidade quanto: ao aprendizado de inglês dos alunos; ao contexto das disciplinas ministradas em língua inglesa; às motivações e relações dos discentes com a Universidade; e, a visão dos docentes quanto ao plano de internacionalização da mesma. Quanto à **amostra** desta pesquisa, foi composta por oito professores das disciplinas ofertadas em inglês, que foram contatados por e-mail e escolhidos pela sua disponibilidade.

3.2 Instrumento de pesquisa, coleta e plano de análise de dados

Quanto ao ensino e aprendizado da língua inglesa, de acordo com Hinkel (2011, p.176), “(...) os métodos ou técnicas mais utilizados para a coleta de dados em estudos qualitativos de aquisição de uma segunda língua tem incluído entrevistas, observações, gravações de vídeo e áudio, e coleta de peças impressas”. Para este tipo de pesquisa, segundo Mattar (2014, p.50) “é comum o pesquisador dispor apenas de um roteiro dos assuntos a serem abordados. (...)”.

Desta forma, por haver questões pré-elaboradas ou uma lista de itens/tópicos, o instrumento possui pequeno grau de estruturação e serve como um guia para se conduzir as entrevistas, mantendo também a liberdade do entrevistador em complementar com questionamentos adicionais ou observações (FOSSATI e LUCIANO, 2008). Adicionalmente,

de acordo com Zikmund e Babin (2011, p.185), “(...) Se a resposta de um entrevistado for breve ou obscura demais, o pesquisador poderá solicitar uma explicação mais abrangente ou mais clara”.

As entrevistas foram aplicadas dentro da própria Universidade, entre os dias 30 de março e 20 de abril de 2017, em horários diversos, de acordo com a disponibilidade dos entrevistados. Foram realizadas seis entrevistas pessoais com professores de disciplinas ministradas em inglês, e duas respostas foram obtidas por e-mail. O processo das entrevistas, que tiveram duração média de 17 minutos (21min a mais longa), foi gravado em áudio (mediante permissão dos entrevistados), e depois transcritas para a análise. O roteiro utilizado foi elaborado pelo pesquisador, era composto por 13 perguntas abertas e com pouca estruturação, e - como se desejava saber sobre o mesmo tópico - foi aplicado o mesmo instrumento a todos os professores.

Quanto à análise dos dados obtidos a partir das entrevistas, primeiro foram transcritos os pontos mais relevantes para o objetivo geral. Para, em sequência, buscar padrões de tendências ligadas à percepção da população-alvo quanto as questões respondidas.

Os dados das entrevistas foram submetidos à análise simplificada que, para Fossati e Luciano (2008, p.92), “(...) consiste em uma interpretação mais global dos dados, buscando somente as evidências necessárias para responder aos objetivos da pesquisa. Dessa forma a análise é mais focada em prover ao aluno uma compreensão dos fatos necessários para que ele atinja os objetivos da pesquisa. ”

Segundo Roesch (2013, p.266), “(...) desde o início da coleta de dados, o analista qualitativo já começa a decidir sobre o significado dos dados – anotando irregularidades, padrões, explicações, configurações possíveis, fluxos causais e proposições”. As respostas dos entrevistados são separadas por questão e descritas por um parafrasear, por explicar com outras palavras, reforçar ou contrapor com a opinião de outros respondentes ou dados coletados via análise documental. Deparando-se com um trecho de significância maior, transcreve-se literalmente. (FOSSATI e LUCIANO, 2008)

4 | DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os entrevistados, por questões de sigilo foram separados em [P1, P2... P8] e suas respectivas áreas são mostradas no Quadro 3. Todos estavam a pelos menos 2 anos ministrando sua disciplina em inglês, e quando perguntados quanto a média de alunos, apenas os dois professores (P3 e P4) que davam aulas em disciplinas do currículo obrigatório responderam entre 20 a 30. Os outros tiveram números pouco acima ou abaixo de 10 alunos, e os entrevistados P1, P2 e P5 falaram que houve pelo menos um semestre em que não teve alunos suficientes ou sequer inscritos para a disciplina. Os respondentes P1 e P2 ainda complementaram que isto foi causado por falta de divulgação naquele semestre e também pelas disciplinas não estarem à mostra para a matrícula (resultando

em evasão dos alunos).

Os tópicos utilizados na pesquisa são apresentados abaixo:

- 1) Motivação dos alunos para aprender/praticar inglês;
- 2) Motivação dos alunos em relação às disciplinas em inglês;
- 3) Motivação dos alunos por fontes externas;
- 4) Nível do idioma dos estudantes;
- 5) Histórico do aluno em relação à intercâmbio e mobilidade acadêmica;
- 6) Diferenças no papel do idioma em contextos diferentes;
- 7) Desempenho dos alunos quanto às habilidades da linguagem;
- 8) Disciplina em inglês e sua equivalente em português;
- 9) Visão dos professores quanto ao tamanho das turmas;
- 10) Perspectiva futura para as disciplinas ministradas em inglês;
- 11) Os estudantes estão cientes das oportunidades que a universidade oferece;
- 12) Avanços em relação ao plano de internacionalização da PUCRS;
- 13) O que é preciso para ter uma aula produtiva e para os alunos se sentirem confortáveis com o idioma inglês.

Professor	Área
P1	Humanidades
P2	Saúde
P3	Letras
P4	Letras
P5	Comunicação
P6	Negócios
P7	Negócios
P8	Negócios

Quadro 3 – Professor e Área

Fonte: o autor

Conforme a análise dos resultados, foi elaborado um quadro resumo. O Quadro 4, busca sintetizar os dados das respostas para demonstrar a percepção dos respondentes quanto ao contexto pesquisado. Os tópicos são mostrados em sua ordem numérica [1, 2... 13] junto das respostas generalizadas e mais destacadas.

Nº	DESTAQUES
1	<ul style="list-style-type: none"> • Por ser ministrado em um idioma universal e língua franca; • Muitos querem ter experiências no exterior ou já moraram fora; • Alguns alunos já utilizam o idioma no dia a dia (praticam no trabalho, por exemplo); • Estudar o idioma serve para testar o conhecimento da língua.
2	<ul style="list-style-type: none"> • Interesse dos alunos em praticar e aprimorar a fluência no idioma; • Os alunos buscam disciplinas que vão além da aula de inglês; • Há alunos de diversas áreas, como por exemplo: psicologia, direito, engenharias, comunicação e administração (multidisciplinar).
3	<ul style="list-style-type: none"> • A pessoa que tem que decidir e tomar coragem para enfrentar o aprendizado do idioma (motivação mais interna); • Para muitas famílias o inglês é um pré-requisito e faz parte da formação, mesmo que tenha que fazer curso fora da escola.
4	<ul style="list-style-type: none"> • Intermediário-avançado; • A média dos alunos é relativamente boa no entendimento e leitura, mas pouca fluência na fala; • Depois de vencer aquela inibição inicial para enfrentar o inglês, o aluno adquire uma segurança maior com o idioma.
5	<ul style="list-style-type: none"> • Poucos já fizeram intercâmbio; • Alguns alunos querem fazer, mas não é maioria que tem essa disposição; • Muitos têm interesse; • Os alunos se preparam para oportunidades futuras, mas sem saber exatamente o que querem
6	<ul style="list-style-type: none"> • Adquire-se a fluência quando consegue se mover em contextos diferentes; • As disciplinas ministradas em inglês tentam trazer a língua para o dia a dia dos alunos; • Há vantagens em dominar o idioma nos três aspectos, apesar de contextos e usos diferentes.
7	<ul style="list-style-type: none"> • A leitura e a compreensão auditiva são as habilidades que os alunos têm maior domínio; • Fala e escrita são as habilidades mais desafiadoras; • É uma questão pessoal; • Há uma falta de preparação e qualificação do aluno anterior à universidade.
8	<ul style="list-style-type: none"> • Os temas em inglês têm que ser discutidos por mais tempo para ter plena compreensão; • A especificidade da disciplina, pode exigir conhecimentos prévios; • Onde o idioma é a única diferença, há vantagem nos textos e teoria (tem maior variedade e qualidade).
9	<ul style="list-style-type: none"> • Houve pouca divulgação no início, ainda há alunos que não sabem a existência das disciplinas em inglês; • O ideal seria 10 a 12 alunos, assim todos participam e discutem em sala.
10	<ul style="list-style-type: none"> • Precisa-se de um melhor alinhamento interno, com outras disciplinas e departamentos; • É importante haver maior investimento na divulgação, para haver mais disciplinas em inglês depois; • Atualizar o material e currículos, para haver disciplinas iniciais em inglês; • Preparar melhor os professores para essas aulas.
11	<ul style="list-style-type: none"> • O aluno que procura a disciplina em inglês, em maioria, está ciente das oportunidades de mobilidade acadêmica; • Mesmo muitas vezes tendo questionamentos (por ainda não terem procurado orientação da universidade).
12	<ul style="list-style-type: none"> • Precisa-se ter mais unidade e integração, interna e externa; • Trazer tendências e tópicos que estão sendo discutidos lá fora para o contexto brasileiro ou sincronizando melhor currículos e conteúdos programáticos; • Ampliação em outras áreas de conhecimento, certificações adicionais e mais programas que valorizem os currículos dos estudantes; • A Universidade precisa se preparar para atrair e receber um maior número de alunos internacionais.
13	<ul style="list-style-type: none"> • O professor tem que estar aberto e sensível para o aluno poder tirar dúvidas; • É um desafio os estudantes aprenderem conteúdos novos, ainda mais em outro idioma; • Chegar ao aluno com coisas que interessam a eles; • A aula não pode ser meramente expositiva; • Para dar mais confiança e evitar a inibição inicial dos alunos, precisa-se oferecer material amplo e claro, estruturação da sistemática de aula, ambiente propício, boa orientação e conhecimento do professor.

Quadro 4 – Quadro resumo dos resultados da pesquisa.

Fonte: o autor.

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo principal explorar e contextualizar o processo de internacionalização a partir das disciplinas ministradas em inglês na PUCRS. Entrevistas foram realizadas com os professores destas disciplinas e os resultados da pesquisa estão apresentados no Quadro 3. As conclusões principais, as limitações que a pesquisa teve e sugestões para estudos futuros são apresentados a seguir.

O resultado da pesquisa permitiu que sejam extraídas informações importantes para a contextualização do processo de internacionalização da PUCRS e contribui para que o tema seja discutido nas outras IES.

As disciplinas ministradas em inglês são compreendidas no tema *Internationalization at Home*, ou seja, Internacionalização em Casa; mesmo a existência delas não sendo de total conhecimento dos alunos, nota-se a importância que dominar o idioma tem para a vida geral deles e dos professores; outro ponto importante é que essas disciplinas tentam trazer a língua inglesa para o dia a dia de todos.

Unindo as informações obtidas a partir das entrevistas com os professores, em sua visão, a prática do idioma é o que os alunos mais buscam e há o interesse deles em cursar essas disciplinas mesmo não sendo de suas áreas ou currículos principais (obrigatórios); O nível do domínio do idioma é bom em geral, porém como é uma questão pessoal e cada um tem suas facilidades e desafios, a abordagem que o professor faz em sala tem que auxiliar os estudantes a perder a inibição inicial para conquistar a segurança e fluência com a língua. Dessa forma, turmas menores são mais interessantes por gerar maior participação e discussões.

Quanto a perspectiva dos professores perante a internacionalização da Universidade, com os resultados obtidos nas entrevistas, o ponto mais importante a se destacar é a necessidade de unificar e integrar todos os departamentos e discussões ligados ao tema, para que a PUCRS toda ande em conjunto (visto que o objetivo geral é o mesmo), conseqüentemente preparando todas as áreas para aceitar um maior número de alunos internacionais, abrir mais oportunidades de mobilidade acadêmica e parcerias internacionais.

A pesquisa encontrou limitações ao não abranger todas as áreas e disciplinas ministradas em inglês, assim não tendo como base o contexto em todas as escolas e áreas da PUCRS. A questão de ter sido realizada apenas com as disciplinas da graduação também é limitadora, pois a internacionalização influencia os alunos de pós-graduação, os professores, toda a Universidade em si e sua relação com as outras IES.

Para pesquisas futuras, sugere-se aprofundar as discussões e pesquisas relacionadas ao tema internacionalização do ensino superior, visto que muitos conhecimentos e necessidades podem ser extraídos do corpo docente e de áreas que não foram contempladas por essa pesquisa. Como o cenário geral abrange a PUCRS e

todas as outras universidades em seus contextos específicos, o autor também sugere: buscar percepções, necessidades e motivações dos estudantes perante a língua inglesa; construir perfis de estudantes das disciplinas ministradas em inglês; além de que, trazer essa discussão para a pós-graduação pode beneficiar todos os contextos.

REFERÊNCIAS

- BECKENKAMP, Greice. PUCRS é a melhor comunitária da região sul segundo ranking internacional. **PUCRS Blog**. 22 set. 2016. Disponível em: <www.pucrs.br/blog/pucrs-e-melhor-comunitaria-da-regiao-sul-segundo-ranking-internacional/>. Acesso em: 02 fev. 2021
- CACCIATOLO, Marcelle; MCKENNA, Tarquam. What Drives Motivation in ESL/EFL Classrooms? **JACE - The Journal of Asian Critical Education**, Australia, v.1, n.1, p.55-66, dez/2012. Disponível em: <www.freireproject.org/wp-content/journals/jace/JACE_Vol1No1.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2021
- CHALAK, Azizeh; KASSAIAN, Zohreh. Motivation and attitudes of Iranian Undergraduate EFL students towards learning English. **Journal of Language Studies**. V. 10(2), p.37-56. Malaysia: GEMA Online™, 2010. Disponível em: <ejournal.ukm.my/gema/article/view/108>. Acesso em: 03 fev. 2021
- CHAO JR, Roger Y. Idealism and Utilitarianism in Internationalization of Higher Education. **International Higher Education**, special issue 2014, n. 78, p.3-4. Boston: 2014. Disponível em: <ejournals.bc.edu/ojs/index.php/ihe/issue/view/629>. Acesso em: 03 fev. 2021
- CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos: O capital humano nas organizações**. 8ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2006.
- FENG, Hsiang-Yung; FAN, Jin-Jun. A Study on Students' Learning Motivation of EFL in Taiwanese Vocational College. **International Journal of Learning & Development**, v.2, n.3, p.260-269. USA: Macrothink Institute™, 2012. Disponível em: <www.macrothink.org/journal/index.php/ijld/article/view/1791>. Acesso em: 03 fev. 2021
- FOSSATTI, Nelson C.; LUCIANO, Edimara M. **Prática profissional em administração: ciência, método e técnicas**. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- HINKEL, Eli. **Handbook of research in second language teaching and learning - Volume II**. Seattle University: Routledge, 2011.
- HUDZIK, John K. Integrating institutional policies and leadership for 21st century internationalization. **International Higher Education**, special issue 2015, n. 83, p.5-7. Boston: 2015. Disponível em: <ejournals.bc.edu/ojs/index.php/ihe/article/view/9075>. Acesso em: 03 fev. 2021
- KNIGHT, Jane. Updating the definition of internationalization. **International Higher Education**, n.33, fall 2003. Boston: 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.6017/ihe.2003.33.7391>>. Acesso em: 03 fev. 2021
- KOTLER, Philip; KELLER, Kevin L. **Administração de Marketing**. 14. Ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de Marketing [recurso eletrônico]**: uma orientação aplicada. 6. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MATTAR, Fauze N. **Pesquisa de Marketing**: Metodologia, planejamento, execução e análise. 7. ed. atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

PROCTOR, Douglas. Faculty and International engagement: has internationalization changed academic work? **International Higher Education**, special issue 2015, n. 83, p.15-17. Boston: 2015. Disponível em: <ejournals.bc.edu/ojs/index.php/ihe/article/view/9082>. Acesso em: 03 fev. 2021

PUCRS. Coordenadoria de Mobilidade Acadêmica (CMA). **Mobilidade Acadêmica**: Mobilidade *In*. Porto Alegre [2017].

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso.3. ed., 8. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2013.

SAMARA, Beatriz S.; BARROS, José Carlos de. **Pesquisa de marketing**: conceitos e metodologia. 6. reimpressão. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012

SOLOMON, Michael R. **O Comportamento do Consumidor**: Comprando, Possuindo e Sendo [Recurso Eletrônico]. 11. edição, tradução Beth Honorato. Porto Alegre: Bookman, 2016. VitalSource Bookshelf Online.

WIT, Hans de; LEASK, Betty. Internationalization, the curriculum and the disciplines. **International Higher Education**, special issue 2015, n. 83, p.10-12. Boston: 2015. Disponível em: <ejournals.bc.edu/ojs/index.php/ihe/article/view/9079>. Acesso em: 03 fev. 2021

ZIKMUND, William G.; BABIN, Barry J. **Princípios da Pesquisa de Marketing**. Tradução da 4ª ed. Norte americana, 2ª ed. Brasileira. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

DÍALOGOS TEÓRICOS COM CHARLES TAYLOR, AXEL HONNET E NANCY FRASER SOBRE RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO DAS MULHERES

Data de aceite: 01/04/2021

Data de submissão: 01.03.2021

Saete da Silva Hoch

Mestre em Direito. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus Santo Ângelo/RS. Egressa do Programa de Pós-Graduação stricto sensu – Mestrado e Doutorado em Direito. Santo Ângelo/RS.
<http://lattes.cnpq.br/3063614887426916>

Rosângela Angelin

Doutora em Direito. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus Santo Ângelo/RS. Programa de Pós-Graduação stricto sensu – Mestrado e Doutorado em Direito. Santo Ângelo/RS.
<http://lattes.cnpq.br/9033434255071231>

RESUMO: O reconhecimento identitário das mulheres na sociedade perpassou por diversas formas de constituição no decorrer da humanidade, embasado pela cultura patriarcal que tem lhe concedido um reconhecimento equivocado e de subcidadania. Para refletir sobre esse tema, a partir de uma abordagem hipotético dedutiva, a pesquisa busca analisar quais são as contribuições das teorias de Charles Taylor, Axel Honnet e Nancy Fraser para o reconhecimento das mulheres na sociedade. O estudo denota que as teorias acima citadas contribuem no sentido de ponderar sobre a importância da existência de um reconhecimento que não seja equivocado

e que, ao mesmo tempo, contemple aspectos identitários e econômicos que considerem os direitos humanos dentro de sua diversidade, possibilitando, dessa forma, as mulheres possam participar de forma ativa e cidadã na sociedade.

PALAVRAS - CHAVE: Teorias do Reconhecimento. Mulheres. Identidade. Charles Taylor. Axel Honnet. Nancy Fraser.

THEORETICAL DIALOGUES WITH CHARLES TAYLOR, AXEL HONNET AND NANCY FRASER ON THE IDENTITY RECOGNITION OF WOMEN

ABSTRACT: The recognition of the identity of women in society has passed through various forms of constitution outside of humanity, based on the patriarchal culture that has given rise to an erroneous and sub-public recognition. In order to reflect on this topic, from a hypothetical deductive approach, the investigation seeks to analyze the contributions of Charles Taylor, Axel Honnet and Nancy Fraser to the recognition of women in society. The study shows that the aforementioned theories contributed to consider the importance of the existence of a recognition that is not equivocal and that, at the same time, contemplates identifying and economic aspects that consider human rights within their diversity, enabling their participation. women. active and citizenship in society.

KEYWORDS: Theory of recognition. Women. Identity. Charles Taylor. Axel Honnet. Nancy Fraser.

1 | INTRODUÇÃO

As identidades refletem na forma como a sociedade reconhece cada indivíduo, como vê cada pessoa; assim no caso das mulheres, elas foram sendo aprisionadas, segregadas do convívio social, relegadas ao espaço privado, gerando um reconhecimento equivocado ou, até mesmo, a falta dele. As identidades femininas que foram sendo construídas com bases no patriarcado – que desconsidera as mulheres em detrimento aos homens-, lhes relegou, na maioria dos casos, espaços de subcidadania na sociedade e de opressão.

Esse cenário denota o quanto é importante que identidades sejam reconhecidas no espaço social, respeitando-se as diferenças. Assim sendo, o estudo em questão busca refletir sobre o tema, utilizando-se de um estudo hipotético dedutivo e de aportes teóricos de Charles Taylor, Axel Honnet e Nancy Fraser, objetivando realizar um esboço dos conflitos sociais na luta pelo reconhecimento, nesse caso, das mulheres.

2 | O RECONHECIMENTO EQUIVOCADO DAS MULHERES: UMA LEITURA A PARTIR DE CHARLES TAYLOR

Sob a perspectiva de Charles Taylor, a política de reconhecimento tem sua base no multiculturalismo; desse modo, o pensamento tayloriano traz à baila as discussões da política de reconhecimento, por meio do multiculturalismo existente no Estado Democrático de Direito, no qual se visa o reconhecimento das mais diversas formas e modos de vida. Denota-se que, para Taylor, por causa dessa individualidade existente na sociedade moderna, “o mundo perdeu seu contorno espiritual, nada vale a pena ser feito, o medo é um vazio aterrorizante, uma espécie de vertigem, ou mesmo uma fratura do nosso mundo e de nosso corpo-espaço” (TAYLOR, 2013, p. 34). O autor pondera que os indivíduos desenvolveram e se tornaram individualistas em suas relações sociais, existindo assim um princípio de autorreferência do indivíduo, o qual, ao ser deslocado das fontes tradicionais, perde a noção de pertencimento a algum lugar e também a perda da noção do bem coletivo. E por isso, na sociedade moderna, as pessoas perdem sua expressividade, pois perdem sua noção de pertencimento a uma cultura, o ocorre diferentemente da sociedade grega, na qual os indivíduos pertenciam a uma cultura que era “sustentada, nutrida, e transmitida no interior de uma comunidade” (TAYLOR, 2005, p. 13).

Taylor afirma que a “identidade é moldada em parte pelo reconhecimento ou por sua ausência” (TAYLOR, 2000, p. 241), dividindo o indivíduo na esfera privada, onde ocorre o reconhecimento do próprio indivíduo e onde esse se coloca frente ao reconhecimento alheio, e na esfera pública, onde pode ocorrer o reconhecimento errôneo e/ou incorreto do indivíduo por parte da sociedade. Nesse sentido, o autor apresenta a teoria do reconhecimento equivocado de identidades ou, então, do reconhecimento incorreto dessas. Para ele, o reconhecimento errôneo ou a falta dele causa grandes prejuízos, ou torna-se uma maneira de opressão e a aprisionamento, como é o caso das mulheres, em

relação às quais, por meio de um encadeamento de fatores, ocorreu a naturalização da dominação masculina, levando a uma supressão de suas identidades, sendo condenadas a serem depreciadas por serem mulheres, afetando sua autoestima e tornando a luta por emancipação ainda mais dolorosa e árdua (TAYLOR, 1994).

Verifica-se que a teoria do reconhecimento se aplica às mulheres, pois elas têm interiorizada essa situação, ou seja, tem-se forjado em suas identidades uma imagem de inferioridade, muitas vezes, autodepreciativa, limitando-as, por muitas vezes, a papéis que lhes são impostos pela sociedade e, ao mesmo tempo, sendo reconhecidas pela sociedade a partir disso. Nesse sentido, Taylor rememora essa postura comum nas sociedades patriarcais onde as mulheres acabam sendo induzidas a assumir posturas de autodepreciação e inferioridade. Por conseguinte, no caso das mulheres, o “reconhecimento incorreto não implica só uma falta do respeito devido. Pode também marcar suas vítimas de forma cruel, subjugando-as através de um sentimento incapacitante de ódio contra elas mesmas (TAYLOR, 1994, p. 45).

No tocante à teoria tayloriana, pode-se compreendê-la sob dois enfoques. No primeiro, a diversidade cultural deve ser aceita, compreendida e respeitada com os seus valores em si mesmos, enriquecendo e trazendo diversidade para a vivência humana, pois a humanidade teria acesso e desfrutaria de todo um universo simbólico de culturas. O outro enfoque trazido pela teoria tayloriana é a análise da vulnerabilidade do que se chama de minorias culturais no contexto da sociedade contemporânea.¹ Consoante Taylor, é necessária a não discriminação para que se estabeleça sobre o prisma do liberalismo político uma forma dos direitos individuais iguais entre todos. Desse modo, ele enfatiza que os juízos de valores devem ser questionados, pois as consequências são de intensidade repressora. Para Taylor (1994), o modelo de uma sociedade liberal, a qual busca organizar-se para conquistar o que pode ser definido como uma vida boa, é necessário que seja trazido à baila como uma discussão de políticas públicas, pois possui na sua essência a busca pelo bem comum.²

Desse modo, pelo exposto, nota-se que a teoria de Charles Taylor é focada sobre o equívoco do reconhecimento idenitário, ou seja, no caso das mulheres, as identidades femininas não sofrem pela falta de reconhecimento, mas sim pelo equívoco que lhes é atribuído às suas identidades. Susan Wolf, ao explorar a teoria de Taylor, observa-se que o problema do reconhecimento das mulheres está no que se fez com a identidade feminina, ou seja, a mulher enquanto mulher possui como problema o fato de que a identidade feminina

1 Assim, “tais fragilidades estão associadas às regras da própria democracia, a superioridade da vontade da maioria, deixando os grupos minoritários em situação de risco e desvantagem em relação aos grupos majoritários” (SOUSA, 2019, p. 158).

2 Observa-se que a teoria de Taylor discute o reconhecimento em face do multiculturalismo, efetuando uma reflexão sobre o modo incorreto que ocorre o reconhecimento, segundo o entendimento de que as consequências desse modo errôneo ou equivocado de reconhecimento podem conduzir a uma vivência de opressão, na qual os grupos minoritários são suprimidos pelos grupos majoritários. Assim, “o tema do reconhecimento, ou seja, as condições sociais necessárias para a atribuição de respeito e autoestima, passam a ser o mote para a percepção dos conflitos no mundo atual” (SOUSA, 2019, p. 159).

é tida a serviço da exploração e da opressão. Assim, ocorre o erro ao reconhecer que a identidade das mulheres são associadas a atividades tradicionalmente desenvolvidas por mulheres e a papéis que lhes são conferidos por seu sexo (WOLF, 1994).

Susan Wolf ainda enfatiza em seu ensaio que o respeito e o reconhecimento das mais diversas culturas perpassam pelo âmbito educacional, desde as literaturas que estão à disposição das crianças às teorias abordadas no âmbito acadêmico, pois o mundo literário passou a ter disponível o conhecimento de várias culturas e não apenas daquela que se impôs pelo mundo, ou seja, passa-se a ter o reconhecimento das mais variadas culturas e não apenas daquela que se disseminou pelo mundo. Portanto, ao se reconhecer que as pessoas vivem em uma sociedade multicultural, “acabamos por nos reconhecer como uma comunidade multicultural e assim reconhecer e respeitar os membros dessa comunidade em toda a sua diversidade” (WOLF, 1994, p. 102). Por isso a importância em se estar em contato com diversas culturas e identidades, a fim de se poder refletir diante das diferenças e construir outras formas de reconhecimento, como no caso das mulheres, destacando-se a importância de se debater e conversar sobre gênero e discriminação nos espaços escolares.

Nota-se que a teoria de Taylor possui preocupações com o reconhecimento do indivíduo frente às emancipações sociais, pois a perda de referências, na vida moderna, acabou gerando a busca de reconhecimento, como ocorre com as mulheres.

3 | RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO: OLHARES DISTINTOS DE HONNET E FRASER SOBRE AS MULHERES

Enquanto Taylor aborda a necessidade de se corrigir o reconhecimento equivocado das identidades, Axel Honneth “parte da proposição que o conflito é intrínseco tanto à formação da intersubjetividade como dos próprios sujeitos” (NETO, 2011, p. 142). O filósofo e sociólogo alemão, Axel Honneth, defende que se origina a falta pelo reconhecimento, na violação de direitos. Se faz importante destacar que a teoria desse autor aborda a identidade individual, apontando para a necessidade da reciprocidade do reconhecimento, ou seja, é preciso do reconhecimento do outro para garantir sua integridade humana (ANGELIN; HAHN, 2019, p. 111).

Honneth desenvolve e esquematiza uma teoria do reconhecimento, que são voltadas para a busca da compreensão do processo que desencadeia as lutas para a constituição das identidades dos indivíduos, afirmando que “são as lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco, aquilo por meio do qual vem a se realizar a transformação normativamente gerida das sociedades” (HONNETH, 2003, p. 156). Assim sendo, o autor vai afirmar que existem três dimensões que irão auxiliar na evolução moral dos indivíduos, sejam elas, a esfera emotiva, já anunciada: o amor; a esfera do direito, ou seja, as leis; e a

esfera da solidariedade que envolve a luta por dignidade num âmbito mais coletivo.

Desse modo, ao abordar as primícias que sistematizam a teoria crítica do reconhecimento de Honneth, verifica-se a importância das ligações emotivas fortes. Para ele, a confiança do sujeito em si e no mundo se origina nessa relação amorosa, na qual dependência e autonomia caminham paralelamente. Assim, a dimensão do amor, é visto por Honneth de maneira bastante genérica, “ou seja, como ligações emotivas fortes entre poucas pessoas, sendo aquele que gera autoconfiança, amizade. O amor representa a primeira etapa do reconhecimento recíproco, reconhecendo-se como seres carentes” (ANGELIN; HAHN, 2019, p.113).

Pelas relações de direito, os sujeitos respeitam-se e reconhecem que são seres humanos, que necessitam ser tratados com igualdade, e desse modo, os princípios morais universalistas norteiam as relações jurídicas, e estas acabam por gerar o auto respeito. Para Honneth, a igualdade é algo construído historicamente. Neto afirma que “o autor demonstra as lutas por reconhecimento travadas para a construção dos direitos civis, políticos e sociais, todos voltados para a configuração de cidadãos com igual valor (NETO, 2011, p. 143). Já, na última dimensão proposta pela sistematização da teoria de Honneth - as relações de solidariedade-, os indivíduos são vistos como seres valiosos para a coletividade, de sorte que o reconhecimento proporcionaria um respeito universal concretizado

Para Honneth, nas sociedades modernas, o sujeito encontra a valorização pessoal no interior da comunidade, lugar no qual estão mais presentes os valores que o norteiam e desses valores surgem os conflitos, que reconfiguram os valores da comunidade, desse modo, “as relações de estima social estão sujeitas a uma luta permanente na qual os diversos grupos procuram elevar, com os meios da força simbólica e em referência às finalidades gerais, o valor das capacidades associadas à sua forma de vida (HONNETH, 2003, p. 207).

Desse modo, com essas dimensões da teoria de Honneth, segundo a qual o reconhecimento intersubjetivo abarca o amor, o direito e a solidariedade, é possível constatar que “os padrões expostos contribuem para evolução moral dos indivíduos e, por conseguinte, também são de extrema importância para os movimentos feministas e as lutas travadas, uma vez que também fatores intersubjetivos permeiam a vida das mulheres [...] (ANGELIN, 2018, p. 32-33).

Constata-se que para Honneth, juntamente com as questões expostas acima, associam-se também três maneiras de desrespeito, as quais afetam a autoconfiança do sujeito, relacionadas à integridade corporal do mesmo, afetando o sentimento de igualdade, retirando do sujeito a possibilidade do autorrespeito, quando da negação de direitos que lhes são conferidos, e por último, as que atingem a autoestima do sujeito, ao ser uma referência de valores negativos para um grupo (NETO, 2011, p. 144). Nesse sentido, vale trazer à baila a situação das mulheres na sociedade.

Observa-se que essas variáveis de desrespeito ao indivíduo fazem com que o mesmo tenha impedida a realização na totalidade; porém, Honneth (2003) também ressalta que em meio a esse rebaixamento que afeta diretamente a constituição da identidade do sujeito, surge a luta por reconhecimento, ou seja, em contra ponto à degradação da realização da integridade do sujeito, advêm as lutas sociais; desse modo, o desrespeito torna-se uma máquina propulsora para as lutas sociais. Desse modo, os conflitos intersubjetivos por reconhecimento, alicerçados na vivência diária do sujeito com o desrespeito, funcionam como a base para o crescimento moral, tanto do indivíduo quanto da sociedade. Portanto, a noção formal de uma vida boa, para Honneth, fundamenta-se que deva “conter todos os pressupostos intersubjetivos que hoje precisam estar preenchidos para que os sujeitos se possam saber protegidos nas condições de sua auto-realização (HONNETH, 2003, p. 270).

Constata-se que a teoria de Honneth possui como objeto central o sujeito e sua autodefinição, a qual se torna possível a partir do reconhecimento recíproco, e assim, para o autor, a busca por uma vida boa se dá por um processo individualizado por meio do reconhecimento intersubjetivo. Muito embora essa teoria traga muitas contribuições para a reflexão e elementos acerca do reconhecimento, a reciprocidade exige que “o outro”, nesse caso, as outras pessoas e o Estado, reconheçam os indivíduos, o que torna a questão mais complexa, frente a um possível não reconhecimento desses (ANGELIN, 2018).

Outra teoria a ser abordada de forma paralela é da filósofa estadunidense Nancy Fraser, a qual possui seus estudos voltados para a justiça e a participação democrática das mulheres na sociedade e que dialoga constantemente com a teoria de Honneth. Após a apresentação dos estudos por reconhecimento, desenvolvidos por Taylor e Honneth, os quais desencadearam um importante debate acerca do reconhecimento, trazendo à baila as questões do reconhecimento social numa sociedade multicultural e o reconhecimento intersubjetivo, percebe-se que ambos os autores foram displicentes ao não tratar das questões de injustiças econômicas, ou melhor, eles não consideram as injustiças econômicas como fatores determinantes do reconhecimento equivocado ou da busca dele.

Desse modo, visando construir um paradigma novo de reconhecimento, Fraser refere à questão da redistribuição de renda como fator central, pois para que a justiça de fato ocorra, é necessário tanto a redistribuição quanto o reconhecimento. Nesse sentido, “chama a atenção para o campo da economia na construção de conflitos emancipatórios, defendendo a centralidade da esfera da produção na construção de uma sociedade mais justa” (MENDONÇA, 2007, p. 173). Diferentemente de Taylor, que não abordou o tema da redistribuição, Honneth aponta que a redistribuição estaria inclusa no reconhecimento, e para Fraser, o reconhecimento e a redistribuição apresentam fundamentos em separados, “ainda que surjam quase sempre imbricadas. A redistribuição buscaria o fim do fator de diferenciação grupal, enquanto o reconhecimento estaria calcado naquilo que é particular a um grupo” (MENDONÇA, 2007, p. 173).

Para Fraser, não é apenas um erro teórico, mas também político, querer que o

reconhecimento ocorra apenas por meio de uma identidade autêntica, como apregoam Taylor e Honneth, pois para Fraser, o modelo disseminado por Taylor e Honneth leva a um reconhecimento identitário por meio de uma identidade cultural particular de cada grupo, o que poderia acarretar na imposição de uma identidade coletiva, e fazendo como que o sujeito negue as suas características individuais, por fazer parte deste grupo e desse modo acaba-se por ignorar possíveis interações culturais e nega-se também a complexidade da identidade do indivíduo que faça parte de determinado grupo (ANGELIN, 2018, p. 28). Nesse norte, Fraser critica Honneth comentando que, frente “a necessidade de elaborar e exibir uma identidade coletiva autêntica, auto afirmativa e autogerada, ele coloca uma pressão moral nos indivíduos para que se conformem a uma dada cultura grupal” (FRASER, 2000, p. 112).

Desse modo, a filósofa estadunidense propõe o reconhecimento pelo modelo de *status*. Assim, sob esse entendimento, compreende-se que a subordinação social explica o não-reconhecimento e não se baseia na depreciação da identidade, “o que requer reconhecimento não é a identidade especificado grupo, mas o *status* de seus membros individuais como parceiros por completo na interação social” (FRASER, 2000, p. 113), ou seja, é preciso mudar o *status* social das mulheres e, segundo Fraser, isso ocorrerá com a redistribuição de renda para as mulheres. Diante da mudança do *status*, elas alcançariam reconhecimento, podendo participar paritariamente da sociedade (ANGELIN, 2018). O que ocorre nesse processo é a construção de certas categorias sociais, nas quais se têm institucionalizado certos padrões de cultura: “a análise do desrespeito adquire um objeto empiricamente palpável: *padrões institucionalizados de desvalorização cultural*, que constroem certas categorias de atores sociais como normativas e outras como inferiores (MENDONÇA, 2007, p. 174).

Pode-se afirmar, sob esse prisma, que a busca por reconhecimento procura a superação da subordinação, sendo necessário que se alterem valores, e para tanto, o “modelo de *status* não está comprometido *a priori* com nenhum tipo de solução específica para o não reconhecimento” (FRASER, 2000, p. 113). Fraser movimenta-se nessa direção ao propor uma mudança da ética para a moral, e para tanto, calça-se no conceito hegeliano de que a ética trata do bem viver, mas quanto à moral, a autora remonta ao conceito Kantiano, segundo o qual a justiça não se pauta pelo bom e sim pelo correto. Nesse sentido, as normas da justiça seriam “para Fraser, universalmente vinculantes, não sendo tão contingentes como as da ética. Ao mover-se nessa direção, a autora nega a perspectiva defendida por Honneth e Taylor de que o reconhecimento seria uma questão de auto realização (MENDONÇA, 2007, p. 174).

Para tanto, ao deslocar-se nesse sentido, a autora afirma que também ocorrem implicações imediatas, sendo que a primeira delas é que “o modelo de *status* é deontológico e não-sectário” (FRASER, 2003, p. 30). A segunda é que é nas relações sociais que se encontram os problemas de desrespeito e não na questão interna do sujeito. Como terceira,

a autora apresenta como implicação é que a autoestima possa ser buscada por todos, e a quarta implicação refere-se à esquizofrenia filosófica, causada pela possibilidade criada de vincular a lógica da redistribuição e do reconhecimento. Mendonça pondera que “A questão distributiva [...] alicerça as *condições objetivas* para a realização da *paridade de participação*. Os recursos materiais devem assegurar independência e voz aos participantes da interação social” (MENDONÇA, 2007, p. 175).

Na esteira de Fraser, os modelos apresentados por Taylor e Honneth propagariam a noção de autor realização, permitindo que se tenham identidades opressoras valorizadas, enquanto a sua ideia pauta-se sobre a paridade de participação, e então só por meio dessa paridade é que seriam justificáveis as contestações por reconhecimento. Desse modo, “o importante é que as próprias pessoas afetadas participem, em processos dialógicos, da construção de soluções para superar quadros de subordinação (MENDONÇA, 2007, p. 175). Nesse sentido, com a redistribuição de renda, ocorreria a alteração do *status* social, e conseqüentemente, a desinstitucionalização dos “padrões que impedem que a paridade de participação e os substituem por padrões que a promovam” (FRASER, 2007, p. 109). A autora adverte para a questão de que “nem todas as disparidades são injustas, porque nem todas as hierarquias de valor institucionalizadas são injustas. Necessita-se, conseqüentemente, de maneira de distinguir, na participação, as paridades justas das injustas” (FRASER, 2007, p. 127).

No caso das mulheres, nota-se que elas tiveram, no decorrer da história mais recente, suas vidas limitadas ao espaço privado, pois as mesmas não participavam da vida pública, e eram dominadas pelos seus provedores, já que não possuíam independência nem econômica e nem emocional. Com uma série de fatos que foram ocorrendo, como o avanço do capitalismo que aumentou as desigualdades sociais, exigindo que as mulheres saíssem do âmbito privado para sobreviver, das guerras mundiais que chamaram as mulheres para ocupar os cargos nas indústrias, que antes eram ocupados pelos homens e, com o prosperar dos movimentos feministas, as mulheres tiveram sua situação identitária e de reconhecimento alteradas.

A situação das guerras mundiais criou uma ruptura nas identidades e no rumo da vida das mulheres europeias. Isso porque tiveram que buscar seu sustento e de seus filhos, já que seus maridos não estavam mais presentes para sustentá-las economicamente, e desse modo, as mulheres saíram de seus lares, e começaram a trabalhar fora. E novamente passam para a sujeição, agora não mais de seus pais ou de seus maridos, mas sim de seus patrões, realizando trabalhos pesados, com baixíssima remuneração, e ainda se sujeitando ao assédio moral e sexual, além de condições precárias de trabalho. No entanto, mesmo com baixa remuneração, as mulheres conseguiram sua independência financeira, mas agregaram uma carga de trabalho dupla, pois, além de seu trabalho fora, as mesmas permaneciam com os seus afazeres domésticos, como o cuidado e o zelo com a casa, com o marido e os filhos, levando a uma dupla jornada de trabalho para as mulheres

(MORAIS, 2008, p. 295).

Diante desse contexto, Fraser chama atenção que para que venha a ocorrer um cenário de igualdade social, é necessária a intervenção do Estado, com políticas públicas que garantam a redistribuição de renda, reconhecendo-lhes um novo *status* social. Ainda para a autora, as mulheres permanecem à margem da sociedade, pois a má distribuição de recursos, bens e direitos, impedem que participem de modo igualitário na sociedade (FRASER, 2010, p. 167). Para a autora, a relação de subordinação e sujeição das mulheres fez com que as mesmas fossem tratadas de modo desigual, tanto na diferenciação salarial, quanto no acúmulo de tarefas, pois os afazeres domésticos foram naturalizados como sendo obrigações das mulheres, ou seja, o cuidado com a casa, o zelo com a prole, são tidos como obrigações naturais das mulheres, tarefas essas que não são remuneradas e, desse modo, tornam-se invisíveis e insignificantes.

De acordo com Fraser, a luta das mulheres foi prejudicada ao deixar de lado a ideia de que a má distribuição de renda afeta as mulheres na conquista por seu espaço na sociedade, pois os movimentos feministas, ao voltarem-se para a questão de reconhecimento das diferenças de gênero, esqueceram-se de que as mulheres necessitam da redistribuição de renda (FRASER, 2010, p. 168). Destaca-se aqui que, muitos movimentos feministas possuem a bandeira da redistribuição de renda, sendo que os mais contemporâneos são os que pautam mais as questões identitárias e culturais. Importante destacar que, muito embora um determinado grupo requerer direitos que sejam comuns, não significa que os sujeitos que compõe esse grupo possuam uma única identidade (ANGELIN, 2018, p. 28).

Fraser enfatiza que a política de redistribuição, ou seja, que a redistribuição econômica e as questões socioculturais se encontram interligadas, mas que a questão da redistribuição é mais abrangente do que a política de reconhecimento identitário, pregada por Honneth. No entanto, a autora entende que o fim das injustiças de classes não serão todas abarcadas pelas políticas de redistribuição, e por isso busca conciliar o reconhecimento como o resultado da distribuição de renda e de bens, baseando-se na moralidade, colocando, assim, o reconhecimento como uma questão de igualdade de *status* (FRASER, 2010).

Nesse debate é importante considerar que a “Justiça, hoje, requer tanto redistribuição quanto reconhecimento, nenhum deles, sozinho, é suficiente. A partir do momento em que se adota essa tese, entretanto, a questão de como combiná-los torna-se urgente” (FRASER, 2007, p. 103). Pode-se salientar que uma política de reconhecimento se faz necessária para reparar as injustiças sofridas pelas mulheres, e é nesse sentido que os movimentos feministas lutam para que as mulheres possam participar equitativamente da sociedade, de modo que “reparar a injustiça certamente requer uma política de reconhecimento, mas isso não significa uma política de identidade” (FRASER, 2007, p. 107).

Desse modo, a teoria de redistribuição de renda analisa as injustiças socioeconômicas e também da dominação cultural (FRASER, 2010, p. 182-187). Na concepção de Fraser,

com o propósito de dismantelar as ideias androcêntricas, as quais permeiam as relações sociais e acabam por construir e/ou reproduzir injustiças, é pertinente pactuar a redistribuição transformativa com o reconhecimento transformativo, o que enseja muito mais que políticas afirmativas, mas sim, transformativas (ANGELIN, 2018, p. 30).

Fraser pondera que “o não reconhecimento é errado porque constitui uma forma de subordinação institucionalizada – e, portanto, uma séria violação da justiça (FRASER, 2007, p. 111). Então, de acordo com as ideias de Fraser, para que as mulheres atinjam o reconhecimento, é preciso que elas tenham acesso à redistribuição de renda, de modo a lhes garantir um novo *status* social e a possibilidade de participarem ativamente das decisões do Estado (ANGELIN, 2018).

Por sua vez, como ressaltado anteriormente, a teoria de Axel Honneth diverge da teoria de Nancy Fraser. Para Honneth, a busca pelo reconhecimento parte de um conflito existente que fere, de alguma forma, a dignidade da pessoa. Assim, para que haja reconhecimento dentro de uma sociedade, é preciso a reciprocidade, que é o ponto central do reconhecimento entre os indivíduos. Assim, ele sobrepõe a questão do reconhecimento da dignidade humana acima das demandas por distribuição (HONNETH, 2003).

Embora um tanto diferenciadas, as teorias de Honneth e Fraser se complementam.³ Fraser “embasa sua teoria no princípio da justiça e políticas públicas baseadas na redistribuição de renda e bens, as quais gerariam um novo *status* social para as mulheres e conseqüentemente a paridade de participação nas decisões da sociedade”. Por sua vez, Honneth tem como cerne de sua teoria “o sujeito e sua auto definição, que se materializa partir do reconhecimento recíproco” (ANGELIN, 2018, p. 33).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do objetivo proposto pelo estudo, que foi revisar as teorias do reconhecimento a partir de Charles Taylos, Axel Honnet e Nancy Fraser, é possível constatar a importância dessas teorias para a reflexão acerca das identidades das mulheres e o seu reconhecimento na sociedade. Fica, portanto, evidente que para que as diversas identidades usufruam de espaços equitativos, é preciso que haja o reconhecimento e, de acordo com Taylor, não um 3 “No debate travado entre os autores acerca do reconhecimento, pode-se destacar que, para Fraser o reconhecimento é uma questão e justiça, sendo que a falta dele se configura como uma violação de justiça, destacando a autora que, o equívoco do não reconhecimento está nas relações sociais e não na psicologia individual e interpessoal. Já Honneth defende que o reconhecimento é uma questão ética, pois o sujeito precisa ser reconhecido por outro sujeito, como uma condição necessária para a formação de uma subjetividade integral e não distorcida. Ele trabalha com o reconhecimento do indivíduo, pois, se o reconhecimento individual for negado, isso significa a privação dos pré-requisitos para seu pleno desenvolvimento. Enquanto Fraser embasa sua teoria no princípio de justiça e políticas públicas baseado na redistribuição de renda e bens que gera a paridade de participação nas decisões da sociedade, abordando aspectos coletivos, Honneth toma como objeto central de sua teoria o sujeito e sua autodefinição, a partir do reconhecimento recíproco, enfocando o mesmo de forma intersubjetiva individualizada. Os diferentes caminhos teóricos assumidos pelos autores remetem a controvérsias e, ao mesmo tempo a convergências que auxiliam o pensar dos movimentos sociais, podendo-se, inclusive, ponderar a junção das duas teorias, a fim de explicar a motivação da ação coletiva e os caminhos dos movimentos, ao que pese o fato de serem teorias que, muitas vezes não apresentarem uma aplicabilidade clara, porém, se destacam como complementares” (ANGELIN, 2014, p. 456-457).

reconhecimento equivocado, mas um reconhecimento que respeite as diferenças e propicie o desenvolvimento das pessoas dentro da sociedade.

Por sua vez, as teorias de Axel Honnet e Nancy Fraser propiciem abordagens diferentes entre si, sobre o reconhecimento. Enquanto Fraser afirma que a redistribuição de renda é fundamental para o reconhecimento das mulheres na sociedade, a fim de promover a justiça social, Honneth enfatiza o reconhecimento identitário, criticando a importância dada a redistribuição de renda. Para contra argumentar e, ao mesmo tempo, concordando parcialmente com Honneth, Fraser pondera que a má distribuição de renda faz com que grupos sociais sejam afetados, como é o caso das mulheres, que “além de vivenciarem um reconhecimento equivocado de suas identidades, sofrem fortes injustiças sociais no que se refere à má distribuição de bens e rendas”, concordando de certa forma com Honneth sobre a importância do reconhecimento identitário das mulheres. Assim, pode-se afirmar que uma teoria não exclui a outra, mas sim, elas se complementam.

Diante da breve exposição das três teorias do reconhecimento eleitas para essa pesquisa, apesar de suas diferenças e contradições, é possível afirmar que o reconhecimento correto é fundamental para que as pessoas possam participar de forma mais justa e igualitária na sociedade. Nesse sentido, muito embora não tenha sido mote dessa pesquisa, há que se considerar que dentro do debate do reconhecimento das identidades das mulheres, os movimentos feministas têm se voltado tanto para a questão do reconhecimento identitário quanto para a redistribuição de renda, trabalhando incessantemente para desmistificar, desnaturalizar papéis femininos, bem como continuam na luta pelo reconhecimento de seus direitos e efetiva aplicação dos mesmos.

REFERÊNCIAS

ANGELIN, Rosângela. Direitos humanos das mulheres e movimentos feministas nas sociedades multiculturais: uma leitura a partir da perspectiva teórica do reconhecimento e da redistribuição de gênero em Axel Honneth e Nancy Fraser. *Anais do Congresso Internacional Faculdades EST*. São Leopoldo. Vol. 2, 2014, pp. 444-458.

ANGELIN, Rosângela; HAHN, Noli Bernardo. As brumas da democracia: direitos humanos e movimentos feministas diante de uma racionalidade descentrada e paradoxal. *RJLB*, Ano 4 (2018), nº 5, 2018, p. 1537- 1564.

ANGELIN, Rosângela; HAHN, Noli Bernardo. *Movimentos Feministas e a vida das mulheres: (re) construindo possibilidades emancipatórias*. Curitiba: CRV, 2019.

FRASER, Nancy. “Redistribuição, Reconhecimento e Participação: Por uma Concepção Integrada da Justiça”. In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia [Orgs.]. *Igualdade, Diferença e Direitos Humanos*. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010, p. 167-190.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 15 (2): 291-308, maio-agosto, 2007.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Dossiê contribuições do pensamento feminista para as ciências sociais*. Mediações, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, Jul/Dez, 2009.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem **ética**? *Revista Lua Nova*, São Paulo, 70, p. 101-138, 2007.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução: Luiz Repa. Apresentação de Marcos Nobre. 2. ed. 2009, 1ª reimpressão 2011. São Paulo: Ed. 34, 2003

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Reconhecimento em debate: os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado Habermasiano. *Revista de Sociologia e Política*. Nº 29: 169-185 Nov. 2007.

MORAIS, Maria Lygia Quartim de. Cidadania no feminino. In: PINSKY, Jaime, PINSKY, Carla Bassanezi [Orgs.]. *História da cidadania*. São Paulo: 4. ed. Editora Contexto, 2008, p. 465-515.

NETO, José Aldo Camurça de Araújo. A categoria “reconhecimento” na teoria de Axel Honneth. *Argumentos Revista de Filosofia*, ano 3, Nº 5, 2011.

SOUSA, Vígendo Araújo de. Diferenças e semelhanças entre as políticas de reconhecimento em Honnet e Taylor. *KÍNESES*, Vol. XI, nº 26 (Ed. Especial), 2019, p.149-161.

TAYLOR, Charles. *As Fontes do Self: a construção da identidade moderna*. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

TAYLOR, Charles. *Hegel e a Sociedade Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

TAYLOR, Charles. “A política do reconhecimento”. In: TAYLOR, Charles. *Multiculturalismo: examinando a política do reconhecimento*. Trad. Marta Machado. Coleção: Epistemologia e Sociedade. Lisboa: Piaget, 1994, p. 45- 94.

TAYLOR, Charles. *Argumentos filosóficos*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

WOLF, Susan. “Comentário”. In: TAYLOR, Charles. *Multiculturalismo: examinando a política do reconhecimento*. Título original: *Multiculturalismo*. Trad. Marta Machado. Coleção: Epistemologia e Sociedade. Lisboa: Piaget, 1994, p. 95- 115.

CAPÍTULO 6

ESTIGMA E DISCRIMINAÇÃO DE MULHERES QUE VIVEM COM VIH NA CIDADE DE MAPUTO, MOÇAMBIQUE

Data de aceite: 01/04/2021

Oswaldo Matavel

Departamento de Saúde da Comunidade
Faculdade de Medicina, Universidade Eduardo
Mondlane, Moçambique

Marta Maia

Centro em Rede de Investigação em
Antropologia, Pólo ISCTE, Instituto
Universitário de Lisboa, Portugal

Mohsin Sidat

Departamento de Saúde da Comunidade
Faculdade de Medicina, Universidade Eduardo
Mondlane, Moçambique

Maria Martins

Instituto de Higiene e Medicina Tropical
Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Sónia Dias

Centro de Investigação em Saúde Pública
Escola Nacional de Saúde Pública
Universidade NOVA de Lisboa, Portugal

RESUMO: O objetivo deste trabalho de investigação, de carácter qualitativo, foi captar as experiências de situações de estigma e discriminação no quotidiano de mulheres que vivem com VIH na Cidade de Maputo, Moçambique. Considerando que em Moçambique o VIH é uma doença que afeta mais de um décimo da população adulta a prevenção da epidemia torna-se um assunto de prioridade nacional. Foram entrevistadas 42 mulheres utentes de duas associações de mulheres que

vivem com VIH. Utilizou-se um guião de entrevista semiestruturada constituído por dois conjuntos de questões: caracterização sociodemográfica e questões sobre vulnerabilidades, estigma e discriminação. As entrevistas foram áudio-gravadas e transcritas pelo investigador. Utilizou-se a técnica de análise de conteúdo para o tratamento dos dados. A maioria das participantes (83,3%) tinha acima de 35 anos idade e 40,5% eram viúvas. Cerca de 26% eram casadas ou viviam maritalmente. A idade média de início da atividade sexual reportada foi de 17 anos. Receios relacionados com o estigma e a discriminação levam as mulheres a ocultar o seu estado serológico, inclusive dentro da família. Há famílias em que a quebra do sigilo pode originar questionamentos, suspeitas de infidelidade conjugal, culpabilização, rejeição, exclusão social, despossessão de propriedades e maus tratos diversos. Foram também registados relatos de estigma e discriminação em espaços públicos, como os locais de trabalho. Apesar de todos avanços médicos e científicos desde o início da epidemia, nos anos 1980, persistem situações de estigma e discriminação de pessoas que vivem com VIH, sobretudo das mulheres, devido, em grande parte, às desigualdades de género. As associações de mulheres com diagnóstico de infeção por VIH constituem espaços seguros onde estas se sentem aceites, ouvidas e apoiadas. Mais esforços das autoridades sanitárias e da sociedade civil são necessários para impedir as gravosas situações de estigma e discriminação.

PALAVRAS - CHAVE: VIH/SIDA, mulheres, vulnerabilidade, discriminação, Moçambique.

STIGMA AND DISCRIMINATION OF WOMEN LIVING WITH HIV IN MAPUTO CITY, MOZAMBIQUE

ABSTRACT: The objective of this qualitative research was to examine instances of stigma and discrimination in the daily lives of women living with HIV in Maputo City, Mozambique. HIV is a disease that affects more than one tenth of the adult population in the country and due to the astonishing growth rate of the infection, stopping the spread of the epidemic is now a national priority. Interviews were conducted with 42 women from two associations that assist women living with HIV. of women living with HIV were interviewed. A semi-structured interview script consisting of two sets of questions was used: sociodemographic characterization and questions about vulnerabilities, stigma and discrimination. The interviews were audio-recorded and transcribed by the researcher, and the content analysis technique was used for data processing. Most participants (83.3%) were over 35 years old and 40.5% were widows. About 26% were married or living maritally. The average age of onset of reported sexual activity was 17 years. Fear about stigma and discrimination lead many of the women to hide their HIV status, even within their own families. As a breach of confidentiality could have dire consequences such as suspicions of marital unfaithfulness, blaming, rejection, social exclusion, dispossession of property and mistreatment. There were also reports of stigma and discrimination in public spaces such as workplaces. Despite all the medical and scientific advances since the outbreak of the epidemic in the 1980s, people living with HIV, especially women, still experience stigma and discrimination, due in large part to gender inequalities. Women's associations have been established to help women who are diagnosed with HIV. They are safe spaces where they feel accepted, listened to and supported. More efforts by health authorities and civil society are needed to prevent the life-threatening situations that can result due to stigma and discrimination.

KEYWORDS: HIV/AIDS, women, vulnerability, discrimination, Mozambique.

INTRODUÇÃO

De acordo com os dados da ONUSIDA (UNAIDS 2018a, 2018b), cerca de 35 milhões de pessoas são portadoras do VIH no mundo e a África subsariana tem a prevalência mais elevada, com destaque para a África Austral, região a que Moçambique pertence, que continua a ser a região do mundo mais afetada pela epidemia, e onde 24,7 milhões de pessoas vivem com VIH, o que representa 71% da prevalência mundial. Nos países de baixa e média renda, as mulheres são mais afetadas do que os homens, com 52% e 48% respetivamente. A prevalência da infeção nas mulheres vem crescendo na última década. Na África subsariana, o centro da epidemia global, as mulheres representam aproximadamente 57% de todas as pessoas adultas vivendo com VIH.

Os últimos dados do IMASIDA (MISAU / INE / ICF Internacional 2016), que datam de 2015, indicam que a prevalência da infeção por VIH em Moçambique na população dos 15-49 anos de idade é de 13,2%. Comparando os dados do INSIDA de 2009 (INS / INE / ICF Macro 2010) com os do IMASIDA de 2015, constatamos que entre 2009 e 2015 a prevalência desta infeção aumentou de 11,5% para 13,2%. Contudo os intervalos de confiança dos dois

inquéritos (10,1% a 12,9% no INSIDA e 11,9% a 14,4% no IMASIDA) sobrepõem-se, o que indica que o aumento da prevalência não é estatisticamente significativo. A prevalência estimada em 2015 é maior nas mulheres (15,4%) em comparação com os homens (10,1%). Em ambos os sexos, a prevalência é maior na área urbana (20,5% para as mulheres e 12,3% para os homens) do que na área rural (12,6% para as mulheres e 8,6% para os homens). Entre 2009 e 2015, a prevalência para homens e mulheres na área urbana aumentou de 15,9% para 16,8% e na área rural aumentou de 9,2% para 11%. A Cidade de Maputo apresenta uma prevalência ainda mais elevada: 16,9% segundo o IMASIDA. Ainda segundo estes dados, a transmissão heterossexual é responsável pela maioria dos casos de novas infeções nos adultos e o risco de infeção é maior entre os residentes das áreas urbanas (15,9%) do que entre os residentes das áreas rurais.

Ora, está amplamente demonstrado que o estigma e a discriminação concorrem para o alargamento da epidemia, que está longe de ser erradicada, apesar dos avanços científicos e médicos das duas últimas décadas no que diz respeito aos instrumentos de prevenção, nomeadamente no campo das terapias antirretroviral (TARV). Por essa razão a ONUSIDA lançou em 2011 a visão dos 3 zeros: “zero novas infeções, zero mortes” e zero casos de discriminação, como meta para 2030 (Sidibé 2010; UNAIDS 2010, 2020).

O estigma é aqui entendido como um processo social de depreciação, reprovação e descrédito, de um indivíduo ou grupo de indivíduos com determinadas características, comportamentos ou crenças, ligado à estrutura de poder e dominação, e ao funcionamento das desigualdades sociais. Para apreender o fenómeno do estigma e discriminação devem, pois, ser considerados os processos culturais, as estruturas de poder, a violência estrutural e as possibilidades de resistência (Parker 2013). O estigma torna-se então um dos processos sociais que podem reduzir o acesso à saúde das pessoas afetadas pela doença (Monteiro e Villela 2014).

Estigma, preconceito e discriminação são formas de lidar com a diferença associada às vivências de desigualdades e injustiças que caracterizam grupos e sujeitos estigmatizados, socialmente marcados como inferiores ou anormais. Para se compreender as relações entre estigma, discriminação e preconceito, é necessário ir além das experiências individuais e tomar em conta os “marcadores sociais da diferença” que produzem desigualdades baseadas no género, na orientação sexual, classe social, cor, etnia... (Parker 2013).

O estigma associado ao VIH e a discriminação das mulheres seropositivas, em Moçambique, enquadram-se num contexto de vulnerabilidade social que decorre, entre outros fatores, da desigualdade e violência de género, pobreza, iliteracia, mobilidade, migração e falta de acesso a cuidados de saúde, o que é determinante na disseminação da infeção por VIH (Estavela 2014; Maungue 2015).

Em África, as mulheres retraem-se frequentemente de procurar informação relacionada com a saúde sexual e reprodutiva e com as formas de prevenir as infeções

sexualmente transmissíveis (IST), nomeadamente por razões sociais e culturais que se prendem com desigualdades de género (Andrade e Iriat 2015; Estavela 2014).

MÉTODOS

Este artigo resultou de um trabalho de investigação qualitativa, no quadro de um doutoramento em Saúde Internacional, que permitiu recolher elementos para descrever e analisar experiências vivenciadas por mulheres portadoras do VIH (Matavel 2019). Realizaram-se entrevistas semiestruturadas a 42 mulheres, adultas, utentes de duas associações de mulheres que vivem com o VIH, na Cidade de Maputo.

Na medida em que para abordar a questão da infeção pelo VIH/SIDA, tema sensível carregado de preconceito e estigma na sociedade moçambicana, dificilmente conseguiríamos selecionar ao acaso mulheres com diagnóstico de infeção por VIH para fazerem parte do estudo, optou-se por contactar duas associações de mulheres que vivem com VIH em Maputo. Assim, foram selecionadas estas associações cuja atividade é maioritariamente com mulheres e porque são o lugar onde as mulheres se sentem à vontade para partilhar as suas experiências quotidianas. Estas associações congregam maioritariamente mulheres porque elas partilham o seu estado serológico ao contrário dos homens.

O convite para as entrevistas foi feito pelo investigador e por uma ativista de cada uma das associações. O guião de entrevista incluía dois conjuntos de questões, o primeiro com enfoque na caracterização sociodemográfica (idade, estado civil, local de residência, escolaridade, ocupação, religião, etc.), e o segundo com questões abertas sobre o acesso aos cuidados de saúde, as perceções da doença, o percurso terapêutico, as situações de estigma e discriminação, as relações familiares, as relações de apoio nas associações, entre outras.

As entrevistas gravadas em áudio foram transcritas pelo investigador. Para a interpretação dos dados utilizou-se a análise de conteúdo. Fez-se uma leitura das entrevistas com vista a destacar os elementos que se repetiam. Os discursos relativos às dimensões de análise do estigma e da discriminação foram categorizados. Adiante apresentam-se alguns trechos das entrevistas a fim de ilustrar as categorias e subcategorias identificadas. Nestes, por razões de confidencialidade, os nomes são substituídos por letras aleatórias indicando-se a idade das participantes. A pesquisa obteve a aprovação do Comité Interinstitucional de Bioética em Saúde da CIBS FM&HCM (com o registo 69/2015), em 11 de março de 2016. A participação no estudo foi de carácter voluntário. As participantes assinaram um termo consentimento informado.

RESULTADOS

Características sociodemográficas das mulheres entrevistadas

A maioria das participantes (83,3%) tinha acima de 35 anos de idade. Destas, 28,6% tinham 50 ou mais anos. Apenas 16,7% tinham idade inferior a 35 anos. Esta distribuição reflete as faixas etárias das utentes das associações. Mais de metade (54,8%) das mulheres afirmou nunca ter estudado. As que frequentaram a escola têm apenas o nível de ensino primário.

Todas as participantes afirmaram não possuir emprego formal. A principal atividade das que trabalham é a venda na rua ou no mercado, geralmente a tempo parcial, com rendimentos muito baixos.

A religião predominante é a protestante/evangélica (73,8%), seguindo-se a católica (14,3%) e a São/Zione (11,9%).

No que diz respeito à situação conjugal, encontramos uma elevada proporção (40,5%) de mulheres viúvas. Cerca de um quarto (26,2%) são casadas ou vivem maritalmente, 16,6% são divorciadas, 16,7% são solteiras.

A idade média do início da atividade sexual da população inquirida é de 17 anos.

Todas as participantes foram diagnosticadas com VIH nas Unidades Sanitárias (US) do Sistema Nacional de Saúde (SNS). Todas afirmam terem contraído a infeção através da prática de sexo vaginal não protegido. Todas estão sob terapêutica antirretroviral (TARV), recebendo o tratamento e os cuidados de saúde nas US.

Ocultação da seropositividade pelos parceiros

Apesar dos avanços médicos das duas últimas décadas no que diz respeito ao tratamento da infeção por VIH, que permite uma esperança de vida equiparada com a da população em geral, a seropositividade ainda motiva situações de discriminação e exclusão social. Este panorama faz com que as pessoas que vivem com VIH (PVVIH) tenham receio de revelar o seu estado serológico e se mantenham por vezes isoladas, sem convívio social com membros da família, vizinhos e outros membros da comunidade à qual pertencem. As PVVIH são vistas como tendo (tido) comportamentos “fora da norma”, a doença é percecionada como sendo “dos outros”, há falta de conhecimentos sobre as formas de transmissão do vírus e de prevenção da infeção, e crenças e medos irracionais, como aliás acontece noutros contextos (Maia 2009; Maia e Ferreira 2014; Mendes-Leite 2014; Parker e Aggleton 2001; Poindexter e Shippy 2010; Sacramento e Ribeiro, 2016).

Como se pode depreender das falas abaixo, as mulheres são confrontadas com situações em que os homens, mesmo sabendo que são portadores do vírus, não o revelam às suas parceiras nem procuram acompanhamento médico, não estando, por conseguinte, a beneficiar da TARV, que poderia não só impedir o vírus de lhes causar imunodepressão como também proteger as suas parceiras do risco de infeção. Estas situações podem

persistir durante muito tempo até que as mulheres começam a apresentar sintomas que as levam a realizar o teste e a descobrir que têm VIH. Quando os homens são confrontados com o diagnóstico das parceiras, revelam o seu estado serológico, mas por vezes acusam as mulheres de os terem infetado.

“Eu vivi com o meu companheiro durante cinco anos e ele não me disse que estava doente. Eu tive Dzilo Hussiku [Herpes Zóster], foi aí que eu fiquei preocupada e vi que algo estava errado e que não era brincadeira e fui ao hospital e não houve demora em dar-me os comprimidos, puseram me logo em tratamento...” (AJM, 35 anos).

Esta ocultação está relacionada com o receio que o conhecimento da doença cause situações de discriminação e isolamento social, por vezes agravado pela forma dramatizada como o resultado é comunicado. De acordo com as entrevistadas, o momento da comunicação do resultado do teste é sempre traumático, para elas como para os seus parceiros.

“Com o andar do tempo, o meu companheiro procurou-me para me dizer que tinha medo de dizer mas que também tinha a doença e eu nunca desconfiava dele porque ele estava gordo e bonito e as pessoas diziam que não era possível ele estar infetado, e afinal quando ele se despedia de mim era sempre quando estava na hora de tomar os comprimidos...” (AJM, 35 anos).

Uma entrevistada relatou que a sua família não manteve o sigilo sobre o seu estado serológico. Depois de regressar do hospital com o resultado do seu teste em envelope fechado, partilhou-o com um familiar, o que originou discriminação e maus tratos diversos por parte da família. Na sua opinião, é isso que leva as mulheres a manter a seropositividade em silêncio e a restringir o convívio com a família, os vizinhos e os membros da comunidade, ficando, por conseguinte, mais isoladas.

“No tempo em que eu recebi o diagnóstico, punham os resultados num envelope. Levei o meu resultado para casa e chegando a casa mostrei à minha tia e disse-lhe: ‘minha tia, eu sou isto’, entregando o envelope fechado. Foi aí que as coisas se complicaram. Começou a mandar vir comigo, falou para toda a gente que eu sou seropositiva, começaram a me tratar mal e muitas coisas...” (AAC, 48 anos).

Nesse contexto, as mulheres receiam que a revelação do diagnóstico desencadeie questionamentos, suspeitas de infidelidade conjugal e culpabilização pela infeção. As relações desiguais de género e poder deixam o homem mais confiante para revelar o diagnóstico à companheira, prevendo que não será acusado ou rejeitado. Com efeito, algumas mulheres entrevistadas relataram que cuidaram dos maridos até à sua morte por sida. Pelo contrário, as mulheres com VIH são frequentemente discriminadas ou mesmo abandonadas pelos maridos ou companheiros.

Uma mulher contou como teve de lidar com a rejeição pela família do marido, uma

experiência dolorosa que afetou profundamente o seu bem-estar.

“A família sempre me rejeitava e ainda não estávamos doentes, e houve uma altura que arranjam uma moça de Gaza, porque ele era de São Martinho de Bilene, para casar com o filho – o meu marido – e ele negou e começaram a maltratar-me...” (EEM, 60 anos).

Estigma e discriminação na família e no espaço público

As mulheres entrevistadas relataram situações de estigmatização e discriminação no espaço público. As associações de PVVIH denunciam alguns casos de discriminação, apresentando queixas às autoridades. De acordo com documentos consultados nas associações, entidades patronais foram acusadas de despedir trabalhadores devido ao seu estado serológico, na maioria dos casos sem indemnização e sem respeito pela confidencialidade. De acordo com a responsável de uma das associações contactadas, a tendência para se considerar que a PVVIH é doente, incapaz, inútil e improdutiva leva a atitudes de discriminação, rejeição e exclusão social que afetam as PVVIH a vários níveis.

Existe, na população moçambicana em geral como no resto do mundo, falta de conhecimentos sobre as formas de transmissão do VIH, os meios de prevenção e os tratamentos (Global Commission on HIV and the law 2018; Maia 2009; Parker e Aggleton 2003; Sacramento e Ribeiro 2016). Permanecem mitos e ideias erradas em torno da infeção por VIH. Segundo uma entrevistada, existem pessoas que acreditam que o VIH pode ser transmitido através da partilha de alimentos ou do “contacto físico casual e superficial” (Mendes-Leite 2015). Esta situação gera não só casos de discriminação e exclusão social como também barreiras à prevenção das ITS e ao acesso a cuidados de saúde, tratamentos adequados e apoio social, em África como nos outros continentes (Maia e Ribeiro 2015).

“Tudo começou com uma alergia nas mãos. Eu era vendedeira de fruta e antes de me aperceber o que de facto estava a acontecer, tinha uma tosse persistente. Também os meus colegas, vendo a minha situação, diziam ou davam sinais aos clientes que vinham na minha banca para não comprarem nada de mim porque essa senhora tem sida...” (CRS, 49 anos).

Uma mulher entrevistada relatou como ficou a saber que as pessoas que conheciam o seu estado serológico, nomeadamente colegas de trabalho no mercado, faziam comentários depreciativos sobre ela e comentários maliciosos sobre como se teria infetado, o que lhe tem causado um grande desgaste psicológico. Contou também que foi verbalmente ameaçada de expulsão do mercado.

“Às vezes eu comia por exemplo pão e sobrava e avisavam-me que não devia dar a ninguém porque podia estar contaminado. Falavam que eu era uma pessoa perigosa, ninguém me dirigia a palavra e até começaram a dizer que eu devia sair daquele lugar e procurar outro mercado para trabalhar...” (EEM, 60 anos).

Outra mulher afirmou ter sido incentivada a realizar o teste após ter conversado com uma pessoa estranha que lhe confidenciou que passava por uma situação semelhante, que se manifestava em doenças prolongadas.

“Uma pessoa me disse que também tudo começou assim com uma doença que não parava e aí decidi fazer o teste, que deu positivo...” (CJM, 64 anos).

As entrevistas revelam que uma das estratégias utilizadas para reduzir o estigma é procurar apoio em desconhecidos que estão com problemas semelhantes ou nas associações de doentes, o que lhes permite sentir-se aceites e não estigmatizadas, como aliás acontece noutros contextos sociais e com outras doenças (Gagnon 1999; Maia 2017).

O papel das associações de PVVIH

Uma participante referiu que a sua integração e participação na associação permite-lhe quebrar a questão de omissão ou não revelação do estado serológico às pessoas próximas porque encontrou no grupo, um bom ambiente para fugir à estigmatização e discriminação que existem na sociedade moçambicana.

“... não é fácil para mim viver assim, ouvir as pessoas a falar, te apontarem todo sítio onde vais, e aqui aprendi a viver com outras irmãs, me distraio...” (LV, 52 anos)

Uma das principais estratégias para o enfrentamento da estigmatização identificada nas entrevistas foi a integração nas associações de mulheres vivendo com o VIH/SIDA, pois encontram nestes espaços “seguros” onde se sentem aceites e bem-vindas. Para elas, fazer parte dessas associações traz-lhes um sentimento de pertença a uma mesma família e a possibilidade de obter acesso a informações relevantes para lidar com esta condição de saúde.

“Estou satisfeita em estar aqui. Recebemos apoio quando às vezes estamos desanimadas; acho que é diferente de estar sozinha, às vezes um pouco de comida porque estes comprimidos são pesados...” (EEM, 60 anos).

Fatores de acesso e utilização de serviços de saúde

Explorou-se a perceção das participantes quanto ao processo de atendimento e assistência às mulheres vivendo com VIH/SIDA no SNS, com destaque para os aspetos positivos e negativos mencionados. Diante das narrativas observou-se maior frequência de menções a aspetos negativos tal como o *tempo de espera em situações de atendimento*, como ilustra o trecho abaixo.

“O atendimento varia de acordo com o dia. As pessoas chegam muito cedo para marcar a bicha por volta das 04h30 da manhã e ficam muito tempo à espera...” (AA, 22 anos)

De acordo com a opinião das participantes denota-se incapacidade do SNS para responder à demanda. Observamos a referência a aspetos relacionados com escassez de recursos humanos, medicamentos, materiais e infraestrutura e ao número elevado de pacientes e ao número reduzido de profissionais e de serviços, o que pode explicar em parte o elevado tempo de espera referido na subcategoria anterior pelas participantes, que diziam que os pacientes ficam muito tempo à espera para serem consultados pelos profissionais de saúde ou fazerem outros procedimentos como análises clínicas e levantamento de medicamentos na farmácia. Os depoimentos mostraram que as duas situações possuem relação direta, como enfatiza o trecho selecionado.

“Os técnicos dizem sempre que devemos chegar cedo mas começam a atender muito tarde em norma deviam iniciar o atendimento por volta das 07:00 horas da manhã, mas chegam depois das 08:00 horas e é tudo lento porque tem que preparar as condições do trabalho...” (TA, 40 anos)

“Os médicos chegam mais tarde ainda, 10 horas... Depois mandam para o laboratório para fazer as análises e lá também é outra fila porque é o mesmo laboratório para todas as doenças e acabo por regressar muito tarde por volta das 15 horas...” (MN, 53 anos)

Muitas pessoas vivem momentos de pura hostilidade e rejeição quando lhes é diagnosticada a infeção. Acabam por perder o trabalho, os bens e até mesmo relações familiares importantes. Por este motivo muitas PVVIH têm dificuldades em falar com outras pessoas sobre o seu estado serológico. O depoimento que se segue mostra como, no seio familiar, as cunhadas de uma participante expulsaram a esposa de um homem infetado, culpabilizando-a pelo sucedido. O que mostra que a violência de género é interiorizada e exercida pelas próprias mulheres.

“Vivia com as minhas cunhadas e era a segunda esposa e quando o meu marido adoeceu e viram que era grave e que ele podia morrer a qualquer momento...o hospital já havia informado que o problema é a infeção por VIH que não foi tratada a tempo e como era casa dos pais dele onde vivíamos mandaram-me embora...” (RJ, 35 anos)

Impacto do diagnóstico de infeção por VIH e da morte do cônjuge

O impacto combinado do diagnóstico da infeção com a morte do marido em decorrência da SIDA foi enorme para uma mulher, de acordo com as suas palavras. Além da dor da perda do seu companheiro e a redução drástica no rendimento da sua família, sofreu a usurpação dos seus bens pelos familiares do esposo, cuja família a acusou de ser responsável pela transmissão da infeção.

As participantes relatam que com a morte do marido há uma prática ilegal de usurpação de bens por parte de parentes dos maridos. Isto porque, na região sul, o legado económico é transmitido ao filho mais velho do casal e, na ausência deste, ao seu irmão

ou outro parente da linhagem paterna. O matrimónio é virilocal e após o casamento a noiva muda-se para a casa do esposo, saindo da sua aldeia. Os laços de parentesco e de filiação dão-se através da linha paterna. Nesse contexto, os homens assumem a propriedade dos recursos do agregado familiar e são eles que autorizam as mulheres no uso destes recursos. A perda dos bens para a família do marido após a sua morte é ilegal, mas por desconhecimento dos seus direitos, muitas mulheres são lesadas, como atestam as falas de uma das mulheres entrevistadas.

“No dia do funeral do meu marido a família alugou um camião para retirar as coisas da minha casa (em Maputo) e fui obrigada a assinar uma declaração que autorizava o irmão do meu marido a vender a casa e foi assim que perdi a casa e os bens...” (EEM, 60 anos)

DISCUSSÃO

O perfil das participantes mostra que se trata de um grupo de mulheres adultas, com níveis de escolaridade muito baixos e situações socioeconómicas precárias. Ora, o papel da escolarização como meio de socialização e de capacitação é muito importante. A educação é um instrumento de mudança de comportamentos necessário para libertar as mulheres de práticas opressivas.

Todas as participantes afirmaram não possuir emprego formal, tendo atividades como vendedeiras de mercado ou em bancas a porta de casa o que não lhes permite contribuir muito para o orçamento familiar e as torna financeiramente dependentes. Consequentemente, têm dificuldade em responder às necessidades diárias e às relacionadas com os cuidados de saúde de que precisam, a começar pelo custeamento do transporte para aceder aos cuidados médicos nas US. Dado que, para fugir à estigmatização e discriminação, se esforçam por ocultar o seu estado serológico, procuram ser acompanhadas em US distantes do seu local de residência. Por conseguinte, por vezes não conseguem custear a viagem mensal à US para o acompanhamento médico e o acesso à TARV.

Grande parte das mulheres entrevistadas eram viúvas e viviam no limiar da pobreza, fator agravante da precariedade social e económica. Os dados mostram que as mulheres estão em situação de vulnerabilidade individual, social e programática face ao VIH/SIDA, tal como já reportado por vários estudos (Estavela, 2014), Maungue, 2015).

Esta infeção é, desde o início da epidemia, nos anos 1980, associada, nas representações sociais, a má conduta social, promiscuidade e comportamentos moralmente condenáveis (Bastos, 1999, 2014), e ainda hoje suscita preconceito, estigma, discriminação, rejeição, segregação, abandono, quebra de sigilo e exclusão social, o que faz com que as PVVIH vivam com o dilema de revelar ou não o seu estado serológico. Regra geral, as mulheres revelam o seu estado serológico a muito poucas pessoas, o que em alguns casos acarreta o isolamento ou o afastamento do convívio social com a família,

os vizinhos e membros da comunidade. As participantes relataram experiências de estigma e discriminação nas relações sociais com familiares e vizinhos dos bairros onde residem e onde esperavam ter maior apoio e acolhimento.

Vários estudos (Cau 2014; Delmira 2010; Estavela 2014; Gupta 2000; O’Grady 2016; Parker e Aggleton 2001; Weiss et al. 2000) indicam que, nos esforços para capacitar as mulheres perante situações de estigma e discriminação devido à infecção por VIH, dever-se-ia prestar mais atenção aos grupos socialmente mais desfavorecidos, menos informados e menos escolarizados, residentes nas áreas rurais ou periferias das grandes cidades, como é o caso das mulheres entrevistadas, pois o facto de elas constituírem o segmento da população mais estigmatizado contribui para a sua maior vulnerabilidade às IST.

As mulheres entrevistadas afirmam terem encontrado uma nova vida coletiva nas associações de mulheres que vivem com VIH, uma nova “família”, a “família positiva”, que lhes proporciona um espaço acolhedor e seguro, uma nova forma de sociabilidade entre pessoas com vivências comuns. Ao reunirem-se entre “irmãs” – forma de tratamento que adotam –, veem na associação um lugar de solidariedade e partilha de conhecimentos e experiências, onde a expressão do sofrimento, sem julgamentos de valor, é possível. Esse encontro entre “irmãs” representa para elas um alívio e um espaço onde podem existir inteiras, sem ter de esconder uma parte da sua realidade pessoal. Esse alívio é interrompido ao saírem da associação e voltarem às outras redes de convívio, família e vizinhança, onde o drama de ter VIH volta a assolá-las. No entanto, as associações permitem capitalizar a rede social e de convívio entre “iguais”, como é referido por outros estudos (Bateganya et al. 2015; Maia, 2017; Qiao et al. 2015).

CONCLUSÃO

Os graus de escolaridade concluídos entre as mulheres entrevistadas, na generalidade, são baixos e a situação de emprego é precária ou fonte de rendimento também é precária – em linha com o padrão da sociedade moçambicana; A falta de rendimento e de alimentos suficientes para o agregado familiar, bem como situações pontuais de dificuldade no acesso à cesta básica, podem contrariar a obtenção de melhores resultados de saúde, quando uma nutrição adequada é essencial para a manutenção do sistema imunológico.

A maioria das mulheres mantinham um relacionamento à data da entrevista e declararam ser sexualmente ativas, usando o preservativo e outro(s) contraceptivo(s)¹.

O estigma e a discriminação continuam a contribuir para o silêncio e omissão do estado serológico das mulheres, o que têm repercussões na sua qualidade de vida, além do impacto na prevenção da epidemia. Contudo, a situação mais preocupante de estigma

¹ O preservativo é sobretudo usado como contraceptivo pois quando a PVVIH tem uma carga viral indetetável (menos de 50 cópias do vírus por mililitro de sangue) não existe risco de transmissão. De notar, no entanto, que para que a PVVIH tenha uma adesão terapêutica capaz de manter a carga viral abaixo do nível de deteção do teste de diagnóstico é preciso reunir as condições necessárias para tal (Maia 2015).

a que as mulheres são sujeitas é aquela que ocorre no grupo de convivência onde elas deviam ter mais acolhimento e carinho, a família.

A maioria das mulheres declarou já ter sofrido de alguma forma de discriminação devido ao seu estado serológico. As formas de discriminação associadas ao VIH mais frequentes são os comentários negativos, as ofensas, insultos ou ameaças verbais, ao que se seguem as situações de marginalização (exclusão de atividades da família ou outras atividades em sociedade), e, por fim, alegados ataques físicos, apontados por poucas mulheres.

Há altos padrões de utilização dos serviços de saúde, devido à disponibilidade de serviços como cuidados de saúde primários e TARV. Contudo, para algumas mulheres, as dificuldades financeiras limitam o acesso aos transportes para se deslocarem às US. A distância a percorrer e a falta de pessoal qualificado nas US também são limitantes do acesso aos serviços onde se pode realizar o teste de diagnóstico da infeção por VIH.

Constatámos que a toma dos ARV se faz “às escondidas”, de forma “clandestina”, porque as mulheres receiam reações negativas no seu círculo ou rede de relações. Contudo, é notória a satisfação com o TARV que permite uma longevidade semelhante à da população em geral. A infeção pelo VIH/SIDA é percecionada e vivida pelas mulheres seropositivas de uma maneira diferente do que era há vinte anos, pois a TARV permite diminuir, ou mesmo suprimir a carga viral e impedir o aparecimento da SIDA, caracterizada por infeções oportunistas devido à imunodepressão, o que significou uma melhoria muito significativa na qualidade de vida das PVVIH.

As associações de mulheres vivendo com o VIH/SIDA são lugares onde elas encontram apoio e cuidados. Neste sentido, procuram estas organizações, onde são aceites e acolhidas, e se juntam a pessoas na mesma condição. Assim, para elas, saberem da existência de outras mulheres infetadas, e com elas conviverem e compartilharem experiências, é uma estratégia de superação de dificuldades sociais e de empoderamento. Para as mulheres, frequentar as associações encontrar com as “irmãs”, para além de evitar o estigma significa encontrar, um lugar de solidariedade e de partilha de conhecimentos e de experiências. Nesse convívio, elas aliviam e esquecem essas questões embora apenas por momentos, pois ao saírem das associações voltam às outras redes de convívio, à família, vizinhança e às consequências de serem infetadas pelo VIH/SIDA. Contudo o importante é que as mulheres capitalizam essa rede social e de convívio que é estar entre “irmãs”.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rosário Gregório, e Jorge Alberto Bernstein IRIART, 2015, “Estigma e discriminação: experiências de mulheres HIV positivo nos bairros populares de Maputo, Moçambique”, *Cadernos de Saúde Pública*, 31 (3): 565-574, em www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2015000300565 (consultado em 10/01/2020).

BARDIN, Laurence, 2016 (1977). *Análise de Conteúdo*. São Paulo, Edições 70.

BASTOS, Cristiana, 1999, *Global responses to AIDS: Science in Emergency*. Bloomington: Indiana University Press.

BASTOS, Cristiana, 2014, “Global, local e vice-versa: a política brasileira de HIV/SIDA”, em Marta Maia e, Pedro Moura Ferreira (orgs.), 2014, *VIH/Sida e Ciências Sociais. Diversidade e percursos de investigação*. Vila Nova de Famalicão, Húmus.

BATEGANYA, Moses, Uchechi ROXO, e Maxia DONG, 2015, “The Impact of Support Groups for People Living with HIV on Clinical Outcomes: a systematic review of the literature”, *Journal of Acquired Immune Deficiency Syndromes*, 68 (3): S368–S374.

CAU, Boaventura Manuel, 2014, “O estigma do VIH e SIDA e a testagem de infecção pelo VIH entre adolescentes e jovens em Moçambique”, *Gazeta de População e Saúde*, 3: 1-33.

DELMIRA, Petersburgo, 2010, *Adesão ao tratamento antirretroviral: desafios comportamentais*. Johns Hopkins University / Bloomberg School of Public Health / Center For Communication Program.

ESTAVELA, Arune João, 2014, *Vulnerabilidade de gênero e infecção pelo HIV: percepções de pessoas vivendo com HIV/AIDS e de profissionais de saúde da Cidade de Maputo, Moçambique*. Tese de doutoramento em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, em <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17043/1/2014_AruneJoaoEstavela.pdf> (consultado em 11/01/2020).

ESTAVELA, Arune João, e Eliane Maria Fleury SEIDL, 2015, “Vulnerabilidades de gênero, práticas culturais e infecção pelo HIV em Maputo”, *Psicologia e Sociedade*, 27 (3): 569-578, em <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20677/1/ARTIGO_VulnerabilidadeGeneroPraticasCulturais.pdf> (consultado em 11/01/2020).

GAGNON, Éric, 1999, «La communication, l'autre, l'indicible. De l'entraide des malades», *Anthropologie et Sociétés*, 23 (2): 61-78.

GLOBAL COMMISSION ON HIV AND THE LAW, 2018, *Risks, Rights and Health - Supplement*, United Nations Development Programme, em https://hivlawcommission.org/wp-content/uploads/2019/11/Hiv-and-the-Law-supplement_EN.pdf (consultado em 17/02/2020)..

GUPTA Geeta Rao, 2000, “Gender, sexuality, and HIV/AIDS: the what, the why, and the how”, *Canadian HIV/AIDS Policy & Law Review*, 5 (4): 86-93.

INS / INE / ICF MACRO, 2010, *Inquérito Nacional de Prevalência, Riscos Comportamentais e Informação sobre o HIV e SIDA em Moçambique (INSIDA) 2009*. Calverton, Maryland, EUA, Instituto Nacional de Saúde, Instituto Nacional de Estatísticas e ICF, em <file:///C:/Users/marta/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/INSIDA%202009%20RELATORIO%20FINAL%20(1).pdf> (consultado em 13/01/2020).

MAIA, Marta, 2017, “Grupos de entreajuda de doentes com hepatite C no ciberespaço”, *Fórum Sociológico*, 30 (Série 2), Internet e Activimos em Saúde: 31-38.

MAIA, Marta, 2015, «Adesão terapêutica, relação médico-paciente e vivência da doença crónica», em Marta Maia e Fernando Bessa Ribeiro (orgs.), *VIH/sida: experiências da doença e cuidados de saúde*. Vila Nova de Famalicão, Húmus, 35-46.

MAIA, Marta, 2009, “Barreiras psico-socio-culturais e estruturais à prevenção e ao teste do VIH”, *Arquivos de Medicina*, 23 (2): 75-77.

MAIA, Marta, e Fernando Bessa Ribeiro (orgs.), 2015, *VIH/sida: experiências da doença e cuidados de saúde*. Vila Nova de Famalicão, Húmus.

MAIA, Marta, e Pedro Moura FERREIRA (orgs.), 2014, *VIH/Sida e Ciências Sociais. Diversidade e percursos de investigação*. Vila Nova de Famalicão, Húmus.

MATAVEL, Osvaldo, 2019, *Vulnerabilidades das mulheres, violência de género e a infecção pelo VIH/SIDA na cidade de Maputo, Moçambique*. Tese de Doutoramento em Saúde Internacional - Políticas de Saúde e Desenvolvimento, orientação de Sónia Dias, Instituto de Higiene e Medicina Tropical, Universidade Nova de Lisboa.

MAUNGUE, Hélio Bento, 2015, *A face feminina do HIV e sida: um estudo sobre as experiências de mulheres infectadas pelo HIV na Cidade de Maputo, Moçambique*. Tese de Mestrado em Sociologia Política, orientação de Maria Ignez Silveira Paulilo, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.

MENDES-LEITE, Rommel, 2015, “Representações sociais das sexualidades e da prevenção do VIH/sida: o caso das proteções imaginárias e simbólicas”, em Marta Maia e Fernando Bessa Ribeiro (orgs.), *VIH/sida: experiências da doença e cuidados de saúde*, Famalicão, Húmus.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MISAU), INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS (INE), e ICF INTERNACIONAL, 2016, *Inquérito de Indicadores de Imunização, Malária e HIV/SIDA em Moçambique 2015*. Maputo, Moçambique, Rockville, Maryland, EUA: INS, INE e ICF International, em <https://mz.usembassy.gov/wp-content/uploads/sites/182/2017/06/IMASIDA-2016_Relatorio-de-Indicadores-Basicos-for-Web.pdf> (consultado em 13/01/2020).

MONTEIRO, Simone, e Wilza VILLELA, 2013, *Estigma e Saúde*. Rio de Janeiro, Fiocruz/FAPEEJ.

MONTEIRO, Simone, Wilza Vieira VILLELA, e Daniela KNAUTH, 2012, “Discrimination, stigma, and AIDS: a review of academic literature produced in Brazil (2005-2010)”, *Cadernos de Saúde Pública*, 28 (1), 170-176, em <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2012000100018> (consultado em 20/01/2020).

O’GRADY, Caitlin, 2016, “Estigma e agência na experiência da doença entre mulheres seropositivas em Chennai, na Índia”, em Octávio Sacramento e Fernando Bessa Ribeiro (orgs.), *Planeta Sida*. Famalicão, Húmus, 217-236.

PARKER, Richard, 2013, “Interseções entre Estigma, Preconceito e Discriminação na Saúde Pública Mundial”, em Simone Monteiro e Wilza Villela (orgs.), *Estigma e Saúde*. Rio de Janeiro, Fiocruz/FAPEEJ, 25-46.

PARKER, Richard, e Peter AGGLETON, 2001, *Estigma, Discriminação e AIDS*. Rio de Janeiro, Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS – ABIA, em <http://www.abiaids.org.br/_img/media/colecao%20cidadania%20direito.pdf> (consultado em 09/01/2020).

PARKER, Richard, e Peter AGGLETON, 2003, “HIV and AIDS-related stigma and discrimination: A conceptual framework and implications for action”, *Social Sciences & Medicine* 57 (1), 13-24.

POINDEXTER, Cynthia Cannon, e R. Andrew SHIPPY, 2010, “HIV Diagnosis Disclosure: Stigma Management and Stigma Resistance”, *Journal of Gerontological Social Work*, 53 (4): 366-381, em <<https://doi.org/10.1080/01634371003715841>>.

QIAO, Shan, Jing-Bao NIE, Joseph TUCKER, Stuart RENNIE, Xiao-Ming LI, 2015, “The role of social relationship in HIV healing and its implications in HIV cure in China”, *Health Psychology and Behavioral Medicine*, 3 (1): 115-127.

SACRAMENTO, Octávio, e Fernando Bessa RIBEIRO, 2016, “Planeta Sida, uma introdução”, em Octávio Sacramento e Fernando Bessa Ribeiro (orgs.) *Planeta Sida*. Famacão, Húmus, 9-28.

SIDIBÉ, Michel, 2010, “Zero new HIV infections. Zero discrimination. Zero AIDS-related deaths”, World Aids Day Message, UNAIDS, 2010, em <https://www.unodc.org/documents/southeastasiaandpacific/2010/12/wad-2010/20101201_UNAIDS_EXD_WAD_Msg_en.pdf> (consultado em 14/01/2020).

UNAIDS, 2010, *Getting to zero: 2011-2015 strategy Joint United Nations Programme on HIV/AIDS (UNAIDS)*, WHO Library Cataloguing, em <http://files.unaids.org/en/media/unaids/contentassets/documents/unaidspublication/2010/JC2034_UNAIDS_Strategy_en.pdf> (consultado em 14/01/2020).

UNAIDS, 2018a, *Programme on HIV/AIDS*, em <http://www.unaids.org/sites/default/files/media_asset/unaids-data-2018_en.pdf> <http://www.unaids.org/sites/default/files/media_asset/20170720_Data_book_2017_en.pdf> (consultado em 08/01/2020).

UNAIDS, 2018b, *Factsheets*. <<https://aidsinfo.unaids.org>> (consultado em 08/01/2020).

UNAIDS, 2020, *Countries*, UNAIDS, em <<https://open.unaids.org/countries>> (consultado em 14/01/2020).

WEISS, Ellen, WHELAN, Daniel, e GUPTA, Geeta Rao, 2000, “Gender, sexuality and HIV: Making a difference in the lives of young women in developing countries”, *Sexual and Relationship Therapy*, 15 (3): 233–245.

CAPÍTULO 7

FERNANDO CHACEL E A PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM CONSTRUÍDA: A PRAÇA DA VILA OPERADORA DE FURNAS PLANURA/MG

Data de aceite: 01/04/2021

Maria Eliza Alves Guerra

Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design FAUeD-UFU
Uberlândia, Brasil

Guilherme Silva Graciano

Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design FAUeD-UFU
Uberlândia, Brasil

RESUMO: Tombado por Lei Municipal em 2015, o Conjunto Paisagístico da Praça da Vila de Furnas de autoria do paisagista Fernando Chacel (1931-2011) localizado na cidade de Planura/MG, é ato relevante para o legado arquitetônico, paisagístico e urbanístico modernos no Brasil, que teve como suporte para seu dossiê, as pesquisas efetuadas na Tese: “Vilas Operadoras de Furnas nas Bacias dos rios Grande e Paranaíba – da concepção à atualidade” comprovando a importância dos levantamentos e análises do patrimônio moderno regional realizado pela academia. Este artigo propõe abordar a relevância da atuação profissional de Chacel e equipe multidisciplinar nas “Vilas Operadoras” com o objetivo de demonstrar a importância do ideário paisagístico moderno presente nestas “vilas” por suas peculiaridades paisagísticas, em um contexto em que, a construção de Brasília exigia a ampliação de oferta de energia elétrica

priorizando grandes obras de hidrelétricas para atender as necessidades da nova capital e o setor industrial que se consolidava no sudeste do Brasil. Através de texto descritivo, destaca-se a Vila de Planura e sua praça/parque, cujo tombamento voltado à sua preservação valoriza o patrimônio paisagístico ambiental moderno.

PALAVRAS - CHAVE: Fernando Chacel; Paisagismo moderno; vilas operadoras.

ABSTRACT: Protected by Municipal Law in 2015, Furnas Square, by the landscaper Fernando Chacel (1931- 2011) located in the city of Planura / MG, is a relevant act for the modern architectonic, landscape and urban legacy in Brazil, Which was supported by his dossier, the research carried out in the Thesis: “Furnas’ Operative towns in the Rio Grande and Rio Paranaíba Basins - from conception to actuality”, proving the importance of surveys and analyzes of the regional modern heritage carried out by the academy. This article proposes to address the relevance of the professional performance of Chacel and multidisciplinary team in the “Operative Villages” in order to demonstrate the importance of the modern landscape ideology present in these “villages” due to their landscape peculiarities, in a context in which the construction of Brasília Demanded the expansion of electric energy supply prioritizing large hydroelectric works to meet the needs of the new capital and the industrial sector that was consolidating in southeastern Brazil. Through descriptive text, stands out the Village of Planura and its square/ park, whose tipping focused on its preservation values the modern environmental patrimony.

KEYWORDS: Fernando Chacel; Modern landscaping; Operative towns.

RESUMEN: Tombado por Ley Municipal en 2015 el Conjunto Paisajístico de la Plaza de la Vila de Furnas de autoría del paisajista Fernando Chacel (1931-2011) en la ciudad de Planura / MG, es acto relevante para el legado arquitectónico, paisajístico y urbanístico modernos en Brasil, que tuvo como soporte para su dossier, las investigaciones efectuadas en la Tesis: “Vilas Operadoras de Furnas en las Bacias de los ríos Grande y Paranaíba - de la concepción a la actualidad” comprobando la importancia de los levantamientos y análisis del patrimonio moderno regional realizado por la academia. Este artículo propone abordar la relevancia de la actuación profesional de Chacel y equipo multidisciplinario en las “Villas Operadoras” con el objetivo de demostrar la importancia del ideario paisajístico moderno presente en estas “villas” por sus peculiaridades paisajísticas, en un contexto en que la construcción de Brasilia Exigía la ampliación de oferta de energía eléctrica priorizando grandes obras de hidroeléctricas para atender las necesidades de la nueva capital y el sector industrial que se consolidaba en el sudeste de Brasil. A través de texto descriptivo, se destaca la Villa de Planura y su plaza/parque, cuyo vuelto hacia su preservación valora el patrimonio paisajístico ambiental moderno.

PALABRA CLAVE: Fernando Chacel; Paisajismo moderno; villas operadoras.

1 | INTRODUÇÃO

Podemos afirmar que a urbanização da região compreendida pelo Triângulo Mineiro e Pontal do Triângulo foi consolidada ao longo da segunda metade do Século XX com a construção de Brasília, como “nova capital” e a destinação de recursos financeiros para investimentos em infraestrutura relacionados aos diversos setores econômicos. O setor de energia elétrica foi priorizado com a construção de hidrelétricas para atender às necessidades da nova capital e ao setor industrial, que se consolidava no sudeste do Brasil.

Esta região, que contava com grande potencial hidroelétrico em seus dois grandes rios: Grande (divisa Minas Gerais/São Paulo) e Paranaíba (divisa Minas Gerais/Goiás), apresentava também uma escassa rede urbana. Neste contexto foram construídas, ao longo de três décadas, “grandes obras” de usinas hidrelétricas (UHE), que conseqüentemente, resultou em ônus negativos, em função de alteração territorial e ambiental, devido ao represamento de vastas áreas agricultáveis, submersão de alguns poucos povoados, gerando dispersão de população ribeirinha e perda de elementos culturais de valor histórico, entre outros, que não eram considerados à época.

Por outro lado, os investimentos abrangeram além das UHEs, a construção de dezenove vilas/cidades, pelas concessionárias: FURNAS (onze), CEMIG (seis), e CELG (duas), integrando-as à rede urbana regional com a criação e ampliação de rede de telecomunicações e da malha rodoviária, pavimentação de rodovias, implantação de aeroportos, etc. As novas configurações territoriais e socioeconômicas resultaram em reordenamento territorial e administrativo com a criação de novos municípios, a elevação do

IDH e do orçamento municipal através de recebimento de royalties. É o caso do Município de Planura, cuja “praça principal e vila operadora” existentes, serão o objeto deste artigo,

Na pesquisa desenvolvida na Tese de Doutorado foram investigadas dez vilas operadoras e uma cidade, construídas por FURNAS ao longo de trinta anos. As reflexões sobre a trajetória das vilas foram apresentadas em três momentos: concepção, realização e utilização e foram baseadas em métodos de abordagem histórica com procedimentos de análise comparativa, análise urbana e visual.

Como conclusão da referida pesquisa, ressalta-se a importância do legado arquitetônico urbanístico moderno, presentes nas vilas construídas no geral, e nas singularidades ambiental e paisagística presentes em algumas vilas, citadas neste artigo, que foram projetadas por equipes multidisciplinares. Muitos desses profissionais, especialmente arquitetos, não foram identificados, porque os projetos elaborados pelo escritório de Furnas, não traziam em suas legendas identificação de autoria. O escritório técnico foi desativado e devido ao tempo transcorrido, os profissionais aposentaram, faleceram, etc. Em relação, aos profissionais externos ao quadro profissional de FURNAS, foi possível a identificação de alguns arquitetos e contato pessoal, caso do paisagista Fernando Chacel, que atuou ao longo de treze anos em diversos empreendimentos de FURNAS e CESP em uma atividade, segundo sua descrição, destinada ao; “tratamento paisagístico e recuperação vegetal” de áreas sensíveis.

A pesquisa resultou em vasta documentação de projetos originais e planos estratégicos de planejamento territorial em larga escala, com a construção de usinas e vilas operadoras e infraestrutura regional de abrangência nacional, antes e, durante a ditadura militar, período pouco abordado pela historiografia.

2 | PLANEJAMENTO MULTIDISCIPLINAR PARA A PAISAGEM CONSTRUÍDA

Apresentaremos a “praça principal” e respectiva Vila Operadora de Planura/MG, resultante da construção da UHE de Porto Colômbia/SP (1969). Também serão abordadas outras vilas pesquisadas, que tiveram um planejamento multidisciplinar para a paisagem construída, tendo como responsável os paisagistas Fernando Chacel e Almir Machado e o botânico Luiz Emygdio de Mello Filho, que elaboraram entre os anos de 1963 e 1976, tratamento paisagístico e recuperação vegetal em projetos completos ou parciais para diversos empreendimentos de FURNAS.

Além da Vila Operadora de Planura, diversas hidrelétricas e vilas operadoras destacam-se pelo seu paisagismo: a UHE e Vila Operadora de Furnas em Passos/MG (1957), a UHE e Vila Operadora de Peixoto/ Mascarenhas de Moraes/SP (1953-73), a UHE e Vila Operadora de Estreito/SP (1963), a UHE Marimbondo/SP (1971) e suas duas vilas operadoras: Fronteira/MG e Icém/SP e a UHE Itumbiara e sua vila operadora (1974). O objetivo é demonstrar a importância do ideário paisagístico moderno presente nestas vilas,

exemplificado em Planura, por suas peculiaridades paisagísticas, em um contexto em que, a sensibilidade ecológica e a questão ambiental se inserem na práxis profissional, pouco usual naquele momento.

A implantação dessas vilas tinha como finalidade viabilizar a construção de usinas hidrelétricas em locais desprovidos de cidades e que, ao longo desse processo evoluiu para um planejamento integrado aos núcleos urbanos, quando existentes. No caso das hidrelétricas implantadas nas bacias do rio Grande e rio Paranaíba, à época com baixa densidade populacional, significou uma contribuição para uma nova configuração regional, com vilas, que atualmente são bairros ou cidades sedes de municípios.

A Praça da Vila de Furnas é a única praça no traçado urbano da Vila Operadora de Furnas que, por sua escala na malha urbana, apresenta características de parque. A Praça foi projetada pelo paisagista carioca Fernando Chacel (1931-2011) com reconhecida atuação na área de paisagismo ecológico e sua vasta produção de projetos paisagísticos elaborados para Furnas.

Fernando Chacel é considerado um dos mais importantes paisagistas brasileiros, com reconhecimento nacional e internacional. Chacel foi fundador da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (Abap), estagiou com Roberto Burle Marx, sendo considerado por alguns críticos, seu sucessor, e recebeu, em 2005, uma honraria da Fundação Dembarton Oaks, de Washington, instituição ligada à Universidade de Harvard/EUA que tem em seu centro acadêmico uma parte ligada ao estudo da história da arquitetura paisagística.

Os estudos de vegetação urbana desenvolvidos pelo botânico Luiz Emygdio de Mello Filho propunha a necessidade de recriar a paisagem voltada para os ecossistemas com sua valorização e conservação ou “ecogênese: reinterpretação cultural dos elementos da paisagem, baseada prioritariamente nas características ecológicas e ambientais do ecossistema antes existentes” (FARAH, I; SCHLEE, M.; TARDIN, T.; 2010 p. 69) foram referenciais em sua atuação, tendo trabalhado em conjunto com Mello Filho ao longo de décadas, conforme citado anteriormente.

Para Chacel o objetivo principal deve ser “recriar” os ecossistemas destruídos da paisagem natural atingida. Entendia que alguns procedimentos proporcionam situações paisagísticas capazes de compensar os inevitáveis impactos de qualquer projeto de desenvolvimento. Como se constata na definição abaixo:

“A Ecogênese, deve ser entendida como uma ação antrópica e parte integrante de uma paisagem cultural que utiliza, para recuperação dos seus componentes bióticos, associações e indivíduos próprios que compunham os ecossistemas originais” (CHACEL, 2001, p.23).

3 | A PAISAGEM E O PAISAGISTA

O texto a seguir, é uma transcrição livre da entrevista com Fernando Chacel (1931-2011), quando o paisagista conversou com a autora sobre os procedimentos que utilizou ao longo dos anos de atuação profissional em Furnas.

A preocupação de tratar, paisagisticamente, as grandes obras do setor energético no Brasil eram pouco usuais e representava uma atitude inovadora. Em relação à inclusão do paisagismo em hidrelétricas, citou as iniciativas da CESP – Companhia Energética de São Paulo, que desde as primeiras obras oriundas de projetos básicos, desenvolvidas pelo escritório do engenheiro Ernest Robert Mange, incluía em seus projetos de paisagismo, a atuação de profissionais consagrados na área, como o arquiteto paisagista Roberto Coelho Cardozo, Waldemar Cordeiro e Nina Maria Jamra Tsukumo.

Segundo Chacel (2008), o primeiro trabalho desenvolvido para a empresa FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A foi em 1963 à convite do engenheiro John Cotrim, com intervenções na UHE Furnas em Passos/MG, (1958) primeira usina hidrelétrica de grande porte no Brasil. A presença das “corredeiras de furnas” determinou o nome, não só desta hidrelétrica, mas da empresa, designando também, a primeira vila e todas as vilas operadoras da companhia construídas posteriormente. Segundo Chacel a visão de paisagismo naquele período era limitada, conforme declara:

“(...) em que o tratamento paisagístico das usinas hidrelétricas (UHE) era compreendido como uma ação complementar de recuperação através de tamponamentos de lesões da paisagem, ocasionadas pela obra e implantação de cobertura vegetal de caráter ‘jardinístico’ com a finalidade de acabamento e enquadramento da barragem e seu entorno imediato”. (CHACEL, 23/06/2008)

Como em todos os seus trabalhos desenvolvidos em grande escala territorial, ou em grandes áreas, considerava fundamental uma equipe multidisciplinar. Em seus vários projetos atuou juntamente com outros profissionais, como o botânico Luiz Emydio de Mello Filho, os arquitetos paisagistas Almir de Lima Machado e Nina Maria Jamra Tsukumo, o geógrafo Aziz Ab’ Saber, o arquiteto Ary Garcia Roza, que projetou o belo mirante na UHE Furnas, e o engenheiro agrônomo Walter Araújo, o engenheiro florestal Luiz Carlos Biela, entre outros.

Inicialmente, o trabalho do paisagista, que era visto como de pequena abrangência pelas administrações e engenheiros de obra, foi limitada a uma atuação pontual e localizada, como na UHE Furnas, cujo projeto compreendia apenas a área próxima à casa de força, a ilha de pedra, o mirante e a casa de visitas. (FIGURAS 1 e 2).



Figura 1. UHE FURNAS/1963: Recuperação e paisagismo do entorno.

FONTE: GUERRA, M.E.A, 2008



Figura 2. UHE FURNAS/1963: Mirante: Ary Garcia Roza – Paisagismo: Chacel

FONTE: GUERRA, M.E.A, 2008

Ainda no ano de 1963 atuou, neste contexto pontual e localizado, no entorno da UHE Peixoto que ainda pertencia a CPFL - Companhia Paulista de Força e Luz. A partir deste trabalho foi convidado pela empresa Furnas a desenvolver um projeto amplo que incluía além da UHE de Estreito, a sua vila residencial.

Na vila de Estreito (1963) foi responsável por todo o tratamento paisagístico, desenvolveu um projeto abrangente, pois, além da recuperação do entorno da barragem, pôde atuar em escala urbana em todo o núcleo, já que, como era usual, havia sido retirada toda a vegetação de cerrado, como pode ser constatado na FIGURA 3. Chacel inseriu plantas nativas na arborização urbana, ou seja, a vegetação do cerrado, que até então não despertava grande interesse entre os envolvidos nas obras de usinas. Hoje, passados 54 anos desta implantação paisagística, é perceptível a qualidade do projeto implantado com a consolidação da paisagem e integração do ambiente como um todo, como demonstra a FIGURA 4.



Figura 3. Construção da vila de Estreito /1963 com a retirada da vegetação de cerrado

Fonte: GUERRA, M.E.A, 2008



Figura 4. Recuperação paisagística e arborização urbana da vila de Estreito.

FONTE: GUERRA, M.E.A, 2015.

Ao desenvolver projetos paisagísticos elaborados para Furnas, Chacel viu seu trabalho reconhecido, quando representantes do Banco Mundial elogiaram sua atuação e foi convidado por Lucas Garcez, presidente da CESP para também elaborar projetos na companhia paulista.

Na década de 1970, o discurso era “desenvolvimento a qualquer preço e segurança nacional”, com calendários apertados e muitas obras. Era necessário que os profissionais atuantes nas obras estivessem conscientes da importância da área ambiental, fato que nem sempre ocorria e tudo dependia da sensibilidade de quem respondia pela empreitada.

Naquela década foram construídas as usinas hidrelétricas e respectivas vilas residenciais de Maribondo, Porto Colômbia, Itaipu e a Usina Nuclear de Angra dos Reis e respectiva vila residencial em Praia Brava. Em Angra dos Reis foi desconsiderada a topografia e a vegetação local. Por outro lado, em Porto Colômbia (1969), houve uma preocupação dos engenheiros da obra, com a vegetação existente ao defenderam a manutenção do cerrado o quanto possível, nas cabeceiras da barragem e na vila residencial de Planura.

Foi na década de 1970, que os escritórios de arquitetura de empresas, como FURNAS e CESP ou da iniciativa privada mais elaboraram projetos. Tinham total liberdade de propor novas concepções urbanísticas ou arquitetônicas, incluindo novos usos de materiais de construção, mas não tinham a garantia de execução dos projetos, conforme propostos, pois as empreiteiras, que, em muitos casos desenvolviam os projetos executivos, ao mesmo tempo em que construíam, também tinham total liberdade de modificá-los e implanta-los da forma que lhes conviesse.

O processo de movimentação de terra nas áreas de intervenção consistia na retirada

de toda camada superficial, incluindo a vegetação existente e as camadas mais profundas com a estocagem em um mesmo ponto de “bota fora”. Após a execução “das obras de engenharia”, com a construção da usina propriamente dita, este estoque de terra retornava para a execução da barragem e rearranjo do entorno. Não havia uma sistematização no processo de rearranjo do solo, de plantio e manejo nestas áreas. Por isso, posteriormente, algumas áreas apresentaram problemas conhecidos como erosões, voçorocas, áreas degradadas entre outros problemas ambientais.

Chacel considerava de grande importância, para a mudança de processo de ensilagem de solos removidos durante as obras, o trabalho em equipe liderado por Aziz Ab'Sáber, que para ele, foi um profissional fundamental para a mudança de procedimento em áreas de empréstimos de terra. Foi criado um roteiro metodológico que consistia principalmente na retirada em postas sucessivas da camada superficial rica em materiais orgânicos que eram estocadas lateralmente às terras mais profundas em um sítio protegido para posterior aproveitamento nas operações de cobertura e proteção do terreno.

Com esse procedimento, os materiais residuais, ricos em humos, esporos de plantas, raízes cortadas, etc. ao serem reutilizados como última camada dos aterros, executados em patamares, possibilitou a reintrodução de coberturas vegetais protetoras, proporcionando um adequado reafeiçoamento paisagístico. O procedimento citado, e as experiências de paisagismo ecológico em reservatórios, atualmente, são considerados exemplares para mudança de postura em relação às obras de usinas hidrelétricas.

A implantação de hortos em canteiros de obra, criação de viveiros e herbários em ambientes apropriados em bordas de capoeiras e florestas remanescentes, coleta de espécies nativas, acompanhamento do desenvolvimento de mudas em crescimento com seleção de plantas de rápido crescimento para compor bosques planejados, ligação entre fragmentos de matas e readensamento de capoeiras são procedimentos corriqueiros atualmente e de grande valor ambiental. Na época, junto com Walter Araújo idealizou e materializou esses canteiros, o que demonstra sua preocupação ambiental com o replantio no futuro.

Segundo Chacel, a preocupação ambiental mais ampla em relação às grandes obras só se tornou uma prioridade a partir de 1986, porém em atuações isoladas é possível perceber avanços importantes no sentido de mudanças em relação ao meio ambiente. Enquanto em Estreito foi retirada toda a vegetação de cerrado para um posterior plantio, em Porto Colômbia a vegetação nativa foi mantida ou reutilizada para replantio e paisagismo.

4 | A CIDADE DE PLANURA E A VILA DE FURNAS - HOJE BAIRRO DA CIDADE

A Praça da Vila de Furnas em Planura foi tombada em nível Municipal através do Decreto Nº 93 de 27 de novembro de 2015 e encontra-se em processo de solicitação

de tombamento em nível estadual. Tendo sido elaborado recentemente a atualização do Dossiê de Tombamento da Praça da Vila de Furnas em 2016, onde é destacado:

“(…) para que se protejam suas características originais principais, haja vista sua importância enquanto espaço público na malha urbana da cidade, sua relevância para a história da cidade de Planura, sendo parte da antiga Vila Operadora de Furnas, e devido ao seu valor paisagístico, não só para a cidade de Planura, mas para toda a região, por ser projetada por tão renomado e relevante arquiteto paisagista, Fernando Chacel.” (DOSSIÊ, 2016)

Na citação acima a Praça da Vila de Furnas é descrita por suas características paisagísticas e importância enquanto espaço público de relevância para a história da cidade de Planura. Seu nome indica sua localização e origem, um projeto moderno: uma praça parque, enquanto linguagem e expressão simbólica. A praça faz parte do Projeto Urbanístico original da Vila de Operadores de Furnas em decorrência da construção da UHE de Porto Colômbia, na bacia do Rio Grande, localizada entre os municípios de Colômbia/SP e Planura/MG e que foi de extrema importância para o desenvolvimento econômico e urbano da cidade. (FIGURA 5).



Figura 5. Mapa de indicação do município de Planura na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e estado de Minas Gerais.

FONTE: DOSSIÊ, 2016

Portanto, é pertinente abordar um pouco da história da construção desta “vila operadora” que ao longo de seus 43 anos faz parte da história e da memória dos moradores da cidade. Teve sua construção iniciada em 1969, entrando em operação em 1974. Com capacidade instalada de 320 Mw, Seu reservatório abrange uma área inundada de 143 km²

com volume total de 1.525 bilhões de m³, atingindo cinco municípios: Planura e Conceição das Alagoas em Minas Gerais e Colômbia, Guaíra e Miguelópolis no Estado de São Paulo. Estas represas alteraram a configuração territorial da região.

A cidade de Planura esta localizada a 12 km da usina hidrelétrica e conta com 11.796 habitantes (estimativa IBGE, 2017) e foi utilizada em 1969 para a implantação da “vila operadora” permanente a fim de receber os funcionários da empresa do setor operacional e administrativo (engenheiros e chefia) e, também parte do setor operário, destinados à manutenção da usina e da vila.

A história da cidade de Planura, como de tantas outras cidades da região, iniciou-se como povoado, no final da década de 1920, às margens do rio Grande. Inicialmente, em função da estação ferroviária localizada em Colômbia/SP, ponto final da Estrada de Ferro Paulista, chamava-se Porto Cemitério, por ser porto de travessia de balsa entre Colômbia e o território mineiro. Foi desmembrada por decreto, em 1962, tornando-se município.

Planura foi traçada para um sítio geográfico sentido norte sul e implantada entre 469 a 561 m de altitude. A rede viária definiu um traçado xadrez, com o predomínio de quadras quadradas, que como o próprio nome da cidade sugere, apresenta uma leve declividade. Com a construção da usina e a implantação da vila operadora “contígua” ao tecido urbano a leste, “a cidade passou a ter seu crescimento voltado em direção leste, ou seja, em direção à vila” (www.planura.mg.gov.br).

A vila de Planura foi a primeira experiência de Furnas relacionada à construção de vila operadora “integrada” à cidade e que, segundo o DOCFURNAS seria a “situação ideal” para alojar os funcionários e suas famílias, diminuindo seu isolamento, diluindo as relações de hierarquias e absorvendo a mão-de-obra local e regional, dinamizando suas atividades socioeconômicas. (DOCFURNAS, 1985, p. 5). Foi projetada conforme o “modelo misto” que consistia na construção de residências isoladas para atender categorias funcionais de renda mais alta em dois setores (Setores 1 e 2) e casas geminadas para categorias de renda baixa em outro setor (Subsetor), para absorver em um único espaço urbano, os funcionários do setor operacional e parte dos operários da manutenção e da construção civil. (FIGURAS 6 e 7).



Figura 6. Mapa do traçado urbano de Planura e Vila Operadora de Furnas (em destaque).

Fonte: GUERRA, M.EA, 2008.

A vila contígua também permitiu à empresa promover uma ampliação da malha urbana existente com uma infraestrutura básica, como sempre ocorria na implantação destas vilas. Os equipamentos urbanos propostos constam no mapa da FIGURA 7. Este processo viabilizaria no futuro o repasse dos imóveis a terceiros, com reaproveitamento de parte dos investimentos, enquanto o poder público municipal e estadual se responsabilizaria pela manutenção e oferta de serviços.

O traçado urbano da Vila de Operadores de Furnas atualmente foi de fato, incorporado à cidade, transformando-se em Bairro Vila de Furnas. Seu projeto foi desenvolvido segundo os preceitos do urbanismo moderno, tendo influência das chamadas “cidades jardim” em seu traçado de formas orgânicas e no tratamento paisagístico do loteamento, com grandes afastamentos frontais e laterais das construções, onde há a predominância de áreas verdes. Devido a suas características, ambiência e traçado, o Bairro Vila de Furnas difere-se completamente do loteamento original da cidade, que é uma malha ortogonal quadrada.

A vila residencial foi projetada a leste da cidade como um prolongamento desta em direção ao Rio Grande, mas não próxima de sua margem com característica de um loteamento, de um futuro bairro, diferentemente da Vila de Estreito e da Vila de Furnas que

se configuravam como uma pequena cidade, devido seu isolamento. A presença de um córrego que cortava a área sugeria uma leve declividade em sua calha, este elemento físico com certeza foi um fator determinante para o projeto urbanístico. A criação do lago artificial proporcionado pela utilização da água do Córrego Barra definiu a organização intraurbana da vila residencial que se estruturou ao seu redor. (FIGURA 7).

Assim como a cidade de Planura, a vila foi implantada no sítio geográfico, no sentido norte-sul, aproximadamente a 470 m de altitude, mas ao contrário da cidade de traçado ortogonal, tem como característica uma malha urbana sinuosa que busca o equilíbrio entre o natural e o artificial em função da topografia, por estar contida entre a BR 364 e a cidade, como um espaço triangular.



Figura 7: Vila Operadora de Planura: Setorialização – uso do solo e equipamentos urbanos

FONTES: GUERRA, M.E.A., 2008.

As residências do Setor 1 foram projetadas e construídas com uma linguagem arquitetônica moderna, com a utilização de materiais como concreto para estrutura, lajes e marquises, telhas tipo canaleta em telhados planos em uma água, esquadrias horizontais amplas em veneziana e vidro com variação de dimensões, revestimentos e elementos vazados para uso nas varandas ou garagem. Esta tipologia habitacional, em parte, rompe com a linguagem arquitetônica utilizada anteriormente, nas vilas de Furnas e Estreito ao introduzir um novo padrão técnico e construtivo (FIGURA 8). No Setor 2 foi mantida uma linguagem arquitetônica “tradicional” para as residências isoladas ou geminadas, com telhado em duas águas, forro e cobertura em telha cerâmica, com grandes beirais, janelas verticais em veneziana e vidro e revestimento tipo barra com tijolo aparente.



Figura 8. Setor 1- Residência tipologia isolada com características originais preservadas.

FONTE: GUERRA, M.E.A. 2008.

A nordeste da vila se encontra a BR 364, rodovia que através da ponte Gurmecindo Penteadado liga os estados de Minas Gerais e São Paulo pela rodovia SP 326. Devido a esta localização e proximidade do rio Grande foi criado um “cinturão verde”, uma área verde intermediária para evitar a poluição sonora e visual da rodovia em relação à vila.

Este tipo de concepção urbanística costuma estar associada à ideia de zoneamento segregador em detrimento da importância dos critérios ambientais utilizados. Neste caso valorizou-se a ambiência urbana da vila antes da existência das Leis Ambientais (promulgadas a partir de meados da década de 1980), que determinam a recuperação e recomposição da mata ciliar ao longo das margens dos rios onde se instalaram empreendimentos hidrelétricos.

Neste sentido, o trabalho de Fernando Chacel já contemplava a conservação e recomposição das áreas impactadas pelas obras com uso e valorização da vegetação

nativa, tanto no entorno da barragem, onde se localizavam os alojamentos no “canteiro de obras”, como nas áreas verdes e arborização da vila operadora.

5 | A PRAÇA DA VILA, DO BAIRRO E DA CIDADE...

Foram projetadas praças e áreas verdes públicas de expressivo paisagismo, entre outras se destaca a praça principal que foi tombada pelo município descrita a seguir sucintamente.

A Praça tem seu limite a norte com a Rua 8, a Sul com a Rua 7, a oeste com a Rua Antônio Sebastião Domingos e a leste com a Avenida Marginal e com o Lago de Planura. (FIGURA 9). O terreno tem seu ponto mais alto na parte oeste, na Rua São João Domingos, e apresenta leve declividade até seu ponto mais baixo, na Av. Marginal, às margens do Lago de Planura. Ao longo da declividade do terreno, a praça apresenta seis platôs circulares interligados com escadarias de alvenaria e cimento grosso e bancos contínuos curvos e que acompanham a forma circular desses espaços.



Figura 9. Planta esq. da área de tombada com a poligonal do perímetro urbano de tombamento.

FONTE: DOSSIÊ, 2016.

A arborização da praça é feita com espécies nativas de grande porte, o que proporciona um ambiente sombreado na maior parte do dia. Por sua escala no bairro e na cidade, a praça tem características e porte de um parque na malha urbana de Planura (FIGURA 10).



Figura 10. Praça da Vila de Furnas. Vista do interior da Praça com desgaste no gramado.

FONTE: DOSSIÊ, 2016 - FOTO: Stênio de Freitas A., 2016

É relevante destacar a presença do lago, atualmente, chamado de “Lago Planura” e das generosas áreas verdes, que faziam parte da concepção do projeto original de paisagismo, no sentido amplo do termo, elaborado por Chacel. Ele considera que em Porto Colômbia houve a preocupação de alguns engenheiros responsáveis pela obra com a vegetação existente e que defenderam a manutenção da vegetação nativa o quanto possível, nas cabeceiras da barragem e na vila de Planura. Neste sentido, Chacel (2006) ao comparar obras que estavam sendo construídas na mesma época, conforme citado anteriormente, destacou:

(...) Por outro lado, na UHE Porto Colômbia houve uma preocupação com a vegetação existente pelos engenheiros da obra, entre eles, o Engenheiro Olavo (...), profissional que defendeu a manutenção do cerrado o quanto possível, nas cabeceiras da barragem e na vila residencial de Planura”. (CHACEL, Rio de Janeiro 2008)

Essa vegetação de cerrado, quando retirada, foi estocada e mantida para ser reutilizada em replantio e paisagismo, ao contrário de Estreito, onde foi retirada toda a vegetação de cerrado para um posterior plantio, sem utilização dessas espécies.

Segundo os autores do Dossiê para o tombamento da praça principal, foi solicitado

também a proteção da “Vila de Operadores” como um todo, destacando o projeto do traçado urbano e das construções residenciais, concebidos pelos profissionais do escritório técnico de Furnas, e respectivo projeto paisagístico, elaborado por Chacel. Alguns equipamentos urbanos foram repassados à municipalidade e estão sendo utilizados, com exceção do hotel, cujo exemplar arquitetônico era de grande expressão e, atualmente se encontra em ruínas.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da “vila operadora de Furnas” integrada à cidade com características de um bairro residencial atendeu ao ideal de busca de integração da população local com os novos moradores, funcionários da Empresa e das construtoras terceirizadas. Porém, em termos de organização socioespacial, foi mantida a proposta espacial de segmentação hierárquica que, evidentemente, diferenciava esses moradores em relação ao restante da cidade, por serem trabalhadores com emprego fixo, em uma região conhecida pelo uso de mão-de-obra informal nas lavouras de cana-de-açúcar. Por outro lado, as características da arquitetura residencial com inovações, enquanto forma e conteúdo em sua tipologia habitacional, no Setor 1, rompe com a linguagem arquitetônica utilizada anteriormente, em Furnas e Estreito ao introduzir um novo padrão técnico e construtivo.

Assim, é possível, que além da Praça que já se encontra tombada, vejamos futuramente toda a vila operadora preservada, confirmando a motivação destacada acima. Lamentavelmente, o hotel destinado aos engenheiros não foi prioridade da administração pública e se encontra inviabilizado para reutilização.

A entrevista com Chacel esclareceu parte de sua atuação em Furnas, os detalhes e a importância de sua experiência em trabalhos paisagísticos de grande escala, através da recuperação ambiental, tratamento paisagístico e arborização com espécies nativas, que proporcionaram qualidade e ambiência urbana peculiar como se constata nas imagens que acompanham este artigo e que estão presentes em várias vilas operadoras em nossa região e valorizadas através da preservação da Praça do Bairro de Furnas em Planura. Finalizando, cabe destacar, a contribuição das pesquisas relacionadas ao patrimônio arquitetônico moderno na região no âmbito da FAUeD/UFU na preservação deste legado.

REFERÊNCIAS

CHACEL, F. M. (2001) **Paisagismo e Ecogênese**. Rio de Janeiro, Editora Fraiha.

DOSSIÊ DE TOMBAMENTO PRAÇA DA VILA DE FURNAS SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER- PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA – MG, 2015.

DOSSIÊ PROCESSOS DE TOMBAMENTO DE BENS MATERIAIS NA ESFERA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER- PREFEITURA MUNICIPAL
DE PLANURA – MG, 2016.

FARAH,I., SCHLEE,M., TARDIN, R. (org). (2010). *Arquitetura Paisagística Contemporânea no Brasil*, São Paulo, Editora Senac.

GONÇALVES, Teresa Martins & OESTREICH, Helena Maria. (1985) **DOC – FURNAS. Curso de Princípios Básicos para a Supervisão de Projetos de Aproveitamentos Hidrelétricos**. 5º Vol. Superintendência de Engenharia de Geração de Energia. Furnas - Centrais Elétricas S.A. (Documento interno), Rio de Janeiro.

GUERRA, Maria Eliza A. (2008) **Vilas Operadoras de Furnas nas Bacias dos rios Grande e Paranaíba – da concepção à atualidade**. Tese (Doutorado em Geografia), IG/UFU, Uberlândia.

IBGE: www.cidades.ibge.gov.br

Prefeitura Municipal de Planura: www.planura.mg.gov.br

TSUKUMO Nina Mª Jamra (coord.) (1994) **Arquitetura na CESP**. São Paulo: CESP – Companhia Energética de São Paulo.

GESTÃO DE CIDADES COM BASE NAS REFERÊNCIAS CULTURAIS

Data de aceite: 01/04/2021

Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa

Doutora em História (UNESP) e Pós-doutorado em Administração (FEA-USP). Pesquisadora do Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais (IPCCIC). Professora convidada do PPG PAPP – Unesp.

Adriana Silva

Doutora em Educação (UFSC) e Pós-doutorado em Administração (FEA-USP) e em Educação (Unicamp). Pesquisadora do Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais (IPCCIC). IPCCIC.

Helena de Oliveira Rosa

Internacionalista (UNESP). Pesquisadora do Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais (IPCCIC). Unesp – Franca.

Esse capítulo foi originalmente apresentado no ICONO14 – V Congreso Internacional de Ciudades Creativas | 01/2017 | ASOCIACIÓN DE COMUNICACIÓN Y NUEVAS TECNOLOGÍAS.

1 | INTRODUÇÃO

A importância de identificar e reconhecer as referências culturais das localidades para que sirvam como base para políticas públicas municipais é a temática desse artigo. A questão

se torna relevante a partir da promulgação da Constituição de 1988, que alçou os municípios à categoria de ente federativo, ampliando sua autonomia. A partir de então, os gestores das cidades enfrentam os desafios de planejar políticas que sejam representativas da diversidade cultural e, ao mesmo tempo, estejam alinhadas a um contexto globalizado, que encaminha as localidades para a necessidade de internacionalização.

Diante disso, um grupo constituído por pesquisadores oriundos de várias áreas e universidades reuniu-se, em 2013, no Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais (IPCCIC), visando desenvolver um projeto de pesquisa sobre a importância do diagnóstico de referências culturais como subsídio para políticas públicas municipais. Esse estudo, especificamente, foi concluído em 2016. De lá para cá, a equipe segue atuando a partir desse conjunto de referenciais, organizado em uma Tecnologia Social própria que traça o percurso da gestão de cidades guiado pela cidadania e pela cocriação (Silva, Rosa, Molina, 2017).

Para Fonseca (INRC, 2000, p.14) as referências culturais são elementos considerados particularmente importantes para os grupos sociais, aos quais “cada membro do grupo de algum modo se identifica”, relacionando-os a uma representação coletiva. Inicialmente o conceito foi apropriado exclusivamente

pela política de preservação do patrimônio cultural, relacionando a diversidade cultural não apenas à produção material, mas “também dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos e práticas sociais” (INRC, 2000, p. 13).

Nessa experiência de política pública empreendida pelo então Ministério da Cultura, houve o deslocamento do foco nas instituições para o que pensam os grupos formadores da sociedade brasileira ao identificar o patrimônio imaterial brasileiro. Assim, conhecer as referências culturais que dão forma a diversidade cultural tornou-se elemento de política pública, por meio do INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC, 2000).

O presente trabalho começou a ser desenvolvido a partir da experiência dos pesquisadores com a aplicação do INRC (2000), criado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em Ribeirão Preto, SP, entre 2009 e 2012. Depois desse período, as atividades seguiram organizadas pelo IPCCIC e dentro do grupo de pesquisa “Memórias, Identidades e Políticas Públicas”. Embora muitos projetos tenham sido desenvolvidos desde 2013, este artigo, especificamente, refere-se aos resultados obtidos a partir da prática intitulada: “Patrimônio Cultural nas cidades criativas”, uma sequência de oficinas promovida em municípios do interior do Estado de São Paulo.

A metodologia empregada tomou por princípio a investigação-ação, na qual se aprimorou a experiência “pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela” (Tripp, 2005, p. 446). Na fase de planejamento, os pesquisadores do IPCCIC elaboraram um projeto de oficinas de 8 horas a serem aplicadas em nove diferentes municípios sede da região de Ribeirão Preto, SP, com pessoas ligadas ao setor cultural e à gestão pública. Para cada oficina eram convidados os municípios próximos. Realizada em parceria com a Oficina Cultural do Estado de São Paulo “Candido Portinari”, o projeto atendeu 22 municípios. A atividade foi planejada em duas partes: (1) duas horas dedicadas ao compartilhamento de conceitos-chave, tais como cultura, referências culturais, políticas públicas, entre outros e suas utilizações na gestão municipal; (2) Em um segundo momento, com seis horas de duração, os ouvintes foram convidados a aplicar os conceitos apreendidos em um diagnóstico preliminar sobre as referências culturais do seu município. Os participantes deveriam refletir como as referências culturais identificadas poderiam contribuir para a construção de políticas públicas participativas em outras áreas de atuação do poder público, para além do campo cultural. A cada uma das oficinas, os pesquisadores monitoravam e descreviam os efeitos da ação nos municípios, avaliavam os resultados e planejavam uma melhora na prática.

Com base nos resultados obtidos, discute-se importância das referências culturais das localidades como base para políticas públicas democráticas. Nesse caminho, se propõe algumas reflexões sobre o papel das experiências locais e do reconhecimento das identidades culturais na construção da cidadania plena e de políticas públicas democráticas. Também são apresentados os desafios enfrentados pelos municípios em reconhecer suas identidades diante da descentralização federativa e da crescente demanda pela

internacionalização. Por fim, são apontados os resultados parciais de pesquisa, de maneira a indicar caminhos para o diagnóstico das referências culturais como base para políticas públicas.

O capítulo está dividido em duas partes. Na primeira foi abordado o contexto no qual se insere a temática, bem como os conceitos de política pública, desenvolvimento/ envolvimento e referências culturais. Na segunda parte apresenta-se uma proposta de diretrizes para diagnóstico de referências culturais nos municípios baseada nas reflexões teóricas e práticas de campo empreendidas pelo grupo de pesquisa.

2 | REFERÊNCIAS CULTURAIS: MATÉRIA-PRIMA PARA POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS DE COOPERAÇÃO REGIONAL E INTERNACIONAL

Políticas públicas com base no lugar

O Estado formula políticas públicas a partir do princípio que existem determinados domínios da atividade humana nos quais deve intervir, visando o bem comum (Mead, 1995). Para a consecução dessa intervenção forma-se um “conjunto de atividades diretamente destinadas à execução concreta das tarefas e incumbências consideradas de interesses público ou comum”, que definem a administração pública (Bobbio, 1993, p.10). A compreensão desse processo compõe o estudo da dimensão política, cujo objetivo é analisar o governo em relação às demandas da sociedade que, para Rémond (2003) têm aumentado significativamente. Isto pode ser explicado pela ação de grupos variados, que pressionam o governo a “legislar e controlar as mais distintas esferas da vida social, da construção de moradias à difusão da cultura” (Barros, 2005, p.17). É uma equação simples: aumento de demanda gera novas políticas, que resultam em ampliação do aparato do Estado e na crescente especialização intragovernamental em diversas áreas.

Esse movimento é parte de um processo mais amplo, que envolve a transição de uma sociedade de desenvolvimento espontâneo para outra de caráter mais planejado. Para Bresser-Pereira (2001) isto se explica pelo trânsito do Estado oligárquico para o democrático, ocorrido com o final da Ditadura Civil-Militar no Brasil e com a promulgação da Constituição Cidadã, em 1988, quando ocorreram sensíveis mudanças tanto no campo político, quanto no administrativo, visando o aumento da eficiência e do desempenho da coisa pública.

Politicamente, as instituições democráticas enfrentaram o desafio de ampliar a participação e o controle da administração pública pelos cidadãos. Com uma repactuação da estrutura federativa, quando se fortaleceram as instâncias subnacionais, tais como estados e municípios (Rocha, 2009), surgiram formas inovadoras de gestão representadas por orçamentos participativos, parcerias com a sociedade civil e iniciativas de internacionalização.

Do ponto de vista administrativo, os anos de 1990 viram uma gradativa adoção

do modelo gerencial, baseado na eficácia e no controle dos resultados. Paralelamente, o Estado vem estudando formas de alterar sua estrutura organizacional, melhorando as formas de descentralização, em particular, aprofundando a horizontalidade das tomadas de decisão.

Depois de décadas de prevalência de projetos elaborados “de cima para baixo” e “de dentro para fora”, pensados por políticos profissionais e técnicos, sem ouvir a população, iniciaram-se reflexões sobre como promover a descentralização e a democratização, visando à ação colaborativa entre atores diversos.

Mas, para Milton Santos (2009) o reconhecimento da importância da participação da sociedade na coisa pública pela legislação brasileira não resulta exclusivamente de uma iniciativa do Estado. Para o autor, o fortalecimento de ideias na política minimiza a ampliação do utilitarismo. Como resultado reforça-se a ética, chamando indivíduos e coletividade à responsabilidade pela consolidação da democracia, construindo um caminho para a cidadania. Contudo, Santos (2009) admite que ainda falta muito para a consolidação desse processo. Afirma que a consolidação da democracia e da cidadania ocorre a partir do “cidadão num lugar”, como aquele que se envolve nas soluções locais, sem perder de vista o global. Ai estaria a cidadania plena: a transformação do cidadão que é um simples usuário da cidade em um cidadão cocriador do seu lugar.

Concorda-se com Morin (2013, p.81) que a democracia participativa com base nas experiências locais diminui a postura “apática”, marcada pela “insignificância do pensamento político” e pelo “desinteresse dos cidadãos”, condição que incapacita gestores públicos e sociedade civil de enfrentarem “os grandes desafios da era planetária”. Para chegar a esse ponto o cidadão deve ouvir, participar, responsabilizar-se e debater sobre as questões da sua localidade. Esse formato “permitira discutir em nível local os problemas de interesse nacional e até mesmo planetário” (Morin, 2013, p. 82-83). Em outros termos, deve-se implantar um novo tipo de governança, unindo as instâncias participativas cidadãs, políticas e administrativas, locais e regionais e técnicos. O autor apresenta uma ideia ampliada de governança (*governance*), ultrapassando, por exemplo, a noção tradicional do Banco Mundial, que a define como a forma adotada pelo Estado para administrar os recursos sociais e econômicos de um ente federativo visando o seu desenvolvimento (The World Bank, 1992). Como Milton Santos (2009), também para Morin (2013) a resposta está no lugar. No espaço que faz sentido para aqueles que o habitam.

Superar desigualdades e o isolamento, transpor especializações e ultrapassar fronteiras de conhecimento de maneira a auxiliar a sociedade ocidental a lembrar daquilo que parece ter esquecido: religar-se entre si, ao meio ambiente e ao local do qual faz parte formando comunidades, por meio do reforço das relações de vizinhança, de proximidade. Avançar na construção de uma cidadania para além da participação, em direção ao envolvimento, que para Morin (2013) significa o empoderamento da sociedade civil, conquistado com a progressão em liberdade e autonomia, atingindo níveis altos de

solidariedade.

A orientação desenvolvimento/envolvimento significa que, fundamentalmente, o objetivo não é mais o desenvolvimento de bens materiais, de eficácia, de rentabilidade, do calculável; é também o retorno de cada um às suas necessidades interiores, à estimulação das aptidões de compreender o outro, próximo e distante, [...]. O envolvimento significa a manutenção da inserção em sua cultura, suas comunidades, a primazia da qualidade poética do viver. O desenvolvimento favorece o individualismo. O envolvimento favorece a comunidade (Morin, 2013, p. 44).

Conhecer a sua própria cultura e compreender-se como comunidade torna o município mais forte para enfrentar demandas atuais, como pela internacionalização.

A cultura local como matéria-prima para cooperação regional e internacional

Com o artigo 18 da Constituição, os municípios tornaram-se entes federativos, com recursos e autonomia fiscal e administrativa. Também constituíram uma agenda independente da União, podendo não aderir às políticas públicas federais (Arretche, 2004). Se essa descentralização pode ser considerada um avanço, por outro lado, com o passar dos anos acabou por agravar as já expressivas desigualdades entre os municípios, em decorrência da sua execução pouco eficiente.

Diante dessa realidade tornou-se um desafio para a gestão pública municipal capacitar-se para exercer essa autonomia, por meio do aprendizado político e da busca de ferramentas que lhes possibilitem identificar suas singularidades, gerando condições para a melhoria da qualidade de vida a partir da sua identidade. Na outra ponta desse mesmo processo há o desafio de diminuir o insulamento administrativo e econômico, para o qual, um dos caminhos possíveis é a internacionalização.

De acordo com a cartilha elaborada, em 2008, pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), cujo objetivo é apresentar instrumentos para a “inserção internacional dos municípios brasileiros” (CNM, 2008, p.8), o estabelecimento de relações internacionais seria uma atividade meio para se promover o desenvolvimento sustentável das localidades, por intermédio da busca de financiamento e a troca de experiências. Entretanto, segundo Santos (2010) para ter capacidade jurídica internacional, o município precisa de dois elementos: (1) competência para atuar externamente, ou seja, obter o aval da União, seja por meio de leis constitucionais ou por uma permissão do governo central para o estabelecimento de atividades externas; (2) deve efetuar relações de fato com outros membros da comunidade mundial, sejam eles outras localidades, organizações internacionais ou instituições privadas.

Além disso, ainda deve ser considerado o contexto mundial, no qual “decisões em temas de competência municipal são tomadas em âmbito internacional sem que as autoridades locais possam nem sequer elaborar recomendações” (CNM, 2008, p.40). Para reverter esse quadro, a cartilha argumenta que as localidades têm criado meios de

representação política e de convergência de ideias para diversos assuntos presentes na agenda internacional.

Para a CNM (2008) há quatro principais formas de se promover a internacionalização de uma localidade: a política internacional, o marketing urbano, a promoção econômica e a cooperação descentralizada. A política internacional consiste na participação de fóruns, assim como no desenvolvimento de políticas e na valorização de uma identidade local para a atração de investimentos. Já o marketing urbano pode ocorrer, por exemplo, pela promoção da marca da cidade, e da sua visibilidade com os eventos internacionais. A promoção econômica envolve a atração de investimentos econômicos externos diretos (IED), a promoção turística e o desenvolvimento do comércio exterior. Quanto à cooperação descentralizada, esta preza pela mobilização de recursos, sejam eles financeiros ou técnicos. Exemplos são encontrados em São Paulo, Porto Alegre, Betim entre outras, que sediaram eventos internacionais, receberam financiamentos e assinaram acordos de irmandade (CNM, 2008; Onuki, Oliveira, 2013).

Mas, cabe destacar que estratégias de cooperação internacional ou regional terão mais chances de sucesso se os municípios tiverem as suas potencialidades diagnosticadas. Robert M. Solow, prêmio Nobel da Economia, afirmou que a “longo prazo, lugares com forte e distinta identidade têm chance de prosperar mais do que aqueles que não a possuem”. As “cidades devem conhecer seus atributos de identidade mais fortes e desenvolvê-los. Ou correrão o risco de serem tudo para todos e nada de especial para ninguém” (Solow *apud* Shluger, 2014, p.14). Essa afirmação sugere uma dinâmica complexa: os municípios precisam aprender a lidar com as rápidas mudanças culturais e econômicas, provocadas pelo intenso e rápido fluxo de capitais, pessoas e informações, ao mesmo tempo em que precisam valorizar suas identidades como elemento de desenvolvimento e qualidade de vida das populações locais.

Um exemplo internacional citado por Duarte (2012) é o caso do museu de Mértola, em Portugal, onde houve a sua integração nos circuitos culturais nacionais e internacionais por meio de cooperações e eventos promovidos dentro do museu. Valorizando a forte presença da cultura islâmica na região, foi criado o Festival Islâmico, que ressalta a identidade local com uma semana marcada por concertos, teatros, danças, mostras de gastronomia e conferências. Além disso, há a associação entre produtores locais, nacionais e internacionais, para a comercialização de produtos que respeitem o meio ambiente e os saberes tradicionais. Juntamente com outros 13 países do Mediterrâneo, o museu formou uma rede de cooperação com o intuito de facilitar o acesso online a exposições e marcos da cultura islâmica, acreditando que a divulgação desta realidade pode aproximar realidades culturais, gerando trabalho, renda e qualidade de vida.

Essas conexões que visam vencer o insulamento municipal não vêm ocorrendo apenas no plano internacional. No Brasil existem casos de municípios que formam redes como meio de equacionarem questões comuns, que ultrapassam as suas fronteiras.

Consórcios, redes intermunicipais e regiões metropolitanas estão surgindo no território nacional. Dois casos exitosos é a dos nove municípios do circuito das águas paulistas, organizados no Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Polo Turístico e o Consórcio Intermunicipal Culturando, iniciativa inovadora na área de cultura, que reuniu municípios do interior do estado de São Paulo. Quanto às regiões metropolitanas, criadas a partir de identidades, ainda que somente geográficas em alguns casos, elas têm como base, a cooperação. No caso do Estado de São Paulo, foram estabelecidas seis regiões metropolitanas. A mais recente é a de Ribeirão Preto criada em 2016, com 34 municípios.

3 | REFERÊNCIAS CULTURAIS COMO BASE PARA POLÍTICAS PÚBLICAS DEMOCRÁTICAS

Até aqui se discutiu as referências culturais que revelam as marcas visíveis da diversidade cultural e das identidades da localidade, a partir deste ponto, a atenção se volta para a compreensão de como as referências culturais podem apresentarem-se como um dos objetivos das políticas públicas municipais que desejam inovar sem perder suas características próprias.

Refletindo sobre o processo de investigação-ação nos municípios do interior do estado de São Paulo, por meio do projeto “Patrimônio Cultural na Cidade Criativa”, é possível cotejar que a elaboração de políticas públicas municipais ainda não envolve a sociedade civil e não leva em conta as referências culturais que dão forma às identidades culturais locais

Diante do contexto que foi apresentado por este artigo e correlacionando com a realidade dos municípios paulistas visitados pelos pesquisadores, constata-se que a falta de políticas participativas e do reconhecimento e valorização das singularidades locais, são elementos que dificultam a construção da cidadania plena, bem como a geração de condições para o desenvolvimento sustentável das localidades.

Em todos os municípios visitados, a oficina era iniciada com a pergunta sobre o que havia de singular na localidade, o que, na percepção dos participantes, era considerado como uma referência cultural do município. Em quase toda a totalidade (cerca de 80%) a resposta foi que nada havia de singular, de particular. Outras questões reconhecidas foram: o desconhecimento dos gestores públicos em relação à diversidade cultural do seu município; a falta de políticas de envolvimento dos grupos sociais locais de discussão e elaboração de políticas públicas; e o desconhecimento do potencial que as referências culturais representam para o fomento de políticas em várias áreas, tais como: economia, social, saúde, cooperação etc. Outro aspecto é que os gestores demonstram não saber o caminho para a execução de um diagnóstico de referências culturais que pudesse subsidiar políticas públicas municipais.

Com base nisso, considerou-se que nos municípios onde a construção de políticas públicas não envolve os grupos formadores da localidade, se faz necessário elaborar

projetos de identificação e reconhecimento das suas peculiaridades culturais; reconhecer os grupos sociais com características identitárias próprias; compreender as expectativas e produções de significados desse grupo; e, finalmente, elaborar um plano de gestão pública que respeite essa diversidade.

Diante disso, foram elaboradas diretrizes norteadoras que podem ser resumidas em quatro perguntas a serem feitas no momento de se construir políticas públicas: O que? Para quem? Por quê? Como?

A primeira delas “**O que?**”, diz respeito ao objeto de intervenção do Estado, o campo que será regulamentado por marcos legais e controlado por órgãos e mecanismos de planejamento e controle. É importante que ao identificar o objeto de uma política pública se contextualize a situação na qual está inserido, compreendendo-o no tempo e no espaço, como fruto de uma construção histórico-social.

O estabelecimento da governança política, entendida como a tomada de decisão para a formulação de políticas públicas (Dias; Matos, 2012) permite a articulação de interesses entre o governo, cidadãos e grupos, exercitando os direitos e mediando diferenças e conflitos. Para que isso ocorra, é necessário que se pergunte “**Para quem?**” se elaborará a política pública? A resposta aqui poderia ser rápida: para a localidade, já que a luz está focada na cidade. Mas, nesse caso, não estaria se considerando a diversidade da sociedade brasileira, mesmo que restrita a um município. Ocorre o risco de conduzir uma ação com caráter único, em uma sociedade marcada pela “desigualdade natural das necessidades culturais” (Bourdieu e Dardel 2003, p. 69). Por isso, a identificação dos atores envolvidos é fundamental: homens, mulheres; adultos, crianças/jovens; brancos, negros; nativos, imigrantes; urbanos, rurais; empregados, empregadores; religiosos, laicos; políticos, eleitores; analfabetos funcionais, letrados academicamente; entre outras possibilidades. A negação da diversidade pode resultar em políticas públicas universalizantes, que não levam em conta as especificidades de cada grupo. Um exemplo é a política pública do estado brasileiro na área da educação. Por décadas todos entoavam o slogan “Educação para todos”, mas poucos o debatiam, certos de que esta assertiva retórica bastava como reivindicação, de qual educação se estavam falando e quem eram todos: todos os brancos, todos os ricos, todos os urbanos?

Não há como implantar uma política pública democrática sem levar em conta os inúmeros envolvidos e seus interesses diversos. Para Bourdieu (2007) isso ocorre quando os emissores de políticas públicas buscam o conhecimento sobre os consumidores e produtores de bens culturais. Ao fazê-lo torna-se possível identificar as variadas e diversas maneiras e condições sociais de apropriação desses bens. Ao indagar “Para quem?” questiona-se sobre quais são as porções da sociedade que serão atendidas e quem são os indivíduos, grupos, organizações, movimentos, partidos, entre outros, capazes de influenciar na elaboração, implantação e avaliação da política.

O próximo passo é questionar “**Por quê?**”. Nesse ponto, cabe ao analista

compreender as motivações e justificativas dos diversos grupos interessados. Devem-se identificar os diferentes significados atribuídos ao objeto da política pública. Assim, formula-se uma ideia mais clara de suas percepções, expectativas e anseios em relação às ações governamentais, em uma determinada área. É importante observar se os diversos atores foram ouvidos.

Essas perguntas auxiliam no refinamento da escuta dos problemas sociais, sendo capaz de embasar uma política cultural mais democrática, “que reconhece a existência da diversidade de públicos, com visões e interesses diferenciados” (Calabre, 2007, p.11). Essa postura tende a reduzir a exclusão de uma parcela da população brasileira do processo de elaboração de políticas públicas, tornando-a mais apta a estabelecer relações entre os direitos de cidadania universais, ao mesmo tempo em que valoriza e reconhece as especificidades dos envolvidos (sua identidade), representadas em suas referências culturais. São considerados de maneira conexa, a diversidade cultural e o compartilhamento de múltiplos códigos de comunicação.

Finalmente, a última pergunta a ser feita é **“Como?”** Isso significa identificar, compreender e avaliar o plano de gestão proposto pelo governo para a sua intervenção em um determinado campo das práticas cotidianas. O planejamento e a gestão revelam-se como os pontos frágeis das políticas públicas de cultura no Brasil. Não raro, as ações governamentais não apresentam nexo entre o que dizem buscar e as iniciativas que são colocadas em prática. A estratégia é traçada, mas não se define com clareza como alcançá-la. Identificar a existência de um planejamento estratégico, com objetivos e metas, demonstra que a política pública avançou na construção e implantação de ferramentas que garantam a sua consecução, atingindo a sua missão, que é atender as necessidades da sociedade em sua diversidade.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para considerar a importância da identificação das referências culturais como base de políticas públicas municipais é necessário suspender as barreiras entre os agentes públicos e a sociedade civil, aparentemente colocados em lados opostos no campo dos interesses, religando-os em torno do bem comum. Esse processo exige uma nova configuração de cidadania. Avança para além dos direitos e deveres, sugerindo a empatia, ou seja, a capacidade de se colocar no lugar do outro e entendê-lo. Pede envolvimento, uma postura de deslocamento do “eu” em direção ao “outro”, que abrange um cuidar daquilo que está para além do ego e encontra o eco, o coletivo.

Para que isso ocorra é preciso o estímulo à reflexão, de maneira que tanto gestores como membros das comunidades tornem-se conscientes de quem são e quais os seus papéis. Dessa maneira, acredita-se ser possível construir políticas públicas que atuem no local, mas que pensem de forma integrada nos interesses regionais, nacionais e planetários.

Reconhece-se como uma limitação dessa pesquisa o fato de ter sido aplicada em nove municípios (atendendo durante a ação outros 13, totalizando 22), não podendo, portanto, serem os resultados generalizados para o todo o Brasil. Contudo, acredita-se que o estudo revela a realidade do interior do estado de São Paulo, mais precisamente do nordeste paulista, onde foi aplicada.

Baseando-se na realidade desses municípios, é possível afirmar de maneira consistente algumas questões a eles relacionadas: (1) a recente descentralização política trouxe novos desafios para as localidades, que devem buscar seu desenvolvimento tanto a nível regional, quanto a nacional e internacional. (2) o não reconhecimento das referências culturais nos municípios leva a construção de políticas públicas não democráticas e representativas; (3) há um distanciamento do poder público em relação à sociedade civil, no que tange à elaboração de políticas públicas; (4) a necessidade de se promover um amplo debate sobre a ideia de “cultura” empregada nas políticas públicas dos municípios estudados; e (5) o desconhecimento por parte dos gestores municipais da diversidade cultural do seu município e de como esta pode ser um potencial para a melhoria da qualidade de vida da população.

Por exemplo, no caso de Ribeirão Preto, que em 2014 investiu 0,7% de seu orçamento no setor, significa a não apropriação do conceito em sua amplitude, mas sim, em sua forma restrita às artes, quando não, apenas como entretenimento. Entender cultura como o modo de vida, como prática social é considerado, assim, essencial para o desenvolvimento de políticas públicas democráticas, que respeitam e valorizam a diversidade como base das demais dimensões da realidade social.

Se a mudança se materializa no jeito diferente de fazer o que até então vinha sendo feito, ou seja, uma ruptura do mesmo a favor de outro *modus operandis*, é fundamental a apropriação da realidade para a propositura do novo. Só quando eu sei o que eu tenho é possível avaliar a necessidade da mudança e quanto mais eu sei, mais ampla é a minha visão da transição necessária. Considerando a cidade como o sujeito desta articulação, que é o caso neste artigo; que a realidade é histórica e socialmente construída, reconhecer a trajetória da cidade, das pessoas e das pessoas em relação à cidade, é condição *sine qua non* para o êxito de qualquer proposta de política pública para a gestão do município.

Foi este silogismo que empoderou os pesquisadores do IPCCIC a confirmarem a importância do diagnóstico das referências culturais como base para a gestão e administração das cidades que se desejam criativas e humanas.

REFERÊNCIAS

Arretche, M. (2004). Federalismo e Políticas Sociais No Brasil problemas de coordenação e autonomia. *São Paulo em Perspectiva*, 18(2): 17-26, 2004.

Barros, J. D'A. (2005). História política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário. *Revista Escritas*, UFT.

Bobbio, N.; Matteucci, N. e Pasquino, G. (1993) *Dicionário de política*. Trad. João Ferreira. Brasília: UNB

Bourdieu, P. (2007). *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk.

_____. e Darbel, A. (2003) *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*. São Paulo: Edusp/Zouk.

Bresser-Pereira, L. C. (2001) Do Estado Patrimonial ao Gerencial. In: Pinheiro, W (org.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Cia das Letras.

Calabre, L. (2007). Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. *III Enecult*. Anais do Terceiro encontro de estudos multidisciplinares em Cultura. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBa.

Confederação Nacional Dos Municípios – CNM. (2008) *Atuação Internacional Municipal: estratégias para gestores municipais projetarem mundialmente sua cidade*. Brasília: CNM. Recuperado de: <http://www.paradiplomacia.org/upload/downloads/10b6220b1a4085fc6c34b03377715020munic-brasil.pdf>

Dias, R; Matos, F. (2012) *Políticas públicas: princípios, propósitos e processos*. São Paulo: Atlas.

Duarte, A. (2012) *Museu e Desenvolvimento Local: O Museu como Instrumento de Internacionalização da Cultura Local*. SIAM. Series Iberoamericanas de Museologia. Vol. 3. Recuperado de: https://repositorio.uam.es/bitstream/handle/10486/11507/57110_9.pdf?sequence=1.

Fonseca, C. L. (2006). Referências Culturais: base para novas políticas públicas. In: *O Registro do Patrimônio Imaterial*. Brasília: Iphan, p. 85-99.

Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação. Brasília: IPHAN, 2000.

Ipccic. *Relatório de Pesquisa 2016*. Retirado de: <http://www.ipccic.com/seminrio>.

Mead, L. (1995, fev.) Public Policy: Vision, Potential, Limits. *Policy Currents*. Recuperado de: http://politics.as.nyu.edu/docs/IO/5397/v53.0306_mead_f07.pdf.

Morin, E. (2013). *A Via para o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Onuki, J.; Oliveira, A. (2013). *Paradiplomacia e Relações Internacionais: a experiência da cidade de São Paulo*. São Paulo: Centro de Estudos das Negociações Internacionais, USP. Recuperado de: file:///C:/Users/Cliente/Downloads/WP%20Janina_Amancio%20-%20Paradiplomacia.pdf

Rémond, R. (org.). *Por uma História Política*. Trad. Dora Rocha. 2ª. Ed, Rio de Janeiro: FGV, 2003.

Rocha, R. (2009) A gestão descentralizada e participativa das políticas públicas. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 1, n. 11, São Luis/MA.

Santos, C. M. F. (2010). *Capacidade Jurídica Internacional dos Municípios*. Dissertação [Mestrado em Ciências Sociais]. São Paulo, Unesp - Faculdade de Filosofia e Ciências Campus de Marília, SP, 2010.

Santos, M. (2009) *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record.

Silva, A; Rosa, L; Molina, S. *Tecnologia Social para Gestão de Cidades: Cidadania e Cocriação*. Ribeirão Preto, IPCCIC, 2017.

The World Bank. (1992) *Governance and Development*. Washington, DC. Recuperado de: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/604951468739447676/pdf/multi-page.pdf>.

Shluger, Ephim (org.). (2014). *Cidades em Transformação*: Rio de Janeiro, Buenos Aires, Cidade do Cabo, Nova York, Londres, Havana. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro.

Tripp, D. (2005, set./dez). *Pesquisa-ação: uma introdução metodológica*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466.

CAPÍTULO 9

NA BORDA DO QUADRADO AZUL: A DIFUSÃO DA ARQUITETURA BRASILEIRA NO PERIÓDICO *LE CARRÉ BLEU*

Data de aceite: 01/04/2021

Marianna Gomes Pimentel Cardoso

Professora Ajunta da Universidade Federal do Tocantins, Doutoranda na École doctorale Sciences humaines et sociales - Perspectives européennes, Université de Strasbourg. Palmas/TO, Brasil

RESUMO: O artigo se propõe a realizar uma revisão historiográfica a respeito da difusão da arquitetura brasileira no periódico *Le Carré Bleu - feuille internationale d'architecture*. A revista européia, que circulou de forma contínua trimestralmente entre 1958-2002, foi palco de debates de contestação das ideias pós-CIAMS (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna), alinhando-se principalmente com o arcabouço teórico do Team 10. Após a apresentação de uma breve contextualização do periódico, evidencia-se como a arquitetura moderna brasileira é exposta nessas publicações. Foram analisadas as edições referentes ao século XX e encontrou-se ao total oito referências as experiências brasileiras, sendo estas majoritariamente centradas na temática de Brasília. Nessa perspectiva, por meio do estudo da imprensa arquitetônica, pretende-se contribuir com a pesquisa da difusão/recepção da arquitetura moderna brasileira nos debates internacionais e indagar sobre as particularidades do periódico em questão.

PALAVRAS - CHAVE: Le Carré Bleu;

1 JANNIÈRE Hélène, 2002, Politiques éditoriales et architecture « moderne », l'émergence de nouvelles revues en France et en Italie (1923-1939), Editeur / Publisher : Paris : Ed. Arguments , 2002

historiografia; periódicos de arquitetura.

ABSTRACT: This article proposes to make a historiographical revision regarding the diffusion of Brazilian architecture in the periodical *Le Carré Bleu - feuille internationale d'architecture*. The European journal, published every three months continuously between 1958-2002, inserted the post-CIAM ideas (International Congresses of Modern Architecture) debates, aligning mainly with the theoretical framework of Team 10. After presenting a brief contextualization of the journal, it is shown how modern Brazilian architecture is exposed in these publications. Twentieth-century editions were analyzed and eight references to the Brazilian experiences were found, the majority of which were centered on the Brasilia theme. In this perspective, through the study of the architectural press, it is intended to contribute to the research of the diffusion / reception of modern Brazilian architecture in international debates and to inquire about the particularities of the periodical in question.

KEYWORDS: Le Carré Bleu; historiography; architectural periodicals.

INTRODUÇÃO

Ao se apropriar das revistas como objeto de estudo do campo da arquitetura e urbanismo Jannièr¹ mostra como a análise dos periódicos especializados podem se estabelecer como “documentos que permitem retratar a história

das doutrinas e dos debates” (Jannièr, 2002, p.2).

Este tipo de publicação graças a sua regularidade e periodicidade, permite seguir a atualidade e portanto recolher um certo número de informações que informam seus leitores mas também que se oferecem a posteridade como fontes (Saboya, 1991)². Ademais a publicação arquitetônica contribui para fundação da identidade de grupos ou de tendências e a ajuda a cimentar sua coerência na cena pública (Jannièr, 2005).

Cabe ressaltar que no Brasil, estudos como os Cappello (2005)³ e de Tinem⁴ (2002) evidenciam de que maneira a arquitetura moderna no país é trabalhada nas revistas internacionais, como por exemplo as célebres *L'Architecture d'Aujourd'hui*, *Architectural Review*, *Casabella*, *Architectural Fórum*, entre outras. No domínio da historiografia da arquitetura as pesquisas nas publicações periódicas tem se revelado como campo promissor e ganhado cada vez mais espaço nos fóruns de discussões acadêmicos. Cita-se neste contexto especialmente o evento *Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Enanparq*, que desde sua primeira edição em 2010, acolhe o tema das revistas em seu escopo. Recentemente em 2016, IV Enanparq, que continuou destinando uma sessão inteira⁵ para debater a relação dos periódicos com a pesquisa em arquitetura e urbanismo, reivindicou a “necessidade de um aprofundamento para que se possa realmente construir o estado da arte da pesquisa com as revistas especializadas de arquitetura” (CAPPELLO & CAMPELLO, 2016, p. 15).

Nessa perspectiva a presente comunicação, em sintonia com o eixo *A recepção e a difusão da arquitetura e urbanismo modernos brasileiros na plena amplitude de sua abordagem* se propõe a apresentar como a arquitetura moderna brasileira foi difundida pela *Le Carré Bleu*, um dos mais importantes periódicos especializados na temática do modernismo na Europa no século XX. A discussão do tema torna-se pertinente em um evento como o DOCOMOMO a medida que “o periodismo multifacetado que se consolidou ao longo do século XX em uma cultura literária e visual que foi também responsável pela veiculação de idéias e imagens que ajudaram a transformar o ideário e a prática profissional, circunscrito naquilo que se convencionou chamar de arte, arquitetura e urbanismo modernos.”⁶ (SEGAWA ET AL, 2006, s.p.)

2 SABOYA, Marc *Presse et architecture au XIXe siècle [Texte imprimé] : César Daly et la Revue générale de l'architecture et des travaux publics*; Paris : Picard, 1991

3 CAPPELLO, Maria Beatriz Camargo. *Arquitetura em revista: recepção da arquitetura moderna no Brasil nas revistas francesas, inglesas e italianas (1945-1960)*. São Paulo: USP, 2005, 336 p. Tese (doutorado).

4 TINEM, Nelci. *O alvo do olhar estrangeiro. O Brasil na historiografia da arquitetura moderna*. João Pessoa, Manufatura, 2002.

5 Evento ocorrido em Porto Alegre entre 25 à 29 de julho de 2016. Ressalta-se a Sessão 32, coordenada por Maria Beatriz Camargo Cappello e Maria de Fatima de Mesmo Barreto Campello intitulada “Palavras e imagens impressas: as publicações periódicas especializadas e sua contribuição para a pesquisa em arquitetura e urbanismo”. Descrição disponível em: <http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-4/SESSAO%2032/S32-00-CAPPELO,%20M.%20B;%20CAMPELLO,%20M.%20F.pdf> Acesso 01/08/2017.

6 SEGAWA, Hugo; CREMA, Adriana; GAVA, Maristela. *Revistas de arquitetura, urbanismo, paisagismo e design: a divergência de perspectivas*. Arqtextos, São Paulo, n. 057, texto especial 282, Portal Vitruvius, fev. 2006. <www.vitruvius.com.br/arqtextos/arq000/esp282.asp>.

Fundada em 1958, esta revista, que possui como subtítulo *feuille internationale d'architecture*, foi uma das raras iniciativas de rompimento com os debates da grande imprensa especializada. Segundo Cohen (2015) a maior parte dos periódicos de arquitetura após a Segunda Guerra caracterizavam-se antes de tudo como a expressão da auto-satisfação da profissão, onde por exemplo, revistas como *L'Architecture d'aujourd'hui*, *Techniques et Architecture* e *L'Architecture française* contribuíram para camuflar a crise da arquitetura moderna. Cohen reforça que a *Le Carré Bleu* foi uma das poucas exceções ao proclamar uma ruptura com “ortodoxia do CIAM” (COHEN, 2015).

Apresenta-se inicialmente uma breve contextualização da revista, evidenciando suas principais preocupações, seguido de uma descrição dos números publicados em todo o século XX em que o Brasil foi citado. Por fim evidencia-se a situação marginal da experiência brasileira e procura-se especular as razões pelas quais o Brasil situou-se à margem dos debates neste periódico.

SOBRE O PERIÓDICO

Sob a designação de “quadrado azul”, título inspirado em uma composição do artista Mondrian, a publicação que almeja ser uma espécie de vanguarda periódica, foi criada no final dos anos 1950 na Finlândia. Desde o início adotou o formato trimestral e manteve-se sem interrupção até 2002. Também desde sua fundação possui um caráter de integração transnacional, essencialmente europeu, com membros de diversos países.

Apesar da grande difusão internacional, poucos estudos foram realizados sobre essa revista. Dos trabalhos que se debruçam sobre a *Le Carré Bleu*, talvez o mais exaustivo tenha sido o de Catherine Blain. À partir da pesquisa iniciada por Philippe Simon em 2001, para realizar uma exposição⁷ sobre essa revista, Blain realizou um inventário das edições entre 1958-2002⁸ e publicou algumas reflexões importantes⁹ sobre o histórico e sobre os debates encontrados no periódico.

Informações adicionais sobre a revista, bem como toda a coleção digitalizada podem ser encontradas na página eletrônica oficial¹⁰. As edições de aniversário (figura 1) trazem retrospectivas históricas que permitem retratar a transformação dos conteúdos,

7 Exposição *Le Carré Bleu, un débat continu 1958-2002* apresentada para Unesco de 16 a 19/09/2002, na ocasião do VII Docomomo Internacional. Exposição que foi itinerante em diferentes escolas de arquitetura posteriormente. O registro na Escola de Arquitetura de Strasbourg mostra o evento. Disponível em http://www.lecarrebleu.eu/ALLEGATI_2013/s%C3%A9lections%20dans%20l%27histoire/ANNEX_23.pdf

8 *Le Carré Bleu, feuille internationale d'architecture. Catalogue 1958-2002*. Disponible em: <http://metagraphies.org/Sir-Patrick-Geddes/CATALOGUE-1958-2002.pdf>

9 A citar principalmente: BLAIN, Catherine. *Le Carré bleu, le Team 10 et les autres. Ambitions et réalités d'une feuille internationale d'architecture, 1958-1978*, in Alexis Sornin, Hélène Jannièrre et France Vanlaethem (dir.), *Revue d'architecture dans les années 60 et 70. Fragments d'une histoire événementielle, intellectuelle et matérielle*, Montréal, Institut de recherche en histoire de l'architecture (IRHA), 2008, p. 169-194. / *Le Carré bleu. A brief history of the journal, its editorial policy and its relationship to team 10 (1958-2001)*, in Max Risselada, Dirk Van den Heuvel (ed.), *Team 10, 1953-1981, In Search of a Utopia of the Present*, Rotterdam, NAI Publishers, 2005, p. 18-19 et p. 80-81.

10 <http://www.lecarrebleu.it/>

políticas editoriais e a própria história da arquitetura. Sinaliza-se principalmente os ensaios publicados em 1988, nos trinta anos de comemoração do periódico, onde Centre Pompidou publicou *L'Heritage des CIAM 1858/1988*, com precisões sobre a relação da revista com os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, em 1998, *40 ans Carre Bleu : de Shadrach Woods vers la nouvelle génération*, *Le Carré Bleu* e em 2008, *Le Carré Bleu, 50 ans mémoire et avenir*, *Les 50 ans du Carré Bleu ; Le rôle du Carré Bleu au XXI siècle*, em que também em perspectiva de retrospecto aponta-se as principais questões e contribuições do periódico para historiografia¹¹.



Figura 1 : Edições de aniversário de 30, 40 e 50 anos respectivamente.

Fonte: Página eletrônica oficial da revista, www.lecarrebleu.it.

Ao analisar as pesquisas citadas e as próprias fontes primárias expõe-se aqui apenas um fragmento informativo do periódico a fim de melhor contextualiza-lo no debate brasileiro. A revista surgida em 1958 em Helsinkí, logo após o CIAM ter ocorrido na capital finlandesa, foi constituída por um grupo de seis pessoas¹², com características interdisciplinares que buscavam, segundo enunciado na primeira edição (figura 2), ser “uma tribuna livre que abre a discussão os problemas de base da arquitetura” (LE CARRE BLEU, 1958,s.p. - tradução da autora).

11 Também é preciso acrescentar que a Cité de Architecture, Paris, realizou em 2008 um evento científico para comemorar o cinquentenário do periódico. Programa disponível em: http://www.lecarrebleu.eu/allegati/CARREBLEU_8dic%20prog.pdf

12 Aulis Blomstedt, Reima Pietilä, Keijo Petäjä, Eero Eerikäinen, Kyösti Ålander, André Schimmerling.

le carré bleu

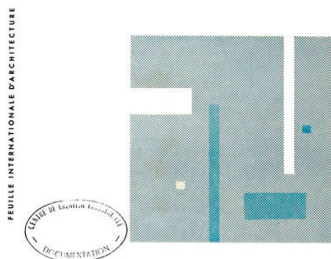


Figura 2 : Primeira edição 1958.

Fonte: Página eletrônica oficial da revista, www.lecarrebleu.it.

Segundo Shimmerling (1988) a criação dessa revista coincide com um momento particularmente crítico da evolução movimento moderno e seu manifesto inaugural testemunha esse processo de inconformidade com a situação vigente, notadamente o ideário difundido pelos CIAMs (essencialmente no que diz respeito ao universalismo e ao funcionalismo).

A revista passou a agregar uma importante rede internacional de colaboradores. Para citar alguns George Cluzellas (Argentina), Jorn Utzon (Dinamarca), Roger Aujame, Georges Candilis e Ionel Schein (França), Giancarlo de Carlo (Italia), Elie Azagury (Marrocos), Karoly Polonyi (Hungria), Sverre Fehn (Noruega), Sven Ivan Lind (Suécia), Oskar Hansen (Polônia). Essa conformação transacional possibilitou a pluralidade dos assuntos tratados - de soluções concretas de habitação e projetos urbanos à questões teóricas (morfologia arquitetônica e formalismo), passando pelas angústias do futuro profissional arquiteto e o sistema educacional da arquitetura no mundo.

Blain (2005) reforça esse espectro multifacetado afirmando que o periódico se tornou uma plataforma de expressão e uma maneira de debater para novas atitudes: "... in the face of reductive functionalism and old-fashioned academicism (blamed for the dehumanization of the living environment), would enable a " reforming intervention in the realm of architecture though " " (BLAIN, 2005, s.p.).

Materialmente também quadrada, primeiramente um 21x21cm e depois 22x22, e sem patrocinadores publicitários, a *Le Carré Bleu* delimitou em sua geometria precisa uma série de questões que foram se alterando ao longo do século XX, tanto em virtude das transformações inerentes da própria disciplina quanto nas sucessivas alterações do corpo editorial. Conforme lembram D.G. Emmerich e de Yone Friedman (2008) dentro do contexto

das condições rápidas das condições sociais, a revista que tinha como objetivo inaugural ser palco da discussão das ideias da arquitetura modernista dos arquitetos finlandeses fundadores e do Team X e da divulgação das inovações estruturais, considerou como sua tarefa principal posteriormente a pesquisa de novas concepções de meio ambiente e de urbanismo, seguindo sobretudo os princípios de Patrick Geddes.

Dentro desse contexto, nos quase cinquenta anos de existência no século XX, como a experiência brasileira foi abordada nesse periódico de pretensões internacionais?

MENÇÕES AO BRASIL: REFERENCIAIS HISTORIOGRÁFICOS

Para procurar saber quais eram os temas, edifícios, arquitetos representantes da arquitetura brasileira foi realizado um levantamento no portal eletrônico¹³ da biblioteca da *Cité de l'architecture et du patrimoine*. Em 2012, essa entidade disponibilizou os 156 volumes da *Le Carré Bleu* em seu site e indexou todas os exemplares que compreendem o período 1958-2001.

Após uma busca por palavras-chaves, foram encontradas oito referências ao Brasil: volumes publicados em 1961, 1965, 1967, 1979, 1984, 1992, 1998 e 1999. Apresenta-se a seguir uma descrição cronológica dessas abordagens e posteriormente tenta-se cruzar as informações obtidas em um contexto mais amplo.

Na edição de 1961, a discussão centra-se nas questões da forma arquitetônica. O ensaio redigido por Oscar Hansen, intitulado *La forme ouverte dans l'architecture - L'art du grande nombre* faz referência ao projeto de Brasília. Neste trabalho o arquiteto polonês, que apresentou a seu conceito de arquitetura da *forma aberta* no CIAM d'Otterlo em 1959, afirma que Brasília, adota uma solução depassada, uma vez que a inflexibilidade das soluções adotadas vai na contramão do que seria a *forma aberta*.

Hansen, que prega que a arquitetura deve adotar construções flexíveis, “as quais as necessidades humanas devem primar sobre a otimização dos meios de produção, com espaços que podem ser modificados de acordo com as necessidades dos habitantes”¹⁴. (FROGER, 2016, s.p.), afirma em seu artigo:

Os arquitetos progressistas acreditando nos efeitos miraculosos da Forma Fechada procuram em vão desde meio século a estabelecer um projeto de habitação mínimo para sair do impasse causado pelo problema do NUMERO. As necessidades não param de aumentar, e o padrão de um apartamento quantitativo cai. Mesmo as excelentes soluções baseadas na Forma Fechada, como Vällingby não puderam resistir à prova por diversas razões. A nova capital do Brasil, Brasília, se tornará, a meu ver, um monumento “antigo” antes de ser construída, porque a Forma Fechada é a base da sua criação. (HANSEN, 1961, p. 10 - tradução da autora).

13 Disponível em: <http://portaildocumentaire.citedelarchitecture.fr/nos-revues.aspx>

14 Lilian Froger, « Open Form: Space, Interaction, and the Tradition of Oskar Hansen », Critique d'art [En ligne], Toutes les notes de lecture en ligne, mis en ligne le 04 novembre 2016, consulté le 24 juillet 2017. URL : <http://critiquedart.revues.org/19308>

O número 4 de 1965 é destinado a debater a formação do arquiteto e o ensino de arquitetura. A primeira folha noticiar com consternação o falecimento de Le Corbusier - iniciando com “o falecimento de um grande homem deixa um espaço vazio” e concluindo com “e esse dia nublado de agosto nos parece atravessar uma mística luz radiosa”. Críticas a parte, a menção ao Brasil pode ser vista em uma tímida foto que ilustra o artigo *La pré-formation et le recrutement des Elèves architectes à Ecole des Beaux-Arts* de Louis-Pierre Grosbois, assistente do Atelie Candilis-Josic.

Grosbois questiona, entre outras coisas, quais os critérios para assinalar as aptidões para a criação em arquitetura, se endereçando principalmente aos estudantes. Ao ilustrar seu ensaio com oito fotografias (figura 3), encontra-se uma pequena imagem do Pavilhão do Brasil.



Figura 3 : Fotografias mostrando exemplos de projetos, no detalhe uma fotografia com o Pavilhão do Brasil.

Fonte: Le Carré Bleu, 1965

O Pavilhão do Brasil, mais conhecido atualmente como Maison du Brasil ou Casa do Brasil, na cidade universitária em Paris, mal consegue ser visualizado na imagem. Também não é mencionada a contribuição de Lucio Costa, a essa altura a famosa querela do projeto já consolidava Le Corbusier como autor da proposta na imprensa internacional.

O número 3 de 1967, é o que mais explora a experiência brasileira. A imagem do Congresso Nacional recém inaugurado estampa a capa da revista, que tem como título L'ARCHITECTE ET LE PROBLÈME URBAIN (figura 4), seguido da máxima DU REVE AUX REALITES. Ainda no início pode-se constar que o trabalho de Andrzej Pinno abordará a crise do modelo do planejamento urbano modernista.



Figura 4 : Capa do volume 3 de 1967 destacando o Congresso Nacional de Brasília

Fonte: Le Carré Bleu, 1967

“Nossos sonhos fazem parte da realidade e não existe nada talvez tão belo quanto um sonho. Mas são as realidades intangíveis que contam. Hoje uma cidade implantada sobre a lua excita nossa imaginação. A cidade do ano 2000 pode nos parecer como um objetivo a ser seguido. No entanto milhões de indivíduos desprovidos de abrigo na Ásia, África, na América do Sul representam o problema real a ser resolvido” (PINNO, 1967, p. 1)

É com essa referência à utopia de Brasília que o arquiteto polonês Pinno inicia seu texto que busca muito mais que uma crítica a capital do Brasil. Pinho usa do exemplo de Brasília (e também de Chandigarh) para introduzir sua teoria de planejamento urbano - pois o “plano de uma cidade de 100.000 habitantes não pode ser uma imagem de sonho” (PINNO, 1967, p. 1).

Para o autor, as experiências de urbanismo de Lucio Costa no Brasil e de Le Corbusier na Índia são “exemplos que testemunham a ignorância” da realidade vigente e que representam “sonhos magníficos”. O autor afirma:

“todas as duas devem seu nascimento a dois homens poderosos. Kubicek (sic) no Brasil e Nehru nas Índias. Suas vontades quase ilimitadas forneciam uma garantia de sucesso. Seus poderes substituíam a realidade. E portanto como nos sabemos que o que advém quando esse poder desapareceu...” (PINNO, 1967, p. 2)

Pinno conclui que uma vez que a sociedade evolui em direção a democracia e que essa política despótica tem um dia seu fim, os modelos como os citados não são mais válidos.

Posteriormente o arquiteto apresenta sua própria teoria de planejamento baseada em unidades que denomina de *quantas* - unidades menores que podem ser suficientes para uma planificação precisa. Após longo detalhamento de suas ideias que reforçam a importância de um urbanismo que seja concebido para se adaptar ao crescimento e as mudanças, ele finaliza dizendo: “mesmo se a busca de cidades melhor planejadas se coloque sobre o terreno das realidades concretas, nos procuraremos sempre nossa inspiração nos sonhos”(PINNO, 1967, p. 1) .

Em 1979, alinhado com as preocupações ambientais do momento pós conferência de Estocolmo, o caderno 4 *Energie - Architecture à la recherche d'informations perdues* tenta evocar como as questões ambientais são trabalhadas na escala do edifício. A proposta do número apoia-se na premissa de o movimento moderno ignorou dados específicos do interesse energético e consequentemente ambiental¹⁵.

A referência ao Brasil neste caso sai do âmbito da arquitetura. O país é citado como exemplo de produção alternativa de combustível, com alusão a capacidade de produção de etanol e a política de incentivo governamental para esse combustível : “este país espera produzir 20% em 1985 e até o fim do século cobrir a totalidade de suas necessidades de petróleo, e além do mais o programa criara milhões de empregos.”

Em 1984, no número 1, não é propriamente um artigo que menciona o Brasil. Lucien Hervé, na sessão *Informations*, dialoga com um artigo do número anterior (*A propos de la Tête de la Défense*), onde ele faz uma provocação, qualificada por ele mesmo de espontânea. Hervé responde a edição anterior dizendo que quando esta se perguntou se as grandes obras são simples, a história responde dizendo que elas são frequentemente simples ou complicadas: a história “ fornece obras primas de formas primárias. O Egito, a América pré-colombiana, a Roma antiga, a Asia Menor, a China, a Índia, a Grécia, o Iran, a Indonésia, a Italia, ver o Brasil do século XVIII (...)” (HERVE, 1984, p.2)

Em 1992/3 também há uma curta referência ao Brasil a partir do artista Fred Forest, citando apenas que o mesmo foi em 1973 *Prix de la communication, XII Bienal de São Paulo, em 1986 realizou o Projeto vermelho/projeto rosso para a Fundação Armando Alvares Penteado.*

A edição de 1/1998 traz um longo e completo ensaio: *Formes urbaines, aujourd'hui et demain*, de autoria de Attila Batar. O texto começa revelando que é um extrato de um estudo a ser publicado “Europai Fuzetek” em Budapest. Nele o autor por meio de uma postura essencialmente diacrônica reconta de maneira panorâmica como ocorreu o desenvolvimento urbano no século XX, partindo do crescimento das cidades provenientes

15 «L'intérêt pour l'architecture solaire réside surtout dans la possibilité d'enrichir le processus de réalisation du milieu bâti d'un nouveau élément et de combler le vide créé par l'oubli de données spécifiques au cours du développement du mouvement moderne.» (L. DE ROSA e M. PICA CIAMARRA , 1979, p.1)

de ondas migratórias até inserir as experimentações urbanas mais significativas (estas negativas e positivas).

Neste contexto mais uma vez 1998 retomada a experiência de Brasília. Inserida no subtítulo *Le sort des utopies au vingtième siècle*, a cidade de Lucio Costa é pela primeira vez mostrada em sua amplitude, pois é a única ocasião em que o Plano Piloto aparece nas ilustrações (figura 5). Batar evoca que no caso das “cidades ideais”, “o desejo da perfeição teve que lidar com a imperfeição inerente à época de sua criação”. (BATAR, 1998, p. 16).

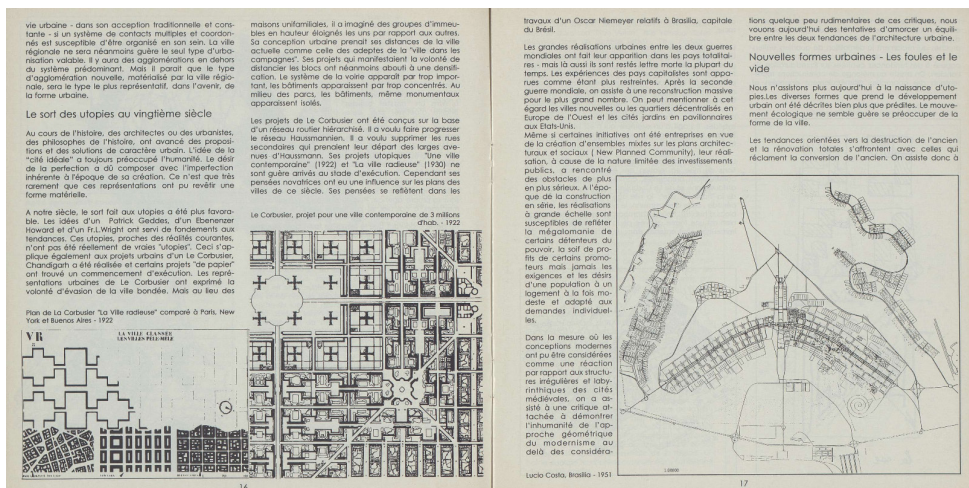


Figura 5 : Detalhe do Projeto do Plano Piloto de Brasília

Fonte: Le Carré Bleu, 1998

Baltar reforça a ideia de que os projetos de Le Corbusier, “Une ville contemporaine” (1922) e “La ville radiosa” (1930), mesmo não sendo executados tiveram uma forte influência no caso brasileiro e se refletem nos trabalhos de Oscar Niemeyer relativos a Brasília¹⁶. Neste momento, o autor, que não menciona mais a cidade, parece se referir a Niemeyer pelos edifícios institucionais. No entanto a legenda da imagem do Plano Piloto faz clara referência à Lucio Costa.

Confusões à parte, o importante é assinalar que a construção discursiva cai novamente sobre a crise do modelo urbano moderno, constantemente vista como antidemocrática. No entanto, Baltar tenta ser mais ameno nas críticas adotando um posicionamento mais distanciado da crítica feroz ao modernismo e propondo quase que uma conciliação a partir da adoção de novas experiências:

¹⁶ «Cependant ses pensées novatrices ont eu une influence sur les plans des villes de ce siècle. Ses pensées se reflètent dans les travaux d'un Oscar Niemeyer relatifs à Brasília, capitale du Brésil. » (BATAR, 1998, p. 17).

Na época da construção em série, as realizações em grande escala são suscetíveis a refletir a megalomania de certos detentores de poder, a sede dos lucros de certos desenvolvedores mas nunca as exigências e os desejos de uma população à uma habitação as vezes modesta e adaptável as demandas individuais. Na medida que as concepções modernas puderam ser consideradas como uma reação em relação as estruturas irregulares e labirínticas das cidades medievais, nós assistimos a uma crítica fixada a demonstrar a desumanização da abordagem geométrica do modernismo para além das algumas considerações rudimentares de suas criticas, nos dedicamos hoje as tentativas de iniciar um equilíbrio entre as duas tendências de arquitetura urbana.(BATAR, 1998, p. 16).

E é com essa intenção o autor mostra exemplos contemporâneos, tais como Portzamparc ,com La ville âge III, Lucien Kroll com Nieuwegein e Bernard Tschumi com Le Parc de la Villette.

Por fim, um ano depois, encerrando a linha cronológica estabelecida do século XX, o exemplar 3/4 de 1999, *Architecture in Israël 1948-1998*, propõe no artigo ARCHITECTURE MONUMENTALE MODERNE- JERUSALEM COMPARÉE aux CAPITALES MONDIALES de Michael Levin uma análise comparativa da capital israelense com outras proposições arquitetônicas significativas, centrando o olhar principalmente sobre a monumentalidade e as questões relativas a estilos arquitetônicos.

Mais uma vez a referência a Brasilia se repete. O autor enseja estabelecer uma comparação do parlamento israelense Knesset, projeto dos anos 50 fruto de um concurso vencido por Joseph Klarwein. Após descrever de forma breve formalmente o Plano Piloto e a praça dos três poderes e contextualizar a construção da cidade, Levin insere uma aberta crítica : “Essa forma de aeroplano simbólica, na medida onde a maior parte dos habitantes de Brasilia, situada a mil quilômetros do Atlântico, são os burocratas que voam em direção ao Rio de Janeiro a cada final de semana. Ela incarna, neste caso, uma penível realidade.” (LEVIN, 1999, p.27).

A única comparação realizada com a arquitetura israelense e a brasileira restringe-se a uma linha, quando o autor diz: “em Jerusalém o Knesset, não se integra a um conjunto como no caso brasileiro” (LEVIN, 1999, p.27).

Conforme pode-se constatar neste breve panorama de citações as experiências brasileiras, viu-se que a referência fundamental do periódico a arquitetura desenvolvida no Brasil foi Brasília, e de maneira geral, a capital é abordada pelos diferentes autores de forma bem critica. Mas dentro do espectro da produção arquitetônico brasileiro, consagrado por muitas revistas internacionais, porque somente a capital - e nenhum edifício - figura nas páginas da *Le Carré Bleu*?

CONSIDERAÇÕES FINAIS: BRASÍLIA NA MARGEM DO QUADRADO

Ao percorrer mais quase cinquenta anos de edições da *Le Carré Bleu* e encontrar apenas oito referências ao país, constata-se a situação marginal da produção brasileira na temática da revista. Nesse sentido, pode-se afirmar que a *feuille internationale d'architecture* não se internacionalizou em direção ao Brasil.

Outro ponto verificado foi a menção exclusiva a Brasília - seja na sua crítica da « forma fechada » de Hansen na edição de 1961, na crise dos modelos utópicos de Pinno em 1967, em menor medida na retrospectiva urbana de Baltar em 1998 ou ainda na ironia de Levin de 1999, ao mencionar a realidade política da cidade. As outras referências (1965, 1979, 1984, 1992) são muito pouco exploradas ou não se relacionam propriamente com a arquitetura ou urbanismo.

Ao olhar exclusivamente para os conteúdos pode-se especular que o enfoque em Brasília e adoção a uma crítica negativa, pode ser explicada pela própria política editorial da revista - um periódico nascido de um movimento de contestação ao CIAMs e alinhado expressivamente com o Team 10. Outras razões que explicariam a situação marginal que a produção brasileira possui nas publicações, ligadas por exemplo as composições das direções editoriais ao longo dos anos, fogem a essa pesquisa e precisariam ser melhor averiguadas.

Uma perspectiva de pesquisa nasce também em direção contrária: a *Le Carré Bleu* teve circulação em terras brasileiras? Questões relativas a recepção dessa revista entre nos instigam o cruzamento dos debates da arquitetura moderna no contexto transnacional e colocam em questão a discussão da própria arquitetura moderna na imprensa, por assim dizer “alternativa”.

REFERÊNCIAS

BATAR, Attila. *Formes urbaines, aujourd'hui et demain*. In *Le Carré Bleu*, 1998.

BLAIN, Catherine. *Le Carré bleu, le Team 10 et les autres. Ambitions et réalités d'une feuille internationale d'architecture, 1958-1978*, in Alexis Sornin, Hélène Jannièrre et France Vanlaethem (dir.), *Revue d'architecture dans les années 60 et 70. Fragments d'une histoire événementielle, intellectuelle et matérielle*, Montréal, Institut de recherche en histoire de l'architecture (IRHA), 2008, p. 169-194.

BLAIN, Catherine. *Le Carré bleu. A brief history of the journal, its editorial policy and its relationship to team 10 (1958-2001)*, in Max Risselada, Dirk Van den Heuvel (ed.), *Team 10, 1953-1981, In Search of a Utopia of the Present*, Rotterdam, NAI Publishers, 2005, p. 18-19 et p. 80-81.

CAPPELLO, Maria Beatriz Camargo. *Arquitetura em revista: recepção da arquitetura moderna no Brasil nas revistas francesas, inglesas e italianas (1945-1960)*. São Paulo: USP, 2005, 336 p. Tese (doutorado)

CAPPELLO, Maria Beatriz Camargo; CAMPELLO, Maria de Fatima de Mesmo Barreto. Palavras e imagens impressas: as publicações periódicas especializadas e sua contribuição para a pesquisa em arquitetura e urbanismo. IV *Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Enanparq, 25 à 29 de julho de 2016, Porto Alegre* Disponível em: <http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-4/SESSAO%2032/S32-00-CAPPELO,%20M.%20B;%20CAMPELLO,%20M.%20F.pdf> Acesso 01/08/2017.

COHEN, Louis Cohen; *La coupure entre architectes et intellectuels, ou les enseignements de l'italophilie / Jean- / Bruxelles : Mardaga , impr. 2015, cop. 2015.*

FROGER, Lilian. « *Open Form: Space, Interaction, and the Tradition of Oskar Hansen* », *Critique d'art* [En ligne], Toutes les notes de lecture en ligne, mis en ligne le 04 novembre 2016, consulté le 24 juillet 2017. URL : <http://critiquedart.revues.org/19308>

GROSBOIS, Louis-Pierre. La pré-formation et le recrutement des Elèves architectes à Ecole des Beaux-Arts. In *Le Carré Bleu*, 1965.

HANSEN, Oscar. La forme ouverte dans l'architecture - L'art du grande nombre. In *Le Carré Bleu*, 1961.
HERVE, Lucien. A propos de la Tête de la Défense. In *Le Carré Bleu*, 1984.

JANNIÈRE Hélène, 2002, Politiques éditoriales et architecture « moderne », l'émergence de nouvelles revues en France et en Italie (1923-1939), Editeur / Publisher : Paris : Ed. Arguments , 2002.

LEVIN, Michael. ARCHITECTURE MONUMENTALE MODERNE JERUSALEM COMPARÉE AUX CAPITALES MONDIALES. in *Le Carré Bleu*, 1999.

PINNO, Andrzej. L'architecte et le problème urbain. In *Le Carré Bleu*, 1967.

ROSA L. DE; CIAMARRA M. PICA. ENERGIE - ARCHITECTURE : A LA RECHERCHE D'INFORMATIONS PERDUES. in *Le Carré Bleu*, 1979.

SABOYA, Marc *Presse et architecture au XIXe siècle [Texte imprimé] : César Daly et la Revue générale de l'architecture et des travaux publics; Paris : Picard, 1991*

SCHIMMERLING, André. *L'Heritage des CIAM 1958/1988, CCI Centre Pompidou, 1988.*

SEGAWA, Hugo; CREMA, Adriana; GAVA, Maristela. *Revistas de arquitetura, urbanismo, paisagismo e design: a divergência de perspectivas. Arqitextos*, São Paulo, n. 057, texto especial 282, Portal Vitruvius, fev. 2006. <www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp282.asp>.

TINEM, Nelci. *O alvo do olhar estrangeiro. O Brasil na historiografia da arquitetura moderna. João Pessoa, Manufatura, 2002.*

CAPÍTULO 10

O HOMEM E OS LIVROS: OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA LITERATURA DE HOWARD FAST

Data de aceite: 01/04/2021

Rafael Belló Klein

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre – Rio Grande do Sul
<http://lattes.cnpq.br/7799976155967610>

RESUMO: Howard Fast (1914-2003) foi um dos mais prolíficos escritores norte-americanos do século XX. Notório por seu envolvimento com o Partido Comunista Americano entre as décadas de 1940 e 1950, acabou sofrendo com a perseguição política anticomunista do macarthismo durante este período. Um dos traços mais distintivos de sua obra literária é a sua preferência pelo gênero do romance histórico, por meio do qual frequentemente chamava atenção para questões sociais de grande relevância tanto para o passado em questão, quanto para o seu tempo presente, particularmente durante a primeira fase de sua carreira como escritor, até seu desligamento do Partido. Em minha pesquisa de doutorado, abordei três de suas principais obras, que tratam de diferentes períodos da história americana, buscando entrever os conceitos que Fast possuía e buscava veicular acerca destes episódios, da formação dos Estados Unidos enquanto nação, e do sentido da história em geral. O presente trabalho enquadra-se dentro da pesquisa que conduzi no doutorado, na medida em que tem por objetivo examinar, a partir da produção literária e teórica de Howard Fast, quais eram os principais

princípios que orientavam a sua escrita. Entre eles, pode-se citar o comprometimento com ideais do materialismo dialético marxista e da vertente literária do realismo soviético, uma profunda identificação com os valores fundacionais de liberdade e democracia da nação americana, e a vinculação a uma tradição judaica de radicalismo secular.

PALAVRAS - CHAVE: História. Literatura. Estados Unidos. Comunismo. Americanismo.

THE MAN AND THE BOOKS: THE GUIDING PRINCIPLES OF HOWARD FAST'S LITERATURE

ABSTRACT: Howard Fast (1914-2003) was one of the most prolific American writers of the twentieth century. Notorious for his involvement with the Communist Party USA in the 1940s and 1950s, he was persecuted during this period by McCarthyism's anti-Communist policies. One of the most distinctive aspects of his literary works is his option for historical novel genre, by means of which he frequently pointed out social issues of great relevance both for the past in question and for his own present, particularly during the first phase of his career as a writer, up to his departure from the Party. In my doctorate research, I focused on three of his most important novels, which deal with different periods of American history, aiming to identify the main concepts Fast had and tried to communicate through these episodes, about the constitution of the United States as a nation, and the general meaning of history. The present article inserts itself into the doctorate research I have developed, in the sense that it aims to discern the main principles that oriented Howard

Fast's writing, through the analysis of his literary and theoretical writings. Among them stand out his commitment to the ideals of Marxist dialectical materialism and the literary school of soviet socialist realism, a profound identification with the American founding values of liberty and democracy, and the association with a tradition of Jewish secular radicalism.

KEYWORDS: History. Literature. United States. Communism. Americanism.

O escritor norte-americano Howard Fast (1914-2003) tem a peculiaridade de ter sido um dos mais prolíficos romancistas do século XX e, ao mesmo tempo, um dos menos conhecidos. De fato, nos aproximadamente setenta anos que separam a publicação de sua obra de estreia, *Two Valleys* (1933), e seu último livro, *Greenwich* (2000), Fast escreveu mais de quarenta romances, além de cerca de vinte contos detetivescos, uma dezena de obras infantis e ainda alguns relatos autobiográficos e escritos teóricos. No entanto, com algumas exceções, como o romance *Spartacus* (1951) – que deu origem ao filme homônimo de 1960, dirigido por Stanley Kubrick e estrelado por Kirk Douglas – o conjunto de sua obra literária permanece ainda em grande parte desconhecido do grande público, fato que pode ser explicado, ao menos em parte, a partir de uma análise de sua trajetória biográfica.

Fast nasceu em Nova York, filho de imigrantes de origem judaica, e teve uma infância marcada por dificuldades financeiras e pelo persistente antissemitismo e preconceito direcionado aos imigrantes na sociedade americana. Revelando desde muito cedo um interesse pela literatura e pela história, Fast publicou seu primeiro livro aos dezoito anos. Logo nos primeiros anos de sua carreira como escritor, apesar de algumas dificuldades em se afirmar no mercado editorial, o jovem Fast conseguiu alcançar um relativo sucesso e reconhecimento do público, revelando em suas obras uma afinidade com temas históricos – particularmente da história dos Estados Unidos – e com questões sociais. Com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, pela sua origem judaica e suas próprias convicções políticas, ele começou a desenvolver a vontade de combater ativamente o fascismo. Seu desejo se concretizou em 1941, quando a convite do também escritor e poeta Louis Untermeyer, ingressou no serviço do *Office of War Information* (OWI), órgão de informação e propaganda de guerra do governo americano¹.

Foi justamente durante o período em que esteve a serviço do OWI que a trajetória de Fast tomara uma virada decisiva. No exercício de suas atividades, ele conheceu diversos membros do movimento comunista americano e simpatizantes da causa, familiarizando-se com suas principais ideias e conceitos. De fato, em função dessa aproximação, Fast acabou por ingressar no Partido Comunista Americano em 1944. De acordo com seu

1 O *Office of War Information* foi uma agência do governo americano destinada estabelecer uma rede de comunicação, informação e propaganda, que conectasse as populações afetadas pela guerra com o próprio front e os rumos do conflito. Fast ingressou no serviço da OWI em dezembro de 1942, permanecendo até fevereiro de 1944. Neste período, inicialmente se envolveu na produção de panfletos com propaganda de guerra e, posteriormente, na redação do roteiro do programa *Voice of America*, que transmitia, com apoio da BBC, propaganda e notícias da guerra para o continente europeu e outras zonas de conflito (SORIN, 2012: 47-63; FAST, 1994: 1-26).

biógrafo Gerald Sorin, o contato que ele teve com diversos artistas e intelectuais comunistas renomados nos Estados Unidos – muitos deles judeus, como Fast – teve um peso decisivo para sua decisão de aderir ao Partido, não apenas no sentido de aproximá-lo de seus ideais, mas também no de dar ao movimento um ar de respeitabilidade, que correspondesse às expectativas de Fast de participar de um prestigioso círculo de pensadores, e de alcançar fama e sucesso:

Mas duas forças poderosas se conjugaram para Fast em 1943: seu crescente desejo de fazer parte do glamuroso mundo dos comunistas de Hollywood e de se juntar ao círculo de impressionantes intelectuais que conheceu no OWI, e sua expressa convicção de que a União Soviética demonstrou a partir de 1941 sua grandeza como força antifascista e como modelo para o futuro. (...).

Algo mais do que o antifascismo moveu Fast a se juntar ao Partido Comunista Americano. Seu desejo por ainda mais atenção do que estava recebendo dos leitores e críticos, e suas aspirações por fama, reforçadas por visitas a Hollywood com seus muitos ricos e famosos judeus comunistas vivendo em animada luxuosidade e rodeados de belas mulheres, certamente teve um papel. Isto não é dizer que a admiração de Fast pelo experimento socialista na Rússia, com o qual ele havia primeiro se enamorado aos dezessete anos, e sua esperança de que a União Soviética servisse como um modelo para o resto do mundo não fossem importantes para sua momentosa decisão (SORIN, 2012: 56-57, tradução minha).

A partir de seu engajamento com o PC Americano, suas obras cada vez mais adquiriram um profundo tom de contestação social. Justamente devido ao seu envolvimento com o movimento comunista e ao teor dos romances que publicou, Fast acabou sofrendo uma perseguição política por parte do macarthismo, no final da década de 1940 e ao longo da década de 1950. Neste período, Fast foi chamado a depor pela *House of Un-American Activities Committee* (HUAC)², um dos principais instrumentos institucionais de repressão anticomunista, em razão de seu envolvimento com a *Joint Anti-Fascist Refugee Committee* (JAFRC), organização que ofereceu apoio humanitário aos refugiados anti-franquistas da Guerra Civil Espanhola. Por se recusar a fornecer nomes de contribuidores da JAFRC, foi acusado de desacato ao Congresso e foi preso por três meses, em 1950. Além disso, Fast foi incluído na chamada *blacklist*, relação de artistas, escritores e intelectuais suspeitos de terem ligações com o comunismo ou outros atos e movimentos “subversivos e antiamericanos”, encontrando dificuldades para empreender suas atividades profissionais a partir de então, como a restrição de seu acesso a universidades, o cancelamento de palestras e a rejeição de suas obras por parte das editoras. Esta repressão macarthista, aliada ao caráter engajado de suas obras, mais popular entre os círculos da esquerda, ajuda a entendermos o relativo desconhecimento de sua obra entre o público leitor moderno.

2 A *House of Un-American Activities Committee* foi um comitê do Congresso Americano responsável por investigar o envolvimento de cidadãos com o comunismo ou outras atividades antiamericanas, sendo um dos grandes símbolos da “caça as bruxas” do macarthismo.

Em 1957, na esteira da divulgação dos expurgos de Stálin na União Soviética, particularmente da perseguição aos judeus, Fast resolve desligar-se do Partido Comunista Americano. A partir de então, inaugura-se uma nova fase de sua trajetória como escritor, na qual suas obras perdem em grande parte o traço de contestação social que até então possuíam, ainda que em muitos casos seu interesse pela história tenha permanecido. De fato, é deste período posterior que datam seus romances de mistério e de detetive, escritos sob um pseudônimo, bem como a série *The Immigrants*³, que acompanha a trajetória de uma família de imigrantes em busca de afirmação e posteriormente da prosperidade em solo americano ao longo de um século de história, obras estas sem uma grande pretensão de crítica social e voltadas mais para um sucesso comercial.

Neste sentido, podemos identificar também, a partir deste muito breve panorama biográfico, dois períodos bastante distintos de seu percurso literário: em um primeiro momento, que vai até o seu rompimento com o Partido Comunista, suas obras apresentam um tom crescentemente crítico e engajado; em um segundo, a partir de 1957, um progressivo distanciamento desta perspectiva e retorno a uma literatura mais comercial. Contudo, no presente artigo meu interesse recai sobre o primeiro período de sua carreira, no qual se situam obras como *The Last Frontier* (1941), *Freedom Road* (1944) e *The Passion of Sacco & Vanzetti* (1953), que foram objetos de análise de meu projeto de pesquisa⁴. Neste sentido, interessado em compreender os princípios norteadores de seus romances históricos que apresentavam uma postura crítica e engajada, próprios desta primeira fase de sua obra literária, busco, no presente artigo, identificar tais princípios a partir da análise de alguns de seus principais escritos políticos. De fato, ao longo das décadas de 1940 e 1950, Fast publicou muitos artigos políticos e teóricos em diversos periódicos de esquerda, como o jornal *Daily Worker* e as revistas *New Masses* e *Masses & Mainstream*. Em minha análise, pude identificar dois principais conjuntos de conceitos que orientavam seu pensamento político e literário, e que analisarei nas subseções a seguir: o comprometimento com o movimento comunista, com os princípios do materialismo dialético e o método de literatura realista dele derivado; e a identificação com os ideais de liberdade e democracia que estavam na base da nação americana.

3 Composta ao total por seis livros: *The Immigrants* (1977), *Second Generation* (1978), *The Establishment* (1979), *The Legacy* (1981), *The Immigrant's Daughter* (1985), *An Independent Woman* (1997).

4 Em minha pesquisa de doutorado, a partir destas três obras como procurei entrever a visão que Howard Fast apresentava através da literatura acerca da história dos Estados Unidos (KLEIN, 2020). *The Last Frontier* retrata um episódio das Guerras Indígenas – resultado do processo de conquista do Oeste e da afirmação territorial americana – no qual uma tribo de índios cheyenne foge de sua reserva, onde viviam confinados em precárias condições, em direção à sua terra natal e são perseguidos e massacrados pelo exército americano. *Freedom Road* apresenta uma comunidade de ex-escravos no Sul dos Estados Unidos, na sua luta por efetivamente alcançarem a plena cidadania durante o período da Reconstrução, após a Guerra Civil. Por fim, *The Passion of Sacco & Vanzetti* retrata o último dia de vida dos dois trabalhadores americanos, vinculados ao movimento anarquista, injustamente condenados à morte na década de 1920.

O Materialismo Dialético e o Realismo Soviético

O primeiro elemento que mais chama atenção na primeira fase da obra literária de Howard Fast é, como já mencionado, a sua afinidade com temas históricos e questões sociais, o seu comprometimento com um posicionamento socialmente crítico e engajado. Mais do que isso, este período foi marcado por uma progressiva identificação com o movimento comunista e com os conceitos do materialismo dialético. Estes influenciaram decisivamente o seu pensamento político e literário ao longo desta primeira fase de sua carreira, sobretudo a partir de sua efetiva adesão ao Partido Comunista.

De fato, a partir da afinidade que Fast começou a desenvolver com a visão de mundo marxista, ele passou também a identificar-se com a corrente literária do chamado realismo socialista soviético. De acordo com C. Vaughan James (1973: ix-x), o realismo soviético constitui um reflexo, no campo artístico, da luta pela superação da sociedade capitalista e pelo estabelecimento do socialismo. Neste sentido, esta corrente exigia do artista que ele buscasse retratar a sociedade de uma forma verdadeira e concreta, isto é, seguindo os princípios do materialismo marxista, tendo por objetivo cumprir uma função didática de “educar os trabalhadores no espírito do comunismo”. Dessa forma, tendo a pretensão de retratar a realidade de forma objetiva, o realismo soviético buscava auxiliar os trabalhadores a compreender o processo da história e entender o seu lugar nele, de forma a incentivar o desenvolvimento de uma verdadeira consciência de classe e, assim, contribuir para a luta por alcançar o socialismo (JAMES, 1973: 88-94).

Com seu engajamento no Partido Comunista, a sua proximidade com questões sociais passa cada vez mais a converter-se em um efetivo comprometimento com o materialismo dialético e com esta vertente de escrita realista soviética. Com efeito, Fast manifestava claramente este compromisso nos seus artigos teóricos publicados em periódicos de esquerda. Um dos artigos mais exemplares a este respeito é o intitulado *Realism and the Soviet Novel* (1945), publicado na revista *New Masses*. Nele, Fast tece importantes críticas ao cenário literário americano de seu tempo, no qual enxergava uma excessiva preocupação com o estilo e a forma em detrimento do conteúdo da obra. Ao contrário, ainda que reconhecesse a impossibilidade de se captar a totalidade da realidade social em palavras, Fast faz uma defesa da escrita realista como um modo de se tentar refletir dialeticamente a sociedade e buscar compreendê-la. Neste sentido, ele faz uma comparação e entre o escritor americano e o soviético:

O escritor americano sério tem isto em comum com o escritor soviético sério: ambos buscam a verdade. Ambos tentam reproduzir dentro das páginas do seu romance um reflexo válido da sociedade que habitam. Eles fazem isto por meio da seleção dramática – isto é, sua abordagem é dialética. Se a abordagem de um escritor – isto é, de um romancista – não for dialética, seu trabalho será completamente estagnado, sem interesse nem validade para o leitor. Mas a diferença entre o escritor americano e o escritor soviético é

que enquanto um, o americano, enxerga o mundo através de uma dialética romantizada, o outro, o soviético, enxerga o mundo através da lógica realista do materialismo dialético (FAST, 1945:16, tradução minha).

A princípio, ambas as abordagens seriam maneiras válidas de se buscar refletir a realidade por meio da literatura. Contudo, para Fast, apenas o método do escritor soviético é capaz de efetivamente se aproximar da realidade, justamente por estar armado com as ferramentas necessárias para se compreender a sociedade, a ciência do materialismo dialético marxista: “Uma vez que ele está armado com tal ciência, o materialismo dialético, eu acredito que o escritor soviético está muito melhor armado do que nós com as ferramentas para uma compreensão da sociedade” (FAST, 1945: 16, tradução minha)”. Assim, Fast deixa evidente, neste artigo, a sua identificação com a vertente realista soviética, que se utilizava dos princípios materialistas no seu processo de escrita, visando um melhor entendimento da realidade social.

Tal perspectiva é reforçada pela publicação de *Literature and Reality* (1950). Neste livro, repleto de termos e conceitos oriundos da teoria marxista, defende a validade do uso do método realista de escrita literária na tentativa de refletir a realidade de forma verdadeira. Neste sentido, Fast advoga abertamente que a prática da literatura não pode ser dissociada da realidade da luta pela libertação do homem, criticando novamente a literatura americana de seu tempo que não tinham esta realidade como fonte de seu processo criativo. Por outro lado, Fast identifica, mais uma vez, o realismo soviético como um modelo adequado, na medida em que está equipado com os conceitos do materialismo marxista, ciência que melhor lhe capacitaria para compreender esta realidade (FAST, 2011: 31-32).

A incorporação destes ideais por Fast trouxe duas principais consequências para seu pensamento político e literário. A primeira, e mais evidente, diz respeito às suas concepções de tempo e de história, ancoradas em uma noção de continuidade. De fato, a partir dos conceitos oriundos da teoria materialista, Fast compreendia a história como sendo um processo contínuo de luta pela libertação do homem e de seu trabalho, luta esta que perpassava os tempos – desde a escravidão antiga, passando pela servidão feudal e pela exploração capitalista, até culminar no socialismo. Explica-se, assim, seu grande interesse em abordar temas históricos em seus romances: Fast recorre ao passado justamente com o objetivo de perceber episódios relevantes desta luta contínua e, didaticamente, apresentar ao leitor esta continuidade e as consequências desta luta ao longo do tempo. Este elemento também pode ser percebido em diversos de seus textos teóricos, como, por exemplo, no seguinte trecho do artigo *History in Fiction* (1944):

Quanto a por que eu escrevo sobre o passado – meus livros dão a resposta. Estes grandes e esplêndidos homens esquecidos não viveram e morreram para que fossem traduzidos e falsificados; eles viveram e lutaram e morreram para que pudéssemos herdar e usar as coisas que construíram. E o mesmo tipo de canalhas que se opuseram a eles então, hoje opõem-se aos homens de boa vontade. Tudo se torna um; e a grande tradição pela qual lutamos

hoje é a mesma tradição que eles sustentaram e nos legaram (FAST, 1944: 9, tradução minha).

O segundo elemento que decorre dos princípios materialistas diz respeito a um comprometimento com uma postura essencialmente humanista. Esta deriva da concepção de que a arte deveria estar indissociavelmente conectada à vida humana, postura manifestada por Fast em muitos de seus textos teóricos, sendo inclusive a raiz de sua crítica aos formalistas e idealistas da literatura americana, que, para Fast, praticavam um distanciamento entre arte e vida. Esta postura é afirmada, por exemplo, de forma assertiva em *Literature and Reality*: “A literatura está amarrada, casada e selada à realidade da vida. A literatura não tem uma existência separada da vida, e o artista não pode ter uma existência separada do cidadão” (FAST, 2011: 123, tradução minha).

Desta perspectiva decorre, também, que a arte para Fast não poderia se dissociar dos elementos que compunham de modo fundamental a vida: o trabalho humano, dá seu interesse pela classe trabalhadora, aquela que mais está envolvida na atividade produtiva e tem o verdadeiro potencial de promover a revolução social; e, sobretudo, a política. Para Fast, era absurdo exigir do escritor que ele se distanciasse da arena política e escrevesse de forma “neutra”, postura que não considerava possível, tampouco desejável. Ao contrário, para ele, a literatura deveria ser política, aproximando-a ainda mais de um aspecto essencial da vida humana. Podemos entrever esta noção, de modo exemplar, no trecho a seguir do artigo *Art and Politics* (1946):

Pedir que um escritor se divorcie da política é pedir que ele se exile da civilização; pedir que ele não seja afetado pelas mudanças do clima político é pedir que ele renuncie a sua sensibilidade à vida. Fazer qualquer deles é abandonar a arte, pois arte e vida não existem separadamente.

Não, a arte só pode ser arte quando é o resultado de um relacionamento reflexivo do homem com a sociedade, e quanto mais próximo, mais íntimo, mais compreensivo este relacionamento, maior é a arte (FAST, 1946: 7, tradução minha).

Desta necessária conexão entre a arte e a vida surge também adoção de uma postura humanista por parte de Fast, tanto no campo político como no literário. Para ele, esta representa uma valorização da vida humana e uma esperança no futuro da humanidade, na sua derradeira e completa libertação que seria alcançada pelo advento do socialismo. Este ponto de vista é expresso por Fast, por exemplo, no já citado artigo *Realism and the Soviet Novel*, onde destaca o comprometimento do escritor realista soviético com este viés humanista:

O escritor russo tem isto na filosofia do materialismo dialético. Ele acredita que os homens são motivados por forças e ele também acredita que os homens podem dar forma a estas forças. Ele acredita em esperança ao invés de desesperança, em direção ao invés de confusão, e mais basicamente,

também, ele acredita na humanidade. Através disso, ele pode criar heróis para lutar dentro de uma estrutura de humanismo e extrair da infindável riqueza e complexidade da vida aqueles fatores básicos e reais que permitem ao homem compreender seu mundo e melhorá-lo (FAST, 1945: 16, tradução minha).

Esta é, em suma, a primeira característica que percebemos no pensamento político e teórico de Howard Fast na fase inicial de sua carreira como escritor: uma forte identificação com os ideais e conceitos do materialismo dialético marxista e da corrente literária emanada deles, o realismo socialista soviético, elemento que está intimamente relacionado ao seu envolvimento com o Partido Comunista Americano neste período. Como vimos, este traço acarreta uma visão de tempo e de história muito específica, baseado na ideia de continuidade da luta pela libertação do homem e do trabalho humano, bem como um posicionamento humanista, que vincula arte, vida, política e trabalho.

Americanismo: Liberdade e Democracia

O segundo traço característico da obra de Howard Fast e de seu pensamento político na primeira fase de sua carreira literária diz respeito a uma profunda identificação com os ideais de liberdade e democracia, que estão na base do ideário nacional americano. Este elemento, que denomino de americanismo, está também muito presente nos seus escritos políticos e literários. Revelando um grande conhecimento a respeito da história e literatura americana, com a qual se identificava fortemente, Fast frequentemente fazia alusão a uma grande tradição democrática americana, tanto no campo político, no do movimento trabalhista, quanto no campo das artes⁵. Mas mais do que simplesmente aludir a esta tradição, Fast reivindica-se como parte dela. Talvez o texto em que Fast deixe mais explícita sua identificação com os Estados Unidos, e com seus ideais fundacionais de liberdade, democracia e direitos individuais, seja o artigo *No Man Can Be Silent* (1947):

As pessoas têm me perguntado, talvez com demasiada frequência, porque eu escrevo o tipo de livros que escrevo; elas me perguntam de onde vêm minhas ideias, e se eu dissesse que minha escrita e tudo que há nela vêm da terra que me criou e nutriu, isto seria claro e evidente, mas a verdade ainda assim. (...).

O que quer que eu seja, a América me fez; eu digo isto com orgulho e, eu acredito, continuarei a dizê-lo até que eu morra. Por uma década e meia eu tentei, de toda maneira que conheço, entender e servir meu país. Eu nunca coloquei a caneta ao papel exceto com este propósito em mente, e algumas vezes eu fui mal sucedido e outras bem.

⁵ Nos artigos *Reveille for Writers* (1946), *Working Class Materials Challenge Creative Artists* (1946) e *One Man's Heritage* (1947), por exemplo, Fast elenca à exaustão a longa lista de indivíduos e instituições que representaram esta tradição democrática americana ao longo da história.

(...) Liberdade, democracia, direitos humanos – estas são palavras que nós escrevemos pelo céu em letras estreladas. Foi nosso minúsculo exército revolucionário que ensinou ao mundo uma lição eterna sobre liberdade. Foi em nossa terra que a dignidade do indivíduo foi exaltada. Foi nosso Bill of Rights que santificou a segurança do cidadão, e foi nossa Guerra Civil que ensinou ao mundo a lição sobre o preço que a liberdade requer (FAST, 1947: 12, tradução minha).

Neste trecho, Fast não só exalta os ideais de liberdade e democracia defendidos pela nação americana, como também manifesta seu compromisso e sua pertença a ela, diretamente e indiretamente, por meio do uso dos termos “nós” e “nosso”. No entanto, a afirmação de Fast de que seu posicionamento político representa uma defesa de valores democráticos e americanistas pode, em um primeiro momento, nos parecer contraditória com a sua incorporação dos ideais e conceitos comunistas, sobretudo em um período de pleno desenrolar da Guerra Fria nos Estados Unidos. De fato, aqueles de posicionamento político mais conservador – ou os anticomunistas da época de Fast – frequentemente veem uma incongruência entre a defesa concomitante das liberdades individuais americanas e da luta pela conquista do socialismo (SORIN, 2012: 75-76; 117-118).

Contudo, no universo conceitual de Howard Fast, estas duas posições de modo algum representavam uma contradição. De fato, Fast reconhecia o fato de que o desenvolvimento histórico dos Estados Unidos foi marcado por profundas contradições e que, paralelamente a esta tradição democrática que ele admirava e a qual buscava vincular-se, desenvolveu-se também no país uma tradição antidemocrática, excludente e violenta – representada, por exemplo, pelas forças políticas conservadoras, pela perseguição anticomunista do macarthismo e pela persistência da segregação e violência racial no país (FAST, 1947: 6-7).

Neste sentido, o seu envolvimento com o Partido Comunista Americano representava para Fast o alinhamento com o que havia de mais nobre e democrático na tradição americana, tendo em vista as pautas libertárias e inclusivas que defendia, em contraste com as perseguições, restrições de direitos e opressões promovidas pelos membros daquela tradição americana que ele identificava como antidemocrática. Esta perspectiva é apresentada de modo claro no artigo *The Disclaimer* (1956), no qual Fast critica o fato de que quando algum indivíduo ou instituição assumia uma postura humanista ou progressista naquela época, sentia-se a necessidade de fazer a ressalva pública de que não possuía uma orientação comunista, em face da repressão anticomunista orquestrada pelo macarthismo:

O histórico do Partido Comunista dos Estados Unidos, independente de quaisquer equívocos e erros táticos que tenha cometido, revela um posicionamento dedicado e com princípios, como segue: contra o fascismo e pela paz; pelo movimento dos sindicatos; pela unidade dos sindicatos; pelos plenos direitos do povo negro, pelas liberdades civis e contra o antisemitismo; pelo cuidado médico social; pelo cuidado infantil social; por mais e melhores escolas; por mais e melhores hospitais; por um programa de

bem-estar social e contra uma economia de guerra; pela segurança social e auxílio ao desemprego; por um fim ao imperialismo e ao colonialismo; por uma política habitacional de baixo custo – e estes são apenas parte de um posicionamento inteiramente humanístico (FAST, 1956: s/p, tradução minha).

Como vimos, para Fast, esta plataforma progressista e humanista do movimento comunista americano associava-o ao que havia de melhor na herança democrática e libertária nacional. Neste sentido, Fast demonstrava aqui a intensa correspondência entre os ideais americanos e as lutas e reivindicações dos comunistas nos Estados Unidos. De fato, para ele, a via comunista representava a culminação dos ideais americanos de liberdade e democracia que estavam na base de seu pensamento, a melhor possibilidade para a real e radical aplicação e concretização deles na sociedade estadunidense.

Cabe ainda mencionar a vinculação de Fast a duas importantes tradições políticas e sociais nos Estados Unidos, justamente em função da peculiar conjunção que fazia destes dois conjuntos de valores e conceitos, o americanismo e o comunismo. A primeira delas diz respeito a um ferrenho posicionamento antifascista apresentado por Fast. De fato, pode-se dizer que este antifascismo foi alimentado por ambas as matrizes de pensamento que coexistiam em seu universo conceitual: tanto os Estados Unidos, quanto a União Soviética combateram o fascismo na Segunda Guerra Mundial, e seus conjuntos de valores opunham-se radicalmente a ele. É importante também salientar que este antifascismo teve também duas fases, uma em que Fast se opôs ao fascismo “real”, antes e durante a Guerra, inclusive por meio de seu envolvimento com o OWI; e uma em que se opôs ao que ele percebia ser o avanço do fascismo nos Estados Unidos, correspondente ao cerceamento de direitos e liberdades levado a cabo pelo anticomunismo macarthista e à continuidade dos episódios de segregação, preconceito e violência racial. De todo modo, ao longo de toda esta primeira fase de sua carreira – e, em boa medida, ao longo de toda sua vida – Fast apresentou uma inflexível intolerância ao fascismo, manifesta de modo pontual em diversos de seus artigos deste período⁶.

A segunda tradição a qual Fast se vinculava diz respeito a uma importante tradição americana de radicalismo secular judaico. Apesar de sua origem familiar judaica, Fast nunca teve um envolvimento muito próximo do judaísmo enquanto religião. Ao contrário, sua relação com o judaísmo se dava mais em termos de um reconhecimento identitário, fomentado pelo preconceito étnico antisemita que vivenciou desde sua infância nos bairros pobres de Nova York. Ao longo de sua carreira como escritor, porém, Fast foi convidado e assumiu o desafio de escrever livros com uma temática judaica⁷, passando progressivamente a articular a sua identidade como judeu em função de uma herança universalista do judaísmo e da secularização de seus valores religiosos, sobretudo dos

6 Como, por exemplo, no já citado *Reveille for Writers* e no contundente *Free Speech for Fascists?* (1944), onde chega a defender uma restrição do direito de liberdade de expressão dos fascistas.

7 São exemplos de obras com este viés os livros *The Romance of a People* (1941), *My Glorious Brothers* (1948), *Moses, Prince of Egypt* (1958) e *The Jews, Story of a People* (1968).

princípios de valorização da vida, promoção da justiça e busca por melhorar o mundo (SORIN, 2012: 36). A secularização destes valores judaicos estava diretamente relacionada às suas inclinações políticas de esquerda e à sua adesão ao Partido Comunista. De fato, este foi um fenômeno considerável nos Estados Unidos, particularmente em Nova York, onde um número relevante de judeus aderiu ao comunismo, socialismo ou outras tendências de esquerda, compondo assim uma importante tradição judaica de radicalismo secular.

Desta forma, podemos perceber como o envolvimento de Fast com os ideais radicais comunistas e do materialismo dialético estavam vinculados de modo fundamental à sua experiência americana: tanto da sua consciente incorporação e defesa dos ideais nacionais de liberdade e democracia, quanto da apropriação que fazia dos valores secularizados de sua herança judaica. Radicalismo, judaísmo e americanismo entrecruzavam-se e conviviam no universo conceitual de Fast e tiveram um peso decisivo nos temas e questões abordados em sua obra literária, sobretudo na primeira fase de sua carreira.

Em suma, procurei no presente artigo, examinar as linhas mestras, os princípios norteadores que orientavam a produção literária de Howard Fast na primeira fase de sua carreira, sobretudo a partir da análise de sua produção teórica no período. A partir da argumentação aqui apresentada, foi possível discernir dois grandes conjuntos de valores que impactaram de forma determinante os temas e questões que Fast abordou nesta primeira fase de sua escrita literária. O primeiro deles diz respeito à sua filiação política ao movimento comunista, à adoção dos conceitos oriundos do materialismo dialético, e à sua aplicação em suas obras literárias, a partir da perspectiva do realismo soviético; elementos que acarretaram o compromisso com uma postura essencialmente humanista e uma visão de história baseada na ideia de continuidade. Já o segundo refere-se ao que chamei de americanismo, ou seja, uma profunda identificação com os Estados Unidos e seus ideais basilares de democracia, liberdade e direitos individuais. Estas duas grandes matrizes de pensamento conviviam em seu universo intelectual e complementavam-se com elementos oriundos de outras tradições, como a militância antifascista e a incorporação de uma herança judaica de radicalismo secularizado.

Estas características manifestaram-se, neste primeiro momento de sua trajetória como escritor, na produção de romances históricos engajados, que enfatizavam os ideais americanistas de liberdade e democracia e as lutas da classe trabalhadora ou de grupos sociais que sofreram com a exploração, violência ou exclusão, com uma atenção especial para a história dos Estados Unidos. Neste sentido, a análise destes princípios empreendida aqui configura um passo importante para compreendermos a visão de mundo de Howard Fast, seu lugar peculiar dentro da literatura americana nas décadas de 1940 e 1950, e seus objetivos ao escrever romances que abordavam temas como o extermínio de indígenas nos Estados Unidos, as tentativas da população negra de verdadeiramente se inserir na democracia americana e os obstáculos a elas, e o preconceito contra os imigrantes e a repressão à organização de trabalhadores – questões preponderantes nas obras *The*

Last Frontier, Freedom Road e The Passion of Sacco & Vanzetti, três de seus principais romances deste período.

REFERÊNCIAS

FAST, Howard. Art and Politics. **New Masses**, New York, v. 58, n. 9, 26/02/1946, p. 6-8. Disponível em: <<http://www.trussel.com/hf/artpol.htm>>. Acesso em maio de 2018.

_____. **Being Red**. A memoir. M.E. Sharpe: Armonk (NY), 1994.

_____. Free Speech for Fascists? **New Masses**, New York, 11/01/1944, p.18. Disponível em: <<http://www.trussel.com/hf/plots/t468.htm>>. Acesso em maio de 2018.

_____. **Freedom Road**. A new edition with primary documents and introduction by Eric Foner. M.E. Sharpe: Armonk (NY), 1995

_____. History in Fiction. **New Masses**, New York, 18/01/1944, p. 7-9. Disponível em: <<http://www.trussel.com/hf/plots/t469.htm>>. Acesso em maio de 2018.

_____. **Literature and Reality**. Open Road Integrated Media: New York, 2011.

_____. No Man Can Be Silent. **New Masses**, New York, v. 62, n. 13, 25/03/1947, p. 12. Disponível em: <<http://www.trussel.com/hf/plots/t403.htm>>. Acesso em maio de 2018.

_____. One Man's Heritage. **New Masses**, New York, v. 65, n. 1, 30/09/1947, p. 6-7. Disponível em: <<http://www.trussel.com/hf/plots/t507.htm>>. Acesso em maio de 2018.

_____. Realism and the Soviet Novel. **New Masses**, New York, v. 57, n. 11, 11/12/1945, p. 16. Disponível em: <<http://www.trussel.com/hf/realism.htm>>. Acesso em maio de 2018.

_____. Reveille for Writers. **New Masses**, New York, v. 59, n. 4, 23/04/1946, p. 3. Disponível em: <<http://www.trussel.com/hf/plots/t480.htm>>. Acesso em maio de 2018.

_____. The Disclaimer. **Daily Worker**, New York, 28/05/1956, s/p. Disponível em: <<http://www.trussel.com/hf/disclaim.htm>>. Acesso em maio de 2018.

_____. **The Last Frontier**. A new edition with a special introduction by the author. M.E. Sharpe: Armonk (NY), 1997.

_____. **The Passion of Sacco & Vanzetti**. A New England Legend. Open Road Integrated Media: New York, 2011.

_____. Working Class Materials Challenge Creative Writers. **Daily Worker**, New York, 02/09/1946, s/p. Disponível em: <<http://www.trussel.com/hf/plots/t610.htm>>. Acesso em maio de 2018.

JAMES, C. Vaughan. **Soviet Socialist Realism**. Origins & Theory. Palgrave Macmillan: London, 1973.

KLEIN, Rafael Belló. **A História dos Estados Unidos na Obra de Howard Fast: uma perspectiva de esquerda na literatura norte-americana**. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2020.

MACDONALD, Andrew. **Howard Fast: A Critical Companion**. Greenwood Press: Westport (CT), 1996.

SORIN, Gerald. **Howard Fast. Life and Literature on the Left Lane**. University of Indiana Press: Bloomington (IN), 2012.

CAPÍTULO 11

OS DESAFIOS DA REPATRIAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS: UMA DISPUTA NO CAMPO DA POLÍTICA INTERNACIONAL

Data de aceite: 01/04/2021

Data de submissão: 04/01/2021

André Portela do Amaral

Bacharel em Relações Internacionais pela UFSM (2015), mestrando em História pela mesma instituição.

<http://lattes.cnpq.br/4828895959358557>

RESUMO: A influência do patrimônio histórico e cultural sobre a dinâmica organizacional dos povos, a partir da construção de elos identitários e da memória coletiva, torna pertinente a reflexão sobre como a manutenção da posse e a recusa pela devolução de peças históricas ferem a soberania e a autodeterminação dos povos, refletindo as assimetrias do Sistema Internacional e remetendo a um passado de dominação. Um movimento internacional de requerimento da restituição de bens patrimoniais escamoteados encontra barreiras numa tendência discursiva com fins justificativos por parte dos detentores: a suposta incapacidade dos requerentes de salvaguardar o próprio patrimônio. O apelo a uma nova percepção dos espaços no sistema internacional globalizado, com a invocação do “patrimônio mundial” contribui para a relativização discursiva das demandas crescentes de restituição (coordenadas numa ação multilateral nos fóruns internacionais) e se relaciona com uma defesa da manutenção do status quo.

PALAVRAS - CHAVE: Patrimônio. Restituição. Discurso.

THE CHALLENGES OF REPATRIATION OF PATRIMONIAL PROPERTY: A DISPUTE IN THE FIELD OF INTERNATIONAL POLICY

ABSTRACT: The influence of historical and cultural patrimony on the organizational dynamics of people, starting with the construction of identity links and collective memory, makes pertinent the reflection about how the maintenance of the possession and the refusal to return historical pieces damage sovereignty and self-determination of the people, reflecting the asymmetries of the International System and referring to a past of domination. An international movement for petition for the refund of retrenched assets finds barriers in a discursive tendency with justifying purposes on the part of the holders: the supposed inability of the applicants to safeguard their own assets. The call for a new perception of spaces in the globalized international system, with the invocation of “world heritage” contributes to the discursive relativization of the increasing demands of restitution (coordinated in a multilateral action in the international forums) and relates to a defense of the maintenance of the status quo.

KEYWORDS: Patrimony. Restitution. Speech.

PATRIMÔNIO: MEMÓRIA, IDENTIDADE E PODER

Partindo da observação do crescimento, sobretudo nas duas últimas décadas, das demandas por devolução de patrimônio histórico remetente a furtos e apropriações bastante

antigas – requisições fortalecidas num quadro da política internacional de aprofundamento do debate e das ações multilaterais nos principais fóruns internacionais. Identificamos uma tendência de relativização das demandas dentro do âmbito institucional, tendo em vista a distribuição ainda assimétrica e hierárquica de participação dos países nas estruturas das organizações internacionais. O espaço privilegiado daqueles que tradicionalmente exercem dominação corrobora na construção de um tipo discursivo com fins de legitimação e manutenção do status quo. A participação por meio da ação coletiva dos tradicionalmente chamados “terceiro mundistas” ou “subdesenvolvidos” (não por acaso, em suma, os mesmos países que sofreram dominação e espólio) se mostra uma possibilidade de ampliar o alcance das demandas de restituição patrimonial.

A memória, vista como fundamental na construção da identidade de um povo, e pensada a partir da significação de um patrimônio histórico cultural, ganha um maior significado quando entra em jogo a compreensão da existência de uma “apropriação dessa história” pelo “outro”. O “outro”, relacionado a um passado (com reflexos no presente) traumático de dominação, e que estando em posse dos bens patrimoniais solapados reforça a continuidade de traços de violação na soberania e na autodeterminação dos povos.

A aceitação ou a resistência na devolução de peças históricas possuem um significado bastante forte, se pensada a primeira como sinal de admissão e espécie de retratação perante um quadro histórico de relações de dominação, também podendo ser vista como reconhecimento da soberania e dos direitos dos povos ‘herdeiros’ desses objetos.

A importância do patrimônio para as sociedades remete ao entendimento de sua significação histórica na constituição de um povo, consideração embasada por uma leitura do passado construída e em constante movimento. A qualificação daquilo que se considera como relevante, que “vale ser lembrado”, é resultado de uma escolha e fruto de jogos de interesse. Nos casos exemplificados nesse trabalho, os bens patrimoniais colocados em evidência correspondem a um entendimento predominante de consideração de um caráter “formativo” para os povos “herdeiros”.

Pensando a relação da sociedade com o patrimônio e a constituição de espaços de visitação de bens patrimoniais, um dos aspectos mais complexos que envolvem toda a questão desses espaços de rememoração se vincula à questão da necessidade de ligação desses com a realidade do seu entorno, a existência de um elo identitário da comunidade com os espaços é questão crucial para o seu funcionamento.

A questão da conexão entre um “passado estático” e o presente, é justamente o que dá movimento ao primeiro: o passado não muda, mas a forma com que ele é analisado/interpretado, sob a luz do contexto histórico de quem o analisa (historicidade) altera a atribuição dada a ele, Jacques Le Goff (2003) identifica essa interação entre o passado e o presente na chamada função social do passado ou da história. Pensar a história dos povos a partir da reflexão sobre o patrimônio histórico parece ter como cerne fundamental

a projeção desse passado numa perspectiva do presente. Entender o patrimônio histórico-cultural de uma sociedade é compreender uma rede construída ao longo do tempo com reflexos na dinâmica vivenciada atualmente. “A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (Le Goff, 2003, p. 471).

A coleção reunida e conservada possibilita a criação de um espaço para exibição de tal ‘material’, e para uma reflexão sobre o mesmo, a abertura para visitação desse acervo e da possibilidade de uma interação com a sociedade vai ao encontro do fomento ao nascimento de uma discussão sobre a forma com que tal acervo pode ser compreendido: pensá-lo como fonte histórica (documental), como patrimônio histórico-cultural, ou, problematizar tais entendimentos, buscando, pelo menos, reposicionar tais perspectivas.

[...] o coletar, o documentar e o expor o bem cultural tem por objetivo síntese, explicitar as relações e as contradições contidas no objeto museal, proporcionando ao homem, condições de identificar, pensar e atuar a partir dos elementos culturais que são apresentados num discurso museológico. (Nascimento, 1998, p. 33)

O envolvimento da comunidade acadêmica, destacando a participação das universidades locais nos esforços em torno da solicitação de repatriação patrimonial, tende a salientar uma função documental do patrimônio. O papel das escolas a partir da promoção da educação patrimonial também é bastante expressiva nesse contexto. A respeito do entendimento sobre a importância de uma estreita relação entre patrimônio e educação e do próprio desenvolvimento de uma educação patrimonial, podem ser feitas algumas considerações.

Primeiro, pensar em patrimônio é também pensar em memória e identidade, vistas como parte de uma grande construção discursiva que muitas vezes é parcial e elitista, voltada para a manutenção de relações de dominação, além de considerar uma variedade de características para o patrimônio: seja um edifício, uma língua, aromas, sabores, recursos naturais, por exemplo. Em segundo lugar, pensar em educação é refletir sobre o educar, como isso se dá, quem é o foco e protagonista desse processo. A educação patrimonial induz uma inflexão a respeito do modo com que pode ser feita uma integração entre o patrimônio e a comunidade que o cerca.

A recuperação dos bens se encaixa na perspectiva de uma postura reflexiva a respeito do patrimônio, uma postura crítica fomentada pela educação patrimonial, e, também, a proposta de escrita de uma história que parte do “olhar para si”, e não na típica repetição de uma história imposta em maior ou menor grau pelos conquistadores. O interesse pelo estudo e pela análise crítica do patrimônio enquanto fonte documental promove o autoconhecimento de uma sociedade (melhor entender as questões enraizadas na configuração social), fomentando a discussão acerca da construção da memória coletiva.

Ler, confrontar, debater e submeter essas fontes a uma abordagem teórico-metodológica se mostra como o caminho para a melhor compreensão do peso do seu conteúdo, seja por um viés da promoção de uma identidade coletiva, ou pela própria desconstrução de um discurso dominante através da problematização do estabelecido e da reconfiguração de uma suposta herança vinculada às relações de poder.

Meneses (1994) atribui à função documental do espaço museológico um papel na democratização da experiência e do conhecimento humano, em direção de uma maior inteligibilidade da realidade humana. Conforme o autor, é de suma importância o acervo museológico para uma sociedade complexa. Cabendo atentar, no entanto, para uma ação não de culto, mas sim de análise/reflexão crítica.

A recuperação do patrimônio tem uma função na transformação da dinâmica estática e contemplativa para um caráter social. Por exemplo, troncos do Benin expostos num museu francês dificilmente ultrapassam o caráter do “museu contemplativo”. Certamente, a restituição ao país de origem teria um grande potencial para a formação de um espaço mais reflexivo, pela aproximação dos objetos com uma condição de diálogo do patrimônio com a realidade social do entorno. Outro aspecto importante a ser salientado, é a capacidade de transformação social da devolução patrimonial: não só política e culturalmente, mas também no âmbito econômico, com geração de emprego e renda por meio de uma correta promoção do turismo museal.

Valendo-nos de algumas das percepções da necessidade do protagonismo dos grupos sociais no que tange à construção de um espaço museal democrático, a defesa da constituição de um museu comunitário, numa ação de participação social, parece uma interessante possibilidade para o trato com os objetos (em caso de sucesso na empreitada que envolve a repatriação) e para a criação de espaços de proteção e visitação. O envolvimento da comunidade é peça chave para que as demandas de retorno não corram risco de se esvaziarem, o protagonismo da população ajuda a evitar que ocorra uma apropriação de setores da política ou com interesses estritamente econômicos nesse empreendimento. Como sugere Corrêa (2009), é garantir o direito de participação nas ações de política cultural e da memória coletiva com representatividade e afastadas de práticas de pura determinação política e clientelismo.

A criação de museus comunitários, com a participação da população na sua elaboração seria importante numa perspectiva de não apenas preservar uma memória coletiva, mas também fazê-lo pensando a dinâmica de transformação social ao longo dos anos. O patrimônio muito pouco tem a dizer quando encerrado numa estrutura voltada para seu próprio interior, o debate pela interação entre a memória projetada nos objetos históricos e as linhas de transformação ao longo do tempo coloca sob a luz a reflexão a respeito da natureza de diversas questões de apelo social. A configuração das cidades, os conflitos e as desigualdades podem ser analisados de modo profundo no estímulo ao debate envolto no patrimônio, compreendendo os laços com o passado e a permanência de

questões ainda não encerradas.

Em muitos contextos, os museus podem configurar-se em ilhas isoladas, onde o que se vê no seu interior quase nada diz sobre o lócus onde o museu está inserido. Espaços congelados no tempo contrastam com uma cidade efervescente, dinâmica, rica em sua diversidade, pulsante em seus problemas e conflitos. Esses museus e seus edifícios históricos encerram uma perspectiva anacrônica do tempo, não contribuindo para refletir sobre as questões que de fato mobilizam as pessoas no seu cotidiano nas cidades. As questões ambientais; os conflitos inter-étnicos; o preconceito racial e a homofobia; o crescimento urbano desordenado; a expansão das favelas; o tráfico de drogas; as tribos urbanas. Enfim, são múltiplas as problemáticas urbanas e seu potencial para serem trazidas como temas de reflexão no interior dos museus. (Possamai, 2010, p. 40).

Mais do que um aspecto puramente contemplativo, o patrimônio deve propiciar um debate crítico e ser pensado como envolto em toda uma dinâmica social, podendo dialogar com as camadas que formam a sociedade de uma maneira complexa e diversificada. O interesse público é apontado como justificativa e legitimação de ações com intuito de proteção e salvaguarda do patrimônio, sejam de natureza coercitiva (tombamento) ou no caso do registro de bens culturais de natureza imaterial. Traduzir o interesse público, no entanto, é uma tarefa bastante difícil, principalmente quando se lida com uma diversidade étnica e cultural extremamente vasta.

A deturpação do interesse público é um problema que cerca a realidade em torno das iniciativas de salvaguarda do patrimônio. O discurso de manutenção de posse de peças africanas em museus britânicos, por exemplo, dentre outras características conta com um discurso de legitimação capitaneado pela preocupação com a garantia da proteção dos objetos históricos e pela afirmação da impossibilidade das peças serem protegidas numa suposta incapacidade de gestão dos países de origem. Outro risco a ser considerado, tendo em vista uma demanda de restituição patrimonial, é o apoderamento por pequenos grupos de elites locais. A hierarquização no processo de aplicação de políticas públicas de proteção do patrimônio provoca um distanciamento do público em geral, a apropriação dos bens culturais por um pequeno grupo e o desvio da função social.

É a aproximação da sociedade com o patrimônio em questão que possibilita um olhar crítico e a reflexão sobre o próprio sentimento de pertencimento permeado em toda a complexidade dessa relação. Um objeto nada representa de fato (além de uma reprodução, de uma permanência do status quo) se não estiver integrado numa percepção de sociedade múltipla e em movimento. A experiência da construção do patrimônio cultural de forma coletiva, integrando grupos historicamente marginalizados e esquecidos, conversa diretamente com toda a problemática envolta na própria demanda de restituição dos bens. Vincular o patrimônio no debate sobre um histórico de relações desiguais, de quadros de dominação e de sua reprodução no presente, incorpora ao objeto uma profundidade e uma função: libertadora e emancipatória.

O debate sobre restituição patrimonial numa perspectiva teórica das Relações Internacionais

Internacionalização: ato de tornar internacional ou transformar algo em bem internacional. No aspecto político, o termo pode em certos casos significar a quebra de uma soberania nacional. Nos acordos internacionais, o princípio absoluto da não intervenção tem parâmetros estabelecidos na ordem global e admite como exceções a intervenção – inclusive armada – em questões bastante específicas, como no (r)estabelecimento de regimes democráticos, na proteção da propriedade privada e na defesa dos direitos humanos.

A soberania pode ser descrita como a capacidade de tomada de decisões e medidas sem interferências externas, além disso a negação de subordinação ou limitação do Poder do Estado e a soberania em relação ao território (princípio da territorialidade) e aos próprios bens e recursos. Conforme será abordado, o conceito de soberania, embora se constitua numa base sólida e seja comumente invocado, encontra limites na prática (condicionados a uma “política do poder” dentro dos quadros do Sistema Internacional). O advento da globalização contribui ainda para uma ampla transformação no entendimento das questões vinculadas aos espaços/fronteiras e na própria noção de soberania, incorporando uma série de elementos para a agenda internacional – inclusive reivindicação do “patrimônio comum” ou “patrimônio mundial”.

A questão da inserção de novas pautas e a sua relevância para o cenário da política internacional depende da capacidade dos “atores internacionais” em influenciarem e ditarem as tendências. A capacidade de ação e influência de cada ator varia conforme os recursos de poder¹ do qual dispõe, “a estrutura dos sistemas internacionais é sempre oligopolística. Os atores principais determinam em cada época como deve ser o sistema, muito mais do que são determinados por ele” (Aron, 2002, p. 154). A distribuição de poder é determinante para compreender a capacidade dos atores em influenciar a dinâmica do SI e pautarem questões centrais na mesa de discussões. Essa distribuição tende a ser bastante assimétrica e desigual, daí uma tendência geral de associação/cooperação entre atores com menor poder de influência frente aos mais poderosos (numa busca por condições de equilíbrio).

Nos estudos teóricos próprios da disciplina de Relações Internacionais, levanta-se a hipótese de uma tendência geral pela composição de alianças (vale destacar que a busca pela constituição de parcerias estratégicas é vinculada ao escancarado quadro de desigualdade nas relações internacionais). A associação em torno de uma *balança*

¹ Entende-se por poder, segundo a definição de Raymond Aron (2002, p. 99), “a capacidade de uma unidade política impor sua vontade às demais”. Claramente tal capacidade de influência e imposição de vontade no Sistema Internacional depende da disponibilidade de recursos e de meios que possibilitem seu uso efetivo, aí a diferenciação que Aron faz entre *força* e *poder*. Quanto aos recursos, conforme Nye (2012), frequentemente são associados elementos como população, extensão territorial, disponibilidade de recursos naturais, economia e questões sociais estáveis, além da força militar, no entanto, conforme alerta o autor, tais recursos por si só não garantem resultados satisfatórios, a conversão desses recursos em poder real requer estratégia e liderança, algo que Nye classifica como “poder inteligente”.

ou *equilíbrio de poder*², tende a ser provisória e ligada aos interesses de cada membro envolvido (Messari e Nogueira, 2005). A teoria realista mostra grande contribuição para os estudos sobre as relações de poder no âmbito das relações internacionais, fornecendo um importante aporte na formulação de análises sobre uma estrutura configurada por relações bastante assimétricas, no entanto, os pressupostos realistas se mostram limitados na consideração de uma série de aspectos, sobretudo no apego limitante aos temas mais tradicionais da política internacional.

O surgimento de novas linhas teóricas para as relações internacionais, sobretudo a partir dos anos 1990, protagoniza uma diversificação das abordagens, com maior atenção a temas menos tradicionais no campo da disciplina – estudos sobre terrorismo, intervenção humanitária, migrações e noções de segurança alimentar são exemplos dessas novas abordagens. Os estudos Pós-colonialistas e a emergência de estudos sobre segurança no Pós Guerra Fria são importante base para a ampliação do uso de conceitos e para um novo patamar em relação a abordagem teórica.

Ainda que a reestruturação elaborada no campo do neorrealismo, traga aspectos importantes, como a interessante proposição de Mearsheimer (1995) a respeito de uma “falsa promessa” em torno das instituições (essas serviriam de modo geral ao interesse dos atores detentores de maior poder); uma abordagem puramente realista não se mostra exatamente adequada ao tema abordado. Daí a noção da necessidade de adição de novas considerações mais abrangentes, fundamentando o uso de uma abordagem teórica alternativa, ligada ainda a certos aspectos da escola realista, mas que admite e incorpora novos elementos ignorados ou tratados marginalmente pelos realistas, permitindo uma amplificação no leque de discussão.

Nosso objeto de estudo, a disputa em torno da posse de bens patrimoniais históricos, embora mescle elementos de enfoque dos estudos tradicionais (disputa e distribuição de poder num Sistema Internacional de relações assimétricas), se relaciona com as abordagens ampliadoras (como o construtivismo crítico e a perspectiva das novas pautas de securitização). O construtivismo crítico parte do estudo do Sistema Internacional em direção à política externa dos Estados e das instituições, prevalecendo na análise a atenção para a ligação entre os discursos constitutivos de identidade e a segurança, sendo que a construção de uma identidade/unidade pode ser estreitamente ligada com a definição da existência de ameaças concretas à segurança dos “identificados”, e nesse caminho, a construção de uma caracterização do(s) outro(s) – democrático/não democrático, civilizado/bárbaro, capaz de cuidar do patrimônio/incapaz (Buzan e Hansen, 2012).

A construção identitária de unidade e de diferenciação do “outro” pode subsidiar a cooperação, mas também – conforme o grau usado no discurso – desencadear conflitos, sendo tais construções discursivas de identidade usualmente utilizadas como motivo

2 Conceito-chave no estudo de relações internacionais, trata diretamente da discussão em torno da distribuição do poder entre os Estados e sua relação com a estabilidade do SI.

para a universalização de pautas, podendo essas se tornar motivo para a intervenção. Nesse aspecto, o discurso em torno da manutenção de objetos históricos em museus dos Estados Unidos e da Europa se vale do uso de uma universalização das pautas, com viés de legitimação no apelo à securitização de uma questão: manter um suposto “patrimônio universal” no Louvre corresponderia a assegurar sua proteção, e, dessa forma, tal questão ganha significação como uma pauta de segurança internacional e de “interesse comum” (cabe questionar comofica o interesse de quem requer a restituição do bem e não concorda com essa “lógica”, daí o conflito, e, comumente a resolução a favor do lado mais forte – isso é, com mais poder de securitização).

Os discursos de securitização se transmutam conforme o interesse de seu uso, a própria dualidade pela construção do “outro” pode ser descartada junto dos discursos quando considerada a cooperação com aqueles não identificados como semelhantes for considerado interessante. Essa dinâmica é normalmente pautada pela leitura e imposição das pautas pelos “mais fortes” (definição norte americana para a “democracia”, por exemplo). No discurso securitário, a suposta nobreza da intenção serve muitas vezes como justificativa para a clara violação dos direitos da soberania alheia.

O Pós-colonialismo traz para a mesa de discussão as especificidades da “periferia”, a própria questão da segurança aparece como peculiar, as pautas desses povos não são as mesmas das dos “países desenvolvidos”. Os novos conceitos de segurança podem ser definidos para além daqueles empregados tradicionalmente e que refletem a percepção de atores privilegiados. O descompasso entre esses países fica claro no plano estrutural da disposição de recursos: a defasagem tecnológica e dos meios de produção gera um acirramento das desigualdades e da pobreza, as pautas de direcionamento sobre o desenvolvimento econômico pensadas pelo “centro” se mostram como limitantes para a superação dos problemas dos países mais pobres, as relações assimétricas no campo da política internacional e nas diversas instâncias de debate político dentro das organizações internacionais evidencia a manutenção de quadros históricos de dominação.

Um movimento de forte base institucional, essencialmente ligada ao PNUD³, forma um conjunto alternativo e amplo de compreensão da segurança como algo constituído socialmente, percebida além da compreensão tradicional, agregando valores universais no trato tanto da questão das ameaças como de uma necessidade de ação conjunta em empreendimentos relacionados a tais questões (Oliveira, 2009).

A teoria da securitização traz uma ênfase para a construção discursiva por trás da apresentação do peso e urgência de ameaças específicas. Os agentes securitizadores interagem com os demais atores (ou objetos de referência), produzindo um efeito de premência de certos temas como ameaças existenciais, e logo, prioritárias, a ponto de justificar e até gerar aceitação da violação de regras pré- estabelecidas. A priori, não existe uma limitação à ocupação do posto de securitizador, entretanto, normalmente os atores com

3 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, criado em 1994.

maior poder de influência acabam por controlar e securitizar suas próprias demandas. Em última instância, a securitização depende da capacidade retórica de quem busca securitizar ou da disponibilidade de aceitação pelos envolvidos das pautas securitizadas.

Uma ideia a respeito de “questões globais”, exprimindo uma noção de segurança compartilhada, é invocada nos discursos sobre o “patrimônio mundial” e os supostos riscos existentes que demandariam uma ação comum na salvaguarda. Mesmo que seja reconhecida aqui a existência, de fato, de riscos eminentes para preservação do patrimônio com uma retirada de onde estão e um retorno à região de origem (ainda que exista uma estrutura considerável no local, mas pelos riscos de uma instabilidade política, por exemplo), a securitização da questão retira qualquer espaço para uma discussão mais ampla dos diversos elementos que compõe todo o caso, excluindo (ou ao menos deixando à margem) as demandas legítimas e toda a problematização apresentada pelos países que requerem a devolução dos bens patrimoniais.

A “dessecuritização” desses temas e o reestabelecimento dos mesmos como objeto de debate da esfera política é possível, mas um problema da securitização/dessecuritização está na face da segurança como silêncio, onde os sujeitos marginalizados não têm força suficiente para securitizar temas, e em grande parte das vezes não têm suas demandas ouvidas (Buzan e Hansen, 2012).

As demandas de restituição: entre a resistência e as modestas conquistas

Nos últimos anos têm sido observados alguns avanços relativos as demandas de restituição de bens patrimoniais em posse de estrangeiros (sejam em órgãos/instituições públicas, ou em acervos privados) – especialmente tendo em vista a crescente articulação de uma ação conjunta e coordenada através dos espaços de representação multilateral nos espaços institucionais, bem como pela denúncia e pela sensibilização através dos meios de comunicação ampliados pela expansão da internet. No entanto, são bastante limitadas, e, um grande número de processos de disputa continua sem sinais de alteração.

A convenção da UNESCO relativa às medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais (1970), representa um marco para a discussão das questões dessa natureza dentro do âmbito institucional da ONU. Além de uma caracterização conceitual, a convenção apresenta uma recriminação do trânsito ilícito do patrimônio cultural e recomenda uma postura de cuidado com o próprio patrimônio e de atenção para com o patrimônio alheio.

Tomar as medidas necessárias, em conformidade com a legislação nacional, para impedir que museus e outras instituições similares situadas em seu território adquiram bens culturais, procedentes de outro Estado-Parte, que tenham sido ilegalmente exportados após a entrada em vigor da presente Convenção para os Estados em questão; informar, sempre que possível, um Estado-Parte na presente Convenção sobre alguma oferta de bens culturais ilegalmente removidos daquele Estado após a entrada em vigor da presente

Embora represente um importante passo, a convenção mostra na prática um reflexo tímido. Como abordado ao longo do texto, a ação dos Estados dentro das instituições tem muita relação com a capacidade de fazer ou não que seus interesses próprios sejam garantidos. Grande parte dos processos relativos a um patrimônio que teve “trânsito ilícito” anterior à convenção seguem estagnados. Bischoff (2004) ao traçar um histórico de documentos que versam sobre o cuidado com a proteção do patrimônio cultural, comenta a Convenção da UNIDROIT de 1995 sobre bens culturais furtados: uma reação ao entendimento da ineficácia da convenção de 1970, com expectativa de refrear a pilhagem e o tráfico ilegal. No entanto, mesmo com ações de combate ao tráfico de objetos históricos, essa atividade continua se mostrando forte e extremamente lucrativa.

As ações dentro das instituições ainda demonstram ser parciais e vinculadas a questões específicas, ligadas a interesses próprios. O exemplo da incorporação pelo Conselho de Segurança da ONU da condenação por destruição e pilhagem de patrimônio ao julgamento dos crimes de guerra após o conflito no Kosovo é exemplar, a questão política está interpenetrada nas ações pela via institucional. A posse de objetos cuja origem remete a saques cometidos no período colonial e nas ações imperialistas do século XIX e XX seguem de forma geral inquestionadas nos principais espaços, e quando o são, as pautas tendem a ser invisibilizadas por um forte arcabouço discursivo legitimador.

Casos como o sucesso do Peru em repatriar um patrimônio que se encontrava sob posse da Universidade de Yale, depois de um século da apropriação (2011), promovem certo otimismo e encorajam ações de disputa pela restituição de bens culturais históricos. A expressão de Crusoe Osagie, porta voz do governador do estado de Edo, Nigéria, evidencia um sentimento a respeito da existência de milhares de peças africanas nos museus da Europa e da recusa formal de devolução. “Não é normal que seus filhos tenham que ir ao exterior para admirar o patrimônio de seu país. ‘Esses objetos pertencem a nós e nos tiraram à força’, destaca” (Mundo G1, junho de 2018).

A problemática em torno da disputa no âmbito das relações internacionais pela posse do patrimônio cultural é bastante complexa. As demandas de restituição com apelo à importância dos elementos constitutivos de elos identitários e de memória coletiva, batem de frente às resistências de devolução de peças históricas pela invocação da urgência da salvaguarda (securitização do tema). A oposição apresentada pode ser pensada na própria dinâmica organizacional do Sistema Internacional: extremamente assimétrica, com forte permanência de traços históricos desigualdade.

REFERÊNCIAS

ARON, R. **Paz e guerra entre as nações**. Prefácio de Antonio Paim; Trad. Sérgio B. Brasília, Editora UnB, IPRI, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1ª edição, 2002.

BARBOSA, J; BARBOSA, M (2014). **As coleções arqueológicas e museológicas face às reivindicações internacionais**: recuperação de objetos rituais, restituição e reinvenção de restos mortais. Direito, Estado e Sociedade (Impresso), v. 43, p. 65-92, 2014.

BISCHOFF, J. **A Proteção Internacional do Patrimônio Cultural**. Cadernos do PPGDir-ufrgs, v. 2, n. 5, 2004.

BOBBIO, N.; et. al. **Dicionário de Política**. Vol. 1. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. – Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1ª ed, 1998.

BULL, H. (2002). **A sociedade anárquica**: um estudo da ordem na política mundial. Prefácio de Williams Gonçalves. Tradução de Sérgio Bath. Editora Universidade de Brasília, Imprensa Oficial do Estado, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, São Paulo, 2002.

BUZAN, B; HANSEN, L. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. Tradução Flávio Lira. São Paulo, Ed. Unesp, 2012.

CARR, E. **Vinte Anos de Crise: 1919-1939**. Uma introdução ao estudo das Relações Internacionais. Trad. Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília, Editora UnB, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2. ed. Setembro, 2001.

CORREA, A. **Teatro das Memórias e das Heranças Bioculturais**: Ação Cultural entre o Passado e o Futuro. Fênix (UFU. Online), v. 6, p. 1-16, 2010.

DUQUE, M. Duque, M. **O papel de síntese da escola de Copenhague nos estudos de segurança internacional**. Contexto int., Rio de Janeiro, v. 31, n. 3. Dezembro, 2009.

FLORÊNCIO, S. **Educação Patrimonial**: um processo de mediação. Educação patrimonial: reflexões e práticas. / Átila Bezerra. Tolentino (Org.) – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

HENRIQUES, R. **Museus virtuais e cibermuseus**: a Internet e os museus. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, de Lisboa, 2004.

LE GOFF, J. **Memória**. In: LE GOFF, Jaques. História e memória. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LONDRES, C. **O Patrimônio Cultural**: algumas considerações. Educação patrimonial: reflexões e práticas. / Átila Bezerra. Tolentino (Org.) – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

MASHBERG, T; BOWLEY, G. **Destruição de artefatos pelo Estado Islâmico renova debate sobre repatriação**. New York Times. Abril de 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/04/1622618>

MEARSHEIMER, J. **The False Promise of International Institutions**. *International Security*, winter 1994/95 (Vol. 19, No. 3), pp. 5-49. Disponível em < <http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/A0021.pdf>>.

MENESES, U. (1994). **Do teatro da Memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico**. *Anais do Museu Paulista, São Paulo, N. Ser. v.2, p.9-42 jan./dez.*

MORGENTHAU, H. (1998). **A política entre as nações: A luta pelo poder e pela paz**. São Paulo, Ed. UnB.

MUNDO G1. **África exige da Europa restituição de tesouros roubados**. 01 de junho de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/africa-exige-da-europa-restituicao-de-tesouros-roubados.ghtml>.

NASCIMENTO, R. **O objeto museal, sua historicidade: implicações na ação documental e na dimensão pedagógica do museu**. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 11, n. 11. Capítulos II e IV, 1998.

NYE, J. **O futuro do poder**. Tradução Magda Lopes. São Paulo, Benvirá, 2012.

O Estado de São Paulo. **Tesouro Inca volta ao Peru após quase um século**. 17 de abril de 2011. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/noticias/geral,tesouro-inca-volta-ao-peru-apos-quase-um-seculo-imp-,707376>>.

OLIVEIRA, A (2009). **Fim da Guerra Fria e os Estudos de Segurança Internacional: o conceito de Segurança Humanitária**. *Aurora*, ano III, número 5 – dezembro, 2009. Disponível em <www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/OLIVEIRA.pdf>.

POSSAMAI, R. **Museu na cidade: um agente de mudança social e desenvolvimento? Museologia e Patrimônio- v. 3, n. 2, Jul/Dez, 2010**. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/92/133>>.

UNESCO. **Convenção relativa às medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais (1970)**. Tradução oficial do Senado Federal por meio da promulgação do Decreto Legislativo no 71, 1972.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS CONSTRUÍDAS POR RAPAZES GAYS SOBRE “MODOS DE VESTIR GAY”

Data de aceite: 01/04/2021

Adair Marques Filho

FAV/UFG; Goiânia/GO.

<http://lattes.cnpq.br/4698522750742520>

Ana Lúcia Galinkin

IP/UNB; Brasília/DF.

<http://lattes.cnpq.br/9399594685303081>

RESUMO: O presente trabalho buscou levantar as representações sociais sobre os “modos de vestir gay”, expressas por homossexuais assumidos do sexo masculino. Partiu-se da teoria das representações sociais (Moscovici) e da teoria da identidade social (Tajfel), articuladas com as teorias feministas, para a caracterização do campo da moda como *locus* das relações de gênero. Nesta pesquisa as questões giraram em torno dos conceitos de *Moda e Aparência*, sendo utilizados para a análise dos dados o *software* Evoc. Participaram 81 (oitenta e um) sujeitos. Os resultados das análises, partindo-se da abordagem estrutural de Abric, apontam para a existência de representações sociais sobre os modos de vestir gay. Estas representações de parte de uma comunidade, são evidenciadas a partir das principais evocações explicitadas pelos respondentes, assim como as justificativas e zona muda expressas por meio dos segmentos de textos coletados. De fato, a partir dos achados, pode-se concluir que a moda faz gênero. Essas relações estabelecidas fazem surgir representações (autorrepresentação) de parte

da comunidade gay como fortemente vinculada à moda. Que se vestem de maneira estilosa e propõem novos olhares sobre o masculino, no intuito de superar a dicotomia homossexual e heterossexual.

PALAVRAS - CHAVE: Representações Sociais; Moda; Masculinidades; Modos de Vestir; Gay.

SOCIAL REPRESENTATIONS CONSTRUCT BY GAY BOYS ABOUT “GAY WAYS OF DRESSING”

ABSTRACT: The present work sought to raise the social representations about the “gay ways of dressing”, expressed by assumed homosexuals of the masculine gender. It started from the theory of social representations (Moscovici) and the theory of social identity (Tajfel), articulated with feminist theories, to characterize the field of fashion as the locus of gender relations. In this research, the questions revolved around the concepts of Fashion and Appearance, and Evoc software was used for data analysis. 81 (eighty-one) subjects participated. The results of the analyzes, starting from Abric’s structural approach, point to the existence of social representations about the gay ways of dressing. These representations of part of a community, are evidenced from the main evocations explained by the respondents, as well as the justifications and silent area expressed through the segments of texts collected. In fact, from the findings, it can be concluded that fashion make gender. These established relationships give rise to representations (self-representation) of part of the gay community as strongly linked to fashion. Who dress in a stylish way and propose

new perspectives on the masculine, in order to overcome the homosexual and heterosexual dichotomy.

KEYWORDS: Social representations; Fashion; Masculinities; Way of Dressing; Gay.

INTRODUÇÃO

As Representações Sociais são caracterizadas como fenômenos complexos, ancorados e objetivados na realidade social. São fenômenos ativos que refletem na vida social de todos os indivíduos e grupos (Jodelet, 1989). Metodologicamente, duas orientações se destacam no campo das Representações Sociais: “uma voltada para as questões culturais e históricas, que busca compreender os processos que geram e mantêm as representações vivas nas interações entre os indivíduos e grupos sociais” (Nascimento-Schuze & Camargo, 2000, p. 287-288), que busca responder às características mais processuais do objeto investigado e “outra orientação mais voltada para as questões estruturais das Representações Sociais, compartilhadas tanto em nível cognitivo quanto linguístico” (Nascimento-Schuze & Camargo, 2000, p. 288), que busca responder às características mais estruturais do objeto.

As Representações Sociais são, por definição, compartilhadas. Esta dimensão de compartilhamento é propagada e difundida através da comunicação. Neste sentido, a comunicação de massa em seu largo alcance afeta, conseqüentemente, um grande número de indivíduos, estando presente na obra seminal de Moscovici de 1961, sobre as representações sociais da psicanálise. Pode-se entender o surgimento da Teoria das Representações Sociais em um momento histórico de busca pela individualização dos estilos de vida, período no qual “as ciências sociais abandonam as grandes narrativas buscando narrativas situacionalmente circunscritas” (Nascimento-Schuze & Camargo, 2000, p. 289), privilegiando determinadas realidades que emergem do senso comum. Segundo Boaventura de Souza Santos “o senso comum é um conhecimento evidente que pensa o que existe tal como existe e cuja função é reconciliar a todo custo a consciência comum consigo própria” (Santos, 2002, p. 34).

Retornando aos conceitos de comunicação em Representações Sociais, entende-se que a análise “deve concentrar-se naqueles processos de comunicação e vida que não somente as engendram, mas que também lhe conferem uma estrutura peculiar” (Jovchelovitch, 2013, p. 68), se caracterizando como processos de mediação social, vinculados que são à objetivação e à ancoragem.

Do ponto de vista filosófico, uma Representação Social “significa a reprodução de uma percepção retida na lembrança ou do conteúdo do pensamento” (Minayo, 2013, p. 73). Isto leva a crer que, nas ciências sociais as Representações Sociais “são definidas como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a” (Minayo, 2013, p. 73). São formas de conhecimento prático que se inserem

no âmbito do senso comum com poder de criação e transformação do cotidiano, tendo como características uma “dupla face de estruturas estruturadas e estruturas estruturantes” (Spink, 2013, p. 97) dentro de uma perspectiva construtivista. Ainda de acordo com Spink (2013), as Representações Sociais como teorias do senso comum procuram de alguma maneira, desvendar a associação livre de ideias existentes no meio social. Os estudos centrados nos processos de elaboração das Representações Sociais objetivam “entender a construção de teorias na interface entre explicações cognitivas, investimentos afetivos e demandas concretas derivadas das ações no cotidiano” (Spink, 2013, p. 105).

Pelas características de mudança e transformação presentes tanto nas representações sociais quanto no campo da moda, pode-se denominá-las como campos multifacetados e processuais envolvendo comunicação e discurso ao longo dos quais “significados e objetos sociais são construídos e elaborados” (Wagner, 2013, p. 119).

Uma das principais preocupações de Moscovici, quando do desenvolvimento da Teoria das Representações Sociais, foi equacionar de que forma o saber científico é recebido e transformado pela sociedade, gerando significativos impactos sociais. Moscovici se interessava em saber como o conhecimento da realidade social refletia na cultura e como este conhecimento era absorvido pelo discurso leigo (Moscovici, 2009).

Para além destes interesses, a noção de Representações Sociais também serviu como base para descrever e explicar como o conhecimento social é elaborado e difundido “para lidar com assuntos, eventos, indivíduos e grupos que não se ajustam aos padrões culturais dos grupos mais numerosos, ou seja, o que é considerado estranho, indefinido ou incontrolável, como a homossexualidade” (Scardua & Souza Filho, 2006, p. 483). Nestes termos as Representações Sociais se organizam a partir de opiniões, atitudes, crenças e informações determinadas pelos sujeitos, seu contexto e seus vínculos (Abric, 2001). “Elas permitem compreender de que forma um fenômeno se insere numa sociedade, a forma pela qual ele é entendido, comunicado, explicado, relacionado a forma como se age em relação a ele” (Scardua & Souza Filho, 2006, p. 483).

No que se referem às Representações Sociais da comunidade gay, pesquisadores encontram dificuldade e uma ampla diversidade de questões que envolvem os estudos gays e lésbicos em suas formas de representação, incluindo-se os estudos *Queer*. Esta diversidade se vincula de um lado aos estudos com discursos mais acadêmicos e, de outro, a estudos baseados no senso comum. “Apesar desta dificuldade conceitual, sabemos existir uma esfera de intercambio e debate inter e intragrupal a respeito da homossexualidade que modifica e/ou fixa certas realidades sociais” (Scardua & Souza Filho, 2006, p. 482).

Os estudos que discutem as representações da homossexualidade em uma perspectiva da Psicologia Social (Ribeiro & Almeida, 2003; Scardua & Souza Filho, 2006; Barros, 2015) articulam os conceitos de visibilidade, orientação sexual e sexo e a zona muda das representações sociais, considerando os conteúdos e elementos explícitos e implícitos presentes nos discursos do senso comum, contribuindo para uma compreensão

dos fenômenos que ocorrem intra e intergrupos.

Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, os movimentos LGBTTs experimentaram significativas conquistas e maior visibilidade no meio social (Ribeiro, 2005), inclusive com o surgimento de diferentes representações dos grupos gays. Este período marca, também, um momento fértil para o campo da moda, com o surgimento, nas últimas décadas do século XX, de cursos superiores de formação em moda, além do considerável aumento de publicações especializadas sobre moda e design no Brasil (Villaça & Castilho, 2006; Pires, 2008; D'Almeida, 2012), que refletem uma diversidade de temas e perspectivas de pesquisa.

Dentre os temas de pesquisa e as áreas de atuação no campo da moda, a comunicação se insere como uma dimensão fundamental para a compreensão do fenômeno. Para Umberto Eco (1982) o vestuário é comunicação. Parte-se aqui, da concepção de que, por extensão, a moda também é comunicação.

As conexões entre moda e comunicação no âmbito do senso comum parecem ser demasiado óbvias, e o que, em uma análise rápida e superficial, poder-se-ia concluir que, se o indivíduo está “usando cores vistosas é porque está alegre” (Barnard, 2003, p. 48) ou, até mesmo, se um indivíduo veste uma camisa rosa, sua sexualidade pode ser colocada em dúvida. Sendo assim, “as palavras e os conceitos que as pessoas usam para falar de moda, vestimenta e tecidos, como sendo itens de moda e vestuário propriamente ditos, são com frequência mais complicados do que parecem à primeira vista” (Barnard, 2003, p. 48).

Neste aspecto, indumentária, roupa e vestimenta funcionam como formas de comunicação não verbal no sistema da moda, uma vez que em sua maioria, não utilizam palavras faladas ou escritas. “Falar através das roupas” (Eco, 1982) pode ser considerado, de certa maneira, uma analogia à linguagem falada ou escrita.

Na busca pelos sentidos das roupas no campo da moda e do design, alguns autores defendem que as roupas têm vida própria, pois elas “são presenças materiais e, ao mesmo tempo, servem de código para outras presenças materiais e imateriais” (Stallybrass, 2000, p. 38). A partir desta definição, “esses objetos de uso e de troca ganham novas vidas na presença de novos corpos, aqueles que os vestem e aqueles que os observam, aqueles que os estudam e aqueles que os criam” (Andrade, 2009, p. 167).

O ato de vestir uma roupa e, antes disto, de se identificar e consumir algum produto de vestuário/moda é, ao mesmo tempo, uma estratégia de posicionamento pessoal e um movimento de identificação com o coletivo. Parte-se, de um lado, de uma concepção de auto identificação e, de outro, de uma identificação sócio centrada, o que dá sentido para os sentimentos de pertença a determinados grupos.

Os produtos de moda comprem a função de símbolos do Eu quando “todos os dias, ao definirmos como vamos nos apresentar para colocarmos os pés no mundo, buscamos algo que possa nos distinguir... ou nos disfarçar” (Garcia & Miranda, 2007, p. 21). Estes elementos simbólicos que compõem o sistema vestimentar constituirão aquilo que se

convencionou a chamar de aparência, representando, quando em uso, uma expressão de sua personalidade, funcionando também como meio para a expressão de gênero.

Em um estudo sobre as funções das roupas e a insatisfação com o vestuário na perspectiva do gênero, Cox & Dittmar (1995) analisam as funções psicossociais presentes nas percepções de jovens estudantes britânicos do gênero masculino e feminino e suas insatisfações com as roupas em geral. Participaram da pesquisa 60 jovens masculinos e 60 jovens femininas que deveriam indicar uma peça de roupa que eles, particularmente valorizavam e que era importante para eles, incluindo os benefícios percebidos relacionados à funcionalidade, ao humor e o uso da roupa como meio de expressar sua identidade pessoal e social. Os participantes também responderam a uma escala de insatisfação com a própria roupa, além de descreverem sua situação financeira atual. Os resultados apresentados indicam que os participantes do gênero masculino têm uma abordagem mais auto-orientada para as roupas, utilizando-as como símbolos de expressão da personalidade e seus benefícios funcionais, enquanto que as participantes do gênero feminino apresentam outra orientação, optando por usar roupas como símbolos de sua inter-relação pessoal e social, a relação consigo mesma e com o Outro.

Embora a percepção da necessidade de novas roupas esteja vinculada a questões financeiras, as mulheres apresentam uma maior preocupação em relação aos pares do que, necessariamente, com relação às restrições financeiras. Por fim, há uma distância significativa entre moda masculina e moda feminina, tanto no que se refere às relações de consumo quanto em relação às formas de apresentação (Cox & Dittmar, 1995).

O novo é uma constante na moda. A experiência de vestir uma roupa nova, de determinada marca, que se vincule ao grupo de referência se coloca como uma necessidade cada vez mais significativa nas sociedades de consumo (Bauman, 2008). Ao mesmo tempo, a roupa “é a expressão indireta de um indivíduo” (Flügel, 1966, p. 11), e diz muito das pessoas que a usa, seja para identificar alguém conhecido ou para representar determinado grupo social. No caso de uma pessoa desconhecida, suas roupas podem dizer imediatamente alguma coisa sobre seu gênero, sua ocupação, sua nacionalidade e posição social, o que possibilita fazer ajustes preliminares de nosso comportamento em relação ao outro (Flügel, 1966).

Considerando que as roupas cumprem três finalidades: enfeite, pudor e proteção, concorda-se que estas finalidades estão bastantes presentes em praticamente todos os tipos de sociedades. Das três finalidades, parece consenso entre antropólogos e psicólogos (Davidovitsch & Silva, 2010; Goldsmith, Kim, Flynn & Kim, 2005; Laver, 1989) de que a necessidade de enfeite seja a finalidade mais precípua, no que se referem às roupas e demais adornos corporais. Neste sentido, o objetivo desta pesquisa foi levantar o conteúdo das representações sociais construído por rapazes gays sobre os “modos de vestir gay”;

MÉTODO

Sujeitos

Responderam ao questionário 123 sujeitos, de diferentes cidades e estados brasileiros uma vez que o questionário estava disponível na *internet*. Desses 123 questionários respondidos e considerando o recorte da pesquisa, excluíram-se os questionários dos respondentes que se declararam heterossexuais e mulheres, em razão da pesquisa ser sobre as Representações Sociais construídas por homens gays sobre os “modos de vestir gay”. Concluída a limpeza dos dados, restaram 81 questionários válidos (N-81), que foram analisados por meio do *software* EVOC 2003, o qual é melhor detalhado na seção “Análise dos dados”.

Participaram da pesquisa 81 sujeitos universitários e pós-universitários de diferentes níveis de formação (graduandos, graduados, pós-graduandos e pós-graduados), com faixa etária variando entre 17 e 48 anos, de diferentes cursos e instituições do Brasil e assumidamente homossexuais.

Em relação à cor da pele 32 (40%) respondentes se declararam pardos, 23 (28%) se declararam brancos, 14 (16,8%) se declararam pretos, 10 (12,8%) respondentes declararam não se identificar com nenhuma das alternativas, representando e, por fim, 2 (2,4%) respondentes se declararam amarelos.

Sobre a religião dos sujeitos participantes 42 (50,4%) declararam não seguir nenhuma religião, 14 (17,8%) participantes declararam serem católicos, 10 (13,2%) se declararam espíritas, 9 (11,2%) declararam pertencer a religiões de matriz africana, 4 (4,8%) se declararam evangélicos e, por fim, 2 (2,6%) sujeitos declararam frequentar outras religiões.

Em relação à localidade 53 (65,2%) participantes declararam morar no Estado de Goiás, com predomínio de sujeitos de Goiânia e região metropolitana; 10 (12,4%) declararam morar no Estado do Tocantins; 9 (11,1%) declararam morar no Distrito Federal; 7 (8,6%) declararam morar no Estado da Paraíba; 5 (6,1%) declararam morar no Estado de São Paulo; 5 (6,1%) declararam morar no Estado do Rio de Janeiro; 4 (4,9%) declararam morar no Estado da Bahia; 3 (3,7%) declararam morar no Estado de Pernambuco; 2 (2,5%) declararam morar no Estado do Rio Grande do Sul e 2 (2,5) declararam morar no Estado de Mato Grosso.

Procedimentos

Um estudo exploratório foi realizado em 2011, no intuito de realizar um teste com o questionário de evocação e verificou-se a viabilidade de realização desta pesquisa. Um questionário de evocação – EVOC, foi veiculado pela internet solicitando-se que fosse respondido por sujeitos assumidamente homossexuais do sexo/gênero masculino. Aqueles que concordaram em participar assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido

onde eram informados sobre o anonimato dos participantes e solicitado que autorizassem o uso dos dados para fins desta pesquisa. Foram informados, também, que poderiam desistir de participar a qualquer momento e que isto não lhes traria qualquer prejuízo. Esta pesquisa seguiu as normas éticas e legislação vigente, respeitando a integridade física e psicológica dos sujeitos participantes.

a) Instrumento

Dadas as características particulares dos métodos e técnicas de pesquisa em Representações Sociais, optou-se pela utilização do instrumento de coleta de dados que é detalhado à frente. Este instrumento foi elaborado levando-se em pauta os pressupostos da Teoria das Representações Sociais e a Teoria da Identidade Social.

Os questionários como instrumentos de coleta de dados, quantitativos e qualitativos, se apresentam como meios de propagação das falas dos sujeitos em diferentes contextos. Se lida, na verdade, com o que o sujeito “deseja revelar, o que deseja ocultar e a imagem que quer projetar de si mesmo e de outros” (Goldenberg, 2001, p. 85).

São utilizados, entre outros aspectos, por oferecerem um amplo repertório em relação à estruturação e poderem abranger uma área geográfica maior, no caso de questionários disponibilizados pela *internet* como foi o caso. O questionário “é um instrumento de coleta de dados constituídos por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador” (Gerhardt & Silveira, 2009, p. 69), sendo que estas questões podem ser abertas, fechadas ou mistas.

Buscou-se entender neste estudo os conteúdos das representações sociais de rapazes gays sobre “modos de vestir gay”, ou seja, como maneiras particulares de se vestir reforçam determinados padrões e como esses padrões são perpetuados no tempo e espaço. Parte-se aqui do pressuposto de que existem representações sociais sobre os modos de vestir dos gays. Além do questionário de evocação, aplicou-se um questionário com questões abertas que objetivavam trazer à tona as justificativas das primeiras evocações e, por fim, um questionário sócio demográfico. Em relação à zona muda, os dados coletados não foram significativos para explicá-la, sendo então excluídos da análise.

b) Coleta de dados

Os sujeitos foram convidados a participar da pesquisa através da *internet*. Uma vez aceitando participar, foram informados sobre os objetivos da pesquisa e solicitados a assinarem um termo de consentimento livre e esclarecido, com a garantia de anonimato. Os participantes receberam por *e-mail* o *link* com questionário de associação livre de ideias tendo como termo indutor “modos de vestir gay”. Foi solicitado que escrevessem, a partir do termo indutor, seis palavras que viessem à mente.

Em seguida, foi solicitado que os participantes enumerassem em ordem de importância as seis palavras, sendo a primeira a mais importante e a sexta a menos importante. Em seguida, os participantes deveriam justificar por extenso a escolha da palavra mais importante, considerada a que mais representava o termo indutor. Ao final,

solicitou-se que cada respondente preenchesse o questionário sócio demográfico, assim como o termo de consentimento livre e esclarecido.

c) Análise dos dados

Para a análise das associações livres de ideias foi utilizado o *software* EVOC (Vergés, 2002), “que oferece parâmetros de frequência média e ordem de evocação necessárias para a identificação de prováveis Representações Sociais” (Galinkin, Seidl, Barbosa e Magalhães, 2012, p. 55). Este *software* organiza hierarquicamente a frequência e a ordem de evocação dos termos levantados, permitindo “identificar os elementos pertencentes, ao provável núcleo central da representação, bem como os elementos periféricos, a partir de dois critérios: a frequência média de ocorrência das palavras e o grau de importância atribuído a elas” (2009, p. 818). As correspondências entre esses critérios permitem uma análise estrutural das representações sociais, bem como permitem conhecer a sua organização interna e seu conteúdo.

Foi realizada inicialmente, uma análise semântica dos termos evocados, a fim de agrupar palavras com o mesmo radical e classe. Wachelke & Wolter (2011) explicam que essa categorização semântica possibilita uma homogeneidade das frequências, além de evitar ambiguidade e divergência de conteúdo. Considerando que não existe um critério único para estabelecer o ponto de corte, optou-se por considerar a frequência mínima como a proporção de 3% do total da amostra. Para a escolha da frequência intermediária, calculou-se a mediana das frequências de maior evocação (após exclusão dos termos de frequência mais baixa). Como foi utilizado um número par de solicitações de respostas (1 a 6), o critério para cálculo do ponto de corte da ordem média de evocações foi definido pela média das pontuações de importância (Wachelke & Wolter, 2011).

O primeiro quadrante corresponde aos prováveis elementos do núcleo central, composto por palavras com alta frequência e alta ordem de importância. Significa que essas palavras foram citadas em maior quantidade de vezes, sendo-lhes atribuída maior importância pelos participantes. No segundo quadrante, primeira periferia, encontram-se os elementos secundários das representações, isto é, palavras com elevada frequência e baixa ordem de importância. O terceiro quadrante, segunda periferia, é constituído por evocações menos salientes, sendo as últimas palavras associadas. No quarto quadrante, ordenam-se as evocações de baixa frequência e pouco importantes (Barros, 2015).

RESULTADOS

Na análise realizada pelo EVOC, obteve-se um conjunto de dados que se referem às frequências de palavras mais evocadas e em primeiro lugar que fazem parte do núcleo central das representações sociais, ou seja, as de maior relevância.

O relatório sintetizado na tabela 1 (um) indica os elementos centrais que fazem parte do núcleo central das representações sociais, quais sejam, as palavras evocadas

em primeiro plano, as mais lembradas pelos sujeitos respondentes. Na tabela 2, ilustra-se a distribuição das palavras organizadas por quadrantes em que o quadrante superior esquerdo representa o núcleo central. Em direção diametralmente oposta encontra-se o quarto quadrante na posição abaixo e à direita o quadrante que compõe a periferia mais distante dessas representações. As duas regiões intermediárias entre o núcleo central e a sua periferia, segundo e terceiro quadrante, se localizam abaixo, à esquerda, e acima à direita do quadro de referência das evocações.

Quadrante das representações sociais dos modos de vestir gays, gerado pelo Programa EVOC. Brasília, DF, 2015.						
Frequência média		Ordem média de importância				
	Núcleo Central	< 3,5 Frequência	Ordem média de importância	Periferia 1	< 3,5 Frequência	Ordem média de importância
F ≥ 12	Estilo	16	3,125	Cores	37	3,676
	Fashionistas	13	2,308	Diferença	13	3,615
	Ousadia	13	2,846	Estiloso	13	3,615
				Moda	12	3,667
	Periferia 2		Ordem média de importância	Periferia 3	Frequência	Ordem média de importância
F ≤ 11	Identidade	3	1,667	Masculino	3	4,667
	Indiscreto	2	1,000	Normal	2	3,500
	Inovação	5	3,000	Personalidade	2	3,500
	Irreverente	2	3,000	Qualidade	2	4,500
	Liberdade	7	2,286	Roupas	6	3,500
	Luxo	3	2,667	Skinny	2	4,000
	Moderno	3	2,667	Sociedade	4	4,500
	Original	3	1,667	Tendência	7	3,571
	Preconceito	2	2,500	Vulgar	2	3,500
	Sofisticado	3	2,333	Únicos	2	4,000

Tabela 1 – Núcleo central e sistema periférico das RS

O núcleo central das representações sociais

O núcleo central das representações sociais sobre “modos de vestir gay” é composto pelas palavras *Estilo*, *Fashionistas* e *Ousadia*. Os resultados permitem descrever o conteúdo das representações por meio do termo desencadeador, apontando os principais marcadores destas representações.

Em primeiro plano no núcleo central das representações sobre modos de vestir gay está o termo *Estilo*, que expressa a ideia de que todo gay tem Estilo em relação ao vestuário, vinculado ao campo da moda. Recorrendo-se às explicações para a compreensão do fenômeno em questão percebe-se que, diferentemente de algumas áreas profissionais, os profissionais da moda parecem gozar de um *status* diferente relacionado ao trabalho.

Por explorar uma “sensibilidade criativa” e partir do *design* ou de outras perspectivas

metodológicas, o profissional da área se coloca como um sujeito que tem estilo, uma das figuras que criam e difundem as tendências de moda e os produtos que delas resultam e fazem chegar até os consumidores, os usuários finais. Ter estilo, considerando-se neste caso uma auto representação, é uma das maneiras de se acessar o campo da moda. Como auto representação sobre os “modos de vestir gay”, percebe-se uma carga fortemente positiva relativa às palavras ou expressões mais frequentes.

Ao recorrer às justificativas que expressam o núcleo central das representações e por suas características mais estáveis e duradouras, sendo os elementos do núcleo central definidores da homogeneidade grupal, reproduz-se a seguir os segmentos de textos que explicitam o conteúdo das representações sociais. “Diferenciar-se de como a maioria dos homens se vestem. Se vestir com estilo, diferente da Camisa Polo, jeans rebuscado, tênis de academia para todos os lugares” (13, masc., 25a., pard, sr.); “O estilo faz parte do ser gay, é algo que vai dizer onde você está, vai de certo modo te definir em relação aos outros.” (18, masc., 26a., pard., esp.); “Acredito que o estilo é o mais importante na forma de se vestir. Ele é único e pode ser encontrado independente das outras palavras citadas.” (54, masc., 19a., pta., s.r.); “Eu acho que poder ser diferente no modo de se vestir e poder esta seguro de mim e ter a capacidade de ser o que sou essa e uma diversidade que temos, isso é estilo” (73, masc.; 25a., pard., s.r.).

A palavra *Fashionistas* se relaciona com o Estilo na medida em refletem o estar na moda e reflete um estilo pessoal e social definido que se filia, também, ao que se considera como ousadia e da necessidade de auto apresentação alinhado ao que se julga estar ou não na moda. Nesse sentido, uma parcela dos sujeitos gays acaba se tornando vítimas da moda (Erner, 2005). “Acho que os gays hoje são mais *fashion-forward* do que antigamente.” (40, masc., 23a., bca., s.r.); “*Fashionistas*, pois uma grande maioria tem uma criatividade impressionante tanto pra agradecer quanto pra agredir os olhos da sociedade mais conservadora e preconceituosa. Um exemplo são os bilhões de dólares que o mercado *fashion* movimenta na grande maioria ditada por estilistas gays.” (55, masc., 30a., pard., esp.); “São muito antenados com o mercado de moda, e com as varias possibilidades de se vestirem.” (65, masc., 29a., bco., s.r.); “Os gays sempre procuram estar na moda. A maioria deles são vítimas da moda.” (80, masc., 29a., bco., sr.).

O terceiro termo mais evocado, Ousadia, se insere, assim como os anteriores, em uma cultura das aparências (Roche, 2007), o que leva a uma reflexão na atualidade sobre as implicações estéticas e morais que modificam as relações profissionais e a maneira como as pessoas veem umas às outras e a si mesmas. Ousado aqui pode ser traduzido como sinônimo de transgressor, que subverte as normas do vestuário, do que se entende como roupa para homens e roupa para mulheres. “Os gays ousam ao vestir pois conseguem até serem simples e complexos ao mesmo tempo. O gay, de uma forma diferenciada tem um *ethos* e uma visão de mundo baseada na bela aparência, na busca de si em si. Ousam porque não querem ser comuns, pois são “*queer*” e a figura *queer* é

de natureza excêntrica, fascinante e encantadora. A ousadia é uma ética e uma estética que desestabiliza as familiaridades do pensamento e cria, com isso, uma terceira margem no mundo da moda pois agride as margens propostas e dadas *a priori* pela representação clássica e pela heteronormatividade compulsória. Ousar na maneira de vestir é inventar uma segunda pele através da roupa que se funde e con/funde à primeira vista. Roupa é identidade, é identificação, é a máscara ousada e transgressora que contorna e desenha os corpos ao mesmo tempo individualizando-os, pois a roupa está diretamente ligada ao processo de subjetivação. Ousar e transgredir não se separam nessa política do visual.” (57, masc., 36a., prt., s.r.); “Eu escolhi ousado por achar que gays se arriscam mais e sem medo na hora de se vestir, ousam nas formas, nos cumprimentos, nas cores, nas combinações e entre outros.” (58, masc., 20a., bco., s.r.).

A ousadia na moda e no vestuário emerge do desejo de estar em evidência, de chamar a atenção dos demais e, em outros casos, subverter as normas sociais impostas. Ser ousado, desestabilizar as convenções, se aproxima do que seriam para o movimento gay as estratégias de visibilidade. Ser visível e marcar as diferenças que se produzem no seio do movimento.

Tendo definido os termos que compõem o núcleo central das representações sobre “modos de vestir gay”, passa-se aos resultados referentes às periferias das representações, assim como a zona de contraste, discutindo as contribuições para uma compreensão mais pormenorizada sobre o objeto em foco desta pesquisa.

Sistema periférico das representações sociais

A periferia próxima e distante também são importantes para a compreensão do fenômeno que aqui se desenha. O sistema periférico é complemento indispensável para o núcleo central, protegendo, atualizando e contextualizando suas determinações normativas “permitindo uma diferenciação em função das experiências cotidianas nas quais os indivíduos estão imersos” (Machado e Aniceto, 2010, p. 357). Os elementos do sistema periférico funcionam como conexões entre o núcleo central e a realidade concreta.

A periferia 1 (um) vinculada ao núcleo central apresenta em sua estrutura três termos que apresentam alta frequência e alta ordem média das evocações. Como sistema que complementa o núcleo central, as palavras que emergem sobre as representações sociais da periferia 1 (um) foram: cores, diferença, estiloso e moda. Na periferia 2 (dois) os termos encontrados foram identidade, indiscreto, inovação, irreverente, liberdade, luxo, moderno, Original, preconceito e sofisticado, que apresentam frequências e ordem de evocação baixas. A primeira periferia foi denominada “Moda e diferença” e a segunda periferia denominada “Criatividade nas estratégias de apresentação”.

A periferia 1 (um) expressa um dos imperativos da moda: a diversidade relacionada com a aparência, assim como a possibilidade do uso de cores, de estampas fortes e dos componentes mais ligados à moda, com a ideia extrema de estilo, ou seja, aquele sujeito

à frente do seu tempo. As falas dos participantes fazem emergir, assim como no núcleo central, os conteúdos expressos no sistema periférico.

O primeiro termo se refere às cores, apresentando maior frequência na periferia 1. “Sempre vejo essa característica relacionada às cores no modo de se vestir dos gays” (03, masc., 21a., pard., cat.); “A cor é um dos maiores exemplos que temos na divisão de gênero, sendo assim o “modo de vestir gay” rompe em primeiro lugar este pensamento limitado. Exemplo rosa é de menina, azul de menino.” (07, masc., 19a., pard., s.r.); “As cores (principalmente as primárias) são minhas favoritas. Roupa sem cor vibrante é chata!” (20, masc., 44a., bco., mat.); “A cor que usar pode expressar o que você sente no seu dia a dia, personalidade, e sem elas provavelmente não teria as outras opções que citei.” (27, masc., 26a., pard., esp.).

O segundo termo se refere à diferença, remetendo à função identitária “O jeito dos gays se vestirem faz com que sejam diferenciados na sociedade.” (77, masc., 21a., pard., s.r.). Ainda na periferia 1 temos o termo Estiloso, que se diferencia do termo estilo, ao se referir aos sujeitos que ultrapassam um estilo convencional. Por fim, o terceiro termo com maior frequência, moda, que expressa uma necessidade de se estar na moda.

A periferia 2 (dois) denominada “criatividade nas estratégias de apresentação” é composta por 10 (dez) termos: identidade, indiscreto, inovação, irreverente, liberdade, luxo, moderno, original, preconceito e sofisticado. Os segmentos de textos mais representativos de cada uma das palavras constantes dessa periferia são transcritos na sequência. “A primeira palavra que me veio a mente foi identidade, creio que por entender que a moda e a escolha do modo de se vestir reflete, especialmente, a identidade da pessoa.” (29, masc., 21a., bca., s.r.). “Indiscretos, por que gostam de chamar a atenção. Penso que devido a discriminação tem que se mostrar diferente para poder dizer ao mundo que é o que é e ninguém tem nada com isso.” (60, masc., 43a., bca., cat.). “Inovação, pois a moda gay é um grito a sociedade ao reconhecimento de nossa existência, não só saímos do armário como passamos a nos expor a sermos vistos, a roupa é a nossa segunda pele ela nos veste seguindo o nosso grau de personalidade, a moda gay com seu toque colorido ela anuncia a chegada do homossexual, tipo: chegay eu existo. Mas claro que a moda não esta fadada apenas as roupas, os adereços também ganham espaço e a maquiagem passou a se tornar algo normal entre as comunidades homossexuais ou simplesmente cuidamos da pele com maior preocupação.” (16, masc., 25a., prt., out.). “Irreverente porque o gay o é já pela sua personalidade” (62, masc., 47a., bca., s.r.). “Liberdade é tudo que temos que ter e fazê-la acontecer.” (05, masc., 41a., n.i., s.r.). “Os gays ostentam muitos luxos e é um dos motivos do capitalismo explorá-los.” (32, masc., 30a., bca., mat.); “Moderno, porque sempre se mostra alguém antenado, refletindo um poder aquisitivo compatível com o modo de se vestir” (12, masc., 23a., pard., cat.). “O gay é sempre original na maneira de se vestir”. (76, masc., 24a., bca., s.r.). “Que o preconceito existe pela maneira como cada pessoa se mostra perante a sociedade, tanto na maneira de se vestir quanto na maneira

de viver”. (49, masc., 23a., pard., mat.). “Sofisticação a meu ver tem relações com o ser despojado e ao mesmo tempo ser criativo e contextualizado. Sofisticação é uma afirmação de todas as demais características listadas”. (10, masc., 36a., bca., esp.).

As periferias 1 e 2, conforme pode ser observado acima, guardam proximidade com o núcleo central, levando-se à conclusão preliminar sobre a existência de representações sobre “modos de vestir gay”. Se de um lado há as representações que trazem os sujeitos masculinos gays mais ligados à moda, complementando o que se disse anteriormente, por outro, as representações sociais da comunidade gay não devem ser reduzidas a estes termos e às suas respectivas representações.

Representações sociais da zona de contraste

Conforme Mourão e Galinkin (2008), no quadrante inferior direito da tabela estão os elementos situados mais distantes do núcleo central organizador das representações (zona de contraste), marcados pela evocação tardia e de menor importância. Podem estar referindo-se a idiosincrasias e refletindo possíveis mudanças recentes na estrutura e hierarquia das representações sociais.

A zona de contraste apresentada no quadrante diametralmente oposto ao núcleo central se caracteriza como o sistema mais distante. Apresenta baixa frequência dos termos assim como as palavras mais tardiamente evocadas. Fazem parte deste quadrante os termos: masculino, normal, personalidade, qualidade, roupas, skinny, sociedade, tendência, vulgar e únicos. Em linhas gerais, tanto no que se refere aos sistemas periféricos mais próximos, quanto a zona de contraste, não se evidenciou muitos termos negativos e pejorativos sobre o objeto da pesquisa.

Os termos mais negativos dizem respeito a uma aproximação ao conceito de vulgar de alguns gays em relação ao vestuário e à moda. Os segmentos de textos mais expressivos da zona de contraste são reproduzidos abaixo. “Normal, por que acho que não tem que ter uma maneira de vestir gay, acho que cada um se veste como quiser, independente de ser gay ou não” (04, masc., 23a., pard., s.r.); “Os gays em geral desenvolvem uma personalidade forte para resistir às discriminações. Somos mais felizes, mesmo com o preconceito.” (72, masc., 22a., pard., cat.); “Qualidade vale mais que preço baixo. Roupas com tecido 100% (algodão, lã, etc) ficam mais bonitos e são bem mais resistentes do que muitas de promoção.” (15, masc., 24a., pard., cat.); “Acredito que a comunidade gay está tentando se elitizar, então até quem não tem condições pra comprar roupas caras acaba tentando comprá-las, nem que seja pra usar só em balada.” (64, masc., 24a., pard., s.r.); “A tendência é quase sinônimo de gay, do vestir. Seus modos acabam por direcionar o gosto geral.” (23, masc., 40a., prt., s.r.). “vulgar, pois do meu ponto de vista são roupas que não combinam com a aparência física do corpo masculino. Desvaloriza a pessoa e o modo de pensar das outras”. (30, masc., 23a., pard., mat.). “O modo de vestir gay é único por que a cada gay podemos ver uma forma diferenciada e tentativa de se destacar/diferenciar do

restante.” (71, masc., 22a., pard., s.r.).

O destacar-se, diferenciar-se do restante, tentar se elitizar, ser mais feliz, ter personalidade forte afirmam uma identidade em contraste ao outro não gay. Por oposição e contraste, como informam as teorias sobre a constituição das identidades, os gays vão definindo sua própria identidade, o que aparece nas falas dos participantes da pesquisa.

Os dados apresentados acima respondem parte das questões propostas para esta pesquisa, no que diz respeito ao conteúdo das representações sociais sobre os “modos de vestir gay”. No entanto, é preciso ficar atento às dinâmicas próprias da comunidade gay em sua multiplicidade. Ao mesmo tempo em que as representações acima apontam para alguns tipos de representações criadas sobre os gays e a moda, existe, por outro turno, os gays que não se identificam com essas imagens, contribuindo para a construção de outras diferentes representações e outras identidades dentro da população LGTBTT.

DISCUSSÃO

A análise das evocações para o termo indutor “*modos de vestir gay*” revelou a possível presença das evocações estilo, fashionistas e ousadia no núcleo central. Em função dos sentidos das palavras, parece haver um sentimento de parte dos gays de que os mesmos são antenados com a moda, o que pode ser observado também, nas pesquisas sobre os Estudos Gays e Lésbicos, sobretudo os relacionados ao consumo (Cox & Dittmar, 1995; Bauman, 2008).

Os “modos de vestir gay”, nos resultados apresentados são discutidos a partir do levantamento do conteúdo das Representações Sociais de rapazes gays. Recorrendo-se a uma fala do estilista Alexandre Herchcovitch (2007), quando ele se refere a um dos seus primeiros desfiles da carreira e da busca por uma moda sem sexo, de uma roupa sem gênero, percebe-se na realidade social, durante várias décadas, o oposto disso. Não que não haja esforço por parte dos grandes criadores e de outras figuras de referência em propor uma desconstrução e uma subversão dos gêneros. Encontra-se sedimentado em nosso imaginário social essa divisão de gêneros, assim como as divisões de classes e tantas outras que contribuem para a segregação social (Techio & Lima, 2011).

Como apontado anteriormente, vários movimentos sociais contribuíram tanto para a ampliação dos debates em torno da diversidade, em todas as suas diferentes facetas, quanto para possibilitar, mesmo que timidamente, diferentes outras maneiras de “ser o que se é”. No decorrer dos embates, no campo teórico e de militância gay, com a emergência de novos atores militantes, políticos e artísticos, entre outros, instaurou-se a partir do final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970 uma nova onda de contestação do *status quo*. Insiste-se neste rasgo temporal para se articular um conjunto de teorias que dialogam entre si e que favorecem o conhecimento de fenômenos sociais (Ribeiro & Almeida, 2003; Scardua & Souza Filho, 2006; Barros, 2015).

No campo das aparências relacionadas às identidades gays (Barnard, 2003), percebe-se nos discursos dos grupos hegemônicos, pelo menos do que se estudou até aqui, uma forte carga moral sustentada, sobretudo, pela ideologia cristã. Sendo assim, “os discursos presentes em nossa sociedade influenciam diretamente sobre a consciência de cada indivíduo, refletindo-se assim em seu processo de formação da identidade” (Campos & Menandro, 2014).

Os resultados que se seguem se assentam na Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2009) em diálogo com a Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1978; 1982) objetivando levantar as Representações Sociais sobre os modos de vestir gay e como essas representações refletem nas identidades individuais e sociais e que culminam na definição de determinados padrões estéticos relacionados à aparência no campo da moda.

Revisitando as questões da pesquisa e refletindo particularmente sobre a questão gay, pode-se concluir preliminarmente que existem várias questões gays (Eribon, 2008). A primeira delas, provavelmente, tenha emergindo dos movimentos gays e lésbicos no final dos anos de 1960. A questão neste momento histórico era a busca pela integração, pela igualdade de direitos e pela não violência física e psicológica e pela necessidade de inclusão.

As ações subsequentes passam a adotar estratégias mais efetivas e agressivas ligadas aos movimentos de contestação do *status quo*. São ideias que se chocavam com a postura integrativa dos primeiros movimentos gays e lésbicos. Estas ações, compreendidas com maior ênfase nos Estados Unidos, ficaram conhecidas como *queer*, o que não se enquadra nas normas sociais (Derrida, 1995; Foucault, 1980; Talburt, 2005).

Com o surgimento da teoria *queer* nos anos de 1980 – termo cunhado pela pesquisadora Tereza de Laurentis – as questões gays passam pela construção de diferentes pautas e reivindicam a possibilidade de “ser o que se é”. Este “ser no mundo” carrega significados fundamentais para o posicionamento dos sujeitos enquanto cidadãos. Quando as maneiras de se apresentar ao mundo, de viver sua sexualidade e, conseqüentemente, todas as dimensões ligadas às identidades são limitadas entre masculino e feminino, quem não se identifica com um ou outro passa a sofrer preconceitos e discriminação (Baccega, 1998; Freire Filho, 2004; Gouveia & cols., 2010; Jesus, 2012).

Se existem diferentes maneiras de se posicionar no mundo, essas maneiras podem/ devem coexistir. Quando um sujeito do sexo masculino decide usar uma saia, por exemplo, que é uma peça do vestuário mais utilizada pelo público feminino, esta ação não deveria ser entendida como uma efeminação. No entanto, não se deve ignorar o fato de que os objetos também são construídos na e pela cultura. A saia, neste caso, não seria apenas um pedaço de pano (Andrade, 2009; Goellner, 2003).

Na moda o que está em jogo não reside apenas nas dimensões materiais, elas transcendem a materialidade dos produtos e ultrapassam sua fisicalidade. A título de exemplificação, quando as pessoas buscam um produto de moda, elas estão mais

interessadas nas questões simbólicas que envolvem o produto: as marcas, os ícones de referências (artistas, modelos, etc.) que podem levar a determinados *status* (mesmo que aparente) e trazer distinção para os usuários (Eco, 1982).

As evocações do sistema periférico cores, diferença, estiloso e moda parecem sustentar o ideal do gay como sujeito que ousa na adoção de determinados estilos pessoais, marcando sua diferença no meio social, o que é explicitado pelo núcleo central. Caracterizam-se como sujeitos que buscam inovar, seja no que se refere aos comportamentos, ou no que se refere aos produtos que são criados por designers e estilistas.

Os resultados revelam que parece haver uma forte compreensão dos homossexuais em relação à aparência, evidenciada por meio das evocações. As palavras/expressões positivas sobre o termo indutor revelam uma característica dos gays como os sujeitos que entendem de moda. Em virtude dos limites dos objetivos desta pesquisa, não foi possível identificar qual a percepção dos sujeitos heterossexuais em relação aos modos de vestir gay.

Os conteúdos aqui analisados das evocações sobre os “modos de vestir gay” confirmam a ideia, pelo menos as ligadas às identidades pessoais de que os gays masculinos entendem de moda, uma vez que as representações construídas dizem respeito às auto representações, ou seja, são pontos de vista de rapazes gays sobre suas identidades e que, também, unem o modo de vestir como apresentação de uma identidade que não é a masculina tradicional. O vestir é um dos elementos que compõem o modo de ser gay. O que, feita uma análise mais próxima, se descobre como uma representação que se aproxima de um estereótipo (Techio & Lima, 2011).

Como limitações desta pesquisa, destaca-se a ausência de participantes com orientação sexual heterossexual. Acredita-se que poderia ser maior o número de participantes, no entanto, encontrou-se dificuldade em acessar os sujeitos, o que acarretou um número reduzido de participantes. Em futuras pesquisas, sugere-se a inclusão de outros instrumentos e outros sujeitos – mulheres, por exemplo - com vistas a identificar possíveis situações de fugiram ao planejamento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

Abric, J-C. Práticas sociales y representaciones. In Abric, J-C. (Dir.). *Filosofia y Cultura Contemporánea*. México: Ediciones Coyoacán, S.A, 2001.

Andrade, R. Por baixo dos panos: design de moda além da face. In Moura, M. *Faces do Design 2: ensaios sobre arte, cultura visual, design gráfico e as novas mídias*. São Paulo: Edições Rosari, 2009.

Barnard, M. *Moda é Comunicação*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

Barros, L. T. *Representações Sociais da Homossexualidade no Ambiente de Trabalho: Um Estudo da Zona Muda*. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações. UnB, 2015.

Bauman, Z. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.

Campos, L.S e Menandro, M. C. S. *Linguagem e identidade homossexual: uma análise dos termos utilizados nos cartazes de protestos políticos no Brasil*. *Anais do 3º Seminário Nacional de Educação, Diversidade Sexual e Direitos Humanos*, Vitória-ES, 2014.

Cox, J. & Dittmar, H. The functions of clothes and clothing (dis)satisfaction: A gender analysis among British students. *Journal of Consumer Policy*, June, v. 18, issue 2-3, p. 237-265, 1995.

D'Almeida, T. *Moda em diálogos: entrevistas com pensadores*. Rio de Janeiro: Memória Visual, 2012.

Davidovitsch, L.; Silva, J. F. Algumas implicações de percepção dos valores simbólicos das roupas: gênero masculino em foco. *Revista de Administração Mackenzie*, 11(1), art. 15, p. 150-173, 2010.

Eco, U. "Social Life is a Sign System". In Robey, D. (org.). *Structuralism*. London: Jonathan Cape Ltd, 1982.

Fischer-Mirkin, T. *O código do vestir: os significados ocultos da roupa feminina*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

Flügel, J. C. *A psicologia das roupas*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1966.

Galinkin, A. L., Seidl, E. M.F., Barbosa, B. T. e Magalhães, R. F. Representações Sociais acerca da AIDS e percepção de risco entre estudantes universitários. *Tempus – Actas de Saúde Coletiva*, v.6, n.3 (51-66), 2012.

Garcia, C. e Miranda, A. P. C. *Moda é Comunicação: experiências, memórias, vínculos*. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2007.

Gerhardt, T. E. e Silveira, D. T. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

Goldenberg, M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Goldsmith, R. E.; Kim, D.; Flynn, L. R. & Kim, W. M. Price sensitivity and innovativeness for fashion among Korean consumers. *Journal of Social Psychology*, 145(5), oct. 501-508, 2005.

Jodelet, D. Représentations sociales: un domaine en expansion. In Jodelet, D. (Ed.). *Les représentations sociales*. Paris: PUF, p. 31-61, 1989.

Jovchelovitch, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In Guareschi, P. e Jovchelovitch, S. (orgs.). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

Laver, J. *A roupa e a moda: uma história concisa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Minayo, M. C. S. O conceito de Representações Sociais dentro da sociologia clássica. In Guareschi, P. e Jovchelovitch, S. (orgs.). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

- Moscovici, S. Representações sociais: investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- Mourão, T. M. F., & Galinkin, A. L. Equipes gerenciadas por mulheres: Representações sociais sobre gerenciamento feminino. *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21 (1), 91 – 99, 2008.
- Nascimento-Schulze, C. M.; Camargo, B. V. Psicologia social, representações sociais e métodos. *Temas de psicologia. Ribeirão Preto*, 8 (3), 287-299, 2000.
- Pires, D. B. Design de Moda: olhares diversos. Barueri, SP: Estação das Letras e Cores Editora, 2008.
- Ribeiro, A. S. N., & Almeida, A. M. O. Os homossexuais e a busca por visibilidade social. In Anais da III Jornada Internacional e I Conferência Brasileira sobre Representações Sociais (pp. 184). Rio de Janeiro, RJ: Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2003.
- Santos, B. S. Introdução a uma ciência pós-moderna. Porto, PT: Edições Afrontamento, 2002.
- Scardua, A e Souza Filho, E, A. O debate sobre a homossexualidade mediado por representações sociais: perspectivas homossexuais e heterossexuais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(3), p. 482-490, 2006.
- Sommer, R. Local research. *Journal of Social Issues*, 46(1), 203-214, 1990.
- Spink, M. J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais. In Guareschi, P. e Jovchelovitch, S. (orgs.). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- Stallybrass, P. O casaco de Marx – roupas, memória e dor. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- Vergés, P. Conjunto de programas que permitem a análise de evocações. EVOG, Manual, versão 5 de abril. Aix en Provence (s.n.), 2002.
- Villaça, N. & Castilho, K. (Orgs.). *Plugados na moda*. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2006.
- Wagner, W. Descrição, explicação e método na pesquisa das Representações Sociais. In Guareschi, P. e Jovchelovitch, S. (orgs.). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- Wachelke, J., & Wolter, R. P. Critérios de construção e relato da análise prototípica para representações sociais. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27 (4), 521 – 526, 2011.

CAPÍTULO 13

SARAUS E SERESTAS EM GOIÁS: PROCESSOS IDENTITÁRIOS E INTERAÇÕES COM A MODINHA

Data de aceite: 01/04/2021

Data de submissão: 05/02/2021

Ludmylla Cristina Guilardi

Universidade federal de Goiás
Goiânia, Goiás
<http://orcid.org/0000-0002-8480-2195>

Magda de Miranda Clímaco

Universidade federal de Goiás
Goiânia, Goiás
<http://orcid.org/0000-0001-8690-3945>

RESUMO: Este trabalho teve como objetivo investigar as peculiaridades dos sarauos goianos entre as décadas 1880-1920, buscando seus processos identitários, as possíveis interações com as serestas que aconteceram nessa mesma época, assim como as relações estabelecidas com a sociedade local. A trajetória metodológica, de caráter qualitativo, que implicou em levantamento bibliográfico, análise e interpretação de programas de sarauos, fotos, partituras, sempre na sua relação com dados colhidos no cenário sócio-histórico e cultural, conduziu aos seguintes resultados: a sociedade goiana cultivou tanto sarauos (que aconteciam em residências e no palácio do governo), quanto serestas (música cultivada ao ar livre). Se nos sarauos imperou a transcrição de árias de ópera para piano e voz e nas serestas a modinha predominou, esse último gênero revelou ter sido muito cultivado nos dois eventos. Eventos esses que contribuíram para uma interação social

intensa e peculiar na sociedade goiana.

PALAVRAS - CHAVE: Sarauos e Serestas. Modinha. Sociedade goiana. Processos identitários.

SOIREES AND SERENADES IN GOIÁS: IDENTITY PROCESSES AND INTERACTIONS WITH MODINHA

ABSTRACT: This study aimed to investigate the peculiarities of goianos soirees between the 1880-1920 decades, seeking its identity processes, the possible interactions with serenades that happened at that time, as well as the relations with the local society. The qualitative methodology, that resulted in literature, analysis and interpretation of soirees programs, photos, music, always in relation to data collected in the socio-historical and cultural background, led to the following results: the goiana society had always cultivated both, soirees (which took place in homes and government palace) and serenades (that were carried in open air). If transcription of opera arias for voice and piano predominated in soirees and the modinha genre predominated in serenades, this last genre of popular urban music had always integrated both kinds of events. These events contributed for the intense and peculiar social interaction in the society of Goiás. **KEYWORDS:** Soirees and Serenades. Modinha. Goiana society. Identity processes.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como objeto de estudo as peculiaridades dos sarauos musicais que

aconteciam na cidade de Goiás no final do século XIX e início do séc. XX (década de 1880 a 1920), na sua relação com a sociedade local e com as serestas que passaram a acontecer na mesma época. O recorte de tempo em questão, além de ter legado documentos, é reconhecido pela historiografia local como um momento de intensificação das práticas musicais na cidade e de crescimento no número de músicos goianos. Práticas essas que começaram a se esvanecer na década de 1920 (RODRIGUES 1982, 100), bem próxima à mudança da capital para a cidade de Goiânia, o que aconteceu na década seguinte. A pesquisa teve como ponto de partida, além do interesse pela música centenária do meu estado, que emergiu na época do ciclo do ouro no Brasil, o contato com uma bibliografia muito escassa sobre a música goiana, embora tenha sido o contato inicial com essa mesma bibliografia que chamou atenção para o grande investimento das famílias goianas na realização de reuniões musicais em casa, em palácio e ao ar livre sob o luar, ou seja, em saraus e serestas.

Borges (1998, p. 25), comentando as reuniões musicais de Goiás, observou que “a leitura dos programas desses saraus confirma que, nesses salões, a música erudita era predominante.” Por outro lado, Mendonça (1981, p. 330) lembra que a “sociedade goiana promovia lindos saraus, onde imperava a modinha,” o que faz acreditar que a música popular, do mesmo modo, era contemplada. As serestas, por sua vez, eram praticadas por grupos de músicos que saíam pela cidade com seus instrumentos, entoando “modinhas” sob o luar. Foi a partir de todo esse contexto, portanto, que surgiram algumas questões que conduziram para este trabalho: Que peculiaridades os saraus goianos apresentavam? Que gêneros musicais e instrumentos predominavam? Que relação pode ser feita entre eles e as serestas? A modinha fazia parte do repertório desses dois eventos? Como podem ser relacionados com a sociedade goiana da época?

Parti da pressuposição que esses saraus e serestas, se analisados e interpretados através da sistematização metodológica proposta mais adiante nessa pesquisa, podem evidenciar representações sociais. No dizer de Chartier (2002), as representações, tendo como suporte o simbólico, objetivam sentidos e significados de um grupo social através de suas práticas, obras e *constructos* intelectuais. Nesse processo, podem revelar elementos forjadores do conhecimento cotidiano partilhado por esse grupo, ou seja, valorações, categorizações, classificações, conceitos, revelar processos identitários, portanto, conforme também trabalhado por Hall (2014). Silva (2000, p.91), baseado nesse autor, afirma que, “é por meio da representação que, por assim dizer, a identidade e a diferença passam a existir. Representar significa neste caso dizer: ‘essa é a identidade’, ‘a identidade é isso’.” Trato aqui de práticas culturais, portanto, percebidas por esses autores como “práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição (CHARTIER, 2002, p. 23)

Sem perder de vista este contexto e fundamentação, este trabalho teve como objetivo investigar as peculiaridades dos saraus goianos do final do século XIX e início

do século XX, visando seus processos identitários, as possíveis relações com as serestas que aconteciam nessa mesma época, assim como as interações estabelecidas com a sociedade local. Para isso, buscou-se alguns elementos do contexto histórico e musical da cidade nos séculos XIX e início do século XX; investigar e descrever os saraus goianos e a prática das serestas, relacionando-os entre si e com esse contexto; identificar os gêneros musicais e instrumentos mais praticados; verificar as pessoas que os freqüentavam.

A investigação, de caráter qualitativo, por investir numa relação intrincada entre homem, música e sociedade, levou avante uma pesquisa bibliográfica e documental. Referente à pesquisa bibliográfica, além de autores e obras acadêmicas que têm discorrido sobre circunstâncias relacionadas ao contexto histórico goiano e à música no cenário goiano/goianiense, como Mendonça (1981), Rodrigues(1982) e Borges (1998), foram levantadas obras de autores que fundamentam teoricamente esse trabalho, como Chartier (2002) e Hall (2014). Os documentos obtidos, por sua vez, remeteram a: fontes iconográficas (fotos de músicos, de programas e de instrumentos da época que participavam dos saraus); fontes sonoras (gravações de modinhas históricas); partituras de modinhas que eram executadas nos saraus e serenatas em Goiás, editadas e publicadas na bibliografia existente. As análises e interpretações das fontes mencionadas tiveram como base um processo em que a organização sonora e visual esteve sempre relacionada aos dados colhidos no estudo de elementos do cenário sócio histórico e cultural recortado, visando a evidência de representações. Ferrara (1984) se apresenta, quando sugere quatro etapas de análise. Num primeiro momento, uma escuta e observação “abertas” que colocam o pesquisador frente ao objeto visando percebê-lo independente de conhecimentos prévios. A partir daí, parte para a **análise sintática**, que pretende o conhecimento da sua organização estrutural. Essa análise já se alterna com a **análise ontológica**, que coloca os elementos estruturais observados na análise sintática em contato com dados resultantes do estudo do contexto sócio-histórico e cultural do objeto, o que, por outro lado, possibilita a **análise semântica**, que busca a objetivação de sentidos e significados, ou seja, de significantes, que possibilitam a percepção da evidência de representações.

2 | SOCIEDADE GOIANA E MÚSICA

A cidade de Goiás – antiga Vila Boa - surgiu na época do ciclo do ouro no Brasil do século XVIII, da interação de pessoas que vinham atrás desse metal, principalmente paulistas e portugueses, que conviviam de perto com o povo autóctone da região: os indígenas (MENDONÇA, 1981). Como todas as pequenas vilas que surgiam nesse contexto, interagiu com as ordens religiosas, os rituais de suas igrejas. Contexto, rituais e instituições religiosos que se mesclavam com o contexto profano, ocasionando as chamadas “festas coloniais” e que eram alimentados pela intensa circulação de pessoas e de partituras musicais, pelo cultivo da música, segundo pesquisas de Mendonça (Ibidem).

Com a decadência do ouro, outros meios de subsistência tiveram que ser cultivados pelos goianos, como a pecuária e a agricultura, por exemplo, que propiciaram certa estabilidade econômica a algumas famílias. Foi nessa sociedade, portanto, integrada por essas famílias que continuaram cultivando a herança musical dos primeiros tempos, segundo agora Rodrigues (1982), que a música continuou sendo realizada.

Se o cultivo da música em território goiano teria se intensificado neste contexto, em 1881 já podia ser constatado um movimento musical significativo na cidade, sobretudo, nas casas. Rodrigues, ressaltando o papel feminino nas atividades musicais, menciona comentários da *Tribuna Livre* que circulavam nessa época, que afirmavam ser comum formar pequenos conjuntos musicais dentro de cada família:

em 1881, A *Tribuna Livre* comenta: é rara a família que não tem um mestre de música para suas filhas e, de fato, é também rara a rua da cidade em que não se ouvem sons de vozes femininas e alguns instrumentos de teclas ou violão (RODRIGUES, 1981, p. 61-62).

Mendonça (1981, p. 15) observa ainda que as famílias ali proporcionavam aos filhos “a oportunidade de se dedicarem ao instrumento de sua preferência, formando, até há bem poucos anos, pequenos conjuntos instrumentais integrados por pais e filhos.” Borges (1998), por sua vez, afirma que a música não era incentivada apenas pelos pais e sim por toda a população, inclusive pelo presidente da então província, Aristides Spínola (presidente de 1879 a 1881), que a incentivava através da promoção de recitais na cidade e, muitas vezes, no próprio palácio. Segundo essa autora,

outro grande incentivador da música entre nós foi o baiano Aristides Spínola [...] **Nas praças, nos salões, nas serestas**, nas escolas, em todo lugar se ouvia música. Na igreja, a música sacra; na escola, os cânticos religiosos, cívicos [...]; em família, **a música profana tocada nas reuniões, bailes e saraus** (BORGES, 1998, p. 31).

3 | SARAUS GOIANOS

A palavra sarau vem do latim *seranus*, deriva de *serus* que significa tardio, já que esse evento se consiste em uma reunião festiva noturna (BUENO, 1967, p. 3656) “que acontece em casas particulares para se ouvir música, poesia e textos, além de dançar e conversar” (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 1712). Borges observa que os saraus se consistiam em um tipo de reunião que era realizada constantemente em residências ou palácios no século XIX e no início do século XX, privilegiando a leitura de novos textos e “apresentações artísticas que compreendiam o teatro, a dança e a música” (BORGES, 1998, p.29)

Em Goiás, apesar dos saraus que aconteciam nas casas serem os mais comuns, foi possível identificar, através do levantamento bibliográfico, outra “modalidade”: saraus que aconteciam no palácio. Esses últimos foram considerados por terem sido realizados

praticamente pelas mesmas pessoas e por não perder o espírito dos primeiros. Nas casas em que os saraus eram realizados se utilizava a sala de visita, próxima ao portão que dava acesso à rua, pois, segundo Rodrigues, estando a sala cheia se escancaravam portas e janelas para que os ouvintes “excedentes e transeuntes, apelidados de sereno, pudessem apreciá-las da rua. Estando as salas repletas, os assistentes iam trazendo de casa suas cadeiras para apreciá-las da rua mesmo” (RODRIGUES, 1982, p. 97-98).

Os saraus que aconteciam nas casas e no palácio puderam ser constatados também através de programas musicais, que trouxeram referência ao termo “sarau”, à música que era ali executada e às pessoas que os integravam, o que pode ser conferido através das Fig. 1 e 2. Os goianos criavam conjuntos para executar as músicas de sua preferência e investiam na parte literária visando um “raciocínio ágil.” Segundo Rodrigues,

famílias numerosas formavam conjuntos musicais e improvisavam sempre saraus e tertúlias, onde os pais eram os mais interessados no convívio das filhas com os amigos dos irmãos, para tornarem-se desembaraçadas e de raciocínio ágil, podendo expressar seu pensamento adquirido através da leitura (RODRIGUES, 1982, p. 34).

Os saraus eram muito bem vistos pela sociedade goiana, portanto, as pessoas que geralmente os ofereciam faziam parte das famílias locais mais importantes, sendo a casa delas um centro para convívio e cultura. Rodrigues (1982, p. 97-98), já evidenciando a prática do gênero musical modinha nesses eventos, observa: “reunindo-se à noite em horas de devaneio nas casas de amigos [...], buscavam ouvir e cantar as lânguidas modinhas.” A família dos Bulhões teve muita iniciativa em relação às modalidades de saraus apontadas, podendo ser mencionada Josephina de Bulhões (1858-1896), “talentosa pianista e grande incentivadora da cultura musical, promovendo recitais e saraus musicais em palácio, Teatro S. Joaquim e no solar dos Bulhões” (Ibidem, p. 63) O senhor Inácio Bulhões era outro que promovia saraus. Segundo Rodrigues, mencionando como fonte os jornais da época, “a ária de ópera foi constante na programação dos concertos, tanto em residências como a de Inácio S. Bulhões, como em palácio [...]” (RODRIGUES, 1982, p. 67)

Outra família importante citada como promotora de saraus em Goiás é a família Tocantins, que tinha como principal representante Anna Francisca Xavier de Barros Tocantins (1857-1949), poetisa e compositora de modinhas. Rodrigues alega ter sido uma das maiores inteligências femininas vilaboenses, “seus dotes artísticos abrangeram não só a música como também a literatura. Sua casa foi um centro cultural onde, além das reuniões literárias, reunia os intelectuais para assistirem recitais” (RODRIGUES, 1982, p. 64). Anna Tocantins organizava também os saraus do *Gabinete Literário* e do *Clube literário* em sua residência (Ibidem, p. 66). Separava a parte literária da parte musical, sendo a primeira apenas para a apreciação de textos e a segunda um momento em que os conjuntos instrumentais e cantores atuavam. A família Fleury se destacou também como promotora da vida musical goiana através dos saraus, e por ter trazido para Goiás em 1853

o primeiro piano (BORGES, 1998, p. 77)

4 | O PROGRAMA DOS SARAUS

A análise de dois programas realizados em 1909 (Fig. 1 e 2) revelou que os instrumentos mais executados nos saraus foram violino, violão, bandolim, flauta transversal e piano, embora tenham predominado formações como canto e piano. Esses programas, cedidos a Mendonça (1981) pela pianista Hebe do Couto Alvarenga, possibilitaram constatar também os gêneros musicais mais cultivados pelos goianos, assim como alguns músicos que atuavam na cidade.

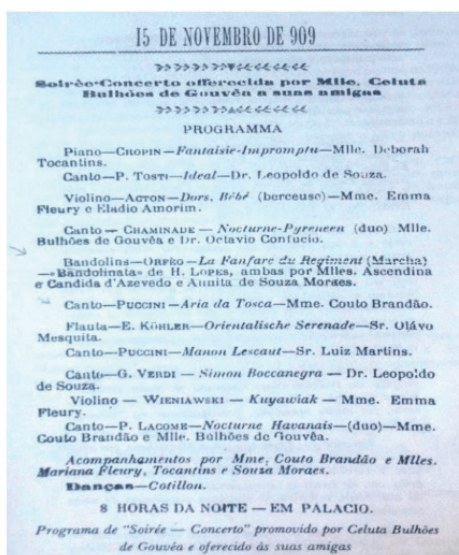


Fig. 1 – Soirée Concerto de 1909 em palácio
Fonte: (MENDONÇA, 1981, p. 79)

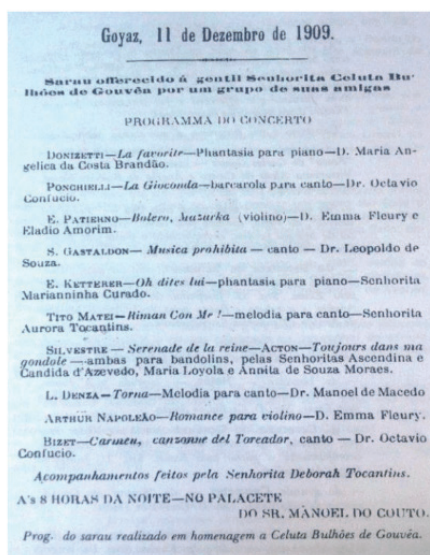


Fig. 2 – Sarau de 1909 em residência
Fonte: (MENDONÇA, 1981, p. 78)

A Fig. 1 evidencia o programa de um sarau que Celuta Gouvêa, filha do governador Urbano Gouvêa, ofereceu às suas amigas no Palácio Conde dos Arcos. Já a Fig. 2 registra o programa de um sarau realizado na casa do Sr. Manuel do Couto pelas amigas de Celuta, em agradecimento pela homenagem recebida (MENDONÇA, 1981, p. 77).

Pode ser observado nestes dois programas a predominância de árias de ópera, um gênero muito apreciado e executado tanto nas casas familiares quanto no palácio. Isso pode ser confirmado também através dos jornais da época que comentavam estes eventos, como comprova a citação de Rodrigues (1982, p. 67): “a ária de ópera foi a constante na programação dos concertos, tanto em residências, [...] como em palácio ou no teatro

São Joaquim, como nos atestam os jornais da época.” Apesar de acontecerem em locais distintos, os gêneros musicais que aparecem nos programas são geralmente os mesmos, como pode ser constatado nas Tabelas 1 e 2, elaboradas pelo pesquisador a partir da análise dos programas disponíveis.

ANO	OBRAS	COMPOSITOR	INTÉRPRETES	INSTR. E CANTO
1909	Soirée-Conerto oferecida por Celuta Bulhões de Gouveia a suas amigas Sarau em Palácio			
	Fantasia-Impromptum	F. Chopin	Deborah Tocantins	Piano
	Ideal	P.Tosta	Leopoldo de Sousa	Canto e Piano
	Dors, Bébé (berceuse)	Acton	Emma Fleury/Eládio Amorim	Violino
	Bandolinada	H. Lopes	Ascendina e Cândida Azevedo de Moraes	Bandolim
	Aria da Tosca	Puccini	Mme. Couto Brandão	Canto e Piano
	<i>Orientalische Serenade</i>	E. Kohler	Olavo Mesquita	Flauta
	<i>Manon Lescaut</i>	Puccini	Luiz Martins	Canto e Piano
	<i>Simon Boccanegra</i>	G. Verdi	Leopoldo de Souza	Canto e Piano
	<i>Kuyawiak</i>	Wieniawski	Mme. Emma Fleury	Violino
	<i>Nocturne Havanais</i>	P. Lacombe	Mme. Couto Brandão / Mlle. Bulhões de Gouveia	Canto e Piano

Tabela 1 – Programa de sarau realizado em Palácio (1909)

ANO	OBRAS	COMPOSITOR	INTÉRPRETES	INSTR. E CANTO
1909	Sarau oferecido à senhorita Celuta de Bulhões Gouvêa por um grupo de amigas =>Sarau em Residência			
	<i>La Favorite</i>	Donizetti	Maria Angélica C. Brandão	Piano
	<i>La Gioconda</i>	Ponchielli	Otávio Confúcio	Canto e Piano
	<i>Bolero, Mazurka</i>	E. Patierno	Emma Fleury/Eládio Amorim	Violino
	<i>Musica Prohibida</i>	S. Gastaldon	Leopoldo de Souza	Canto e Piano
	<i>*Serenade La Reine</i>	Silvestre	Ascendina e Cândida de Azevedo / Maria Loyola e Annita de Souza Moraes	Bandolim
	<i>*Toujours dans ma gondole</i>	Acton		
	<i>Torna</i>	L. Denza	Manuel de Macedo	Canto e Piano
	<i>Romance para Violino</i>	Arthur Napoleão	Emma Fleury	Violino
	<i>Carmen, Canzon</i>	Bizet	Otávio Confúcio	Canto e Piano

Tabela 2 – Programa de sarau realizado em residência (1909)

O sarau realizado em 1909 no palácio de Goiás, promovido pelo membro da família Bulhões, indicado na Tabela 1 (*Soirée Concerto*), do mesmo modo que o sarau em residência, indicado na Tabela 2, exemplifica a música que era executada nos saraus deste período. Esse último, realizado em um ambiente menos formal, na casa do Sr. Manuel do Couto, provavelmente um dos amigos de Celuta, continua apresentando o cultivo da ária de ópera, do canto acompanhado por piano, instrumentos como o bandolim, o violino e a flauta. Mendonça (1981, p. 334-335) comentou também um sarau realizado na casa do senhor Manuel Couto em outra data, 1917, noticiado pelo jornal local *Nova Era*.

O interessante é que, se a historiografia local cita sempre o cultivo da modinha nos saraus goianos (MENDONÇA, 1981, p. 97-98), não foi encontrada referência alguma a esse gênero de música popular urbana brasileira nos programas acessíveis. Possivelmente por ser mais comum esse cultivo acontecer nas reuniões em casas, de maneira mais informal. Essa circunstância, no entanto, não deixa de objetivar representações que evidenciam a preocupação da sociedade goiana com a imagem ligada à prática da música erudita. Por outro lado, o fato dos saraus terem acontecido em proporção maior nas residências, cotidianamente, leva a considerar também que estavam aí as condições propícias para a prática constante da modinha. Rodrigues (1982) observa que a cidade de Goiás abriu as portas das salas para os “saraus”, chamados de “tocatas,” em que a execução de “modinhas” se tornou uma constante. Fornecendo mais dados sobre esse gênero musical e prática dos goianos, observou que “nessas tocatas nasceram e viveram as modinhas. Versos daqueles poetas, musicados pelos companheiros que, mesmo intelectualizados, não rebuscavam a linha melódica, conservando seu caráter popular” (RODRIGUES 1982, p. 97-98) Mendonça (1981, p. 358) também menciona que as modinhas “constituíam a delícia das reuniões familiares.”

Assim, a análise dos programas, junto às outras abordagens metodológicas mencionadas, permitiu relacionar alguns gêneros, músicos e instrumentos ligados à prática dos saraus goianos. Do mesmo modo, possibilitaram a percepção, através das práticas musicais abordadas, de representações sociais que evidenciaram tanto o gosto e empenho dos goianos em cultivar cotidianamente a música, quanto a importância dos saraus na efetivação dos encontros e trocas sociais.

5 | SERESTAS GOIANAS

Assim como os saraus, outro evento fez parte da cultura goiana no período recortado: as serestas. As serestas se consistem em um evento noturno que reúne músicos para cantar e/ou tocar nas ruas da cidade durante um passeio ou sob a janela de alguém, geralmente debaixo das janelas de uma dama (HOUAISS; VILLAR, 2009). As serestas são chamadas também em Goiás de serenatas. Rodrigues, mencionando a estreita relação da modinha com esses eventos, comenta que as serenatas já eram praticadas “por grupos de

músicos que saíam pela cidade com seus instrumentos, entoando ‘modinhas’ sob o luar, debaixo das janelas de moças, de amigos, ou mesmo em determinados pontos costumeiros da cidade” (RODRIGUES, 1982, p. 98). Revela, portanto, que a modinha foi um gênero muito executado também nas serestas, se consistindo, mesmo, no gênero mais citado ligado a essas manifestações musicais em toda bibliografia consultada até o momento. Referindo-se ainda às serenatas, essa autora observa que

O luar de Goiás convida à serenata. Maravilhoso era ouvir uma serenata, primeiro ao longe, depois vindo se aproximando... Aquilo era uma forma de manifestação de amor, carinho, desejo de correspondência. Era modo de transmitir alguma coisa para quem estava atrás das janelas (RODRIGUES, 1982, p. 98)

Os autores mencionados estão alinhados quando afirmam que a presença do violão e do bandolim nesses grupos sempre foi marcante, talvez por ser de fácil transporte e possibilitar um suporte harmônico para a música cantada. Outro recurso utilizado para a identificação dos instrumentos das serestas foi a análise de fotos que evidenciam os seresteiros e seus instrumentos (Fig. 3).



Fig. 3- Conjunto de serenata de Goiás.

Fonte: (RODRIGUES, 1982, p 108)

A análise da foto possibilitou identificar, além dos músicos atuantes, violão, violinos, flauta transversal e trompete, mostrando que os metais também compareciam, possivelmente ligados aos integrantes de bandas da cidade. Novamente as representações

se evidenciam, revelando através também das fotos, a prática, o prazer e a sociabilidade que a música propiciava na cidade de Goiás.

Pôde ser constatado, portanto, que do mesmo modo que nos saraus, as serestas faziam parte do dia a dia dos cidadãos de Goiás. Sempre que escurecia e o clima estava quente, os seresteiros esperavam as pessoas se recolherem, permitindo já ouvir de longe o seu movimento. No dizer de Rodrigues “a seresta foi um costume tão apreciado [...] dedicavam-nas não só às namoradas, mas também aos amigos, que os recebiam com licores” (RODRIGUES, 1982, p.98-99) Por fim, haveria uma circulação entre músicos, instrumentos e gêneros musicais que integravam saraus e serestas goianos?

6 I RELAÇÃO ENTRE SARAUS E SERESTAS

A trajetória da pesquisa levou à constatação de outro evento, que misturava alguns elementos do sarau e da seresta. Segundo Rodrigues (1982, p. 99) estes eventos são as “serenatas em piqueniques,” reuniões na *Cachoeira Grande* em que as famílias goianas se encontravam, levando consigo alimentos para fazerem piqueniques e instrumentos para as práticas musicais, provavelmente os mesmos instrumentos utilizados nas serestas, já que não era um local fácil para se levar um piano. Assim, do mesmo modo que nas serestas, os instrumentos mais utilizados nessas reuniões que contavam com as mulheres e que eram regadas a conversa, comida e música, foram o violão, o bandolim, o violino e a flauta. O gênero musical mais cultivado foi a modinha, que era executada nos dois eventos, como já observado. As famílias e seus instrumentos acampavam cada qual numa margem do rio e, à noite, se desafiavam com modinhas, “quando um lado terminava, o outro respondia com modinha mais bonita” (Ibidem,) Rodrigues afirmou ainda que

a mulher não participava das serenatas, mas era constante sua presença nos costumeiros passeios de após o jantar até pontos pitorescos como o alto da Santa Bárbara, a fonte Carioca, as praias de Areião e Bacalhau. Levavam consigo seus instrumentos musicais e cantando modinhas contemplavam o entardecer. [...] Hoje a presença feminina em serenatas é marcante, em decorrência talvez do costume dos passeios (RODRIGUES1982, p. 99-100)

A prática do piquenique musical leva à percepção da presença da mulher nesses eventos, assim como acontecia nos saraus que também eram regados à comida e cultivavam a modinha. Outro ponto que aponta em direção à relação entre esses eventos são os músicos. Alguns deles, que a historiografia local permitiu constatar, aparecem participando tanto de saraus quanto de serestas (Tabela 3).

CITADOS EM PROGRAMAS DE SARAUS	FOTOS DE INTEGRANTES DA ORQUESTRA "IDEAL" – PARTICIPANTE DE SARAUS (FIGURA 4)	RELAÇÃO DE SERESTEIROS OU CITAÇÃO DOS AUTORES	FOTOS DE SERESTEIROS (FIGURA 3)
Eládio Amorim		Eládio Amorim	
	Júlio Alencastro Veiga		Júlio Alencastro Veiga
Manoel Macedo		Manoel Macedo	
	Armando Esteves		Armando Esteves
	Ovídio Martins	Ovídio Martins	
Luiz Martins Araújo		Luiz Martins Araújo	Luiz Martins Araújo
	Ataíde Siqueira	Ataíde Siqueira	

Tabela 3 – Exemplo de músicos que participaram dos saraus e das serestas.



Fig. 4- Mostra a Orquestra Ideal de Goiás: violinos, flautas, clarinetas.

Fonte: (MENDONÇA, 1981, p. 72)

Aparecem tanto na relação de músicos mencionados nos programas de saraus (Fig. 1 e 2), e/ou na relação de seresteiros citada por Rodrigues (1982, p. 99), quanto nas fotos que estão ilustradas nas Fig. 3 (Seresta) e na Fig. 4 (Orquestra ideal – apresentava-se em saraus).

Além de poder ser constatado que havia o cultivo de um evento que misturava algumas características do sarau e da seresta (o piquenique), e de que muitos músicos frequentavam os dois eventos, existe outro ponto que mostra a relação entre eles: o cultivo

da modinha. Este gênero foi primeiro executado nos saraus (tocatas), aparecendo depois como o cerne das serestas. Segundo Rodrigues (1982, p. 98), “os intelectuais, que eram seresteiros, levaram das Tocatas para as ruas e praças suas modinhas, que com o passar dos anos, misturaram-se às anônimas ou adquiriram controvertidas autorias, chegando assim até nossos dias”

Pode ser afirmado, portanto, que esses acontecimentos musicais, saraus e serestas, interagiram de uma forma peculiar no cenário musical goiano, sobretudo, através do cultivo da modinha, o que possibilitou constatar mais uma vez a evidência das mesmas representações já mencionadas, ou seja, o prazer de se relacionar através das atividades musicais, a força com que essas práticas, nas suas peculiaridades, integraram a sociedade goiana. Daí a Modinha, considerada um dos primeiros gêneros da música popular urbana brasileira por autores como Tinhorão (2010), um gênero melodioso e lírico, que fala de amor e das belezas naturais da terra e que interage muito bem com as árias de ópera, se tornar um elo importante nesse cenário.

Para exemplificar as modinhas que eram executadas nos saraus e serestas goianos, foi selecionada a obra *Noites Goianas*, cuja primeira estrofe pode ser verificada através da transcrição que aparece na Fig. 5. Este exemplo mostra a tendência peculiar à região de empregar com predominância o compasso binário composto (RODRIGUES, p. 113-114), de explorar muito temas de exaltação à terra, além de temas amorosos. Os versos laudatórios às noites goianas foram escritos por Joaquim Bonifácio, um dos intelectuais que participavam das serestas. Bonifácio presenteou com a letra o seresteiro Joaquim Sant’Anna, que escreveu a melodia. A letra da 1ª estrofe: Tão meigas, tão claras / Tão belas, tão puras / Por certo não há / São noites de trovas / De beijos e juras / As noites de cá.

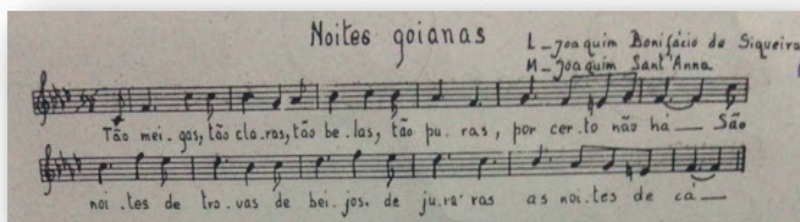


Fig. 5. Melodia da modinha Noites Goianas. Letra de Joaquim Bonifácio de Siqueira, Música de Joaquim Sant’Anna.

Fonte: (RODRIGUES, 1982, p 141).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, pode ser dito que a sociedade goiana forjou um cenário cultural em que famílias bem sucedidas investiram de forma peculiar no cultivo de saraus e serestas. Se nos saraus imperou a transcrição de árias de ópera para piano e voz e a modinha predominou nas serestas, acompanhada de violão e bandolim, esse último gênero de música popular urbana, privilegiando temas de teor amoroso e de exaltação à terra, revelou ter sido objeto de investimento dos dois eventos. Eventos esses que, revelando certa relação entre si, através da prática da modinha e da atuação dos mesmos músicos, evidenciaram representações que permitiram constatar uma interação social intensa e peculiar, significativos processos identitários da sociedade goiana ligados a práticas musicais, integrados, inclusive, por uma forte presença feminina.

REFERÊNCIAS

BORGES, Maria Helena Jaime. **A Música e o Piano na Sociedade Goiana (1805-1972)**. Goiânia: FUNAPE, 1998.

BUENO, F. Silveira. **Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa**. São Paulo: USP, 1967

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Traduzido por Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002

FERRARA, Lawrence. *Phenomenology as a tool for musical analysis*. **The musical Quarterly**, v.70, n. 3 (1984): 355-373.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Traduzido por Tadeu Tomás Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2014

HOUAISS, Antônio e Villar, Mauro de Salles. eds. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009

MENDONÇA, Belkiss S.Carneiro de. **A música em Goiás**. Goiânia: Ed. da UFG, 1981.

RODRIGUES, Maria Augusta Calado de S. **A modinha em Vila Boa de Goiás**. Goiânia: Ed. da UFG, 1982.

SILVA, Tomás Tadeu. A produção social da diferença. In **A identidade e a Diferença**. Org. por Tomás Tadeu Silva. São Paulo: Vozes, 2011.

TINHORÃO, José Ramos. **História social da música popular**. São Paulo: Ed. 34, 2010

CAPÍTULO 14

A VERDADE E A PÓS-VERDADE SOB A PERSPECTIVA DO PENSAMENTO DE WITTGENSTEIN

Data de aceite: 01/04/2021

Alexandre Ribeiro Martins

Doutorando em Filosofia pela PUC PR.
Professor do Centro Universitário Santa Cruz.

Geraldo Magela Pieroni

Doutor em História pela Sorbonne – Paris IV.
Professor do Programa de Pós-Graduação em
Comunicação da UTP.

RESUMO: A pós-verdade é um fenômeno contemporâneo que se tornou amplamente analisado a partir de vários olhares, dentre eles, o da Filosofia. Neste sentido, esta pesquisa apresenta-se como mais um esforço filosófico para entender a tensão existente entre a verdade e a pós-verdade, bem como os mecanismos que as delimitam. Entretanto, buscaremos a partir da filosofia de Ludwig Wittgenstein, compreender esta questão para além daquilo que comumente é afirmado, quando se trata da verdade e da pós-verdade como opostos, para analisarmos a proximidade entre uma e outra, ambas, manifestas no âmbito da linguagem e da gramática. Na filosofia do primeiro Wittgenstein, a verdade é possível a partir da relação necessária que ela estabelece com a realidade, contudo, em sua segunda fase, o filósofo abandona a ideia da verdade e de seu possível suporte fiel ao mundo externo e/ou metafísico, para tratá-la como uma espécie de convenção, que se dá no interior de um jogo, a partir de uma realidade prática. É neste ponto que sustentamos nossa tese, a de

que a verdade e a pós-verdade se confundem e seus possíveis limites se desfazem, afinal, sem qualquer possibilidade de fundamento, se dilui o problema enunciado, como em uma terapia filosófica.

PALAVRAS - CHAVE: verdade, pós-verdade e Wittgenstein

ABSTRACT: The post-truth is a contemporary phenomenon that has become widely analyzed from various perspectives, among them that of Philosophy. In this sense, this research presents itself as another philosophical effort to understand the tension between truth and post-truth, as well as the mechanisms that delimit them. However, we will seek from Ludwig Wittgenstein's philosophy to understand this question beyond what is commonly asserted, when it comes to truth and post-truth as opposites, to analyze the closeness between one and the other, both manifested in the context of language and grammar. In the philosophy of the first Wittgenstein, truth is possible from the necessary relation that it establishes with reality; however, in its second phase, the philosopher abandons the idea of truth and its possible faithful support to the external and / or metaphysical world, to treat it as a kind of convention, which takes place within a language game, from a practical reality. It is at this point that we hold our thesis, that truth and post-truth are confused and their possible limits are undone, after all, without any possibility of foundation, dilutes the problem enunciated, as in a philosophical therapy.

KEYWORDS: truth, post-truth and Wittgenstein

11 INTRODUÇÃO

A pós-verdade é um tema de fundamental relevância à contemporaneidade, já que vivemos em plena era da informação. Uma prova disso é que, atualmente, o site de busca Google registra aproximadamente 151 milhões de páginas em língua portuguesa, e mais de 1 bilhão e duzentas mil páginas em língua inglesa, relacionados ao tema¹. De acordo com o dicionário Oxford, a pós-verdade, eleita pelo mesmo como a palavra do ano em 2016, é um discurso “relativo a circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que emoções e crenças pessoais” (ENGLISH OXFORD LIVING DICTIONARIES, 2016).

Nesse sentido, entende-se por pós-verdade a construção de narrativas que se instituem a partir da distorção da realidade objetiva, destacando intencionalmente o que interessa, e encobrendo o restante. Para Llorente, resulta na relativização da verdade. Assim, o

(...) valor ou a credibilidade dos meios de comunicação se veem reduzidos diante das opiniões pessoais. Os acontecimentos passam a um segundo plano, enquanto o “como” se conta a história ganha importância e se sobrepõe ao “o quê”. Não se trata, então, de saber o que ocorreu, mas de escutar, assistir, ver, ler a versão dos fatos que mais concorda com as ideologias de cada um (LLORENTE, 2017, p. 9).

Para Castilho (2016), o cenário que possibilitou a difusão das informações caracterizadas como pós-verdadeiras relaciona-se fundamentalmente com as novas tecnologias de informação e comunicação. Vivemos na chamada sociedade da informação, em um ambiente em que “(...) nos países industrializados, constituem uma tendência dominante mesmo para economias menos industrializadas e definem um novo paradigma, o da tecnologia da informação, que expressa a essência da presente transformação tecnológica em suas relações com a economia e a sociedade” (WERTHEIN, 2000, p. 72). Esta sociedade da informação, portanto, é a marca da contemporaneidade.

Para Castells (2000), a sociedade da informação é caracterizada fundamentalmente quando: a informação passa a ser uma matéria prima, diferentemente de outrora em que as informações eram um meio para adaptar-se, atualmente, elas constituem-se como uma forma de ação e atuação sobre o meio; os efeitos das novas tecnologias tornam-se rapidamente parte do cotidiano das pessoas, de modo individual e coletivo, o que torna o agir humano diretamente relacionado à informação; a chamada lógica das redes deixa de fazer parte de relações informacionais mais complexas, para integrar o acesso a qualquer informação; a flexibilidade possibilita processos reversíveis, a partir da modificação e da reorganização de componentes que, sob a ótica da constância das informações, torna-se reconfigurável; e a crescente convergência de tecnologias, interligando várias áreas do saber, a partir da conversão de categorias segundo as quais pensamos todos os processos.

¹ Estes dados referem-se à pesquisa feita em dezembro de 2020, no site <www.google.com.br>.

Ora, se a sociedade contemporânea é marcadamente uma sociedade da informação, em que o seu acesso é um veículo capaz de configurar o cenário social, a pós-verdade é um novo elemento reconfigurador do meio em que vivemos. Assim, longe de ser considerada como inofensiva, a pós-verdade está diretamente ligada a produção de informações e notícias que, de acordo com Allcott e Gentzkow (2017, p. 213-214), geraram um grande impacto na opinião pública e, em desdobramento a isso, reconfiguraram o cenário social e econômico.

Exemplos deste impacto não faltam. No Brasil, de acordo com o Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Acesso à Informação da USP, três em cada cinco notícias compartilhadas envolvendo o caso do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, eram falsas (SENRA, 2017). Já nas últimas eleições, o presidenciável Jair Bolsonaro teve sua campanha marcada pela presença de notícias falsas. Não só a campanha, mas toda gestão presidencial é marcada pelas *fake-news*², constantemente noticiadas nos diversos meios de comunicação.

Diante deste fenômeno, muitos pensadores têm se debruçado para refletir sobre a tensão existente entre a verdade e os discursos da pós-verdade. Entretanto, se tomarmos como suporte os pensamentos do filósofo vienense, Ludwig Wittgenstein, defrontamos com um problema inicial, afinal, existe alguma realidade que não seja aquela que é representada pela linguagem?

Durante o período em que Wittgenstein desenvolveu sua filosofia a partir da lógica³, a linguagem estabelece uma forma de conexão com a realidade, como um elemento capaz de, por meio da lógica, representar a totalidade dos fatos no mundo. Assim, quando falamos sobre o mundo, já estamos dentro da forma lógica da qual ele também faz parte e, por isso, nos é impossível qualquer possibilidade de vê-la de fora. Linguagem e mundo são um só. É por isso que o filósofo indaga que “para podermos representar a forma lógica, deveríamos poder-nos instalar, com a proposição, fora da lógica, quer dizer, fora do mundo” (TLP 4.12).

Entretanto, a partir da obra *Investigações Filosóficas* (1953), a produção filosófica de Wittgenstein sofreu uma guinada, e a perspectiva lógica e metafísica, deram lugar para uma análise mais complexa da linguagem, tratando-a a partir de um campo de compreensão embasado em “semelhanças de família”, correlatas em jogos linguísticos.

Ora, se a representação da realidade é, para Wittgenstein, também um fenômeno

2 Sobre esta questão, ver VISCARDI, Janaisa Martins. FAKE NEWS, VERDADE E MENTIRA SOB A ÓTICA DE JAIR BOLSONARO NO TWITTER. *Trab. linguist. apl.* vol.59 no.2 Campinas May/Aug. 2020 Epub Sep 16, 2020, disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132020000201134&tlng=pt. Acesso 20/12/2020.

3 Trataremos aqui como fase lógica as obras que compreendem o período da Primeira Guerra Mundial, até o *Tractatus Logico-Philosophicus*. Para realização desta pesquisa, utilizaremos a versão do *Tractatus Logico-Philosophicus* de WITTGENSTEIN, Ludwig. Traduzido por SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. São Paulo: Ed. USP, 2008. A partir desta apresentação, a obra será referenciada como TLP. Ainda nesta fase lógica, valeremo-nos da versão em espanhol de ambas as obras: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Diarios Secretos – Edición*. BAUM, Wilhelm. Madrid: Alianza Editorial, 2008; WITTGENSTEIN, Ludwig. *Cuadernos de notas (1914-1916)*. Trad. ALONSO, Juan David Mateu. Madrid: Editorial Síntesis, 2009. Por fim, também nos serve como referência a obra *Notebooks 1914 – 1916* de WITTGENSTEIN, Ludwig. Chicago: The University of Chicago Press, 1984, na versão inglesa.

da linguagem, seria correto pensar que ao descrevermos algo ou algum acontecimento, o fazemos de modo neutro? Se admitirmos que existe alguma intencionalidade em nossa linguagem e, conseqüentemente, na realidade, ainda conseguimos sustentar que as descrições e relatos acerca da realidade acontecem fora também desse jogo de intencionalidades? Diante destes questionamentos, metodologicamente, para que consigamos pensar a existência ou não de limites entre a verdade e a pós-verdade, precisamos inicialmente analisar, como enunciamos anteriormente, de que modo o filósofo compreendia a questão da verdade, em suas duas fases de produção, como veremos na seqüência.

21 A PÓS-VERDADE COMO FENÔMENO CONTEMPORÂNEO E A QUESTÃO DA VERDADE PARA WITTGENSTEIN

Se a pós-verdade é uma discussão amplamente realizada na atualidade, a ponto de prefigurar, como afirma Castilho (2016), como um fenômeno inédito, a verdade e a tensão existente entre a realidade e a percepção é, de longe, uma novidade para a Filosofia. Ludwig Wittgenstein, no século XX, foi um dos filósofos que refletiu sobre a possibilidade da verdade. Acerca desta reflexão, questionamo-nos sobre até que ponto é possível pensar a tensão entre o problema da verdade e da pós-verdade a partir de como Wittgenstein concebia a verdade?

Inicialmente, em sua primeira fase de produção, delineada a partir da obra “*Tractatus Logico-Philosophicus*” (1921), Wittgenstein acreditava que, de alguma forma, o mundo interno estava diretamente relacionado ao mundo externo. Por isso, “na figuração e no afigurado deve haver algo de idêntico, a fim de que um possa ser, de modo geral, uma figuração do outro” (TLP, 2. 161). Assim, na figuração e no afigurado, haveria uma relação que corresponde a uma conexão necessária. Isto quer dizer que a percepção corresponde à realidade, o que permite o acesso a verdade. Além disso, dada esta conexão necessária, seria possível identificar as distorções existentes entre percepção e realidade a partir da lógica, enquanto uma categoria do pensamento e da representação do mundo (TLP, 2. 19).

Por isso, para Wittgenstein “o que a figuração deve ter em comum com a realidade para poder afigurá-la à sua maneira – correta ou falsamente – é a sua forma de afiguração” (TLP, 2. 17). A questão da verdade e da pós-verdade, no primeiro Wittgenstein, reverbera sobre a averiguação entre a linguagem e a realidade, tendo como pano de fundo a “forma lógica”, isto porque “as proposições lógicas descrevem a armação do mundo, ou melhor, representam-na” (TLP 6.124).

Já nas IF, Wittgenstein abandonou esta identificação entre figurado e afigurado, para ressignificar a linguagem, destituindo-a totalmente de qualquer caráter metafísico ou de acesso necessário à realidade, entendendo que, ao invés da lógica como modelo e “armação” da realidade, a linguagem constitui-se como jogo.

O jogo de linguagem foi abordado inicialmente por Wittgenstein a partir de 1930, ao comparar sistemas axiomáticos a um jogo de xadrez. A analogia “tem origem nos formalistas, que tratavam a aritmética como jogo praticado com símbolos matemáticos” (GLOCK, 1998, p. 225). Para tanto, criticou Frege, por não concordar com a dicotomia proposta pelo matemático, que restringia a analogia na aritmética permitindo tratar de signos ou daquilo que os signos substituem. Isso porque, para Wittgenstein, “a aritmética não versa ‘sobre’ marcas de tinta, do mesmo modo que o xadrez não é um jogo que diga respeito a peças de madeira” (GLOCK, 1998, p. 255).

Logo, para o filósofo, existe uma analogia do jogo à linguagem como um todo, uma vez que a própria linguagem é guiada por regras, a gramática. Jogos de linguagem são, portanto, regras estabelecidas pela própria linguagem, a partir do lugar que ela ocupa nas práticas humanas. Este lugar, de acordo com Glock (1998, p. 228), define quatro diferentes entendimentos acerca do próprio conceito de jogo de linguagem, a primeira está ligada ao “modo de usar” signos mais simples do que a nossa linguagem cotidiana, como as utilizadas pelas crianças, inferindo, portanto, o jogo como um sistema de comunicação, em que o significado é apreendido a partir da observação do significante. Neste caso, as práticas de ensino são válidas na medida delimitam traços distintivos do uso que fazemos das palavras. O segundo modo em que os jogos de linguagem se aplicam, diz respeito às práticas linguísticas, hipotéticas ou inventivas, que têm como pressuposto servir como objetos de comparação. Em terceiro lugar, encontram-se as atividades linguísticas, bastante recorrentes a partir das Investigações Filosóficas, em que os jogos de linguagem passam a aplicar-se a situações reais e mais complexas, como mentir, contar histórias, relatar sonhos, bem como a possibilidade de fazer hipóteses indutivas. Disto, Wittgenstein conclui que estes jogos são autônomos, por não se justificarem por objetos externos. Por fim, a linguagem como jogo, em que há um ponto em que a analogia se desfaz, diferindo a linguagem do dia a dia, analogamente entendida como um labirinto de ruelas tortuosas, enquanto os termos recentes dos saberes especializados, tais como a química e a matemática, seriam traçados de modo mais retilíneo e uniforme.

Para tanto, neste capítulo, tomaremos como ponto de partida a segunda fase do autor, isto é, das Investigações Filosóficas, como referência para a leitura da obra “Da certeza”. Nesta obra, encontramos uma crítica ao fundacionismo⁴, que assume como pano de fundo uma discordância com Moore e, em desdobramento, com o ceticismo, ao estabelecer quais são os fundamentos do conhecimento e da verdade.

Temos acesso, de fato, à verdade? Este questionamento fica implícito já nos primeiros parágrafos da obra supracitada, a partir da pergunta: “veja-se agora: pode alguém enumerar

4 Partiremos do entendimento de Moser (1999, p. 321), ao afirmar que o fundacionismo é uma teoria que alega haver uma justificação epistêmica para o conhecimento. Este fundamento que sustenta o conhecimento estrutura-se a partir de dois níveis distintos: o fundacional e o inferencial. O conhecimento fundacional não precisa de comprovação ou justificação, por ser aceito epistemologicamente como uma verdade. Ele serve como uma espécie de alicerce para a construção de todo saber, porque possibilita a aquisição do outro nível de conhecimento, o inferencial. O conhecimento inferencial é secundário, porque encontra suporte no fundacional e, por isso, não é auto justificável.

o que sabe (como Moore)?” (DC, § 6), e logo em seguida, respondeu de modo incisivo “Diretamente assim, não o creio” (DC, § 6). Para melhor compreender esta passagem, faz-se necessário entender como Moore entendia o fundamento do conhecimento, e em seguida, quais argumentos Wittgenstein utilizou para criticá-los.

Para Moore o conhecimento é possível e verificável, logo, a verdade é possível. Dito de outra forma, a negação do acesso à verdade não seria viável, uma vez que as hipóteses céticas, como a da existência do sonho ou de um deus enganador, ao sugerirem que o conhecimento empírico não é confiável, estaria fadada ao erro, porque possuímos, efetivamente, conhecimento de fatos empíricos (MOORE, 1970, p. 165). Este conhecimento justifica-se a partir de três condições elementares, a primeira é que a premissa da prova deve ser distinta da conclusão almejada, a segunda na necessidade de que conheçamos com absoluta certeza a verdade da premissa, e a terceira, é a indispensabilidade de que a conclusão almejada possa ser inferida efetivamente da proposição expressa pela premissa em questão (PEREIRA, 1995, p 112).

Ao seguir estes critérios, Moore conjecturou que

(...) longe de ser verdade, como Kant declara ser sua opinião, que existe apenas uma prova possível da existência de coisas fora de nós, qual seja, a que ele apresentou, posso dar agora uma série de provas diferentes, cada uma das quais é uma prova perfeitamente rigorosa; e que em muitos outros momentos estive em posição de dar muitas outras. Posso provar agora, por exemplo, que duas mãos humanas existem. Como? Mostrando minhas duas mãos e dizendo, enquanto faço um gesto com a mão direita, “Esta é uma mão”, e acrescentando, enquanto faço um certo gesto com a esquerda, “e esta é outra”. E se, ao fazer isso, eu provei *ipso facto* a existência de coisas externas, todos verão que posso também fazê-lo agora de inúmeras outras maneiras: não há necessidade de múltiplos exemplos (MOORE, 1970, p. 145-146).

Ao afirmar que não há a necessidade de múltiplos exemplos, porque lhe parecia claro o fundamento que garante a verdade acerca da existência das mãos, Moore pressupôs que se as premissas são verdadeiras, é possível concluir que é de comum acordo, com base em tais premissas, que este conhecimento é válido. Portanto, para Moore, haveria no senso comum, como no exemplo das mãos, uma revelação de algo que fundamenta-se em uma evidência, muito embora nem sempre possamos determinar quais sejam elas (GLOCK, 1998, p. 73).

Wittgenstein afirmou, sobre a questão das mãos, que:

Se você, de fato, sabe que *aqui está uma mão*, admitiremos tudo o mais. Quando alguém diz que uma certa proposição não pode ser provada, evidentemente que não quer dizer que não possa ser derivada de outras proposições; qualquer proposição pode ser derivada de outras. Mas estas podem não ser mais certas do que a já mencionada. (A este respeito existe um comentário interessante de H. Newman) (DC, § 1).

A discussão sobre a certeza da mão aponta para a ideia de que nem todos os fatos ligados a auto consciência estão isentos da crença fundacionista, isto é, de pressupor a necessidade de um fundamento que garanta a verdade de uma proposição, afinal, estamos cercados de verdades. Em relação a Moore, Wittgenstein procurou demonstrar que ele equivocou-se, da mesma forma que equivocaram-se os céticos clássicos. Para Wittgenstein, não faria sentido afirmar, como pretendeu Moore, que temos o conhecimento de nossas mãos, já que tanto uma dúvida, quanto uma afirmação de conhecimento da verdade de tais opiniões estariam igualmente fadadas a necessidade de algo que lhes distinga. Assim, não estaria claro qual é o limite da dúvida inteligível, o que é verificável nos aforismos: “Quem quiser duvidar de tudo não chegaria tampouco à dúvida. O jogo da própria dúvida pressupõe a certeza” (DC § 115); “Uma dúvida, que de tudo duvidasse, não seria nenhuma dúvida” (DC § 450); e “Fazemo-nos uma falsa ideia do duvidar” (DC § 249).

Nestas passagens, podemos perceber a refutação de Wittgenstein à possibilidade de qualquer conhecimento empírico com a pretensão de verdade. Baseando-se, de um lado, que se for possível que os nossos sentidos nos enganem alguma vez, em relação a realidade externa e as nossas opiniões, então é razoável supor que podemos estar sempre sendo iludidos. Ainda, se pressupomos o engano, podemos admitir que já fomos, de alguma maneira, mais ou menos iludidos pelas nossas experiências e, conseqüentemente, é igualmente razoável inferir que nossas percepções e opiniões não estabeleçam relação necessária com as coisas externas. De outro lado, o raciocínio ligado ao engano não se sustenta, porque a premissa de que já fomos iludidos constataria que, para sabermos acerca de ilusão, deveríamos poder pressupor uma verdade ou algo que a justificasse, em contraposição ao engano, ao acerto ou a certeza. Por isso, “não adianta nada dizer “talvez nos enganemos”, quando a evidência presente não for confiável, se nenhuma evidência for confiável” (DC, § 302). Além disso, se tudo pode ser duvidável, então, “(...) quando realizo experiências, não duvido da experiência do aparelho que tenho diante dos olhos. Tenho uma série de dúvidas, mas não esta” (DC, § 337).

Assim, sem nenhum fundamento confiável para considerarmos uma opinião observacional como verdadeira, também não há como justificar qualquer evidência para questionarmos a verdade a respeito desta própria proposição, isto porque a dúvida só é efetiva quando se estabelece a partir do interior de um jogo de linguagem (DC, § 24). A partir da noção de jogo de linguagem, Wittgenstein afirmou que “a dúvida deve estar calcada em determinadas razões ou motivos” (DC, § 458), afinal, ao aprendermos o sentido de expressões de dúvida, aprendemos ao mesmo tempo as necessidades de fornecermos razões para a mesma. Isto fica evidente no questionamento proposto na proposição “(...) eu sei que tenho um cérebro?” (DC, § 4), e junto a ela, a advertência, “posso duvidar dela? Para duvidar, faltam-me aqui os motivos” (DC, § 4). Assim, a dúvida precisa de um porquê, isto é, um *motivo* para justificar-se, afinal, “posso duvidar do que eu quero?” (DC, § 221).

Desta forma, para o filósofo vienense, qualquer expressão de dúvida só tem sentido

quando participa de um contexto no qual haja a possibilidade de convencermos do contrário e, por isso, “se se diz, por ex., “eu não sei se tenho uma mão aqui”, então alguém poderia replicar dizendo “olha mais de perto”. Esta possibilidade de convencer-se pertence ao jogo de linguagem. É uma das características essenciais” (DC, § 3).

Moore na obra *Defense of Common sense*, ao tentar reparar a justificativa sobre a opinião do conhecimento das próprias mãos, afirmou que:

Mas tenho realmente conhecimento de que todas as proposição em (1) são verdadeiras? Não é possível que não passem de meras crenças? Ao responder a esta questão creio não ter nada melhor a dizer do que parece-me que eu efetivamente sei com certeza que tais proposições são verdadeiras. (...) Eu de certo não sei exatamente qual era a prova. Entretanto, nada disso me parece ser uma boa razão para duvidar que as conheço. Todos nós nos encontramos, eu penso, nessa estranha situação em que sabemos de uma série de coisas, relativamente às quais sabemos além disso que deveríamos ter provas para elas, mas que não sabemos como as conhecemos, isto é, não sabemos quais seriam as provas (MOORE, 1993, p. 118).

No entanto, para Wittgenstein, essa certeza epistêmica não pode ser verificada, uma vez que Moore a identificou como uma espécie de estado mental. No entanto, fundamentar a verdade de uma proposição sobre um estado mental, expõe tal proposição a uma grande fragilidade. Matson expôs um acontecimento que explicita esta fragilidade:

G. R. Moore estava se apresentando na Howison Lectures no Wheeler Auditorium [em Berkeley, em 1941], que tinha um belo ornamento com painéis de vidro no teto. Dando um ângulo local à sua defesa do senso comum, Moore declarou que uma das coisas que sabia naquele momento era que a luz do sol estava entrando pelo telhado. A maior parte da audiência estava ciente, porém, de que os painéis de vidro eram difusores da iluminação elétrica: o telhado do prédio era sólido e opaco. Alguém teve a temeridade de observar isso para Moore no período dedicado aos questionamentos. Ele responde, “Ah, não!”, e seguiu para a próxima pergunta (MATSON, 1991, p. 7).

Em relação ao engano de Moore, Matson afirmou que “dizer que se sabe, mesmo enfaticamente e quando se é uma pessoa eminente, não acrescenta nada à validade de sua afirmação” (MATSON, 1991, p. 7). A impossibilidade de haver um argumento sólido que sustente a verdade, para Wittgenstein, se desdobra no problema do solipsismo.

Em relação ao solipsismo, Wittgenstein considerou que, ao pensarmos sobre a relação existe entre os objetos que nos rodeiam e nossas experiências que os apreendem, “somos tentados a dizer que essas experiências pessoais são o material em que consiste a realidade” (LA, p. 45). Considerar a realidade possível como a que é apreendida pela nossa experiência, para o filósofo, faria com que as coisas perdessem qualquer apoio ou fundamento. Assim, “somos ao invés disso deixados com uma quantidade de experiências pessoais de diferentes indivíduos. Essas experiências pessoais parecem vagas e em constante fluxo” (LA, p. 45). Este fluxo constante traria, inclusive, algumas confusões

filosóficas, como a tentação de dizer que somente a minha própria experiência é real, afinal,

“Eu sei que eu vejo, ouço, sinto dores, etc., mas não que qualquer outro seja capaz disso. Eu não posso saber disso, porque eu sou eu e eles são eles.” Por outro lado, me envergonho de dizer a outra pessoa que minha experiência é a única real; e sei que ela irá responder que pode dizer exatamente o mesmo sobre a experiência dela. Isso parece levar a uma discussão ridícula (LA, p. 46).

Ora, esta questão ligada as experiências, bem como a impossibilidade de verificação das mesmas em outras mentes, apontam para a irrealidade de duas esferas diferentes para “significar” e “dizer”, mostrando que não existe algum processo mental ligado ao pensamento, ao desejo, a crença, etc., independente do processo de expressar, dizer, afirmar. Portanto, para Themudo

A mostraçõo do que se pode entender por 'explicação do significado de uma palavra' - definições verbais ou ostensivas - revela, no metamorfismo do dizer que descreve o que pressupomos que aconteça, a presença oculta da operacionalidade dessa estrutura explicativa tendencial (THEMUDO, 1992, p. 88).

Assim, diante desta operacionalidade explicativa, emerge a necessidade de critérios que garantam, minimamente, a correta interpretação acerca do significado do termo explicado. Isto porque, se alguém disser que sente dor (UE II, § 37), o que garante que, de fato, esta pessoa não está fingindo? Para Wittgenstein, “os sinais de dor e de conduta de dor determinam o conceito “dor”. E também determinam o conceito “fingir dor”” (UE II § 37). Assim,

O signo característico do mental parece ser aquele que foi adivinhado de alguma outra maneira de algo externo e só é conhecido por si mesmo. Mas quando uma reflexão escrupulosa faz com que este ponto de vista se dissolva como se fosse humano, o que resulta não é que o interno seja algo externo, mas que “externo” e “interno” não são mais válidos como propriedades da evidência. A «evidência interna» não significa nada e, portanto, nem «evidência externa» (UE II, p. 61-62).

Diante da impossibilidade de distinguir os limites entre aquilo que tomamos por evidências internas e externas, o que nos resta, retomando o exemplo da dor, é perceber a conduta e o comportamento, acreditando serem estes os únicos indicativos possíveis. Dito de outro modo, “em consequência, a insegurança não pode eliminar-se porque, como afirmou-se, é parte do jogo de linguagem”. (VILLANUEVA, 1996, p. 16). O solipsismo que desponta desta impossibilidade do externo, enfraquece igualmente qualquer diferenciação entre a sensação e a simulação da sensação.

Para Wittgenstein, o mesmo vale para saber se o que eu vejo, é o mesmo que o outro vê, afinal,

A dificuldade que expressamos dizendo «não posso saber o que ele vê quando diz (sem mentir) que vê uma mancha azul» deriva da ideia de que «saber o que ele vê» significa: «ver aquilo que ele também vê»; não, contudo, no sentido em que o fazemos quando ambos temos o mesmo objeto perante os nossos olhos, mas no sentido em que o objeto visto seria um objeto, por exemplo, na sua cabeça, ou, nele (LA, p. 107).

Esta problemática retoma a ideia de que não há critério que valide tal conhecimento. De acordo com Glock, a noção de critério, para Wittgenstein, suporta três características distintivas e problemáticas. A primeira, ligada aos critérios que determinam o significado das palavras que governam, ao explicar os critérios que se tem para aferir se algo é F é especificar como se verifica a proposição “ a é F ”. Para tanto, especificar tais critérios fazem sentido a partir das regras para o uso de F , o que desloca a compreensão para o nível da gramática, restando fundamentá-la apenas pela perspectiva da convenção. A segunda característica do critério é o seu entendimento de como podemos determinar se sabemos alguma coisa. Para tanto, esta abordagem do critério pressupõe aferir a verdade de p , a partir da verificação de p . Neste caso, o critério reveste-se como uma evidência, pois sugere que p é logicamente independente de q , enquanto a relação é, na verdade, interna, o que remete a limitação da primeira característica do critério. A terceira característica do critério é que ele admite, em alguns casos, que as palavras são revogáveis, enquanto em outros, são irrevogáveis. Isto quer dizer que, em determinadas situações, um critério é uma condição logicamente suficiente, ou mesmo uma condição necessária e suficiente, porque seus atributos já estão contidos na ideia da proposição, como no exemplo de um triângulo ter três lados (GLOCK, 1998, p. 118-119).

Por isso, nem a experiência de uma criança que, ao sentir uma dor qualquer, encontra no choro um mecanismo para chamar a atenção dos demais, garante a partir da aplicação de critérios, a autenticidade e a verdade em contraposição a possibilidade de uma simulação. Para Wittgenstein, a simulação inserida no jogo de linguagem traz consigo uma complicação extraordinária.

Diante desta questão, faz sentido atribuímos o emprego de uma interpretação acerca de algo ser efetivamente “verdadeiro ou falso”? Para Wittgenstein, a formulação desta questão está incorreta, “porque é como se alguém dissesse que “concorda com os fatos ou não” e indagasse em seguida pelo que seja “concordância” aqui” (DC § 199), e logo adiante complementa, “(...) no que consiste então essa concordância, senão no fato de que o que nesse jogo de linguagem é evidência, corrobora a nossa proposição?” (DC § 203).

Por isso, predicados de verdade ou de concordância com a realidade são também expressões gramaticais como outras quaisquer, cujo emprego não é absoluto, já que “quem não tem consciência de nenhum fato, não pode ter consciência tampouco do sentido das suas palavras” (DC § 114). Portanto, o problema conforme postulado pelos críticos da pós-verdade, enquanto uma distorção entre a realidade e a percepção não é, no contexto

wittgensteiniano, um problema filosófico, já que ambos prefiguram uma mesma condição, a da linguagem. Com isto, Wittgenstein nos indica que o próprio sentido das palavras empregadas dentro do jogo já configuram-se como um fato empírico contingente. Assim, “suponha-se que substituo o “Eu sei” de Moore por “Eu tenho a convicção inabalável”? (DC § 85).

3 | CONCLUSÃO

No *Tractatus* nos aforismos 4.11 e 4.112, Wittgenstein diferencia a Filosofia das demais ciências naturais, por propor que esta última limitaria o campo do significado, enquanto a Filosofia o ultrapassaria. Esta superação consiste na investigação não só do que é meramente possível, mas naquilo que necessariamente a origina. Assim, enquanto ao cientista cabe à descrição, ao filósofo cabe à reflexão sobre as regras e instrumentos que perfazem a realidade. Com isso, Wittgenstein apregou à Filosofia o papel de terapia. A terapia filosófica consiste em desfazer os nós da linguagem, não mais com a pretensão entre verdade e inverdade, ou ainda, entre realidade e percepção, mas entre fazer ou não sentido. É por isso que

Se lhe perguntassem se, até agora, os filósofos disseram contra-sensos, pode-se responder: não, eles somente deixaram de notar que estão usando uma palavra com sentidos inteiramente diferentes. Nesse sentido, se dizemos que é um contra-senso dizer que uma coisa é tão idêntica com outra, isso necessita de qualificação já que, se alguém diz isso com convicção, então, nesse momento, ele quer dizer alguma coisa com a palavra “idêntico”, mas não tem consciência de que está usando a palavra, no caso, com um significado diferente daquele em $2+2=4$. (IF. 9, p. 41).

A resolução dos contra-sensos é, fundamentalmente, uma espécie de ajustamento gramatical, a partir das expressões utilizadas nas proposições, para que participem de uma mesma semelhança de família, isto é, de um mesmo contexto. Esse processo terapêutico da Filosofia serve para dissolver o problema entre verdade e pós-verdade, por entender que ambos os discursos são produzidos e, igualmente, carecem de qualquer fundamento.

A questão da pós-verdade, amplamente discutida na contemporaneidade é, a partir de Wittgenstein, algo que não prefigura um problema filosófico, quando se procura afirmar opor a verdade e a pós-verdade. Isto porque, ambas só podem ser analisadas se cumprem sua função em determinado jogo. Destarte, se é possível delinear alguma diferença entre as duas possibilidades, elas seriam muito tênues, assentadas na possibilidade de que o sujeito que discursa, o faz sempre com a intenção de transmitir alguma informação e, nos dois casos, esta transmissão vem sempre acompanhada de subjetividade. A chamada pós-verdade é uma informação cuja intencionalidade é fundamentalmente a de apregoar determinada leitura da realidade, afirmando-a como correta. No entanto, sob a luz da filosofia wittgensteiniana, a verdade segue o mesmo processo, com uma mesma carga

intencional.

Para Wittgenstein, portanto, “deve perguntar-se sempre: como é que devemos olhar para este problema de modo a tornar possível a sua solução?” (AC, II, 11). O próprio filósofo, ao referir-se a um artista que representa algo através de um vidro vermelho, fica limitado a graduações do vermelho, o que limita sua possibilidade artística de representação. O mesmo aconteceria se fosse posto uma espécie de vidro azul (AC, II, 13). Se um artista fica limitado, quando pinta algo a partir de tonalidades que ele escolhe, podemos pensar não necessariamente em uma possível solução, mas em uma pista a este problema a partir da multiplicidade de cores que o artista, ao dispor, consegue retratar melhor a imagem.

Não obstante, analogamente, entre a verdade e a pós-verdade, há a possibilidade de pensar sobre qual das duas representa um prisma maior de compreensão sobre determinada realidade, com mais cores, ainda que tal paleta de cores seja resultante das semelhanças de família que embasam ambos os jogos gramaticais. Assim, longe de qualquer pretensão acerca de um critério que estabeleça ou não a possibilidade de verdade, a amplitude de perspectivas e de olhares é, pelo menos, no sentido pragmático, um suporte para que determinado discurso tenha mais aceitabilidade. Como observamos na pós-verdade, o que existe é um estreitamento do discurso para que o ouvinte seja induzido a crer, sob um “vidro vermelho ou azul”. No entanto, o caráter quantitativo, das cores ou dos diversos olhares sobre a realidade, também não garante qualquer validade para a verdade.

Da mesma forma, a tensão existente a realidade e a percepção não pode ser verificada porque o modo como a realidade é percebida também faz parte de um sistema de convenções, que pertencem a determinados jogos linguísticos. Por isso, em uma tribo de pessoas cegas, quem pudesse ver seria entendido como uma anomalia ou exceção. Logo, diante da afirmação “podes andar sem chocar com qualquer coisa, eu não posso” (AC, III, 346), a primeira parte da proposição não traria nada de novo, no entanto, a segunda parte contrasta uma experiência vivida de modo particular e diferente de quem enxerga. A isto, retoma-se a perspectiva pragmática que a linguagem e a própria percepção da realidade têm, ligadas ao que foi vivenciado, ainda que as “proposições de experiência” (III, 348), tragam uma certa dose de certeza.

REFERÊNCIAS

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. 2017. **Social Media and Fake News** in the 2016 Election. *Journal of Economic Perspectives*, 31(2): 211-36. Disponível em: Acesso em: 03 de março de 2019.

BALLOUSSIER, Anna Virginia. **Movido por notícia falsa, homem atira dentro de pizzaria nos EUA**. Folha de São Paulo. Nova York, 05 dez. 2016. Disponível em: Acesso em: 03 de março de 2019.

BENITES, Afonso. **A máquina de ‘fake news’ nos grupos a favor de Bolsonaro no Whatsapp**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/26/politica/1537997311_859341.html. Acesso 03 de março de 2019..

- CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. In: A Sociedade em rede. São Paulo : Paz e Terra, v. 1, 2000.
- CASTILHO, Carlos. **Apertem os cintos: estamos entrando na era da pós-verdade**. Observatório da Imprensa. São Paulo, ed. 921, 28 set. 2016. Disponível em: Acesso em: 03 de março de 2019.
- ENGLISH OXFORD LIVING DICTIONARIES. **Word of the Year 2016** is... 2016. Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com/>. Acesso em: 20/12/2020.
- GLOCK, Hans. **Dicionário Wittgenstein**. Trad. Helena Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- LLORENTE, José Antonio; ZANZALEJOS, José Antonio; et. al. **A era da pós-verdade: realidade versus percepção**. Revista Uno: desenvolvendo ideias, São Paulo, n° 27, p. 9-13, março de 2017.
- MALCOLM, N. L. **Wittgenstein, A memoir**, New York: Oxford University Press, 1984.
- MATSON, Wallace I. **Certainty Made Simple**, In: A.P. Martinich / Michael J. White, 1991.
- MOORE, **Defense of Common sense**, reimpresso em G. E. Moore, Selected Writings, p. 118, London, 1993.
- MOORE, G. E. **Proof of an external world**. Selected Writings, 1970. Disponível em: <http://selfpace.uconn.edu/class/ana/MooreProof.pdf>. Acesso em: 03 de março de 2019.
- PEREIRA, Roberto. **Fundacionismo, holismo e contextualismo no Sobre a Certeza, de Wittgenstein. O que nos faz pensar**, [S.l.], v. 7, n. 09, p. 110-130, oct. 1995. ISSN 0104-6675. Disponível em: <<http://www.oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqnf/article/view/86>>. Acesso em: 20/12/2020.
- PERUZZO, Léo. **Wittgenstein e a dívida a James: a atmosfera filosófica da práxis na constituição do cognitivismo moral pragmático**, p. 305-319, In: Cognitio, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 305-320, jul./ago. 2015. Acesso: 20/12/2020.
- SENRA, Ricardo. **Na semana do impeachment, 3 das 5 notícias mais compartilhadas no Facebook são falsas**. BBC. Brasília, 17 abril 2017. Disponível em: < <https://goo.gl/MRMe7y>>. Acesso em: 20/12/2020.
- SILVERMAN, Craig. **This Analysis Shows How Viral Fake Election News Stories Outperformed Real News On Facebook**. BuzzFeed News. Canada, 16 nov. 2016. Disponível em: . Acesso em: 03 de março de 2019.
- STROLL, Avrum. **Moore and Wittgenstein on Certainty**. New York: Oxford University Press, 1994.
- THEMUDO, Marina Ramos. **Solipsismo. Viagens de Wittgenstein à volta de uma questão**, p- 83-96, In: Revista Filosófica de Coimbra I: Coimbra Vol. 1, N° 1, 1992.

VILLANUEVA, Luis Manuel Valdés. **Estudio Preliminar**. In: WITTGENSTEIN, Ludwig. Últimos escritos sobre **Filosofía de la Psicología**. Lo interno y lo externo. v. 2. Tradução Luis Manuel Valdés Villanueva. Madrid: Editorial Tecnos, 1996.

VISCARDI, Janaisa Martins. **Fake News, Verdade e Mentira Sob a Ótica de Jair Bolsonaro no Twitter**. Trab. linguist. apl. vol.59 no.2 Campinas May/Aug. 2020 Epub Sep 16, 2020, disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132020000201134&tlng=pt. Acesso 20/12/2020.

WERTHEIN, Jorge. **A sociedade da informação e seus desafios**. Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a09v29n2.pdf>. Acesso: 03 de março de 2019.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Anotações sobre as cores**. Edições 70, 2018. (AC)

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Cuadernos de notas (1914-1916)*. Trad. ALONSO, Juan David Mateu. Madrid: Editorial Sintesis, 2009.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Da Certeza**. Trad. Maria Elisa Costa. Lisboa: Edições 70, 1990. (DC)

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. São Paulo: Vozes, 1996. (IF)

WITTGENSTEIN, Ludwig. **O livro azul**. Lisboa: Edições 70, 2008. (LA)

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Lógico-Philosophicus**. Traduzido por SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. São Paulo: Ed. USP, 2008. (TLP)

WITTGENSTEIN, Ludwig. Últimos escritos sobre a Filosofia da Psicologia. Trad.: António Marques, Nuno Venturinha, João Tiago Proença. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. (UE)

ZARZALEJOS, José António. **Comunicação, jornalismo e fact-checking**, p 11-13, *In* LLORENTE, José Antonio; ZANZALEJOS, José Antonio; et. al. **A era da pós-verdade: realidade versus percepção**. Revista Uno: desenvolvendo ideias, São Paulo, n° 27, 2017. Acesso: 03 de março de 2019.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

DENISE PEREIRA - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Especialista em Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento (CENSUPEG). Especialista em Docência do Ensino Superior, Gestão e Tutoria Ead e Especialista em Gestão Educacional. (FABRAS) Graduada em História (UEPG) e Graduada em Pedagogia (IBRA).

MARISTELA CARNEIRO - Pós-Doutoranda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – Unicentro. Doutorado e Pós-Doutorado em História pela UFG e pela UFMT, respectivamente. Docente do curso de História na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Americanismo 118, 125, 127, 128

Arquitetura 5, 8, 75, 78, 82, 91, 92, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 115, 116, 117

Axel Honnet 7, 48, 49, 57, 58

B

Benedeiras 1, 2, 3, 4, 8

Biodiversidade 7, 21, 22, 23, 25, 31, 32

C

Catolicismo 1, 4, 5, 8, 9

Charles Taylor 7, 48, 49, 50

Comunicação 5, 13, 17, 18, 19, 21, 22, 30, 35, 36, 65, 101, 103, 106, 119, 139, 144, 145, 146, 158, 159, 174, 175, 176, 178, 187, 188

Comunismo 118, 120, 122, 127, 128

Cultura 2, 7, 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 16, 18, 23, 30, 31, 32, 48, 49, 54, 91, 92, 94, 95, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 106, 145, 152, 157, 158, 165, 168, 186, 188

D

Desenvolvimento Local 11, 13, 15, 17, 19, 103

Design para Territórios 21, 23, 24, 28

Disciplinas 7, 34, 35, 37, 40, 41, 42, 43, 45, 46

Discriminação 7, 50, 51, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 74, 154, 157

Discurso 82, 103, 131, 133, 134, 135, 137, 138, 145, 175, 185

E

Ensino Superior 3, 11, 12, 34, 35, 36, 37, 45, 188

Estados Unidos 118, 119, 120, 121, 125, 126, 127, 128, 130, 138, 157

F

Fernando Chacel 8, 75, 76, 77, 78, 79, 84, 88

G

Gay 8, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158

Gênero 5, 1, 3, 51, 56, 58, 72, 118, 143, 147, 148, 154, 156, 159, 161, 165, 166, 168, 169, 170, 172, 173

Gestão Educacional 11, 188

Gestão Estratégica 11, 13, 14, 18, 19

H

História 1, 2, 5, 7, 9, 10, 37, 55, 59, 84, 85, 93, 103, 104, 105, 113, 118, 119, 121, 122, 123, 125, 128, 130, 131, 132, 133, 141, 142, 159, 173, 174, 175, 188

Historiografia 9, 77, 105, 106, 108, 117, 162, 168, 170

I

Identidade 7, 3, 13, 14, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 26, 31, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 56, 59, 97, 98, 101, 106, 127, 131, 132, 133, 134, 137, 143, 147, 149, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 162, 173

Identidade local 7, 21, 23, 98

Idioma Global 34, 35, 36

Imagem organizacional 11, 12, 13, 18, 19

Inglês 7, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 45, 46

Internacionalização 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 43, 45, 93, 95, 97, 98, 103, 136

Internacionalização em casa 34

L

Le Carré Bleu 8, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117

Literatura 5, 8, 2, 10, 23, 24, 35, 118, 119, 121, 123, 124, 125, 128, 130, 165

M

Masculinidades 143

Meio Ambiente 1, 2, 3, 83, 96, 98, 110

Moçambique 7, 60, 61, 62, 72, 73

Moda 143, 145, 146, 147, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160

Modinha 8, 161, 162, 165, 168, 169, 170, 172, 173

Modos de Vestir 8, 143, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158

Mulheres 7, 3, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 100, 120, 147, 148, 152, 158, 160, 170

N

Nancy Fraser 7, 48, 49, 53, 57, 58

P

Paisagismo moderno 75

Patrimônio 75, 91, 94, 99, 103, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142

Plantas alimentícias não convencionais 7, 21, 32

Pós-Verdade 9, 174, 175, 176, 177, 183, 184, 185, 186, 187

Processos identitários 8, 161, 162, 163, 173

R

Reconhecimento 7, 23, 24, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 78, 94, 96, 99, 100, 102, 119, 127, 132, 154

Representações Sociais 2, 8, 69, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 168

Restituição 131, 132, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142

S

Saraus 8, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 170, 171, 172, 173

Serestas 8, 161, 162, 163, 164, 168, 169, 170, 171, 172, 173

Sociedade Goiana 161, 162, 163, 165, 168, 172, 173

T

Teorias 19, 48, 51, 57, 58, 143, 145, 156, 160

V

Verdade 9, 16, 122, 125, 149, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187

VIH/SIDA 60, 63, 67, 69, 71, 73

Vilas Operadoras 75, 76, 77, 79, 91, 92

Vulnerabilidade 50, 60, 62, 69, 70, 72

W

Wittgenstein 9, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

FENOMENOLOGIA E CULTURA: IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

FENOMENOLOGIA E CULTURA: IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021